



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE LETRAS  
DEPARTAMENTO DE TEORIA LITERÁRIA E LITERATURAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA

LÚCIA TORMIN MOLLO

**LIVRARIAS E LIVREIROS  
NA DITADURA MILITAR BRASILEIRA (1964-1985)**

Brasília, setembro de 2022.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA

LÚCIA TORMIN MOLLO

**LIVRARIAS E LIVREIROS**  
**NA DITADURA MILITAR BRASILEIRA (1964-1985)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura do Instituto de Letras da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Literatura.

Orientador: Prof. Dr. Anderson Luís Nunes da  
Mata

Brasília, setembro de 2022.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

MM7271 Mollo, Lúcia Tormin  
Livrarias e livreiros na ditadura militar brasileira  
(1964-1985) / Lúcia Tormin Mollo; orientador Anderson Luís  
Nunes da Mata. -- Brasília, 2022.  
209 p.

Tese (Doutorado - Doutorado em Literatura) --  
Universidade de Brasília, 2022.

1. Livrarias. 2. Livreiros. 3. Ditadura militar  
brasileira. 4. Sistema literário. 5. Polissistemas. I.  
Mata, Anderson Luís Nunes da , orient. II. Título.

LÚCIA TORMIN MOLLO

**LIVRARIAS E LIVREIROS**  
**NA DITADURA MILITAR BRASILEIRA (1964-1985)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura do Instituto de Letras da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Literatura.

Brasília, setembro de 2022.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. Anderson Luís Nunes da Mata

Universidade de Brasília - Presidente

Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria del Carmen Villarino Pardo

Universidade de Santiago de Compostela - Membro Externo

Prof. Dr. Igor Ximenes Graciano

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Membro Externo

Prof<sup>a</sup>. Dra. Regina Dalcastagnè

Universidade de Brasília - Membro Interno

Profa. Dra. Patrícia Nakagome

Universidade de Brasília - Membro Suplente

*Dedico esta tese a todas as livreiras e livreiros  
que resistiram e ainda resistem.*

## AGRADECIMENTOS

O começo desta nova etapa acadêmica deu-se com uma filha recém-nascida e que completou, há pouco tempo, cinco anos. Foi um processo desafiador, entre livros, mamadas, computador, noites mal dormidas, mais mamadas e mais leituras. Com o tempo, as mamadas mudaram de nome, viraram brincadeiras, passeios e leituras de historinhas infantis. Hoje, Lara chama a sua prateleira na estante de livros de “livraria”.

Para animar um pouco mais a rotina, segui trabalhando, assim como fiz durante o período do Mestrado. Entro de madrugada e saio ainda de manhã. Foi assim que consegui tempo para me dedicar aos estudos. Escrevo isso não para pintar a figura de uma “mulher maravilha”, mas para enaltecer a figura da mulher que é capaz disso e mais um pouco. Ainda preciso lidar com obstáculos cada vez mais presentes de machismo, de misoginia, de abusos. Muitas vezes, somos privadas do nosso direito ao descanso por causa dos ataques incessantes que vêm de muitas direções.

Dito isso – não consegui deixar de dizê-lo – agradeço às mulheres mais próximas ao meu coração, que me ajudaram a tornar esse caminho possível: minha mãe Nádia Hermano Tormin, e minhas irmãs Liana Tormin Mollo e Patrícia Mollo Vieira; minha dinda Sueli Corrêa de Faria; e minha filha Lara. Agradeço com a mesma intensidade, pelo amor e pela parceria, a meu marido Igor Corrêa Fernandes da Cunha.

Agradeço de coração ao meu orientador, Anderson Luís Nunes da Mata, por confiar em mim e na minha pesquisa desde o Mestrado até aqui. Em nome dele, agradeço ao Grupo de Estudos em Literatura Brasileira Contemporânea (Gelbc) que, de alguma forma, sempre me faz companhia, e aos meus parceiros de orientação que compartilharam conhecimentos e experiências, Gleiser Valério, Anderson Matias e Pedro Ivo.

Não posso deixar de mencionar a equipe maravilhosa com a qual tenho o prazer de trabalhar no telejornal matinal Bom Dia DF. Ela tornou mais leve a responsabilidade de madrugar todos os dias; e sempre com o compromisso de um jornalismo com responsabilidade e comprometido com a população. Não vou citar nomes porque, ao longo dos últimos anos, essa equipe passou por mudanças e não quero ser injusta.

Muito obrigada!

## RESUMO

Esta tese apresenta o percurso de seis livrarias, e seus respectivos livreiros, que foram marcadas pela ditadura militar brasileira (1964-1985), cada uma a seu modo e dentro de um contexto político local. A partir da teoria dos polissistemas, do sociólogo Itamar Even-Zohar – que pensa o sistema como dinâmico e heterogêneo em oposição a uma abordagem sincronística – discute-se a relevância do espaço da livraria e da figura do livreiro para o movimento cultural de resistência e enfrentamento ao regime ditatorial que vigorou por 21 anos no Brasil. As livrarias foram escolhidas, entre outros critérios, por regiões do país, a fim de buscar apresentar uma pluralidade; e a divisão delas nos capítulos foi pensada a partir do tempo em que elas se mantiveram em funcionamento. São elas: Anita Garibaldi, de Florianópolis (SC), e a Encontro, de Brasília (DF); Bazar Oió, de Goiânia (GO), e a Livro 7, do Recife (PE); a Jinkings, de Belém (PA), e Palmarinca, de Porto Alegre (RS). Foi possível perceber que há gradações dentro do que se pode entender como uma livraria/um livreiro de resistência e que esse entendimento se dá, prioritariamente, por parte dos frequentadores e não de seus proprietários.

**Palavras-chave:** Sistema literário; polissistemas; ditadura militar brasileira; Livraria Anita Garibaldi; Livraria Encontro; Livraria Bazar Oió; Livraria Livro 7; Livraria Jinkings; Livraria Palmarinca.

## ABSTRACT

This dissertation presents the journey of six bookstores, and their respective booksellers, that were marked by the Brazilian military dictatorship (1964-1985), each in its own way and within a local political context. Based on the polysystems theory, by sociologist Itamar Even-Zohar – which considers the system as dynamic and heterogeneous as opposed to a synchronic approach– we discuss the relevance of the bookstore space and the figure of the bookseller for the cultural movement of resistance and confrontation with (*or against*) the dictatorial regime that was in force for 21 years in Brazil. The bookstores were chosen, among other criteria, by regions of the country, in order to present a plurality; and the division in the chapters was thought based on the time they remained in operation. They are as follows: Anita Garibaldi, from Florianópolis (SC), and Encontro, from Brasília (DF); Bazar Oió, from Goiânia (GO), and Livro 7, from Recife (PE); a Jinkings, from Belém (PA), and Palmarinca, from Porto Alegre (RS). It was possible to realize that there are gradations within what can be understood as a resistance bookstore/bookseller, and that this understanding is mainly on the part of the regulars and not their owners.

**Keywords:** Literary system; polysystems; brazilian military dictatorship; Anita Garibaldi bookstore; Encontro bookstore; Bazar Oió bookstore; Livro 7 bookstore; Jinkings bookstore; Palmarinca bookstore.

## RESUMEN

Esta tesis de doctorado presenta el recorrido de seis librerías, y sus respectivos libreros, que fueron marcados por la dictadura militar brasileña (1964-1985), cada uno a su manera y dentro de un contexto político local. A partir de la teoría de los polisistemas, del sociólogo Itamar Even-Zohar – que piensa en el sistema como algo dinámico y heterogéneo en contraposición a un enfoque sincrónico – se discute la relevancia del espacio de la librería y la figura del librero para el movimiento cultural de resistencia y confrontación con el régimen dictatorial que estuvo vigente durante 21 años en Brasil. Las librerías fueron elegidas, entre otros criterios, por regiones del país, para buscar presentar una pluralidad; y la división de las mismas en capítulos fue pensada desde el tiempo en que permanecieron en funcionamiento. Son los siguientes: Anita Garibaldi, de Florianópolis (SC), y Encontro, de Brasilia (DF); Bazar OiÓ, de Goiânia (GO), y Livro 7, de Recife (PE); a Jinkings, de Belém (PA), y Palmarinca, de Porto Alegre (RS). Se pudo ver que hay gradaciones dentro de lo que se puede entender como una librería/un librero de resistencia y que esta comprensión es principalmente por parte de los habituales y no de sus propietarios.

**Palabras clave:** Sistema literario; polisistemas; dictadura militar brasileña; Librería Anita Garibaldi; Librería Encontro; Librería Bazar OiÓ; Librería Livro 7; Librería Jinkings; Librería Palmarinca.

## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 1</b>	Cabeçalho do documento do SNI que lista livrarias de esquerda em 1981...	14
<b>FIGURA 2</b>	Capa de <b>A Gazeta</b> com a notícia sobre a queima dos livros da livraria Anita Garibaldi.....	48
<b>FIGURA 3</b>	Anúncio da livraria Anita Garibaldi.....	52
<b>FIGURA 4</b>	Interior da livraria Anita Garibaldi.....	54
<b>FIGURA 5</b>	Documento do SNI sobre a liberação dos livreiros Victor Alegria e José Manoel Guedes.....	61
<b>FIGURA 6</b>	Nota sobre repercussão da prisão dos livreiros.....	62
<b>FIGURA 7</b>	Nota sobre lançamento do livro de Márcio Moreira Alves na Encontro.....	64
<b>FIGURA 8</b>	Nota sobre lançamento do livro de Jarbas Passarinho na Encontro.....	64
<b>FIGURA 9</b>	Anúncio sobre a inauguração da livraria Encontro.....	65
<b>FIGURA 10</b>	Livreiro Victor Alegria.....	69
<b>FIGURA 11</b>	Nota sobre lançamento de autores goianos na livraria Encontro.....	73
<b>FIGURA 12</b>	Documento do SNI sobre o livreiro Olavo Tormin.....	77
<b>FIGURA 13</b>	Noite de lançamento na livraria Bazar Oió.....	81
<b>FIGURA 14</b>	Livraria Bazar Oió lotada em noite de lançamento.....	81
<b>FIGURA 15</b>	Manchete do <b>Jornal de Notícias</b> anunciando a chegada de Prestes a Goiânia.....	82
<b>FIGURA 16</b>	Luiz Carlos Prestes na livraria Bazar Oió.....	83
<b>FIGURA 17</b>	Registro de evento na livraria Bazar Oió.....	86
<b>FIGURA 18</b>	Anúncio da livraria Bazar Oió.....	87
<b>FIGURA 19</b>	Logomarca da Livro 7.....	90
<b>FIGURA 20</b>	Trechos do documento do Serviço Nacional de Informações (1976) .....	93
<b>FIGURA 21</b>	Interior da Livro 7.....	96
<b>FIGURA 22</b>	Tarcísio Pereira (de boina) entre os escritores da Geração 65 na Livro 7.....	98
<b>FIGURA 23</b>	João Cabral de Melo Neto recebe homenagem da Livro 7 em 1980.....	103
<b>FIGURA 24</b>	Trechos de documento do SNI que cita o livreiro Raimundo Jinkings.....	108
<b>FIGURA 25</b>	Anúncio da livraria Jinkings.....	111
<b>FIGURA 26</b>	Fachada da livraria Jinkings na Rua Tamoios no 1592.....	113
<b>FIGURA 27</b>	Raimundo Jinkings ao lado de uma imagem de Lênin, em 1985.....	117
<b>FIGURA 28</b>	Documento do SNI em que a livraria Palmarinca é citada.....	124

<b>FIGURA 29</b>	Anúncio da livraria Palmarinca no jornal de esquerda <b>Denúncia</b> , de Porto Alegre.....	127
<b>FIGURA 30</b>	Palmarinca na esquina da Av. Borges de Medeiros com a Rua Marechal Floriano .....	128
<b>FIGURA 31</b>	O escritor Moacyr Scliar e o professor Mauro Gaglietti na Palmarinca.....	131
<b>FIGURA 32</b>	João Gilberto Noll em evento na Palmarinca.....	131
<b>FIGURA 33</b>	Anúncio da Palmarinca no jornal <b>Hora do Povo</b> .....	136

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO: UMA REFLEXÃO “ALÉM-LIVROS” .....</b>	<b>11</b>
<b>1. O CAMINHO ESCOLHIDO: TEORIA DOS POLISSISTEMAS.....</b>	<b>32</b>
1.1 Pensando as categorias.....	38
1.2 Discutindo repertório.....	42
1.3 Um sistema. Um produto.....	44
<b>2. LEMBRADAS POR SEUS FREQUENTADORES.....</b>	<b>46</b>
2.1 Livraria Anita Garibaldi: sem tempo para resistir.....	46
2.1.1 A livraria inspirada em uma revolucionária.....	51
2.1.2 Livreiro: o começo de uma vida cercada por livros.....	56
2.2 Livraria Encontro: nascida com a nova capital.....	58
2.2.1 Um local de encontro para a troca de ideias.....	65
2.2.2 Entre ditaduras e torturas.....	68
<b>3. MARCADAS POR SEUS LIVREIROS.....</b>	<b>75</b>
3.1 Livraria Bazar Oió: um ponto de referência para Goiânia.....	75
3.1.1 Um espaço pensado para as letras e as pessoas.....	79
3.1.2 Um bancário que nasceu para os livros.....	85
3.2 Livraria Livro 7: uma livraria que marcou gerações.....	90
3.2.1 Da prateleira feita à mão à maior livraria do país.....	95
3.2.2 Um livreiro com tino para o negócio.....	99
<b>4. DEFINIDAS POR SEUS REPERTÓRIOS .....</b>	<b>106</b>
4.1 Livraria Jinkings: pensada por um comunista.....	106
4.1.1 Aquela que abriu por força das circunstâncias.....	111
4.1.2 Um caminho político.....	117
4.2 Livraria Palmarinca: exemplo de longevidade.....	122
4.2.1 Uma homenagem às resistências negra e indígena.....	127
4.2.2 Exclusivamente livreiro.....	133
<b>CONCLUSÃO: MAIS DO QUE “LOJAS DE LIVROS” .....</b>	<b>138</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>147</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>152</b>

## INTRODUÇÃO

### UMA REFLEXÃO “ALÉM-LIVROS”

*Mas se perguntamos onde foram parar aqueles livros todos, a resposta não está apenas no trabalho veloz das chamas dos soldados e nos lentos e longos esforços invisíveis das traças. Ela está, ao menos simbolicamente, no destino de Hipátia.<sup>1</sup>*

Greenblatt (2012)

Em um primeiro momento, ao pensarmos em literatura, o que nos vem à mente são obras literárias. É inevitável. Ao estudarmos literatura, nossa visão se amplia. Vemos também, além das palavras e do objeto que as guarda, aquilo que faz parte de sua configuração: os agentes, as instituições, os espaços, o mercado etc. Nesta tese, o objetivo é repensar esse campo para colocar como foco de discussão a livraria. Acredito que esse espaço – e tudo o que ele representa – tem força suficiente para sustentá-lo.

No ensino fundamental e no ensino médio, eu tive um professor de Português, professor Francisco Olímpio, que costumava dizer, em tom de crítica: “Vocês não veem nas notícias dos jornais que uma livraria foi roubada”. Isso porque, segundo ele, “todos sabem que livraria não tem dinheiro”. Ele era um grande incentivador da leitura. E esse ponto que ele levanta é verdade. Eu, jornalista, não me recordo uma única vez de ter dado essa informação ou mesmo lido em alguma plataforma de notícia. Falo isso no intuito de levantar a discussão sobre a valorização desse espaço que, obviamente, em algum momento, passa pela necessidade de obter lucro e de considerar o livro como um produto. Um produto pouco valorizado no nosso país. Consequentemente, a livraria é um negócio pouco lucrativo e de difícil manutenção.

A violência que as livrarias abordadas nesta pesquisa sofreram não envolve a busca por dinheiro, mas a busca pelo apagamento e a destruição do que elas representavam e realizavam; a eficiência delas em produzir ambientes de debate de pensamentos e de confrontarem e resistirem à ditadura militar no Brasil (1964-1985). A violência foi do próprio Estado, comandado por militares, com a participação de civis; deu-se de forma direta, por meio de

---

<sup>1</sup> Em Alexandria, no século IV, Hipátia tornou-se uma referência intelectual e uma figura pública. Mulher notória pelo seu trabalho nas áreas de astronomia, música, matemática e filosofia. Entretanto, com a instalação do cristianismo como religião oficial de Roma e, posteriormente, em Alexandria, Hipátia foi perseguida até ser morta – de forma cruel e covarde – por causa do seu posicionamento em defesa dos pagãos.

fogueiras, arrombamentos, apreensões, prisões, atentados, tortura; e indireta, com pressão social, interferência política, falência financeira.

Investigo, portanto, a relevância do espaço da livraria e da figura do livreiro dentro de um campo literário submetido a um regime ditatorial; e como esses dois atuam como fatores de resistência e enfrentamento dentro desse contexto. Tal análise é feita sob a perspectiva da teoria dos polissistemas, do sociólogo israelense Itamar Even-Zohar. Para esta tese, foram selecionadas seis livrarias, de diferentes regiões do país, todas com o perfil de incentivadoras culturais e de resistência à ditadura militar. Como parte do discurso de cada uma estava a convicção da importância da defesa, da manutenção e da realização de um espaço que buscasse a riqueza de ideias e a pluralidade de pensamentos.

No Centro-Oeste, a goiana Bazar Oió, de Olavo Tormin (1925-1994), e a Encontro, que foi aberta em Brasília nos primeiros anos da nova capital pelo português Victor Alegria (1935- ). No Sul, as livrarias Anita Garibaldi, de Santa Catarina, na figura do intelectual Salim Miguel (1924-2016), e a porto-alegrense Palmarinca, do livreiro Rui Gonçalves (1954-2006). No Nordeste, a Livro 7, do pernambucano Tarcísio Pereira (1947-2021) e, no Norte, a Livraria Jinkings, fundada por Raimundo Jinkings (1927-1995) em Belém do Pará.

Percebe-se que nenhuma livraria da região Sudeste entrou no *corpus*. Durante a pesquisa, deparei-me com a história de livrarias famosas e importantes. Entretanto, diante da necessidade de restringir o objeto de pesquisa, tomei essa decisão de forma consciente – principalmente levando-se em consideração o histórico da produção livreira das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. Em 1973, Rio-São Paulo eram responsáveis por 96,6% dos títulos produzidos no país e até os anos de 1970, 75% das vendas se davam nesse eixo.<sup>2</sup> Por causa desse protagonismo regional, optei em focar em livrarias de outras cidades/estados, tendo em vista que existe uma lacuna muito maior em termos de pesquisa sobre o restante do país.

Dito isso, como cheguei aos nomes escolhidos? Seis livrarias, obviamente, é um número pequeno. Talvez seja mais verdadeiro dizer que essas livrarias é que chegaram a mim, ao longo dos últimos anos e por caminhos diferentes. A seleção foi sendo feita e refeita conforme a pesquisa avançava. Ao acessar documentos do Serviço Nacional de Informações (SNI), disponível no sítio eletrônico do Arquivo Nacional, encontrei referência a tantos outros estabelecimentos que foram perseguidos ou, ao menos, vigiados, pelos militares.

---

<sup>2</sup> Hallewell (2005, p. 610) cita dados do SNEL.

Em um desses documentos (Informação 008/S-102-A11-CIE), datado de 5 de janeiro de 1981, o assunto é “livrarias especializadas em literatura esquerdista – levantamento”. A lista de estabelecimentos ocupa aproximadamente 27 páginas. Os nomes são divididos por estado e, em alguns casos, colocam-se em destaque com informações como endereço, temática dos livros vendidos ou editados, nomes dos donos e de frequentadores, assim como registros de atuação como militantes ou de contato com esses. São 80 livrarias, ao todo. Apenas os estados de Santa Catarina, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul aparecem sem livrarias do tipo. Minas Gerais (14), Rio de Janeiro (11) e São Paulo (14) lideram a lista. Sendo que, neste último caso, o documento ainda apresenta nomes de editoras e agências que “importam livros de esquerda”, somando à relação mais 72 nomes.

Dentre as livrarias estudadas nesta pesquisa, aparecem três: Palmarinca, Jinkings e Livro 7, lembrando que, em 1981, as outras três já estavam fechadas, como consequência da própria ditadura. Leva-se em conta que o documento não traduz de forma objetiva o quadro de livrarias de esquerda do Brasil à época e, ainda, que esta tese não enfoca estabelecimentos considerados de esquerda, necessariamente, mas aqueles que, de alguma forma, demonstraram resistência ao regime ditatorial brasileiro vigente entre 1964 e 1985.

Há ainda que considerar a intenção por trás dos documentos produzidos pelo SNI, e por qualquer outro órgão do governo militar. Sabendo que os parâmetros de avaliação dos militares não eram dos mais elaborados, a censura e a repressão deram-se também sobre obras e pessoas que não tinham – ou tinham pouca – relação com a esquerda. Especificamente no caso em questão, podemos inferir que esse tipo de estabelecimento entrou na lista. Ou seja, as livrarias podiam até ser consideradas espaços de resistência, mas não “especializadas em literatura esquerdista”, como aponta o documento.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Nesse sentido, ao estudar as editoras de oposição à ditadura militar, Flamarion Maués (2014) afirma que o que as caracterizava como oposicionistas era o perfil e a linha editorial delas. E, para isso, não eram necessários vínculos políticos explícitos: “O fundamental é que elas deram expressão à iniciativa de oposição” (MAUÉS, 2014, p. 91).

FIGURA 1 - Cabeçalho do documento do SNI que lista livrarias de esquerda em 1981

<b>CONFIDENCIAL</b>		AC/SNI 2			
		013310 81			
MINISTÉRIO DO EXÉRCITO GABINETE DO MINISTRO CIE	BRASÍLIA, DF, de 05 JAN 1981 de 19.....				
<b>INFORMAÇÃO N.º 008 /S-102-A11-CIE</b>					
1. Assunto: LIVRARIAS ESPECIALIZADAS EM LITERATURA ESQUERDISTA - LEVANTAMENTO - 3.2.6.13.					
2. Origem: CIE					
3. Difusão: AC/SNI					
4. Difusão Anterior: -					
5. Referência: PB nº 127/16/AC/80 de 19 Ago 80					
6. Anexo: Catálogos e relações de livros.					
		<table border="1"> <tr> <td style="text-align: center;">S. N. I. AGENCIA CENTRAL</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">000237 -7 JAN 81</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">PROTOCOLO</td> </tr> </table>	S. N. I. AGENCIA CENTRAL	000237 -7 JAN 81	PROTOCOLO
S. N. I. AGENCIA CENTRAL					
000237 -7 JAN 81					
PROTOCOLO					

Fonte: Arquivo Nacional

Como se trata de um tema que é muito caro às pessoas, que envolve lembranças e afetos, muitos nomes novos foram surgindo por meio de conversas e com a colaboração de colegas pesquisadores. Por isso, montei um quadro com os nomes dessas outras livrarias, que se encontra no Anexo 1. Trata-se de uma tentativa de concentrar essas informações em um único lugar e de dar espaço a esses nomes, mesmo que não seja possível aprofundar a pesquisa por meio de análises. Estou ciente de que se trata de um recorte e que, por isso, é temporário, pois acredito que novos nomes vão surgir a partir da discussão do assunto.

A livraria Bazar Oió foi objeto da minha pesquisa de Mestrado e era do meu avô materno, Olavo Tormin. Apesar do parentesco e da relevância que a livraria teve para o cenário cultural goiano, o assunto foi invisibilizado por muitos anos na minha família. O modo como a livraria fechou e todo o mal que a ditadura militar causou ao meu avô, tornou algo tão belo quanto uma livraria em sinônimo de tristeza e dor. Acredito que minha memória se apegou às poucas referências feitas nesse tempo e provocou em mim uma curiosidade para pensar o meu trabalho de conclusão de curso em jornalismo e, posteriormente, o Mestrado em literatura.

A partir daí, o interesse pelo tema nos faz chegar a diversas referências, a conhecer pessoas ligadas ao assunto. Começa, então, a ser gerado um projeto para pensar mais livrarias com um perfil semelhante à do Olavo Tormin: que envolvessem a comunidade tendo o livro como ponto de partida e que, mais do que defendessem a democracia, fossem pontos de resistência.

Três das livrarias são citadas em *Pequeno guia histórico das livrarias brasileiras* (2008), de Ubiratan Machado. O autor fez um levantamento de cem livrarias brasileiras que representam diferentes regiões e épocas, e que tiveram “um papel importante na difusão do livro e no hábito de comprá-lo”. Especificamente sobre as que eram vistas como subversivas durante a ditadura militar (1964-1985), Machado cita quatro: Anita Garibaldi e Jinkings – escolhidas para esta pesquisa – e Civilização Brasileira e Duas Cidades, do Rio de Janeiro e de São Paulo, respectivamente. Ambas ficaram de fora pelo motivo explicitado anteriormente, apesar da relevância notória delas dentro do contexto em questão. A Livro 7, do Recife, que é objeto de análise desta tese, não é citada por Machado dentro dessa perspectiva, mas justifico seu espaço nesta pesquisa mais à frente.

Para escrever o *Pequeno guia histórico das livrarias brasileiras*, Ubiratan Machado encontrou dificuldades para reunir informações confiáveis sobre as cem livrarias, sejam as mais antigas (por falta de documentos), sejam as mais recentes (por falta de informações das pessoas que poderiam fornecê-las ainda hoje). De fato, esses obstáculos se mantêm de 2008, quando o título foi publicado, até a escrita desta tese. Não há uma instituição ou instituições que concentrem essas informações. A Associação Nacional de Livrarias (ANL),<sup>5</sup> por exemplo, que foi inaugurada em 1978, mantém levantamentos do setor somente a partir de 2007. Ou seja, sobre o período entre 1964 e 1985, não há dados. Entrei em contato com o Câmara Brasileira do Livro e eles me orientaram a falar com a ANL. Mesma sugestão foi feita pelo Sindicato Nacional de Editores de Livros (SNEL). Interessante que o SNEL foi uma fonte muito utilizada por Laurence Hallewell (2005) em *O livro no Brasil*; entretanto, agora, demonstra desconhecer esses dados.

Portanto, minha fonte para a maioria dos dados do setor, utilizados nesta tese, foi a referida obra de Hallewell. É importante ressaltar que, durante um extenso trabalho de pesquisa sobre o setor livreiro no Brasil, o autor encontrou inconsistências nas estatísticas.<sup>6</sup> Além da dificuldade de encontrar dados, havia a dificuldade em acreditar na veracidade deles. Hallewell apresenta algumas estimativas em relação ao número de livrarias existentes no Brasil entre as décadas de 1950 e 1980. Os dados mudam bastante de acordo com a fonte.

---

<sup>5</sup> Fiz contato direto com a ANL e enviei alguns questionamentos por e-mail. Em janeiro de 2022, recebi as respostas do presidente Marcus Teles. O conteúdo está em anexo e foi aproveitado para a discussão feita nas considerações finais deste trabalho.

<sup>6</sup> O autor exemplifica o fato quando teve que comparar estatísticas de instituições de países diferentes.

Segundo o Serviço de Estatística da Educação e Cultura (SEEC),<sup>7</sup> que tinha como “finalidades levantar as estatísticas referentes às atividades educacionais e culturais do País e divulgá-las”,<sup>8</sup> em 1950, havia 1840 livrarias no Brasil. Dezenove anos depois, em 1969, o número tinha caído drasticamente para 936.

Outro órgão do governo federal que, assim como o SEEC, também era vinculado ao Ministério da Educação, era o Grupo Executivo da Indústria do Livro (GEIL). Dados desse grupo, de 1971, mostram números completamente distintos dos anteriores: 72 livrarias em todo o país; 22 na cidade de SP; 22 na cidade do RJ; 11 em Porto Alegre; 5 em Curitiba; 4 em BH; 3 no Recife, 3 em Salvador, e 2 em Brasília. Diante do número extremamente baixo, Hallewell (2005, p. 611) afirma que, pela experiência dele, esse último levantamento “oferece uma contagem correta, talvez um pouco pessimista demais, daquilo que eu mesmo entenderia por ‘livrarias realmente boas’.

Já dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que, em 1972, o número de varejistas no país que vendiam livros era de 3012, sendo que 56,1% deles estavam no Rio de Janeiro ou em São Paulo. Neste caso, o leque amplia-se já que não é restrito a apenas o que se considera como livrarias. Em todo o país, ainda de acordo com o mesmo levantamento, 25% de todos os municípios tinham algum tipo de comércio que vendia livros.

No mesmo ano, em 1972, o Sindicato Nacional de Editores de Livros divulgou que o Brasil tinha 600 livrarias e 1200 outras lojas que vendiam livros. Em 1981, o SNEL atualizou a estatística: eram 1147 pontos de vendas, entre livrarias e não livrarias (HALLEWELL, 2005, p. 611). Ou seja, houve uma diminuição expressiva de 36%, comparando os números totais de pontos de venda de livros, incluindo as livrarias.

Sobre a redução de livrarias e pontos de venda de livros em geral, Hallewell (2005) afirma que o GEIL foi atrás de uma resposta em 1967. Entre os motivos elencados estão o baixo movimento, as reduzidas margens de lucro e os altos aluguéis em locais centrais.

Sem desconsiderar a relevância dos dados encontrados, Hallewell afirma que “na maioria das vezes, as estatísticas são atoleiros ou areias movediças, incapazes de suportar o peso dos edifícios que pretendemos erigir sobre elas” (HALLEWELL, 2005, p. 37). Ou seja, é nítido que é importante considerar, em um trabalho de pesquisa, dados para situar o leitor e contextualizar o que se pretende explicar. Entretanto, somada a esses dados é necessária uma

---

<sup>7</sup> Criado em 1937, vinculado ao Ministério de Educação. Em 1997, o órgão que assumiu essa função foi o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep).

<sup>8</sup> Disponível em: <https://bit.ly/36GoVos>. Acesso em: 21 mar. 2022.

análise mais completa e a desconfiança de que há interesses dos órgãos divulgadores, ainda mais levando-se em conta o período ao qual estamos nos referindo.

A proposta de Hallewell (2005) é ambiciosa e, de fato, necessita de estatísticas. Na minha pesquisa, os dados ajudarão a situar o leitor, principalmente, no ambiente de cada livraria naquele tempo em questão, e a compreender a relevância de cada uma para o cenário local literário e cultural.

A teoria dos polissistemas do sociólogo israelense Itamar Even-Zohar é pertinente para esta pesquisa por causa do seu olhar particular sobre a literatura e o sistema literário. Para o autor, a riqueza da literatura está também em fatores “além-livro”: na relação com outros sistemas como o econômico, o político e o social; e na relação entre o autor e o leitor e os outros agentes do campo. As livrarias estudadas nesta tese têm essa característica de interligar as pessoas, os agentes, a comunidade. Para mim, esse pensamento faz sentido, tendo em vista que, na minha dissertação sobre a livraria Bazar Oió (MOLLO, 2016), recorri a Pierre Bourdieu para explicar a importância deste espaço e, agora, faço essa ligação também com outras livrarias trazendo mais elementos de análise.

Para Even-Zohar, o uso da teoria dos polissistemas só pode ser feito se pensarmos a literatura além dos produtos textuais, vendo a correlação entre repertório e sistema, entre produção, produtos e consumo<sup>10</sup> (EVEN-ZOHAR, 1990, p. 5). Pontos que coexistem por meio de interseções e sem hierarquia. Uma das questões que levanto com esta pesquisa é se a livraria pode funcionar como uma instituição ao extrapolar a função de mercado. Diante de uma resposta afirmativa, pergunto então como se dá tal processo.

É interessante pensar que o trabalho de Even-Zohar pode incomodar alguns ao propor a ideia de consumo para essa seara que é tão envolta em sentimentos, mas para mim, se trata de um fator de aproximação e não de distanciamento. Tal pensamento embasa a necessidade da literatura dentro de um sistema mais amplo, como parte do cotidiano das pessoas.

Seguindo o raciocínio anterior, optei por trazer Pierre Bourdieu para a discussão do conceito de campo literário. Bourdieu percebeu que as artes, de forma geral, e a literatura, especificamente, são passíveis de serem analisadas de forma científica. O sociólogo francês desfaz a ideia da “arte pela arte”, da França do século XIX, em que a arte era sem fins sociais

---

<sup>10</sup> Even-Zohar posiciona-se ao afirmar que ninguém é obrigado a usar a teoria dos polissistemas somente no espírito em que foi desenvolvido e para os propósitos de seus criadores, mas o autor registra que é obrigado a apresentar seu ponto de vista em relação ao assunto, para evitar o que ele considera a desvalorização de uma das mais interessantes tradições do campo – incluindo a sua própria contribuição.

ou comerciais: “A renúncia ao angelismo do interesse puro pela forma pura é o preço que é preciso pagar para compreender a lógica desses universos sociais [...] e oferecer uma visão mais verdadeira” (BOURDIEU, 2002, p. 15). Uma visão mais verdadeira. É assim que eu também acredito que literatura possa ser vista quando a olhamos por outras lentes, que não apenas a textual; como uma chave que abre a porta de um mundo com mais possibilidades. Para se pensar a livraria dentro do campo literário, e a figura do livreiro como participante dele, é necessário que esse novo mundo seja possível.

Os pensamentos de Itamar Even-Zohar e Pierre Bourdieu – de que existe um sistema, um campo em que todos os atores estão interligados – mostra a relevância de analisar e pensar a literatura fora do texto. Nesse caso, justifica-se analisar o espaço da livraria e do livreiro como elementos fundamentais dentro desse campo/sistema. O recorte feito nesta pesquisa demonstra que as livrarias analisadas tiveram um papel de “interligação” em campos diversos. Pretende-se ainda pensar o espaço da livraria e a figura do livreiro – cada vez menos valorizados nos tempos atuais – como fatores de extrema importância no movimento cultural de resistência e confronto ao autoritarismo do regime militar e na busca de uma sociedade crítica e mais igualitária.

As livrarias foram analisadas levando em conta as categorias da teoria de polissistemas. Para seguir com análises possíveis de comparação, procurei responder às mesmas questões em todos os casos. Evidentemente, pela riqueza e particularidade de cada uma, alguns pontos foram mais explorados que outros dependendo da livraria em questão. Por entender que a ação de resistência de uma livraria está também no fato desses espaços conseguirem simplesmente se manter funcionando, escolhi dividir as livrarias por tempo de duração. Serão duas livrarias por capítulo, a partir daquelas que ficaram menos tempo abertas.

A divisão do trabalho foi feita da seguinte forma: no primeiro capítulo, a atenção está voltada para a teoria de polissistemas de Itamar Even-Zohar, a abordagem proposta nesta tese e o diálogo que pode ser feito a partir dela com outros teóricos e com os objetos desta pesquisa. No segundo capítulo, analisam-se os casos da Anita Garibaldi e da Encontro, ambas com onze anos de duração aproximadamente. No terceiro capítulo, analisam-se os casos da Bazar Oió e Livro 7, com 23 e 29 anos, respectivamente. E no quarto capítulo, a Jinkings e a Palmarinca, que conseguiram o feito de permanecer abertas por 45 e 48 anos, respectivamente.

### *As livrarias: pontos de referência como espaços de resistência*

A livraria Anita Garibaldi foi criada em 1953 e era conhecida como “Livraria do Salim”, por ter sido fundada pelo escritor Salim Miguel (1924-2016). Os clientes eram jornalistas, professores, operários, estudantes, funcionários públicos, comerciários, escritores, pessoas que se interessavam pelo livro e por cultura. Segundo o próprio livreiro, “livros que outras livrarias quase não vendiam, livros mais de esquerda ou diretamente ligados ao Partido Comunista, e livros importados [...] das principais editoras argentinas, edições da Fondo de Cultura Económica do México, de editoras francesas e espanholas” (MIGUEL; MALHEIROS, 2002, p. 60). Salim Miguel escreveu contos, romances, crônicas e depoimentos. Entre 1948 e 1957, ele e um grupo de amigos, jovens escritores, fundaram um movimento cultural conhecido como Grupo Sul, que representou o movimento modernista em Santa Catarina. No dia 3 de abril de 1964, a Anita Garibaldi foi invadida, saqueada e seus livros incinerados numa fogueira montada na Praça XV de Novembro. A maior parte do estoque de livros foi queimada e foram roubados dicionários, enciclopédias, obras de arte, luxuosos álbuns de artistas plásticos com reproduções em cores, discos e cópias de filmes e o dinheiro do caixa (MIGUEL, 2015, p. 53).

Um ano após o fim da Anita Garibaldi surge a Encontro, a cerca de 1700 km de Florianópolis, em uma Brasília recém-nascida. A livraria Encontro foi aberta, em 1965, na galeria do Hotel Nacional. O português Victor Alegria escolheu um dos principais hotéis da cidade, no centro, e próximo aos órgãos do governo e às quadras residenciais. A Encontro era um centro de atividades culturais, com lançamentos de livros, recitais, palestras e uma galeria de arte; um ponto de encontro dos intelectuais, artistas, políticos, acadêmicos e estudantes. Segundo Victor Alegria:<sup>13</sup> “era uma livraria progressista e não uma livraria fascista nem retrógrada”. A Encontro fechou em 1976 ou 77; Victor Alegria não soube precisar o ano, mas disse que um dos motivos foi porque ele não aguentava mais a polícia apreendendo seus livros: “Não dava mais de tanta censura”. Victor Alegria veio morar no Brasil fugindo da ditadura salazarista, no começo da década de 1960, antes do golpe civil-militar brasileiro.<sup>14</sup> Quando fechou a livraria, Victor abriu uma editora que funciona até hoje. O editor disse que publicou entre vinte e trinta livros de militares,<sup>15</sup> mas não citou um deles especificamente. Em 1987, foi responsável pela edição de *Rompendo o silêncio*, pela Editerra e Theasurus, livro de memórias

<sup>13</sup> Entrevista concedida à autora em dezembro de 2018.

<sup>14</sup> O uso da expressão “civil-militar” – e não apenas “militar” – foi uma escolha, visto que os militares tomaram o poder e se mantiveram nele por causa do apoio de classes civis como a imprensa, o empresariado e instituições religiosas. Tal apoio não foi uniforme durante todo o período e variou conforme os interesses em questão.

<sup>15</sup> Um deles chamava-se *Caminhando com Estrelas*, Marilu Carvalho (2008). São 31 textos escritos por esposas de generais.

escrito pelo comandante do Doi-Codi de São Paulo, entre 1970 e 1974, Carlos Alberto Brilhante Ustra.<sup>16</sup> Adiante vamos falar sobre esse episódio de forma mais detida.

A livraria Bazar Oió, assim como a Encontro, também nasceu junto com a cidade em que foi criada. Goiânia tinha dezoito anos quando a livraria de Olavo Tormin foi inaugurada em 1951. O Bazar Oió é o mais antigo dos estabelecimentos estudados nesta tese. Foram 23 anos até fechar as portas em 1974. Para uma cidade recém-inaugurada, o Bazar Oió ocupou um espaço que ainda estava vago, o de uma livraria que atuasse de maneira intensa e em diversas vertentes para suprir a necessidade de um cenário cultural que estava em formação. Por isso, o movimento de escritores, estudantes, artistas, intelectuais, autoridades políticas e pessoas interessadas simplesmente em ter o contato com os livros e com o ambiente cultural era constante. Os lançamentos de livros eram momentos conhecidos, com direito a coquetel e transmissão pela rádio local. Entre aqueles mais lembrados estão os de Bernardo Élis, ainda hoje o único escritor de Goiás que fez parte da Academia Brasileira de Letras, e o de Cora Coralina, na época lançando o seu primeiro livro de poesias *Poemas dos Becos de Goiás e Estórias Mais* (1965). Olavo Tormin não tinha vinculação política, mas o espaço de discussões oferecido na livraria passou a incomodar o governo depois do golpe civil-militar de 1964. Em janeiro de 1969, policiais entraram no Bazar Oió e levaram Olavo Tormin. Ele só voltou para casa cerca de trinta dias depois. Os clientes não queriam mais ir lá para não serem tachados de comunistas e correr o risco de serem presos, mas até aquele momento, a livraria movimentou a cena literária da cidade e do estado.

A livraria pernambucana Livro 7 tornou-se a maior do Brasil em espaço físico e em número de títulos na década de 1990. Essa foi uma característica que a marcou por toda a sua existência. Até porque esse fato a fez entrar para o famoso Livro dos Recordes (*Guinness Book*). Entretanto, as marcas que ela deixou no Recife vão muito além. A Livro 7 foi inaugurada por Tarcísio Pereira, em julho de 1970, quando a ditadura estava em um de seus períodos mais tensos e violentos, sob a presidência de Emílio Médici. Um espaço, desde o início, de incentivo à cultura com lançamentos, recitais, debates e exposições, além de espaços amplos com cadeiras para leitura. O primeiro endereço, na rua Sete de Setembro, tinha pouco mais de vinte metros quadrados, mas futuramente o endereço seguinte seria um local muito mais amplo. Entre os lançamentos, estavam obras de Gilberto Freyre, João Cabral de Melo Neto, Ariano Suassuna, Dias Gomes, Osman Lins e Ferreira Gullar. Acima das estantes, Pereira colocava retratos de

---

<sup>16</sup> Em 2006, Ustra lançou outro livro, *A verdade sufocada*.

escritores pernambucanos. Era uma forma de reconhecimento estar ali presente. O professor da Universidade Federal de Alagoas Marcos D’Morais é pesquisador do campo literário pernambucano, especificamente do movimento literário conhecido como Geração 65,<sup>17</sup> que se reunia com frequência na Livro 7 e ali lançava seus livros. Para ele, “A Livro 7 transcendeu a carismática figura de Tarcísio Pereira, a hegemonia de um bloco de esquerda, e tornou-se orgulho de todo o pernambucano [...] passou a ser uma espécie de Academia Pernambucana de Letras” (ARAÚJO, 2008).

Apenas Tarcísio Pereira e Victor Alegria eram personagens vivos quando eu comecei esta pesquisa.<sup>18</sup> Entrevistei Alegria logo no começo. Entretanto, o contato com Pereira era mais difícil. Muito em função da distância física. Sempre muito amável, ele conversou comigo algumas poucas vezes por telefone. Conversas rápidas. E trocamos alguns e-mails. Em um deles, ele se dispôs a responder as minhas perguntas por escrito, mas isso não se concretizou. Tarcísio Pereira não parou de trabalhar, por isso sempre parecia muito atarefado. Não era mais livreiro, mas o livro não o deixava. Por cinco anos, desde 2016, trabalhou na Cepe – Companhia Editora de Pernambuco.

Em julho de 2020, comemoraram-se os 50 anos da inauguração da Livro 7. A ideia inicial era fazer um evento rememorando a trajetória da livraria e reunindo pessoas que fizeram parte dessa história. Eu mesma tinha conversado com Tarcísio de ir ao Recife para, aí sim, finalmente entrevistá-lo. Com a pandemia da Covid-19, os planos foram suspensos. Talvez ficassem para o ano de 2021. Para a data não passar despercebida, o livreiro realizou uma série de conversas ao vivo pelas redes sociais. Algumas delas ficaram gravadas e serviram como fonte para esta pesquisa. Em janeiro de 2021, Tarcísio Pereira morreu de complicações provocadas pela Covid-19.

A história da Jinkings – livraria que marcou Belém – começou na própria casa do livreiro Raimundo Jinkings e de sua família, tendo a sala como local de exposição dos livros, em outubro de 1965. Os primeiros clientes eram jornalistas, professores e companheiros de partido. Logo Jinkings teve que mudar para um lugar maior e adequado a uma livraria, e comprou um imóvel que ficava nos fundos da sua casa, na Rua dos Tamoios, nº 1592. A Livraria

---

<sup>17</sup> O movimento literário *Geração 65* formou-se na cidade de Jaboatão dos Guararapes (PE), pelos jovens poetas Jaci Bezerra, Alberto Cunha Melo, Domingos Alexandre e José Luiz de Almeida Melo. Com o tempo, sua atuação passou a ser no Recife. Aos poucos, ao movimentou aderiram também escritores de ficção, teatro, ensaístas e outros colaboradores. Os integrantes realizavam os encontros literários na Livro 7, no Bar Savoy, no Teatro Popular do Nordeste e em alguns restaurantes do Recife.

<sup>18</sup> Não cito Rui Gonçalves, da Palmarinca, porque até então a livraria não fazia parte da pesquisa.

Jinkings fechou em 2010, 15 anos após a morte do seu criador. Antes de enveredar para o ramo livreiro, Raimundo Jinkings era servidor público, trabalhava no Banco da Amazônia, mas por causa de sua atuação sindical e política foi aposentado compulsoriamente anos mais tarde. A partir de então, ele e a esposa montaram uma barraca na feira Batista Campos, área central de Belém, para vender comida. Ao mesmo tempo, Jinkings tornou-se representante de algumas livrarias e passou a receber material de editoras nacionais para revenda. Foi o início de um trabalho que viria a se tornar a Livraria Jinkings.

A atuação política do livreiro é parte fundamental e indissociável dessa figura e estava presente em todos os momentos de sua vida. Ele foi do Sindicato dos Bancários, foi presidente da Assembleia Permanente do Sindicato dos Bancários, presidente do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Todas essas atuações fizeram com que ele fosse considerado, pelos militares, um “perigoso agitador comunista”.

A livraria que mais tempo ficou aberta foi a Palmarinca, em Porto Alegre. Foi ainda a que fechou por último, em 2020, e somente porque seu livreiro faleceu. Em 1972, Rui Gonçalves abriu uma livraria chamada Técnico Científica,<sup>19</sup> que importava obras da União Soviética nas áreas de matemática, engenharia e física. Só depois ela se tornou Palmarinca,<sup>20</sup> investindo em literatura latino-americana, com muitos títulos em espanhol e também de clássicos da esquerda como Karl Marx, Max Weber, Antonio Gramsci e Caio Prado Jr. O público era majoritariamente das universidades, professores e estudantes. Segundo Rui Gonçalves, a Palmarinca não foi alvo de atentados nem de apreensões. Entretanto, sofreu de outras formas com o regime militar pois há diversos relatos de pessoas que contam como era tenso ir até a livraria. Grande parte do que encontrei sobre a história desta livraria gaúcha foi por meio do trabalho de Cesar Beras em *Palmarinca: livros, sentimentos, capitalismo e resistência* (2018). Um trabalho feito com muitas entrevistas de quem vivenciou este espaço, inclusive com o próprio livreiro. Rui Paulo Diniz Gonçalves morreu em 2020, aos 68 anos, depois de cair do telhado da sua livraria. Ele estava limpando o telhado, quando se desequilibrou e caiu.

---

<sup>19</sup> Vamos ver mais à frente que esse foi o primeiro nome da livraria que viria a se tornar a Palmarinca.

<sup>20</sup> O nome é o resultado da combinação das palavras Palmares e Inca.

### *A figura do livreiro*

O relacionamento afetuoso e cordial, entre livreiros e frequentadores, já foi uma característica de muitas livrarias. Locais em que os clientes “faziam do estabelecimento um prolongamento de sua casa ou de seu escritório” (MACHADO, 2008, p. 20).

A ideia desta pesquisa partiu da proposta de pensar o espaço da livraria e, a partir dele, fazer determinadas discussões. Para isso, é imprescindível pensar a figura do livreiro. Essa pessoa que carrega consigo um repertório e transfere este – pelo menos em parte – para a livraria e para o que ela pode vir a representar para seus frequentadores. Mas como diferenciar um do outro? Aliás, é mesmo necessário diferenciá-los? Até que ponto a personalidade de uma livraria é reflexo de seu livreiro(a)?

Esse foi um dos desafios deste trabalho. Em determinados casos como vamos ver ao longo da tese, espaço e figura se misturam de tal forma que é difícil dissociar. Refiro-me a Raimundo Jinkings e à Livraria Jinkings, de Belém (PA), em que uma sala dentro do estabelecimento comercial era usada para reuniões de integrantes do Partido Comunista Brasileiro. Portanto, a livraria era uma extensão do trabalho ideológico do livreiro. Em outros casos, esta postura política se mostra mais distante, até mesmo como forma de proteção do negócio. Exemplo de Tarcísio Pereira e da Livro 7. Para muitos frequentadores, ali era lugar de debate e mesmo de refúgio político, mas não era de forma tão evidente que o livreiro se posicionava.

Sendo assim, a discussão central é em torno da livraria, mas trazendo com muita ênfase aquele que a pensou e a realizou. Nesse ponto, preciso explicar que a minha vontade era contemplar nomes de livreiras mulheres. Encontrei essas figuras como companheiras de vida pessoal e, em alguns casos, profissional, mas não como protagonistas. Entretanto, é preciso levarmos em conta a sociedade machista e patriarcal da época. Por mais que a mulher realizasse muito, o reconhecimento era pouco, se não totalmente ignorado. Na conclusão deste trabalho, faço uma análise sobre o cenário livreiro atual no Brasil. Adianto que, ao menos nesse ponto, o quadro se encontra diferente e menos conservador.

Entre os agentes escolhidos para esta tese, temos o caso do português Víctor Alegria, que já veio para o Brasil com a perspectiva – mesmo que não imediata – de trabalhar com livros. A contribuição de livreiros estrangeiros para a história das livrarias brasileiras é inestimável, segundo Ubiratan Machado (2008). O autor afirma que até os anos de 1920, o número de livrarias fundadas por imigrantes europeus pode ter sido maior do que por brasileiros e ressalta

que as mais importantes foram fundadas por franceses, alemães e portugueses. O número de “imigrantes de nível cultural” oscilou nos anos seguintes, mas voltou a crescer no Brasil após a Segunda Guerra Mundial.

Todos esses imigrantes encontraram obstáculos econômicos durante sua caminhada que, somados às questões políticas, foram responsáveis pelos fechamentos. Machado refere-se aos livreiros do interior do país como “puros Quixotes”, os quais trabalham, em sua maioria, “contra vento e maré, vivem a milímetros da falência, sem reconhecimento da comunidade, mas prestando um trabalho inestimável” (MACHADO, 2008, p. 19).

Entre as realizações desse “trabalho inestimável” está a ponte feita pelo livreiro entre escritor e público, muitas vezes por meio dos lançamentos e noites de autógrafos. Momentos que podem marcar ou contribuir para marcar a sua inserção no campo literário. A figura do livreiro é pensada, segundo a perspectiva de Even-Zohar, como um produtor; mas também como um agente cultural e literário ou um intelectual, a partir de Pierre Bourdieu e Sergio Miceli, respectivamente. As diferentes discussões são válidas para perceber de forma ampla e diversa essa persona. Apesar das particularidades, Salim Miguel, Victor Alegria, Olavo Tormin, Tarcísio Pereira, Raimundo Jinkings e Rui Gonçalves apresentam características em comum que fizeram com que eles assumissem empreendimentos literários que extrapolaram a venda de livros e que marcaram o campo cultural local, regional ou nacional.

Dentro dessa perspectiva, propõe-se a discussão de alguns pontos para pensarmos tais livreiros. Um deles é a vinculação ao Estado. Olavo Tormin, Salim Miguel e Raimundo Jinkings assumiram cargos públicos em algum momento de suas vidas profissionais. Tormin foi funcionário da Caixa Econômica Federal por 23 anos. Jinkings também trabalhou em banco, o Banco da Amazônia por aproximadamente 10 anos, quando foi aposentado compulsoriamente depois da sua segunda prisão em 1966. Por sua vez, Miguel trabalhou na Agência Nacional de Santa Catarina e no gabinete de comunicação do governo estadual, além de mais tarde ser diretor da Editora UFSC.

No caso do Bazar Oió, o lucro não era suficiente para que o dono mantivesse o negócio como único meio de renda. Olavo Tormin dependia do seu trabalho como funcionário público para manter a atividade livreira. Tanto é que, quando perdeu o emprego, a falta dessa renda, entre outros fatores, contribuiu para que a livraria passasse por um período de declínio até ser fechada.

Outro ponto para o qual podemos chamar atenção é a adoção de uma postura política por parte desses agentes. Em alguns casos, como o de Raimundo Jinkings, de forma evidente, já que ele foi líder sindical e integrante ativo do PCB. Em outros, pela postura ao vender livros censurados e dar abrigo a fugitivos políticos. Aníbal Bragança afirma que

Para o livreiro, o importante é encontrar um espaço de atuação entre o desejo de intervenção, através do livro, e o respeito à necessidade e aos interesses do leitor. Não ser passivo, pois me parece fundamental haver uma ação política em seu trabalho, como disse antes, mas também não pretender impor o que se pensa ser melhor ao outro. Isso não é fácil (KAHLMAYER-MERTENS, 2010, p. 177).

Ao pensar esse cenário intelectual da década de 60, Villarino Pardo ressalta a importância do crescimento do movimento operário pelo país, principalmente nos grandes centros, com a criação dos sindicatos, por exemplo, e como isso teve participação da classe média urbana por meio da intelectualidade, “através de uma intensa luta política e cultural” (VILLARINO PARDO, 2000, p. 77). Para ilustrar tal afirmação, a autora resgata a fala do jornalista e escritor Luiz Carlos Maciel: “Não nos passava pela cabeça que o ser humano pudesse passar seu tempo de vida sobre a Terra alheio aos problemas sociais e políticos; esta era, para nós, a pior das alienações. Foi assim que, nos 60, produziu-se uma arte política, uma cultura voltada para a questão social” (VILLARINO PARDO, 2000, p. 78).

Para Luiz Renato Vieira, em *Consagrados e malditos: os intelectuais e a editora Civilização Brasileira* (1998): “a consagração do intelectual a partir dos anos 60 passa inevitavelmente por uma postura de esquerda e pela adoção de um referencial teórico marxista” (VIEIRA, p. 34). É a partir de 1964, segundo o autor, que o campo de produção intelectual de esquerda se reorganiza “rumo a análises que buscam identificar os ‘equivocos’ de avaliação política no período anterior e traçar estratégias mais realistas para a ‘revolução brasileira’” (VIEIRA, p. 39). Houve uma “progressiva autocrítica e uma revisão das teses de esquerda” em uma busca comum pela redemocratização.

Os livreiros aqui pesquisados assumem posições nos seus respectivos campos (contexto regional/local) e no campo mais amplo (nacional) determinadas, entre outros pontos, pelo capital simbólico de cada um. Cientes desse reconhecimento e com base nele, esses agentes fazem suas escolhas estéticas. Ponto que será discutido mais à frente, ao tratarmos do repertório dessas livrarias e livreiros.

### ***Ditadura militar e literatura***

*A partir do momento em que as leis oficializam a censura, a cultura se faz amordaçada.*

Carneiro (2002)

*É que além de tirar tudo dessas famílias, o regime ainda lhes deixou a culpa.*

Dalcastagnè (2020)

As consequências dos 21 anos de ditadura militar no Brasil continuam sendo sentidas em cada geração, da forma que é possível: reflexo da insistência dos que mantêm a pauta em debate e persistem em revê-la, mas também daqueles que desvirtuam fatos e provas e defendem o discurso do eufemismo e da amnésia; e ainda devido ao modo como se deu a transição do regime autoritário para o democrático. Nesse sentido, Tânia Pellegrini afirma que “a ditadura permanece como uma espécie de casa velha a que sempre se volta à procura de vestígios, resquícios e pistas talvez ainda reveladoras” (PELLEGRINI, 2014, p. 151). Para Eurídice Figueiredo, crítica literária que analisou uma série de obras escritas durante e após a ditadura militar: “No Brasil não se cultiva a memória política porque a anistia significou amnésia; o país se recusa a enfrentar seu passado, a rever os crimes cometidos, a expor as atrocidades perpetradas por um regime de exceção” (FIGUEIREDO, 2017, p. 26).

Um marco importante, fruto dessa insistência daqueles que não aceitam a amnésia, foi a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Os trabalhos da CNV foram realizados entre maio de 2012 e dezembro de 2014, durante o governo de Dilma Rousseff. Entre as conclusões, a constatação de graves violações de direitos humanos com “a prática sistemática de detenções ilegais e arbitrárias e de tortura, assim como o cometimento de execuções, desaparecimentos forçados e ocultação de cadáveres por agentes do Estado brasileiro” (BRASIL, 2014a, p. 962). O número de mortes e desaparecimentos de vítimas do regime militar confirmados pela CNV chegou a 434. Entretanto, constatou-se que esse número não é final, mas sim o resultado do tempo que perdurou o trabalho da comissão. A quantidade, portanto, é muito maior. Adiciona-se a tal afirmação o fato de que os números de vítimas indígenas não estão nessa soma, e foi discutida em relatório da CNV com essa temática. A estimativa, nesse

caso, é de ao menos 8350 indígenas mortos “em decorrência da ação direta de agentes governamentais ou da sua omissão” (BRASIL, 2014b, p. 205).

As experiências vivenciadas no período são retrabalhadas por alguns a partir da maneira como elas se aproximam deles: seja por meio de um parente, de relatos diretos ou documentais, de experiências vivenciadas, dos traumas silenciados. A maneira que encontrei de pensar esse percurso vivido pelo meu avô materno foi por meio do jornalismo e da pesquisa. Na literatura, essas experiências encontram talvez um espaço ainda maior para se “realizarem”.

Muito foi produzido durante os anos da ditadura militar e ainda hoje se produz sob a perspectiva das gerações seguintes à daquela época. Em *Literatura e vida literária*, obra publicada logo após a abertura política, a crítica Flora Sussekind afirma que a literatura produzida nas décadas de 70 e 80 é marcada pela *síndrome da prisão*, além de “desvios formais, opções estéticas de risco reduzido, a tentativa de ser do ‘contra’” (1985, p. 43). Para a autora, as obras são “aprimoradas”, majoritariamente, ou pelo autocentrismo, “uma literatura de mão única cujo trajeto obrigatório é pelo próprio ego”, ou pelo excesso de parábolas e narrativas fantásticas (SUSSEKIND, 1985, p. 42).

Para Sussekind, a opção desse escritor que ela critica é feita para saciar a sede do seu leitor que, especialmente após o retorno dos refugiados, no governo Figueiredo, preferia “tristes e detalhados relatos de torturas, perseguições policiais e confinamentos” (SUSSEKIND, 1985, p. 44). Uma das explicações apontadas por ela seria um *mea culpa* da classe média que apoiou o golpe e depois se arrependeu. Por meio da leitura desses relatos de cárcere, essas pessoas estariam se “penitenciando”. Outro ponto levantado pela autora seria a necessidade de dar uma outra versão àquelas mais novas que ficaram sucumbidas aos relatos oficiais dos militares.

Há controvérsias em relação às críticas de Sussekind. Para Eurídice Figueiredo, entre outros pontos rebatidos, a opção de muitos escritores pela não ficção ou pelo jornalismo literário era uma tendência na época influenciada pelo escritor Truman Capote e atende uma demanda tanto do público quanto dos escritores. Figueiredo defende ainda que: “Mesmo nos livros dos ex-guerrilheiros há muito mais crítica e autocrítica do que glorificação de heróis; há vítimas, sem dúvida, mas não há narrativas da vitimização” (p. 118). Em *A literatura como arquivo da ditadura militar brasileira* (2017), a autora fez um trabalho extenso de análise de obras escritas tanto da geração que vivenciou o trauma, quanto da geração futura, que procurou elaborá-lo.

Ao falar das produções literárias produzidas em diferentes períodos sobre o mesmo acontecimento – a ditadura militar brasileira (1964-1985) – Figueiredo explica como fez a

divisão dos textos para seguir com sua análise. Afinal, “não se escreve, com efeito, sobre a ditadura da mesma maneira nos anos 1960, nos anos 1980 e no momento presente porque a experiência se transforma com o passar do tempo” (FIGUEIREDO, 2017, p. 47). Isso porque “Dá-se uma depuração da percepção dos afetos envolvidos nesse processo de elaboração do trauma decorrente dos sofrimentos do passado”. Da mesma forma, a análise desses escritos também pode mudar com o passar do tempo, portanto, é importante levar em consideração o momento em que cada trabalho foi escrito.

Para Dalcastagnè, as obras escritas durante a ditadura militar “falavam de um presente que parecia que não acabaria nunca e, por isso, dobravam-se doloridas, sobre si”. As parábolas eram o recurso usado para dizer o que não se podia dizer, “resistia-se no gesto de contar, na esperança de que alguém ouviria, e de que alguém pudesse ser salvo” (DALCASTAGNÈ, 2020, p. 25).

Atualmente, é possível perceber a produção das atuais gerações que olham para esse tempo passado e o reescrevem. Por exemplo, Julián Fuks, Maria Pilla, Marcelo Rubens Paiva, Paloma Vidal. Ainda segundo Dalcastagnè,<sup>22</sup> os textos escritos recentemente trazem “a luta contra o amesquinamento da própria experiência da dor” e ainda “a necessidade de dizer que eles não terão a última palavra sobre nossas vidas e sobre nossos corpos” (DALCASTAGNÈ, 2020, p. 26). Para complementar essa afirmação, trago uma constatação de Pellegrini que, ao olhar para essas produções “pós-abertura”, aponta como novidade a presença de vozes antes “abafadas” que lutam não mais contra a ditadura, mas contra o discurso branco, masculino e cristão: “outros sujeitos que se expressam, em dicções marcadas por uma diferente perspectiva, pois muitas vezes vêm de outro lugar social” (PELLEGRINI, 2014, p. 172).

Por fim, esses relatos tornaram-se livros. E, como livros, pararam nas estantes de diversas livrarias. Cada uma das seis livrarias estudadas nesta tese lutou pelo direito de essas histórias chegarem às mãos de leitores. Nesta pesquisa, você não encontrará análise de textos literários, mas irá conhecer um pouco sobre a personagem livraria, sempre bem acompanhada pelo livreiro, ambos fundamentais – apesar dos “obstáculos” digitais, cada vez mais presentes – para pensarmos o campo/sistema literário.

Pensando a produção cultural produzida nos anos do regime militar, Pellegrini afirma que essa não pode ser definida pela censura e suas consequências. A autora chama atenção para

---

<sup>22</sup> No artigo *Literatura e resistência no Brasil hoje*, a autora analisa especificamente *K.: relato de uma busca* (2011), de Bernardo Kucinski; *Ainda estou aqui* (2015), de Marcelo Rubens Paiva; *A resistência* (2015), de Julián Fuks e *Volto semana que vem* (2015), de Maria Pilla.

“a consolidação de uma *indústria cultural* brasileira, que se efetivou à sombra da censura” (PELLEGRINI, 2014, p. 154). Até a promulgação do AI 5, no final de 1968, há “uma generosa ebulição dos processos criativos, de sentido amplo e de alta voltagem ideológica”. Depois, “a primeira metade da década de 1970 foi marcada por um esforço explícito do governo para neutralizar a produção cultural de esquerda, com vistas a assumir definitivamente o processo cultural”. Com tal intenção, investiu-se na criação ou reformulação de órgãos “de estímulo e ao mesmo tempo de controle” como o Concine (Conselho Nacional de Cinema), em 1976; a Funarte (Fundação Nacional de Arte), em 1975; e a Embrafilme (Empresa Brasileira de Filmes), de 1969; o Instituto Nacional do Livro, de 1937, com política de subsídios.

Dessa forma, segundo Pellegrini, o governo foca na “consolidação da indústria cultural no Brasil [...] cuja importância política, institucional e econômica, nesse momento, é estratégica para o projeto modernizador do regime” (2014, p. 157). Apesar da presença da censura, houve crescimento da produção cultural tendo em vista esse investimento estatal no setor, afinal “a cultura tornara-se efetivamente preocupação estratégica e questão de poder” (PELLEGRINI, 2014, p. 160).

A censura aos livros, editoras e gráficas clandestinas assim como aos intelectuais “é secular e universal” e, desde fins da Idade Média, agentes da repressão usam como justificativa a necessidade de “purificação social”: “Ao apontar o ‘herege’ para a comunidade, o Tribunal da Fé definia seu papel (ou função), garantindo sua sobrevivência junto às esferas do poder” (CARNEIRO, 2002, p. 27).<sup>23</sup> As elites têm medo da disseminação da palavra e da cultura para a sociedade em geral, e dos reflexos que isso pode provocar, entre outros, na diminuição de privilégios: “os homens do poder e os revolucionários sempre tiveram consciência da força das palavras. É através do discurso oral ou escrito que as ideias circulam seduzindo, reelaborando valores e gerando novas atitudes” (CARNEIRO, 2002, p. 32).

Os agentes desses discursos são escritores, jornalistas, intelectuais, professores, editores e livreiros, que se tornavam alvo da censura principalmente se fossem associados à causa comunista. Segundo Carneiro, os documentos do Departamento Estadual de Ordem Política e Social – DEOPS/SP demonstram que, apesar de sempre terem estado na mira da polícia política, esses agentes envolvidos na ação revolucionária mantinham redes complexas de comunicação por meio de grupos clandestinos: “Constatamos que, em vários momentos, a censura e os

---

<sup>23</sup> Maria Tucci Carneiro faz um trabalho, a partir dos documentos do Departamento Estadual de Ordem Política e Social – DEOPS/SP, sobre os livros e textos censurados e confiscados pela polícia política brasileira entre os anos 1930 e 1985. A maioria era do período da ditadura varguista (1930-1945) e da ditadura civil-militar (1964-1985).

repressores eram burlados, configurando uma sistemática frente de resistência” (CARNEIRO, 2002, p. 84).

Sandra Reimão (2014) chega a uma conclusão semelhante em sua pesquisa sobre censura a livros na ditadura militar no Brasil. Para ela, além dos atos de resistência por parte de grandes escritores, intelectuais e editores, havia aqueles “protagonizados por uma legião de anônimos – pequenos e médios editores, impressores e livreiros que, no limite de seus campos de ação, atuaram com dignidade e em prol da liberdade”. Destaca ainda o papel dos leitores, que “com pequenos atos, buscaram preservar os direitos humanos essenciais nas adversidades – pois, lembremos, em certos momentos, até mesmo comprar, carregar e guardar alguns livros podia ser perigoso” (REIMÃO, 2014. p. 88).

Em relação aos períodos em que o Brasil teve no comando governos ditatoriais, o livreiro esteve em uma posição estratégica e, muitas das vezes, tomando atitudes importantes para o movimento de resistência pensando nos campos cultural e intelectual. Maria Luiza Tucci Carneiro lembra que, durante o governo Vargas, órgãos estatais foram criados ou tomados a executarem a censura: o DOPS (Departamento do Ordem Política e Social) e o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) “funcionavam como engrenagens reguladoras das relações entre o Estado e o povo; verdadeiras máquinas de filtrar a realidade, deformando os fatos construindo imagens” (CARNEIRO, 2002, p. 48).

Com a instauração de uma ditadura militar em 1964, “as atividades da polícia política foram reorientadas pelos primeiros Atos Institucionais”. Foram criados o Serviço Nacional de Informação (SNI); o Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI). Informantes surgiram em diversas categorias da sociedade. Carneiro cita instituições conservadoras como a TFP (Tradição Família e Propriedade), grupo ligado à ala ultraconservadora da Igreja Católica, o Comando Geral Democrático e o Comando de Caça aos Comunistas. Todos contra o inimigo maior: os comunistas. Segundo Carneiro, os principais alvos continuavam sendo intelectuais, artistas, professores universitários, editoras e livrarias:

Temiam-se os homens com passado de militância política, razão pela qual o regime militar instituiu os corriqueiros atestados de antecedentes políticos [...]. O DEOPS transformou seus ‘arquivos gerais’ numa importante arma contra a resistência ao regime militar: o passado contava muito [...]. Aliás, tudo contava, até a posse de um único livro. Regredimos aos tempos medievais (CARNEIRO, 2002, p. 165).

Os documentos do DEOPS/SP demonstram, de acordo com a autora, que, apesar de sempre terem estado na mira da polícia política, agentes como editores, intelectuais e livreiros envolvidos na ação revolucionária mantinham redes complexas de comunicação por meio de grupos clandestinos (CARNEIRO, 2002, p. 55). Percebe-se, portanto, a importância de se pensar a figura do livreiro, esse agente do campo literário e sua atuação como fator de resistência à ditadura militar. As livrarias tornam-se, por sua vez, instrumentos de democracia.

## CAPÍTULO 1

### O CAMINHO ESCOLHIDO: TEORIA DOS POLISSISTEMAS

A literatura não é uma atividade isolada da sociedade, com leis próprias, diferentes de todas as demais, mas é um fator integrador e poderoso entre essas atividades. Sendo assim, Even-Zohar defende um modo diferente de enxergar a literatura. Tal posição pode ser estranha para muitos, mas vai ser analisada – inclusive com suas limitações – como mais uma possibilidade de se pensar a literatura de forma mais ampla, e a livraria, a partir de um olhar focado nos casos discutidos nesta tese.

Os fundamentos da teoria dos polissistemas foram desenvolvidos pelo Formalismo Russo na década de 1920. Entretanto, segundo Itamar Even-Zohar, prevaleceram concepções distorcidas, pois o estudo acadêmico da literatura na maioria dos países do Ocidente foi, em grande parte, superficial no que se refere a essa escola literária. Apesar dos formalistas pensarem uma literatura focada exclusivamente no texto, eles deixaram “marcas” apontando para uma concepção dinâmica dos sistemas. Em contrapartida, para o autor, o estruturalismo francês, escola adotada preferencialmente pelos países ocidentais, ignorou a noção de sistema aberto e dinâmico. O autor defende que a teoria dos polissistemas tenta dar conta de “complexos maiores” do que a literatura, sem podá-la nesse processo. Ao contrário, tal teoria dá a oportunidade para a literatura “se libertar do canto no qual foi colocada (às vezes, com boas intenções) pela tradição recente” (EVEN-ZOHAR, 1990, p. 2).

Por isso, a posição do autor é crítica em relação à forma como os estudos acadêmicos literários lidam com o tema. Para Even-Zohar, não é dever da academia interferir no que a sociedade acredita ser a “literatura” nem simplesmente interpretar textos ou escritores. “Como em qualquer outra disciplina, o único interesse da ciência da literatura é operar de acordo com alguns procedimentos controláveis que são aceitos e reconhecidos como ‘as regras do jogo’” (EVEN-ZOHAR, 1990, p. 3).

Nesse processo, “deixam-se de parte determinados apriorismos (sobretudo no que diz respeito ao objecto de estudo), questiona-se o modelo estático de aproximação aos fenómenos literários” (VILLARINO PARDO, 2000, p. 11) e passam a ser consideradas novas variantes, como “ações de políticas públicas, educacionais e mercadológicas, as quais são atuantes nos sistemas culturais e que influenciam a produção do objeto a ser investigado” (MAROZO, 2018, p. 9).

Um polissistema é um sistema composto de vários sistemas que se cruzam e se sobrepõem parcialmente, funcionando como um todo, e cujos membros são interdependentes (EVEN-ZOHAR, 1990, p. 11). Segundo o teórico, a escolha do termo “polissistema” é para deixar explícita a concepção de um sistema dinâmico e heterogêneo em oposição à abordagem sincronística; “ênfatar a multiplicidade das interseções e, portanto, a maior complexidade da estrutura em questão” (EVEN-ZOHAR, 1990, p. 12). O que acredito ser o ponto de partida para pensarmos polissistema é a posição de Even-Zohar em rejeitar julgamento de valores como critério para a seleção dos objetos de estudo. Em contraposição à maioria da academia e de seus agentes, ele afirma que “a linguagem padrão não pode ser considerada sem colocá-la no contexto do que é o não padrão”. Ou seja, a literatura infantil estaria relacionada à literatura adulta; traduções não seriam desvinculadas do texto original; a produção literária de massa (suspenses, novelas...) não seria descartada como “não literatura” a fim de não assumir que existe uma dependência mútua com a literatura “individual” (EVEN-ZOHAR, 1990, p. 13).

Outro ponto que o autor destaca é o posicionamento do centro e da periferia. Para ele, essas duas categorias são pensadas de forma diferente da convencional. Tradicionalmente o que ocorre é que o sistema é identificado a partir do centro, as periferias são excluídas, consideradas extrassistemas. Ao ignorarmos a existência dos sistemas (periferias) que circundam o centro, não havia consciência da tensão entre os estratos dentro do sistema; não se sabia da variedade de itens existentes. As mudanças que ocorriam eram explicadas de forma simplista. A teoria dos polissistemas procura responder a questionamentos como o motivo das mudanças acontecerem, as razões de certas mudanças e como elas são realizadas.

Para Carmen Villarino Pardo, “abre-se espaço, assim, para o estudo de textos não-canonizados, de autores que em determinados momentos (especialmente quando entram no campo literário) ocupam posições periféricas dentro do sistema, mas também para os factores que possibilitam a mudança dessas posições” (VILLARINO PARDO, 2000, p. 13). Sendo assim, a partir de Even-Zohar e de Bourdieu, pode-se entender que a criação não está descolada das suas condições de produção. É também trabalho do teórico e crítico literário entender todos esses agentes, o papel deles e como que eles proporcionam uma determinada atmosfera que permite a criação de obras.

Para esses fatores, concorrem muitas questões, inclusive os espaços por onde esses autores e livros circulam. Percebe-se, portanto, a importância de olhar para os agentes envolvidos que não participam do processo criativo, como é o caso dos livreiros.

A falta de visão do todo, e dos processos envolvendo as partes, fez com que os pesquisadores atribuíssem tudo às “explicações locais”, segundo Even-Zohar, como erros e mal-entendidos da tradução, por exemplo. Os pesquisadores ignoraram a relação entre a posição dos textos e modelos (propriedade, formatos) e as decisões tomadas durante a sua produção. Essa ideologia do canônico, segundo o autor, resultou em uma “compulsão cultural massiva” que afetou o sistema educacional e fez com que “se tornasse impossível, mesmo para estudantes de cultura, observarem e apreciarem o papel das tensões dinâmicas que operam na cultura para a sua manutenção” (EVEN-ZOHAR, 1990, p. 16).

Mesmo quando o foco é o texto literário, Even-Zohar enfatiza que o estudo histórico do polissistema literário não se restringe às obras canônicas: “Esse tipo de elitismo não pode ser compatível com a historiografia literária, assim como história geral não pode mais ser a história de vida de reis e generais”<sup>24</sup> (EVEN-ZOHAR, 1990, p. 13). Ainda segundo ele, “nenhum campo de estudo, seja ele mais ou menos rigorosamente ‘científico’, pode selecionar seus objetos de acordo com normas de gosto” (EVEN-ZOHAR, 1990, p. 13).

Para Gisèle Sapiro, a noção de sistema de Even-Zohar rompe “com uma concepção essencialista das obras” e “coloca em relação os diferentes elementos que a compõem, ao se perguntar sobre as funções que eles cumprem ali, o que permite escapar ao mesmo tempo de um positivismo historicista desagregador” (SAPIRO, 2019, p. 40).

Marozo ressalta que

rompimento de hierarquias não rompe com o respeito e o prestígio dos poetas da tradição canônica; apenas muda sua abordagem, sendo estudado em uma perspectiva mais ampla porque a questão seria colocada da seguinte maneira: como determinado autor influenciou no sistema? A quais instituições estava ligado? Qual repertório se apropriou? Como foi a recepção de sua obra na época e como é hoje? Essas interrogações fazem com que seja inserido no processo interpretativo um conjunto de questões econômicas, políticas e culturais etc. (MAROZO, 2018, p. 18).

Segundo Even-Zohar, assim como qualquer outro sistema natural, os sistemas culturais precisam de um “regulador” para não colapsar nem desaparecer. Ou seja, os repertórios canônicos ficariam estagnados se não fossem os não canônicos, que, por vezes, ameaçam substituí-los, o que garante a evolução do sistema, como defende o próprio Even-Zohar. Quando isso não acontece, ocorre o abandono de um sistema e o movimento para outro. É o

---

<sup>24</sup> “This kind of elitism cannot be compatible with literary historiography just as general history can no longer be the life stories of kings and generals”. E do trecho: “No field of study, whether mildly or more rigorously ‘scientific,’ can select its objects according to norms of taste.” (tradução nossa)

grupo que governa o polissistema que determina a canonicidade de determinado repertório. Se for necessário, ele altera esse repertório.

Em um (poli)sistema, é no repertório que a canonicidade é manifestada: “Repertório é concebido aqui como o agregado de leis e elementos que governam a produção de textos” (EVEN-ZOHAR, 1990, p. 17). Leis e elementos esses que podem mudar ao longo do tempo. Apesar de alguns deles existirem desde o início da literatura, a maior parte muda de acordo com os diferentes períodos e culturas.<sup>25</sup> Fica nítida a relevância dos outros sistemas, campos, fatores que circundam o texto e a literatura. É a partir dessa dinâmica que ocorre a definição das atividades e dos agentes a serem incluídos ou excluídos, “e estas leis não são imanentes, mas social e historicamente determinadas” (MAROZO, 2018, p. 12). Even-Zohar chega então à concepção de que “no sistema literário, os textos, em vez de desempenhar um papel nos processos de canonização, são o resultado desses processos. É apenas em sua função de representantes de modelos que os textos constituem um fator ativo nas relações sistêmicas (EVEN-ZOHAR, 1990, p. 19).

Tendo apresentado o que Even-Zohar entende por teoria dos polissistemas, o próximo passo para explicar a forma como este trabalho foi pensado é tratarmos do sistema literário em si. O esquema do sociólogo é basicamente o seguinte:

um CONSUMIDOR pode “consumir” um PRODUTO produzido por um PRODUTOR, mas para o “produto” ser gerado (o “texto”, por exemplo), deve existir um REPERTÓRIO comum, cuja possibilidade de uso está determinada por uma certa INSTITUIÇÃO. E deve existir também um MERCADO no qual ele possa ser transmitido (EVEN-ZOHAR, 1990, p. 34).

Even-Zohar explica que partiu da célebre teoria da comunicação proposta pelo linguista Roman Jakobson (1896-1982), em que qualquer ato de comunicação verbal é dividido em seis fatores: receptor, mensagem, emissor, código, contexto e canal (ordenados segundo esquema de Even-Zohar apresentado anteriormente). De acordo com o autor, não se trata de uma correspondência total, mas de uma aproximação.

---

<sup>25</sup> “[...]o status de qualquer repertório literário é determinado pelas relações que se obtêm no (poli)sistema. Obviamente, o repertório canonizado é apoiado por elites conservatórias ou inovadoras e, portanto, é limitado por aqueles padrões culturais que governam o comportamento destas últimas. Se sofisticação e excentricidade (ou o oposto, isto é, “simplicidade” e conformismo) são exigidos pela elite para satisfazer seu gosto e controlar o centro do sistema cultural, então o repertório canonizado irá aderir a essas características tão intimamente quanto pode” (EVEN-ZOHAR, 1990, p. 18).

O modelo de Even-Zohar pode ser pensado, de maneira simultânea, com o de campo literário de Pierre Bourdieu, e o de sistema literário de Antonio Candido. Para este, a partir da existência da triangulação “autor-obra-público”, em que o leitor ganha espaço e é alçado a uma posição de equivalência com o autor e a obra. Ao analisar uma obra, segundo Candido, o contexto em que ela está inserida influencia o motivo de sua produção. Para Marisa Lajolo, em *Formação da literatura brasileira* (1959), Antonio Candido “concebe a literatura como integração de autores, obras e público em um sistema articulado e não mais como uma pluralidade aleatória – ainda que cronologicamente próxima – de autores e obras, concebidos como independentes de uma articulação visível em um sistema” (LAJOLO, 2003, p. 56). Sistema articulado que permite que uma série de obras seja entendida como uma literatura nacional.

Lajolo evoca a possibilidade do constante desenvolvimento da noção de sistema literário já que, segundo a autora, se trata de um processo formativo. É um processo que, com o passar do tempo, torna-se mais complexo “à medida que a produção do suporte tradicional da literatura – o livro – vai se tornando objeto de pactos sociais cada vez mais complexos, por envolverem cada vez um maior número de profissionais, do qual se demandam competências distintas” (LAJOLO, 2003, p. 63). Nesse trecho específico, Lajolo refere-se aos textos eletrônicos, mas a menção a profissionais de competências distintas me remeteu automaticamente à figura do livreiro. Uma figura que não é nova dentro desse sistema, mas que passa a fazer parte de uma possibilidade de leitura a partir dessa noção de Antonio Candido. Ainda dentro dessa mesma discussão, Lajolo cita um dos últimos ensaios de Candido, *Os ultramarinos* (1993), em que o autor elenca os componentes formadores de um sistema literário a partir do exemplo da sociedade literária conhecida como Arcádia Ultramarina.<sup>26</sup> Um dos componentes destacados por Lajolo é a sociabilidade entre escritores e intelectuais em geral:

Esta sociabilidade, para o crítico, constitui a base de uma vida literária que se articula como uma espécie de rede de relacionamentos interpessoais, relacionamentos nos quais há espaço para influência, para a oposição polêmica, para o partilhamento de posições estéticas, trocas simbólicas, e que dispõe inclusive de rituais de iniciação e de incorporação cultural (LAJOLO, 2003, p. 66).

Essa rede de relacionamentos é de extrema importância para a análise aqui proposta. Entretanto, Candido constata, mas não se aprofunda nesta discussão. É importante

---

<sup>26</sup> A Arcádia Ultramarina foi uma sociedade literária fundada em Vila Rica (MG), no século XVIII.

registrar que a visão de Candido é também a partir de um local de fala privilegiado, que reforça nomes de autores consagrados, uma perspectiva romântica da literatura brasileira e que coloca a obra *Formação da literatura brasileira* dentro de uma lógica canônica conservadora (MATA, 2010). Para Anderson da Mata, é inegável a contribuição de Candido para o conceito de sistema literário no Brasil, mas com a seguinte ressalva: “a história da literatura contida na *Formação* participa de algum modo da construção não só da história da nação, como afirma Candido, de modo pertinente, mas também da construção de um conceito de nação, que suprime perspectivas que perturbam a narrativa heroica que a constitui” (MATA, 2010, p. 63).

No caso de Pierre Bourdieu, que tem na atuação dos agentes literários um dos pontos fortes de sua análise de campo literário, este é visto dentro de um campo artístico e é definido como uma rede de relações, de dominação ou de subordinação, entre posições: “uma espécie de balé bem ordenado no qual os indivíduos e os grupos desenham suas figuras, sempre se opondo uns aos outros, ora se defrontando, ora caminhando no mesmo passo” (BOURDIEU, 2002, p. 133). Cada agente detém uma posição em relação a outros agentes e os modos de acumulação de capital simbólico por ele são próprios deste universo. Sendo assim, por sua vez, cada posição, influencia (e é também influenciada por) as tomadas de posição.

Outra questão apontada por Bourdieu é o reconhecimento simbólico desse agente, que não está atrelado ao campo econômico, ao contrário, segundo ele, “o artista só pode triunfar no terreno simbólico perdendo no terreno econômico (pelo menos a curto prazo), e inversamente (pelo menos a longo prazo)” (BOURDIEU, 2002, p. 102), havendo espaço para exceções. Todo esse universo é altamente autossuficiente. Entretanto, é possível haver “situações de forte heteronomia”. Estas, segundo Gisèle Sapiro, “se caracterizam pela intervenção de forças extraliterárias para arbitrar os conflitos internos do campo, de acordo com critérios étnicos, políticos ou econômicos, aos quais as questões estéticas estão subordinadas” (SAPIRO, 2019, p. 38).

A capacidade da literatura de organizar um espaço autônomo é característica dos pensamentos de Candido, Bourdieu e Even-Zohar – cada um dentro da sua discussão. Como participante desse espaço, o texto não é o único fator a ser considerado. Para Even-Zohar, não é nem mesmo o mais importante. No caso dele, é a interdependência entre os fatores que permite que o sistema funcione: “Nenhum dos fatores enumerados podem ser descritos para funcionar de forma isolada, e o tipo de relações que podem ser detectadas atravessa todos os eixos

possíveis do esquema” (EVEN-ZOHAR, 1990, p. 34).<sup>27</sup> Com o intuito de compartilhar as possibilidades que podem ser extraídas dessa elaboração de sistema literário, as seis livrarias abordadas nesta pesquisa foram pensadas a partir das categorias que compõem tal conceito. Não para retratar o campo ou o sistema usando tal ferramenta, mas para, a partir de diferentes elementos dessa ferramenta, pensar o campo ou o sistema. O que quero dizer é que não é possível, nem é do meu interesse, fazer um mapeamento de tais livrarias, seus agentes e contextos. O propósito é empregar o conceito de Even-Zohar como uma espécie de “lente” que torne possível uma abordagem diferenciada, com um olhar que parte das livrarias.

### 1.1 Pensando as categorias

Conforme apresentado, Even-Zohar pensa o sistema literário a partir de seis categorias: repertório, produtor, consumidor, produto, mercado e instituição. É dessa forma, e prioritariamente nesta ordem, que fazemos a discussão nos capítulos seguintes ao abordarmos a história de cada livraria. No caso específico de produtor, fazemos uma separação entre produtor-livraria e produtor-livreiro, já que cada um exerce um papel específico e é importante separá-los – apesar de eles se misturarem em determinados momentos. Ao tratar das outras categorias, os papéis podem parecer, por vezes, indissociáveis, se não por parte do próprio livreiro, por parte dos consumidores e na visão censória dos militares.

Iniciar pelo repertório de cada livraria foi a maneira encontrada para enfatizar a relevância delas dentro do contexto político do período entre 1964 e 1985. No caso desta tese, repertório é compreendido como posicionamentos e atitudes que governam a produção literária de cada livraria, não somente em formato de textos, mas principalmente de eventos, debates, tomadas de posição e discursos de cada livreiro diante do regime autoritário vigente. E se tal aplicação pode ser feita de um lado, também pode de outro, ou seja, tem que se levar em conta que o regime ditatorial também defende um “repertório” e tenta impô-lo à população de forma autoritária e, por vezes, violenta.

Por mais democráticas que as livrarias aqui pesquisadas fossem, por mais que ninguém fosse proibido de entrar nelas, é certo afirmar que havia um acordo implícito, ou, às vezes, explícito mesmo, entre cliente e livreiro, com base no discurso que aquela livraria representava. Esse acordo entre produtor e consumidor é básico para que o processo se realize, visto que, os

---

<sup>27</sup> “None of the factors enumerated can be described to function in isolation, and the kind of relations that may be detected run across all possible axes of the scheme”. (tradução nossa)

dois “precisam ter, no mínimo, algum pré-conhecimento e acordo (por pequeno que ele seja) do repertório em questão” (VILLARINO PARDO, 2000, p. 16).

Segundo Villarino Pardo, é preciso que o sujeito do campo literário recorra ao repertório disponível para a “construção” do seu produto. Dentre as “possibilidades que o repertório oferece, ele escolhe, cada vez que prepara um novo produto, aqueles elementos que melhor vão servir para definir a sua *tomada de posição* (estilística, ética, política...) no campo, nesse momento concreto” (VILLARINO PARDO, 2000, p. 20). Nesse caso, o sujeito ao qual nos referimos é o livreiro. Entre as possíveis tomadas de posição estão a definição de quais títulos e autores farão parte do catálogo da livraria e participarão de eventos como lançamentos de livros, assim com aqueles que serão editados, caso a casa também tenha essa capacitação.

A relação entre livreiro e cliente forma-se a partir dessa identificação e pode vir a criar laços ainda mais profundos com o passar do tempo. Especificamente as livrarias Jinkings e Palmarinca levantavam posicionamentos que não eram condizentes com a entrada de um simpatizante do regime militar, por exemplo. Diante de perfis políticos, os espaços também se tornam políticos.

E se considerarmos que determinadas questões podem ser aplicadas tanto às livrarias quanto aos livreiros, podemos levar em conta ainda a afirmação de Aníbal Bragança que cabe ao livreiro uma atuação não passiva, visto que é “fundamental haver uma ação política em seu trabalho”:

tanto livreiros quanto editores têm que ter um projeto político para servir a causas de interesse público em que acreditem e à sociedade, local, nacional ou global. Muitas vezes esse projeto se realiza em cada relação humana que o livreiro estabelece no espaço da livraria, tratando, de certa forma, alguma “doença” da alma, despertando uma vocação leitora, com as indicações adequadas às demandas intelectuais ou emocionais do leitor (KAHLMEYER-MERTENS, 2010, p. 177).

A discussão agora é sobre aquele que preenche o espaço da livraria e que mantém o coração dela pulsando; aquele que se alimenta da leitura e que reverbera e ressignifica as palavras. Dentro da ideia de “sistema literário”, de Even-Zohar, “consumidor” é um termo mais apropriado e mais amplo do que “leitor”. Porém, é também um termo discutível justamente pelo peso que a palavra carrega. Um adjetivo substantivo masculino que, segundo o dicionário Michaelis<sup>28</sup>, tem como primeira definição: “que ou aquele que consome; aquele que compra

---

<sup>28</sup> Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br>. Acesso em: 3 maio 2022.

produtos ou serviços para seu próprio gasto (ou de sua família); comprador, cliente, freguês”. A partir daí, é possível imaginarmos um leitor que entra na livraria interessado em levar determinada obra. Em troca, precisa pagar a quantia definida pelo estabelecimento. Talvez consiga uma pequena redução, um abatimento em cima do valor anunciado – se ele for um cliente fiel... Seria essa uma definição suficiente para nos afastar da ideia do leitor como o coração do sistema?

Se recorrermos a Karl Marx, a distância fica ainda maior, já que para ele, no sistema capitalista “o consumo assume essencialmente a forma de consumo de mercadorias” e “envolve tanto uma ampliação da esfera de consumo como uma deterioração potencial de sua qualidade e implica, em qualquer caso, uma crescente manipulação do consumidor pelas empresas capitalistas nas esferas da produção, da distribuição e da publicidade” (BOTTOMORE, 2012, p. 133). De fato, proposto dessa forma, o termo escolhido por Even-Zohar parece diminuir o papel ativo do leitor. Por outro lado, Marisa Lajolo e Regina Zilberman, em *Formação da leitura no Brasil* (2019), afirmam que a figura do leitor de forma geral surge justamente quando a literatura passa a ser vista como uma atividade empresarial; sendo assim, a instituição literária

é o lugar das convenções e protocolos literários, sendo sua dimensão a da regulamentação do negócio literário, isto é, do modo de produção da mercadoria livro, em nome de cujo consumo é preciso que narradores e leitores estabeleçam certa parceria, constantemente rompida e refeita, e que favorecendo de um lado, a legibilidade das obras, assegura, de outro, a vendabilidade delas” (LAJOLO; ZILBERMAN, 2019, p. 80).

A ideia não é avançar nessa discussão e, sim, evidenciá-la, levando em conta que uma das principais características das livrarias pesquisadas aqui é justamente o perfil diferenciado de relacionamento com seus frequentadores, que extrapola a figura de clientes para serem participantes ativos de iniciativas realizadas nas livrarias e, posteriormente, de atos de protesto e resistência em defesa delas. Entretanto, apesar da implicação da palavra “consumidor” vamos ver que a escolha é possível em acordo com o pensamento do teórico israelita e que tal fato não diminui a relevância dos objetos desta pesquisa. Essa relação do consumidor com a livraria e com o livreiro extrapola o ato do consumo de uma obra literária haja vista a pluralidade de significações que tais livrarias exercem em seus respectivos espaços e para seus respectivos públicos, um dos pilares deste trabalho, que justifica o seu propósito.

Para Itamar Even-Zohar, o “consumidor”, assim como o “produtor”, pode se mover em vários níveis como participante nas atividades literárias. Proposta que, segundo o teórico, não é possível no que chama de teoria literária clássica (EVEN-ZOHAR, 2013a), em que o “leitor”

é colocado como aquela entidade para a qual a literatura é produzida. Quando Even-Zohar se refere a outros níveis, apresenta mais uma particularidade do seu pensamento, a existência de consumidores “indiretos”, que se dá quando o que é consumido não é o texto, mas fragmentos literários. Todos somos, ao menos, consumidores “indiretos” quando consumimos uma quantidade de fragmentos literários, transmitidos por agentes culturais no discurso diário, fragmentos de velhas narrações, alusões e frases feitas, parábolas e expressões cunhadas.

Quanto aos consumidores “diretos”, aquelas pessoas “voluntária e deliberadamente” interessadas nas atividades literárias, Even-Zohar afirma que “não é claro se o grosso das pessoas desse grupo (minoritário) está fundamentalmente preocupado com o ato de ler ou em participar de várias outras formas no sistema literário” (EVEN-ZOHAR, 2013a, p. 34). Pode ser a pessoa que leu a obra, mas pode ser aquela que tem a intenção de interagir com o autor em um lançamento de livro, por exemplo. É o que ele chama de “*happening*”, ao se referir à função sociocultural da literatura.

No primeiro momento, o termo pode parecer ter uma conotação negativa – um “acontecimento” que coloca o texto literário em segundo plano – mas não é essa explicação de Even-Zohar. Não existe, para ele, uma hierarquização dentro do sistema literário, portanto, a atitude de participar de um evento para conhecer um escritor pode ser tão legítima quanto a de ir a fim de discutir questões relacionadas à obra.

Ainda dentro desse raciocínio, o teórico afirma que não existem só consumidores individuais, mas também consumidores como grupo, o *público*, fácil de visualizar nesse cenário de *happenings*,<sup>29</sup> em que pessoas com interesses comuns participam de eventos. E ainda que, como vimos no caso dos eventos literários, o processo de troca entre produtor e consumidor não precisa ser financeiro.

A inexistência da hierarquia dentro dos polissistemas é percebida no exemplo das feiras literárias, onde se pode perceber a coexistência do produto, do mercado e da instituição de forma orgânica. O livro é um produto, mas também o próprio escritor se coloca nessa posição ao ser “alvo de afeição” dos leitores que vão assistir às suas palestras e vão pedir um autógrafo ou fotografia. As feiras de livros são eventos em que o produtor recebe do público o retorno da avaliação da sua obra e do próprio evento. Sendo assim, “o público nunca deixou de ser um

---

<sup>29</sup> Vale a pena pensar também na mobilização gerada pelas redes sociais, que não existia com tamanha força quando Even-Zohar elaborou sua teoria.

agente importante na construção do repertório e do produto, incluindo aí a obra literária” (MAROZO, 2018, p. 14).

O espaço dessas feiras é de vendas, onde circulam editores e agentes literários e onde negócios são feitos. Entretanto, também é um local que valida os nomes daqueles que estão presentes; que foram convidados justamente por causa do último lançamento ou do prêmio de uma das suas obras. Sendo assim, funciona como uma instância de consagração. Participar de feiras de livros, assim como de encontros, palestras e outras atividades passou, segundo Villarino Pardo (2000), a fazer parte do ofício do escritor brasileiro a partir de 1975, quando houve uma grande expansão no mercado literário nacional: “Vários deles manifestam a necessidade de se sentirem vinculados a instituições e, sobretudo, de criarem os seus próprios espaços institucionais, que lhes proporcionem maior presença no espaço social e um valor simbólico mais elevado” (VILLARINO PARDO, 2000, p. 250).

Ao pensarmos no mercado livreiro e, mais especificamente, nas livrarias analisadas nesta tese, o contexto histórico é de extrema relevância e ajuda a colocar em perspectiva a particularidade desse mercado – ou pelo menos parte dele. Algumas das livrarias foram inauguradas durante a ditadura militar, entre 1964 e 1985, como foram os casos da Livro 7, da Jinkings e da Palmarinca. Portanto, seus donos entraram para o mercado de livros cientes das dificuldades – ou parte delas – que encontrariam nos anos seguintes.

Esses donos de livrarias fazem parte, logo, de um grupo formado por agentes literários que não se autocensuram. E, segundo Otto Maria Carpeaux, a autocensura é ainda mais forte do que a própria censura porque “Seu motivo principal é o instinto de autoconservação econômica, que desaconselha os conflitos, preferindo às artes e às ciências conflitantes, o comodismo e a apatia (CARPEAUX apud PELLEGRINI, 2014, p. 153).

Para esses que ousaram enfrentar a censura, podemos afirmar que ousaram também enfrentar o sistema econômico, pois arriscaram e, muitas vezes, de fato perderam vendas e dinheiro com determinadas decisões. Mais um ponto para corroborar a especificidade do espaço da livraria como um negócio à parte dentro de um mercado maior. O livro como um produto à parte.

## **1.2 Discutindo repertório**

Cabe nos atermos com mais atenção na discussão de “repertório” – tanto pela relevância desta categoria na atual pesquisa, tendo em vista que o contexto da ditadura militar na história

dessas livrarias é fator determinante – como também para destacarmos uma referência mais recente de Even-Zohar, que traz novas perspectivas sobre o assunto.

No texto *A complexidade da cultura e a sustentabilidade dos grupos* (EVEN-ZOHAR, 2021), Even-Zohar discute as possíveis mudanças de repertórios em culturas diferentes. O autor defende que os repertórios não são uma categoria inata aos grupos humanos, mas são impostos pelos grupos dominantes e “aqueles que controlam os repertórios também controlam o grupo atendido por esses repertórios” (EVEN-ZOHAR, 2021, p. 33). Nesse sentido, a ideia agora é olharmos para essa categoria sob a perspectiva do outro, do governo militar. Assim, podemos entender que o governo militar defende um “repertório” e o impõe – mesmo que na base da violência – à população.

Para Even-Zohar, “o cerne do argumento é que a coexistência de múltiplos repertórios, que competem entre si permanentemente, é o que faz um sistema mudar; e uma vez que a mudança é necessária, pois os sistemas colidem e entram em conflito com outros, a heterogeneidade permite que esses sistemas subsistam a longo prazo” (EVEN-ZOHAR, 2021, p. 33). O autor faz tal reflexão ao analisar transformações culturais, entre elas linguísticas, no pré-Estado de Israel, na Itália, na Espanha (Galiza e Catalunha), na Islândia, e no Canadá (Quebec). O nosso interesse, como explicamos anteriormente, é de usarmos as contribuições do autor para analisar as livrarias no contexto de um regime autoritário.

Seguindo com a análise, “em situações interpretadas ou apresentadas como extremas, o discurso insistia sobretudo no argumento de salvar o grupo de perseguições e humilhações, ou mesmo da aniquilação” (EVEN-ZOHAR, 2021, p. 35). Partindo desse pressuposto, o repertório assumido pelas Forças Armadas pode ser resumido como “salvar o Brasil do comunismo”. É com base nessa premissa que o golpe não se torna um golpe militar, mas um golpe civil-militar. O amparo conquistado pelos militares de setores como o da igreja e o da imprensa foram fundamentais para o convencimento da população geral. A partir daí, ficou mais difícil convencer o povo do contrário, mesmo quando o regime instaurou atos institucionais legitimando ações violentas, a censura e o fechamento do Congresso Nacional, por exemplo.

Nesse sentido, Even-Zohar afirma que as pessoas têm dificuldade de aderir a novos repertórios e preferem aqueles que já estão aprovados: “Os grupos, assim como os indivíduos, geralmente estado dispostos a lutar — a ponto de arriscarem suas vidas — pela manutenção de um repertório que pode ter se tornado idêntico a seu senso de orientação no mundo (EVEN-ZOHAR, 2021, p. 37). Vamos levar em consideração que o mundo passava pela bipolarização da Guerra Fria e o discurso capitalista dos Estados Unidos ecoava no Brasil com força.

Entretanto, apesar dos obstáculos, a substituição de repertórios é sempre possível. Nesse sentido, Even-Zohar usa o termo “planificação cultural” para “uma intervenção deliberada em um repertório existente ou em cristalização” que se dá por meio da persuasão. O grupo dominante, a fim de garantir seus privilégios, vai se opor às mudanças e criar discursos conciliatórios para que a população acredite no mesmo que eles e que defenda as mesmas causas. Quando de fato se dá essa substituição de repertório, o anterior não é apagado: “Nesse momento, os derrotados podem estar fracos demais para frear a implementação eficaz de um novo repertório, mas podem fortalecer-se o bastante e a tempo para tentarem fazer isso” (EVEN-ZOHAR, 2021, p. 96). Podemos perceber esse movimento em sentidos opostos: o golpe militar sobre um regime democrático e o inverso, quando houve a redemocratização em 1985; mas também atualmente quando ainda ecoa um discurso favorável ao autoritarismo, e quando integrantes das Forças Armadas se espalham pelos órgãos públicos assumindo cargos comissionados do governo federal e influenciando o processo em favor de pautas antidemocráticas.

### **1.3 Um sistema. Um produto.**

A teoria de polissistemas nos dá muitas possibilidades de pensar a literatura. Apesar disso, como qualquer teoria, há limitações. A própria escolha pela palavra sistema – mesmo que ampliada para o “poli” – não é ao acaso. Existe uma interligação de elementos e uma organização entre eles e, por mais dinâmico que um sistema seja descrito, ele obedece a uma mecânica de funcionamento e encerra uma (ou mais) visão de mundo. Olhar para a literatura, especificamente, como um sistema é uma escolha de quem busca uma lógica. Inclusive ao estabelecer categorias, como ele faz. Entretanto, talvez, a literatura seja um universo em que as pessoas, mesmo os críticos, queiram dar espaço para o imponderável. Explico melhor a seguir.

Itamar Even-Zohar, ao apresentar o conceito de “sistema literário” alerta que pode haver uma confusão em relação à escolha da palavra “sistema”, “devido a seus muitos usos” (EVEN-ZOHAR, 2013b, p. 27). Sendo assim, afirma que, na teoria dos polissistemas, “o termo supõe um compromisso com o conceito de “sistema” do funcionalismo (dinâmico), isto é, a rede de relações que podem hipotetizar-se (propor como hipótese) para um conjunto dado de observáveis (‘eventos’/ ‘fenômenos’).” Com isso, ele defende que o “sistema literário” ao qual ele faz referência é uma forma abreviada do seguinte: “A rede de relações hipotetizada entre uma certa quantidade de atividades chamadas “literárias”, e conseqüentemente, essas atividades observadas através dessa rede” (EVEN-ZOHAR, 2013a, p. 27).

A preocupação do teórico israelense faz sentido, mas não responde ao ponto anterior. Nem é a intenção dele fazê-lo até porque não se trata de uma questão para o autor. Da minha parte, ao trazer essa discussão, a ideia é simplesmente explicar que foi feita uma escolha por um caminho de pesquisa, mas é sabido que há percursos para pensar a literatura que abrangem a emoção, o irracional, e até o mágico, e que não fazem parte do pensamento proposto por Even-Zohar.

## CAPÍTULO 2

### LEMBRADAS POR SEUS FREQUENTADORES

#### 2.1 Livraria Anita Garibaldi: sem tempo para resistir

*Será mesmo que os infelizes acreditavam que a força do fogo seria suficiente para extirpar a força das ideias?*

Miguel (2015)

Quando ainda estava preso, em 1964, de dentro do alojamento, Salim Miguel pensou e repensou o ataque à livraria: “a fogueira não te larga, caminhas com ela, comes com ela, sonhas com ela, tens pesadelos com ela” (MIGUEL, 2015, p. 53). Até que ponto ele era culpado pelo que aconteceu? Afinal, seu nome estava diretamente ligado à livraria Anita Garibaldi. Tal pensamento passou por sua cabeça dias depois do ataque. Na tarde do dia 3 de abril daquele ano, por volta das 18h, cerca de seis pessoas lideravam o grupo de vinte. Eles entravam e saíam da livraria, em Florianópolis, carregando livros para serem incinerados em uma grande fogueira na praça que ficava em frente. “É um espetáculo insano, macabro” (MIGUEL, 2015, p. 50). *O capital*, de Karl Marx e *A capital*, de Eça de Queirós, *O vermelho e o negro*, de Stendhal e *Seara vermelha*, de Jorge Amado, *O alienista*, de Machado de Assis e *Memórias do cárcere*, de Graciliano Ramos, *O príncipe*, de Maquiavel e *Pinocchio*, de Collodi, “todos sem dúvida subversivos” (MIGUEL, 2015, p. 49). Algumas pessoas paravam para ver, perplexas, indignadas, mas imobilizadas pela incapacidade de tomarem uma atitude. Outras, aplaudiam e incentivavam o ato repulsivo.

A livraria Anita Garibaldi estava fechada desde o dia primeiro daquele mês, logo depois do golpe civil-militar que se deu em 31 de março. Um grupo de civis de militâncias católicas e conservadoras arrombou a porta, pegou os livros e com eles fez lenha para uma fogueira na Praça XV de Novembro (MATOS; CUNHA, 2018, p. 313). Cinco anos depois de Salim Miguel se desligar da livraria, o espaço ainda era conhecido como a “livraria do Salim”. Essa foi uma das motivações para ela ter se tornado um alvo. À época, o dono era Fernando Pereira Cristino, secretário-geral do Partido Comunista em Santa Catarina, também conhecido pelo pseudônimo “Cláudio”,<sup>31</sup> mais um fator que contribuiu para tornar a Anita Garibaldi um alvo, seja de agentes

---

<sup>31</sup> *Diário Catarinense* apud Matos e Cunha, 2018, p. 311.

do Estado, seja de civis. E se Salim Miguel era considerado comunista, a livraria que “levava” seu nome também era. “Eu vi os livros reduzidos a cinza ali”, lembra Eglê Malheiros (MIGUEL; MALHEIROS, 2002, p. 62). Para o próprio Salim:

[...] o projeto já devia há muito estar latente, à espera do momento propício para eclodir, previamente combinado entre os que agora se curvam reverentes diante da pira sagrada, ajudando a alimentá-la. Devem compor o bando de pessoas que, com toda certeza, não podem conviver com a livre manifestação de pensamento, com o debate franco das ideias, com divergência, a diversidade, a pluralidade (MIGUEL, 2015, p. 50).

Entre os incendiários, estavam civis de militâncias católicas e conservadoras e ainda dois professores da Universidade Federal de Santa Catarina. De acordo com o relatório final da Comissão Memória e Verdade da UFSC (2018), Luiz Carlos Gaioto e Nereu do Vale Pereira participaram desse ato. Segundo o próprio Pereira, em entrevista dada ao Laboratório de História Oral – Laboral, do CFH/UFSC, em 2004: “quando havia algo que eu pudesse contribuir para derrotar os comunistas eu estava junto, sem dúvida” (UFSC, 2018, p. 54). O líder estudantil Heitor Bittencourt afirmou, em seu depoimento à comissão: “Luiz Carlos Gaioto [...], eu vi ele queimar. Colocaram tudo numa montanha. Eles tiraram todos os livros da livraria, prof. Luiz Carlos Gaioto, Nereu do Vale Pereira. Só lembro dos livros queimando, aquele bolo” (UFSC, 2018, p. 54).

Segundo Maria Luiza Tucci Carneiro, nesses “espetaculares autos-de-fé” ou “rituais de purificação”, o fogo é usado para destruir não só objetos, mas também corpos. Para Carneiro, trata-se de um elemento imprescindível, a ilustração da imagem do Inferno, a expressão do conflito entre o Bem e o Mal. Entre aquele que quer purificar a sociedade e aquele que quer atormentá-la com pestes, terremotos, doenças e miséria social (CARNEIRO, 2002, p. 27).<sup>33</sup> Agentes da censura, polícia política, “polícia das ideias”, figuras que atuavam em nome da justiça, da ordem e da segurança nacional, da purificação, e que condenavam qualquer ação que pudesse ser chamada de revolucionária, qualquer menção a mudanças sociais; ideias rotuladas de perigosas. Nos relatórios de investigação do DEOPS, esses “revolucionários” eram considerados “hereges”, “hereges da leitura”, “malditos”, “bandidos”.

---

<sup>33</sup> Carneiro lembra do episódio em que centenas de livros foram queimados, em 19 de novembro de 1937, em frente à Escola de Aprendizes de Marinheiros, por ordem do Interventor interino da Bahia “sob acusação de propagarem o credo vermelho”. Em sua maioria, obras de Jorge Amado e José Lins do Rego. Tais obras tinham sido apreendidas das livrarias Editora Bahiana, Catalina e Souza.

Dois dias depois, o jornal *A Gazeta* publicou a notícia do incêndio e nela afirmava que “o povo florianopolitano deu provas sobejas de sua fibra democrática, extinguindo um foco pernicioso que há anos se instala no coração de nossa Cidade” (MATOS; CUNHA, 2018, p. 315). Um impresso que, na capa, abaixo do seu nome tinha escrita a frase: “Jornal sem quaisquer ligações partidárias”, mas que apoiou o golpe militar e, segundo Matos, era portavoz da União Democrática Nacional (UDN). O historiador Valmir Martins foi o primeiro a apontar alguns dos responsáveis pelas ações daquele dia, que teriam agido sob a influência do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD): pessoas ligadas ao Círculo Operário de Florianópolis, entidade relacionada com a igreja católica e políticos ligados ao Partido Democrata Cristão (MATOS; CUNHA, 2018, p. 318).

FIGURA 2 – Capa de *A Gazeta* com a notícia sobre a queima dos livros da livraria Anita Garibaldi



Fonte: Matos e Cunha (2018)

Nessa época, governador de Santa Catarina era Celso Ramos (PSD), que tinha como vice o janguista Doutel de Andrade (PTB). Quando o governo de João Goulart foi deposto, o governador se posicionou em nota publicada no jornal catarinense *O Estado*:

O estado que me confiou, em processo democrático, as responsabilidades de seu governador, não ignora a posição ideológica em que sempre me mantive, relativamente ao comunismo: repulsa intransigente e formal. [...] Com a certeza e a tranquilidade de neste momento histórico, poder interpretar o

pensamento e a vontade da esmagadora maioria dos catarinenses radicalmente contrária à sovietação da grande Pátria, solidarizo-me, sem reticências no coração, com as gloriosas forças militares que defendem a verdade democrática, confiante em que todos desejamos seja ainda uma exaltação da Lei.<sup>34</sup>

A partir de então, Ramos passou a dividir o comando do estado de Santa Catarina com o 5º Distrito Naval, sob comando do almirante Murilo Vasco do Valle Silva. Uma das primeiras medidas repressivas levadas a cabo pela ditadura militar para eliminar os focos de oposição ao regime foi a chamada Operação Limpeza,<sup>35</sup> da qual fez parte a prisão de Salim Miguel, no dia 2 de abril. Na época, ele chefiava o escritório da Agência Nacional e o gabinete de imprensa do próprio governador Celso Ramos. Salim estava no café Ponto Chic. “O comissário se aproximou e disse: ‘ – Estás preso!’ . Eu fiquei surpreso e julguei que fosse brincadeira”, contou Salim Miguel (GUERRA; BLASS, 2009, p. 53). Por cerca de trinta minutos, Miguel argumentou e relutou. Por fim, foi de táxi (com dois soldados armados com fuzis no banco de trás), já que não tinha concordado ir na ambulância, e o destino que, inicialmente era o 5º Distrito Naval, terminou no Quartel do Comando Geral da Polícia Militar, de onde saiu 48 dias depois. Com ele, estavam 55 pessoas apontadas como subversivas ou comunistas. Eglê Malheiros, esposa do escritor, trabalhava no Instituto Nacional de Educação. Com a prisão do marido, ficou proibida de lecionar e dias depois também foi presa. Após ser solta, ficou em prisão domiciliar (MIGUEL, 2015).

Enquanto esteve preso, Salim Miguel vivenciou momentos nos quais pensou que ia morrer, em que era levado para interrogatórios e ameaçado de morte pelos agentes militares. Ele relata esses acontecimentos em *Primeiro de abril: narrativas da cadeia* (2015). A livraria Anita Garibaldi foi citada em uma das vezes em que ele se viu diante do secretário de Segurança Jade Magalhães, em 21 de abril de 1964. Segundo o relato, a situação nesse dia foi a seguinte: ele foi levado do alojamento até o local do interrogatório. O caminho se deu na base da tortura psicológica com ameaças de morte e quando as perguntas começam a ser feitas não levam a lugar algum. Miguel não facilitou e o secretário se sentiu afrontado. Ele queria que o preso reconhecesse que era uma liderança da esquerda, mas isso não aconteceu. Em relação à livraria Anita Garibaldi, perguntou: “passou ela adiante, mas a orientação intelectual continuou sendo

---

<sup>34</sup> A Operação Limpeza se deu por todo o país. Em Brasília, o Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP) e o Exército apreenderam mais de mil exemplares de livros considerados subversivos (GREENHALGH, 2020, p. 5).

<sup>35</sup> COBÉRIO, 2009.

sua. Não saía de lá, indicava os livros que deviam ser encomendados. Por que a vendeu?”. Miguel respondeu: “Porque eu comprava tanto livro que estava levando a livraria à falência... Aliás, agora, com a fogueira, a livraria foi mesmo à falência” (MIGUEL, 2015, p. 94). O secretário rebateu

Não estaria indo à falência porque a população mais consciente deixou de frequentá-la por ali se encontrar livros de tendência subversiva? [...] Todos na cidade sabiam que a livraria era um foco de agitação, ponto de encontro de comunistas e simpatizantes do credo vermelho, antro onde se reuniam para traçar planos e tramar, que a totalidade dos livros era comunista ou comunizante (MIGUEL, 2015, p. 94).

Salim Miguel já tinha sido levado para ser interrogado pelo secretário de Segurança. Em uma determinada noite, ele foi acordado de madrugada e levado de jipe para o prédio onde funcionava a Secretaria de Segurança. Do outro lado, estava o palácio do governo, onde trabalhou nos três anos anteriores. Depois de horas esperando, recebem o recado de que o Jade Magalhães não poderá interrogá-lo naquele dia. Mas antes, no caminho até a secretaria, ouviu frases como “bom-lugar-para-se-mergulhar-um-corpo” e “será-que-alguém-sabe-a-altura-exata-da-ponte-até-o-mar-e-o-impacto-de-um-corpo-na-água?” (MIGUEL, 2015, p. 63).

Em documento oficial do SNI, datado de 17 de abril de 1969, consta que Salim Miguel “é orientado por sua esposa EGLÊ MALHEIROS, comunista e muito inteligente”.<sup>36</sup> Eglê contou que, pouco tempo antes dela ser presa em 1964, estava sendo seguida pela polícia. O motivo foi que o então dono da livraria Anita Garibaldi, Fernando Pereira Cristino, secretário-geral do Partido Comunista em Santa Catarina, tinha sido preso e ela decidiu ajudar a esposa dele e os filhos. No dia 6 de abril, bateram na porta da casa dela convocando-a para prestar depoimento. Os filhos tiveram que ficar com a vizinha e ela foi para o Hospital da Polícia Militar, onde ficou presa. Eglê Malheiros era filiada ao PCB.

O repertório da livraria era tão forte que estava diretamente atrelado à figura de Salim Miguel, mas segundo o próprio, não eram os mesmos repertórios – o dele e o da livraria, apesar das proximidades evidentes. Salim Miguel não era filiado ao Partido Comunista, por exemplo, apesar de vender obras com esse viés e simpatizar com pensadores de esquerda. Com base em documentos oficiais do SNI, que eram confidenciais à época, é possível ver qual era a impressão sobre a figura do intelectual. Ele era retratado como “parte da relação dos 50 comunistas mais

---

<sup>36</sup> Documento disponível no site do Arquivo Nacional, com código de referência: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_NNN\_82003122. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/>.

atuantes em Santa Catarina”; alguém que “participou de atividades subversivas”; um “comunista atuante através de artigos publicados na imprensa”. Soma-se à sua figura, a presença de comunistas ao seu redor, incluindo Eglê Malheiros; e a aura que cobria todos aqueles que ousassem se posicionar contra o regime militar. Por menos, outros livreiros desta pesquisa foram considerados subversivos – como veremos mais à frente.

### **2.1.1 A livraria inspirada em uma revolucionária**

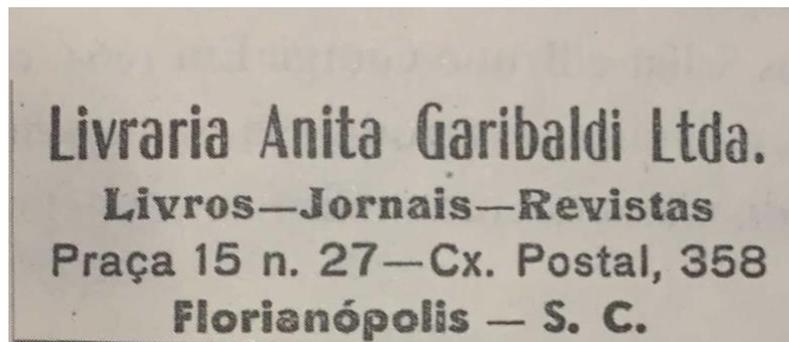
Logo no começo de sua trajetória profissional, em 1953, Salim Miguel fundou, em Florianópolis, a livraria Anita Garibaldi, uma referência à revolucionária catarinense conhecida pela sua participação na Revolta dos Farrapos. A ideia inicial era montar uma banca de jornais e revistas dentro do Café Rio Branco, local em que ele e o futuro sócio, o advogado e produtor cultural Armando Carreirão (1925-2007), frequentavam. Lá, vendiam livros, jornais e revistas (MATOS; CUNHA, 2018). O Café Rio Branco foi um movimentado ponto de encontro de intelectuais e ficava no centro da cidade. Depois de uns dois anos, o quiosque se transformou em uma livraria na Praça XV de Novembro, entre as ruas Felipe Schmidt e Conselheiro Mafra,<sup>38</sup> com um espaço mais amplo. O ponto era central pois a praça fica no bairro Centro, onde foi fundada a cidade, próxima à Catedral Metropolitana e ao Palácio do Governo, cercada de construções históricas tombadas por lei e onde está a conhecida Figueira Centenária ou Velha Figueira, que é uma referência na cidade até os dias atuais. Sabe-se ainda que na praça e nas ruas mais próximas encontravam-se os “principais redutos de cafés” da cidade, com a presença de intelectuais e políticos (MATOS; CUNHA, 2018, p. 82).

Ao lembrar do surgimento do Grupo Sul, Eglê Malheiros afirma que surgiu justamente na Praça XV, onde “havia muita discussão sobre os assuntos variados e tínhamos oportunidade de conhecer poesias produzidas pelos colegas” (GUERRA; BLASS, 2009, p. 47). Era também o endereço da sede do Partido Comunista Brasileiro, que era legal até o ano de 1965, quando foi publicado o AI-2, extinguindo todos os partidos políticos. À época, pelo menos mais uma livraria estava instalada na região, a livraria Catarinense.

---

<sup>38</sup> Matos e Cunha (2018) afirmam que essa data é uma aproximação levando em conta que na n. 25 da revista *Sul*, lançada em 1955, aparece o primeiro anúncio da livraria citando o novo endereço.

FIGURA 3 – Anúncio da livraria Anita Garibaldi



Fonte: Machado (2008)

Ao se referir ao espaço físico da livraria Anita Garibaldi, o escritor Silveira de Souza, antigo membro do Grupo Sul, afirma que se tratava de um retângulo: “Pouco mais de meia dúzia de passos nos levavam à parede do fundo. Uma única porta para entrada e saída. Havia o pequeno balcão quase rente a uma parede lateral, onde ficava sentado numa banquetta o único funcionário atendente da casa, José Furstenberg, o Pulga (MATOS; CUNHA, 2018, p. 24).

Os clientes eram jornalistas, professores, operários, estudantes, funcionários públicos, comerciários, escritores, pessoas que se interessavam pelo livro e por cultura: “Tornou-se um hábito, saía-se de casa para espairer, para dar uma volta no centro da cidade e, quando a gente se dava conta, estava a conversar com alguém na ‘livraria do Salim’” (MATOS; CUNHA, 2018, p. 24). Segundo Eglê Malheiros, os clientes tinham acesso a novidades que não encontravam em outras livrarias de Florianópolis: “Eram, sobretudo, livros ‘de esquerda’, alguns ligados ao Partido Comunista, obras importadas de editoras da Argentina, edições da Fondo de Cultura Económica do México, de editoras francesas e espanholas, edições de arte, clássicos da literatura nacional e estrangeira” (MIGUEL; MALHEIROS, 2002, p. 60).

Segue anúncio da livraria no número 25 da revista *Sul*, de 1955:

Livraria Anita Garibaldi Ltda.  
 (Livros, jornais, revistas)  
 A melhor seleção de obras;  
 Aceita qualquer encomenda de livros nacionais ou estrangeiros;  
 Atende pelo reembolso postal.  
 Sempre as últimas novidades em livros e publicações nacionais e estrangeiras.  
 Caixa Postal, 358.  
 Agora em seu novo ponto e com suas novas e modernas instalações, à Praça  
 15 de Novembro, 27.  
 (MATOS; CUNHA, 2018, p. 309).

No anúncio, percebem-se algumas categorias de Even-Zohar que nos ajudam a visualizar o perfil da livraria. Em primeiro lugar, o veículo de divulgação já caracteriza qual é o público. A Sul era um produto do Grupo Sul, de jovens intelectuais modernistas que levaram o movimento artístico para o estado de Santa Catarina.<sup>39</sup> Sendo assim, era lida por pessoas com interesses semelhantes. Nesse caso, o grupo – e a sua publicação – podem ser vistos como “instituição”, que validam a livraria<sup>40</sup> e como “mercado”, ao servir de espaço de publicidade, mesmo que o anúncio provavelmente não tenha sido pago, visto que Miguel era integrante do Grupo Sul.

Outro ponto a considerar é a qualidade do serviço ofertado, “sempre as últimas novidades em livros e publicações nacionais e estrangeiras”, além da garantia de um catálogo com “a melhor seleção de obras”. Neste caso, a presença da categoria da “instituição” se vê tanto no fato de as obras serem reconhecidas pelo campo em questão, quanto pelo fato de a própria livraria se colocar como uma instituição ao referendar tais títulos.

Por fim, pensando na relação de compra e venda do livro – que é apenas uma das possibilidades de enxergar a literatura pela teoria dos polissistemas – a livraria enfatiza que “aceita qualquer encomenda de livros nacionais ou estrangeiros” e que “atende pelo reembolso postal”. Na primeira frase, para garantir a venda, a livraria faz encomendas, mas também se mostra capaz de conseguir realizar tal pedido. Afinal, ela garante que consegue atender “qualquer encomenda”. Inclusive, ao importar livros. No segundo momento, é uma constatação de que oferecer um facilitador para que o leitor não deixar de fazer a compra. E o anúncio termina destacando o local privilegiado do novo endereço.

---

<sup>39</sup> Mais à frente, voltarei com mais informações sobre o Grupo Sul.

<sup>40</sup> A revista *Sul* não alcançou sucesso financeiro, porém foi um marco na produção do Grupo Sul e do movimento modernista em Santa Catarina e fundamental para a divulgação do trabalho do grupo em nível nacional. Em 1957, quando parou de ser publicada, “era conhecida e reverenciada pelos maiores nomes da literatura, como Carlos Drummond de Andrade e José Lins do Rêgo” (GUERRA; BLASS, 2009, p. 38). Ainda pensando em termos de “instituição”, é válido lembrar que os jovens modernistas catarinenses encontraram barreiras entre os escritores e intelectuais de gerações anteriores. Segundo Miguel, os membros da Academia Catarinense de Letras “não eram favoráveis, nem contrários ao GS. A Academia Catarinense de Letras estava paralisada no tempo e sequer havia completado as cadeiras vagas” (GUERRA; BLASS, 2009, p. 49).

FIGURA 4 – Interior da livraria Anita Garibaldi



Salim Miguel (segundo da esquerda para a direita) e Armando Carreirão (primeiro da direita para a esquerda).

Fonte: Matos (2018)

Segundo Laurence Hallewell (2005), em 1960, Santa Catarina era o mais pobre dos estados do Sul: “uma ilha solitária no panorama da cultura brasileira”, onde a publicação de um livro era um evento que ocorre apenas “esporadicamente, com largos intervalos e quase despercebido do grande público” (HALLEWELL, 2005, p. 619). Sendo assim, percebe-se a importância de um espaço como o da livraria Anita Garibaldi para que esse cenário literário e cultural se forme. Talvez até viesse a ser mencionada na publicação do *Anuário da Literatura Brasileira* se tivesse a possibilidade de continuar existindo.

A cena catarinense vai melhorando aos poucos nas décadas seguintes. Um ponto de referência citado por Hallewell é a criação da Editora da Universidade Federal de Santa Catarina em 1981. Outro dado trazido por ele é um levantamento sobre os pontos de venda de livros existentes na década de 1980. Santa Catarina tinha 32,6% de seus municípios com pelo menos um desses pontos de venda, ficando em quinto lugar numa escala nacional e em terceiro,

na região Sul. Ficava atrás do Rio Grande do Sul, com 75,1% e do Paraná, com 45,8% (HALLEWELL, 2005, p. 618). Na época, Hallewell afirma que a principal livraria da capital Florianópolis era a Lunardelli, do livreiro Odilon Lunardelli.<sup>41</sup>

Salim e o sócio Armando Carreirão entregaram a livraria, em 1959, porque não estavam conseguindo manter o negócio viável financeiramente. Fernando Pereira Cristino assumiu como novo proprietário. Anos mais tarde, em uma entrevista, Salim Miguel falou sobre a dificuldade de manter o negócio de livros. Na ocasião, Miguel tratava da Livraria Rosa, considerada a primeira de Florianópolis dedicada exclusivamente à venda de livros (MATOS, 2008). Ele conheceu o dono João Teixeira Rosa e frequentou o espaço. Ao se referir ao fim da livraria, e ao próprio Rosa, afirmou: “É claro que para ele a Livraria era um comércio, uma maneira de sobreviver, mas se ele tivesse uma preocupação mais financeira, ‘eu quero é ganhar dinheiro!’, ele ia procurar outra coisa, não ia procurar ser dono de uma livraria (risos)” (MATOS, 2008, p. 155).

Salim afirma que ter uma livraria era uma atitude movida por paixão aos livros, porque não dava para enriquecer com o negócio. Ele lembra que pagava alguns livros em parcelas e que João Teixeira Rosa também reservava livros recém-chegados para que Salim juntasse dinheiro para comprar: “nós fizemos uma relação que com o tempo não foi uma relação de vendedor e comprador, mas uma relação já de amizade” (MATOS, 2008, p. 134). Percebe-se que a Livraria Rosa exerceu um papel importante no contexto local, inclusive na formação de leitores. Assim como Salim Miguel, outras pessoas tiveram acesso a obras e experiências que não eram possíveis em outras livrarias da época e, com certeza, a livraria ajudou a formar a intelectualidade dos anos seguintes.

A Livraria Rosa foi inaugurada em 1944, por João Teixeira da Rosa Júnior, e tornou-se um dos redutos de sociabilidade intelectual da época (MATOS, 2008). Para Salim Miguel, era a livraria mais importante em Florianópolis na década de 1940 (MIGUEL; MALHEIROS, 2002). Os frequentadores costumavam ser também do Café Rio Branco, onde nasceu a livraria Anita Garibaldi. Em *Sob os auspícios da Livraria Rosa* (2008), Felipe Matos pesquisa a circulação da cultura impressa na capital catarinense e o papel da livraria Rosa nesse circuito. Segundo Matos, em 1944, a cidade tinha cinco estabelecimentos que vendiam livros, papelaria e outros produtos, e a população também tinham acesso aos livros na biblioteca pública, nas

---

<sup>41</sup> Ler mais sobre a livraria Lunardelli em SCHÜTZ, Karla Simone Willemann. Nos rastros do “homem do livro”: Odilon Lunardelli entre mediação cultural, sociabilidades e memória. **Patrimônio e Memória**, Assis, SP, v. 17, n. 1, p. 269-290, jan./jun. 2021. Disponível em: pem.assis.unesp.br.

bibliotecas particulares e clubes literários. Para comprar os lançamentos, o leitor tinha que usar os catálogos divulgados nos jornais e revistas (MATOS, 2008). A livraria cresceu ao preencher essa lacuna. E fechou em 1951, sete anos depois de abrir, sem motivo aparente.

### 2.1.2 Livreiro: o começo de uma vida cercada por livros

Salim Miguel foi livreiro por pouco tempo, seis anos. Foi o início de uma vida cercada por livros e que deixou marcas importantes em sua trajetória. Miguel teve uma presença forte no meio intelectual da cidade e do estado, como escritor, jornalista, editor, crítico literário e roteirista de cinema. Foi uma referência e exemplo de um agente literário que transitou por espaços diferentes dentro dos campos literário e cultural catarinense e brasileiro. Seu posicionamento político, de esquerda e de enfrentamento à ditadura, o colocou em situações complexas. Ele e a esposa Eglê Malheiros enfrentaram a perseguição do regime militar, foram presos e depois tiveram que se mudar com os filhos para o Rio de Janeiro,<sup>43</sup> onde Salim Miguel continuou o trabalho que fazia na Agência Nacional em Florianópolis, só que na cidade carioca, e a Eglê foi para a Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil. Eles retornaram com os filhos para Santa Catarina em março de 1979. Anos depois, ele foi diretor da EdUFSC, de 1983 a 1991, editora que publicou o seu último livro em vida *Nós* (2015).

Salim Miguel nasceu em Kfarssouron, no Líbano, no dia 30 de janeiro de 1924. Veio para o Brasil com a família, aos três anos, e passou grande parte da infância e adolescência no município de Biguaçu (SC). Em 1943, ele foi morar em Florianópolis: “minha família não tinha recursos... Então frequentei muito a Biblioteca Pública que ficava nos fundos do Palácio Cruz e Sousa – que era o palácio do governo naquela época” (MATOS, 2008). As publicações próprias começaram na década de 1950 com o livro de contos *Velhice e outros contos* (1951) e *Alguma gente* (1953) e o romance *Rede* (1955). Salim Miguel fundou a revista *Sul* (1948-1958) e foi editor da *Ficção* (1976-1979). Dirigiu a editora da Universidade Federal de Santa Catarina e a Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes. Ele escreveu contos, romances, crônicas e depoimentos.

Em 1948, junto a um grupo de amigos, jovens escritores, fundou o Grupo Sul, que representou o movimento modernista em Santa Catarina. O grupo foi atuante até 1957 e teve

---

<sup>43</sup> O SNI formalizou um pedido de demissão de Salim Miguel do cargo na Agência Nacional. Fonte: Documento disponível no site do Arquivo Nacional, com código de referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.NNN.82003122. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/>.

uma formação com aproximadamente quinze pessoas,<sup>44</sup> variando ao longo do tempo. Eglê Malheiros era a única mulher. Eles se chamavam de Círculo de Arte Moderna (CAM), mas ficaram conhecidos como Grupo Sul, resultado de uma associação com o nome da revista produzida por eles, a revista *Sul*, “marco na história da inteligência catarinense, pois ela estimulou o surgimento de novos talentos e consolidou os já existentes, no Brasil e exterior” (GUERRA; BLASS, 200, p. 25).<sup>45</sup> Além da literatura, o grupo produziu para o cinema, teatro e artes plásticas. O grupo mantinha contato com intelectuais de outros estados, como São Paulo e Rio de Janeiro, e de fora do país. Segundo Salim Miguel, alcançaram-se pessoas de vinte países, entre os quais Uruguai, Argentina, Portugal, Angola, Guiné-Bissau, Espanha, União Soviética e Estados Unidos (GUERRA; BLASS, 2009, p. 52).

No dia 22 de abril de 2016, Salim Miguel faleceu aos 92 anos. Ele estava internado em um hospital para tratar uma broncopneumonia.

A atuação plural de Salim Miguel é um exemplo do que Itamar Even-Zohar aponta como “produtor” do sistema literário. Termo que considera o contexto e os fatores extratexto, quando se trata das possibilidades de atuação desse agente. Para o teórico, a escolha da palavra “produtor” em vez de “escritor”, tem em vista a existência de um sistema literário em que o produto vai além do texto. Como afirma Villarino Pardo (2000), pensar o escritor como o único produtor é “excessivamente reducionista”. A partir da teoria dos polissistemas, o produtor é parte de grupos ou comunidades sociais, de pessoas envolvidas na produção, organizadas de diferentes formas e, que, além de textos, produzem fatos e atividades literárias. O produtor pode ser um escritor, um livreiro, um crítico, um editor, um professor universitário. Justamente por isso, olhando para a trajetória de Salim Miguel como intelectual, a Anita Garibaldi ocupou uma parte muita pequena em sua história, apesar de marcante.

O papel que a livraria Anita Garibaldi preenche na discussão desta tese é muito específico. Ela é a única que teve seus livros levados ao limite do fogo, com todos os significados que tal ato carrega consigo. E como resistir se o espaço já não existe mais? A sua presença durante os 21 anos seguintes não foi física, mas foi real. Antes daquele primeiro de abril, a livraria já tinha conquistado seus frequentadores mais fiéis e ocupado seu espaço em

---

<sup>44</sup> Não há um consenso sobre a formação definitiva do grupo, pois as contribuições eram muito variadas. Segundo Guerra e Blass (2009), a seguinte pode ser considerada “com algum acerto e justiça”: além de Salim Miguel, Adolfo Boos Jr., Aldo Sagaz, Aníbal Nunes Pires, Antonio Paladino, Archibaldo Cabral Neves, Cláudio Bousfield Viera, Eglê Malheiros, Elio Ballstaedt, Guido Wilmar Sassi, Hiey Assis Correa, João Paulo Silveira de Souza, Ody Fraga e Silva, Oswaldo Ferreira de Melo e Walmor Cardoso da Silva.

<sup>45</sup> Ler mais sobre a história do grupo em *Memória de editor* com Salim Miguel e Eglê Malheiros (2002).

Florianópolis – uma cidade antiga, mas pequena. Soma-se a isso o ato covarde da fogueira e temos uma livraria que, apesar de fechada, ainda permanecia viva.

Há que se pensar também na particularidade da região. Uma cidade do século XVII, que foi batizada pelo nome Florianópolis somente no século XIX. Em um país de dimensões continentais, a localização geográfica mais afastada ao sul trazia consequências, além do fato peculiar de ser uma ilha. Em 1953, ano da criação da Anita Garibaldi, Florianópolis tinha cerca de 67 mil habitantes. Vinte anos depois, chegou ao número aproximado de 138 mil. Na década de 1990, ano em que assumiu a presidência Fernando Collor de Mello, primeiro a ser eleito democraticamente depois das duas décadas de ditadura militar, a população era de 242.861, segundo dados do IBGE.

A seguir vamos trazer à discussão o caso da livraria Encontro, que foi criada em Brasília, uma cidade recém-inaugurada com a missão de ser a capital federal. Foi justamente o oposto: em pouquíssimo tempo teve um aumento populacional gigantesco. Na década de sua inauguração, 1960, a população chegou a 139 mil e na década seguinte foi para 538 mil.

## **2.2 Livraria Encontro: nascida com a nova capital**

A chegada do português Victor Alegria ao Brasil foi pelo Rio de Janeiro. Somente depois de 1964, ele decidiu mudar-se para Brasília. Com um olhar de quem já tinha vivenciado uma ditadura antes do golpe, Alegria disse que sabia que não ia demorar para acontecer no Brasil “uma mudança política muito grande”. Para ele, que vivenciou a ditadura salazarista, era só olhar as notícias dos jornais: “Não era tolo. Só que era de fora. Via as coisas como espectador”.<sup>46</sup> Depois que os militares tomaram o poder, Alegria afirmou que se tornou um alvo por causa da sua atuação como livreiro, produtor cultural e editor.

Victor Alegria foi preso uma vez em Portugal, e duas no Brasil, em 1969 e 1975. E sofreu torturas: “passei quase dois anos da minha vida entre cadeias. Portugal e aqui. Eu fui preso, fui raptado. Era pra ser um desaparecido. Tive sorte que não sumi. Tive descolamento de retina. Já fiz duas operações”. Entre os métodos empregados, ele afirma que passou por afogamentos e choques elétricos. Em Portugal, participou do Movimento de Unidade Democrática Juvenil e da Juventude Universitária Católica, ambos de oposição ao regime fascista português. Durante esse período foi quando Alegria ficou preso por seis meses. No

---

<sup>46</sup> Entrevista concedida à autora. Brasília, 05/12/2018.

Brasil, nunca esteve ligado a nenhum movimento: “Nunca pertenci a nenhum partido. Isso que é engraçado. Ou seja, a cultura é perigosa para regimes fascistas”.

Na primeira vez em que esteve preso no Brasil, Alegria afirma que ficou entre três e quatro meses no Presídio da Ilha das Flores, no Rio de Janeiro, uma das instalações prisionais vinculadas ao CENIMAR (Centro de Informações da Marinha). À época, ele era dono da editora Coordenada e tinha publicado *O diário de Che Guevara*, que tinha um prefácio de Aguinaldo Silva intitulado “A guerrilha não acabou”. O livro foi publicado meses antes da promulgação do AI 5, mas foi o causador da prisão do editor e do próprio autor.

No dia 11 de novembro de 1969, tanto a livraria Encontro como a Editora Coordenada<sup>47</sup> foram alvo de apreensões: 600 exemplares de *O diário de Che Guevara* foram levados da Encontro, em Brasília, e outros mil, do depósito da Coordenada, que ficava no Rio de Janeiro.<sup>48</sup> No documento do Ministério da Marinha, que registra a apreensão e a prisão pelos agentes do SNI, consta que “O livro publica notas do Diário de Campanha de CHE e contém, comentário de escritores que procuram enaltecer a figura do guerrilheiro, encerrando uma mensagem de cunho subversivo”.

No livro *Lábios que beijei* (1992), Silva afirma que prestava serviços eventuais à editora e, sobre esse caso específico, relembra:

Às voltas com as atribulações cada vez maiores da minha vida privada, nunca me preocupei em perguntar ao Victor o que fora feito dos exemplares não vendidos do Diário. Achava que ele tivera o bom senso de descobrir um modo qualquer de destruí-los. Na verdade, com todos os riscos, o editor decidira guardar o que restara da edição. [...] Os muitos exemplares formavam uma pilha enorme, como confirmaram os agentes do Centro de Informações da Marinha que invadiram o local em seguida a uma denúncia anônima. (SILVA, 1992, p. 91-92).

Alegria e Aguinaldo Silva ficaram presos em celas diferentes. Encontravam-se na hora de tomar sol. O português disse que dividiu a cela com o cantor Geraldo Azevedo<sup>49</sup> e que os presos se reuniam em grupos, mas ele não fazia parte de nenhum:

Eu parecia um paraquedista... tinha os foquistas, palmares, católicos, comunistas, enfim, umas dez facções... eu achei aquilo estranhíssimo... Eu

<sup>47</sup> Laurence Hallewell cita Victor Alegria, em *O livro no Brasil*, como sendo, em 1970, “dono da mais antiga editora de Brasília”, a Coordenada, que depois virou a Thesaurus. Cita ainda a editora como uma das duas editoras da época, em Brasília, “de projeção nacional” (HALLEWELL, 2005, p. 624).

<sup>48</sup> Documento presente no Arquivo Nacional com código de referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.69021660. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/>.

<sup>49</sup> Geraldo Azevedo foi preso e torturado duas vezes durante a ditadura militar. Na primeira vez, dividiu cela com Victor Alegria.

ouvia falar, mas como havia censura como é que eu ia saber? Eu não tinha tantos amigos da esquerda que pudessem me contar essas coisas todas. Se eram da esquerda, também não diziam nada para não serem presos, obviamente.

Segundo Silva, os dois foram soltos no mesmo dia: 9 de fevereiro de 1970.<sup>50</sup> Como autor, Aguinaldo Silva teve ainda uma obra censurada, *Dez estórias imorais* (1967). Para Sandra Reimão (2011), a atuação do escritor como jornalista e militante dos direitos dos homossexuais foi o real motivo da prisão e da censura.

Victor Alegria foi preso, pela segunda vez, no dia 14 de maio de 1975, em Formosa (GO), pelas forças repressivas do Pelotão de Investigações Criminais – conhecido como PIC. Ele contou que alugava um armazém na cidade para guardar parte do estoque de livros, cerca de sessenta mil volumes, e que tinha a intenção de abrir na cidade uma livraria nos moldes da Encontro. Foram cinco meses na prisão. Depois que saiu, todos os exemplares sumiram. De forma irônica, ele relembra: “Eu devia ser um cara perigosíssimo”. No documento do Serviço Nacional de Informações, datado de 30 de junho de 1975, consta como assunto a liberação de dois presos em Goiânia: José Manoel dos Anjos Soares Guedes e Victor José Melo Alegria Lobo. Ambos com base na Lei de Segurança Nacional. O primeiro foi preso por manter material subversivo. José Manoel era o responsável pela livraria Encontro em Formosa e Victor Alegria foi preso por ser o proprietário da livraria. Os dois foram soltos no dia 24 de junho daquele ano.

---

<sup>50</sup> SILVA, Aguinaldo. *Turno da noite*, 2016. Disponível parcialmente no link: <https://bit.ly/2Lhb2iO>. Acesso em: 3 dez. 2019.

FIGURA 5 – Documento do SNI sobre a liberação dos livreiros Victor Alegria e José Manoel Guedes

CONFIDENCIAL

AGO/SNI  
004498 - 9 FEV 83  
ACE





SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES  
AGÊNCIA BRASÍLIA  
NÚCLEO DE AGÊNCIA DE GOIÂNIA

INFORMAÇÃO Nº 230/NAGO/SNI/75

**Data:** - 30 JUN 75

**Assunto:** - Subversão: liberação de presos em GOIÂNIA (GO)  
- JOSÉ MANOEL DOS ANJOS SOARES GUEDES  
- VICTOR JOSÉ MELO ALEGRIA LOBO

**Origem:** - PRG/EI/NAGO/SNI/1647/75

**Difusão:** - ABS/SNI

---

1. Foram colocados em liberdade, em 24 Jun 75, por ordem do Juiz Auditor da 11a. RM, os epigrafados, ambos de nacionalidade portuguesa, que se encontravam presos no Quartel do 42º BImtz, em GOIÂNIA (GO), como indiciados em inquérito policial, por atividades consideradas subversivas.
2. JOSÉ MANOEL DOS ANJOS SOARES GUEDES havia sido preso e autuado em flagrante delito pelo Delegado de Polícia de FORMOSA/GO, em 13 Mai 75, como incurso na Lei de Segurança Nacional, por manter na "Livraria Encontro de Formosa - Papelaria e Bazar Ltda.", de sua propriedade, o material subversivo apreendido pela autoridade policial. Preso, foi encaminhado às autoridades federais, que prosseguiram nas investigações.
3. Em virtude de Mandado de Prisão expedido pela autoridade policial mencionada, foi preso em 14 Mai 75 o indivíduo VICTOR JOSÉ MELO ALEGRIA LOBO, sócio do primeiro custodiado, como incurso, também, na Lei de Segurança Nacional.
4. A DPP/GO recebeu, em 14 Mai 75, do Delegado de Polícia de FORMOSA (GO) o inquérito policial, o material apreendido e

-continua-

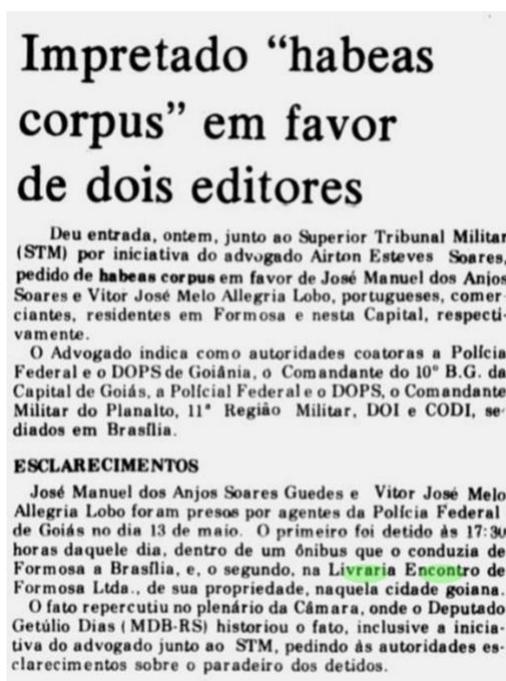
CONFIDENCIAL

Fonte: Arquivo Nacional

A Raphael Greenhalgh (2020), que também traz um levantamento documental sobre essas apreensões e prisões, Victor Alegria explicou que foi raptado por agentes policiais no mesmo dia em que foi libertado, quando “ao sair percebeu as pessoas que iriam lhe sequestrar, escondidas atrás das árvores” (GREENHALGH, 2020, p. 10). Ele conta como se deram os atos de tortura até que fosse solto – o que aconteceu somente no dia 18 de agosto. De acordo com Greenhalgh, o rapto se deu por suspeita do envolvimento do livreiro e editor com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), “pois, a gráfica que tentou montar em Formosa entrou no radar do Exército como fazendo parte de um parque gráfico que esse partido vinha montando em Brasília” (GREENHALGH, 2020, p. 10). Por causa disso, houve uma apreensão de obras na residência do livreiro, de 33 títulos de Lenin, Marx e Engels, entre outros autores.

Na nota seguinte, publicada no jornal *Correio Braziliense*, do dia 1 de julho de 1975, que noticia a liberação dos dois presos, consta a informação de que o deputado Getúlio Dias (MDB-RS) comentou a prisão no plenário da Câmara dos Deputados, “inclusive a iniciativa do advogado junto ao STM, pedindo às autoridades esclarecimentos sobre o paradeiro dos detidos”. Uma forma de pressionar, em um momento em que o Congresso Nacional já tinha sido reaberto.

FIGURA 6 – Nota sobre repercussão da prisão dos livreiros



Fonte: *Correio Braziliense*, n. 4569, p. 2, 01/07/1975.

Segundo Alegria,<sup>51</sup> ele foi vítima de denúncias ao longo dos anos: “na base da tortura o cara dizia o diabo a quatro, o que eles mandavam dizer. Eles queriam era me incriminar”.<sup>52</sup> O livreiro e editor diz que o fato de ele ter sido uma pessoa conhecida em Brasília deve ter contribuído para ele não ter se tornado mais um desaparecido.<sup>53</sup>

<sup>51</sup> Entrevista concedida à autora. Brasília, 05/12/2018.

<sup>52</sup> Alegria lembra de outro homem que, anos depois, foi ao seu encontro pedir perdão por ter lhe denunciado. Explicou que tinha sido obrigado a fazê-lo. “Isso foi uma das coisas mais tristes que eu tenho na minha vida”, afirmou.

<sup>53</sup> Situações semelhantes também são relatadas nos casos dos livreiros Olavo Tormin e Salim Miguel – em que o reconhecimento como figuras públicas contribuiu para amenizar, de alguma forma e em algum momento, as ações policiais investidas contra eles.

O nome Encontro foi dado à livraria por representar o diálogo entre polos opostos e, por isso, segundo Alegria, era “atacado” pela esquerda e pela direita. Para exemplificar a afirmação, ele cita dois momentos. O primeiro, o lançamento do livro de um adido cultural da embaixada dos Estados Unidos. O livreiro conta que a União Nacional de Estudantes reprovou o evento. O segundo foi outro lançamento. Dessa vez, de um livro do deputado federal Márcio Moreira Alves<sup>54</sup> do MDB, que, inicialmente, apoiou o golpe e, após a edição do Ato Institucional nº 5, passou a fazer parte da oposição ao regime. Era nessa condição que ele participou do evento na livraria. Sobre essa divergência, Alegria explica: “A livraria não se chamava Encontro? Naquela altura não estava todo mundo se despedaçando? Nada mais do que sempre foi aquilo que eu achei, de que o diálogo era uma coisa fundamental. Se a gente não dialoga, eu vou matar o meu vizinho. Não é verdade?”.

No dia 9 de julho de 1969, o primeiro-ministro de Portugal, Marcelo Caetano, chegou ao Brasil para uma visita oficial.<sup>55</sup> Em Brasília, ele se encontrou reservadamente com o presidente militar, Arthur da Costa e Silva, e passou pelos principais pontos, como o Congresso Nacional. Foi nessa visita que, segundo Victor Alegria, Marcelo Caetano visitou a livraria Encontro. A segurança do primeiro-ministro apreendeu uma espingarda que estava pendurada na parede: “Sabe aquelas espingardas de chumbinhos? Eu disse ‘você vai levar essa espingarda? Então embrulhe porque você vai sair como ridículo se levar uma espingarda de chumbinhos’”. A arma foi devolvida depois: “Todo extremismo tem as suas anedotas, a esquerda e a direita”, afirmou o livreiro.

A Encontro foi aberta já durante o regime militar, em 1965. Portanto, desde o começo, o livreiro Victor Alegria teve que aprender a lidar com a polícia da censura, que fazia visitas constantes e, assim como em outros casos, “implicava” com livros que nada tinham de comunistas. No lançamento da obra *A Doutrina Secreta*, da autora russa e criadora da teosofia, Helena Blavatsky, conhecida também como Madame Blavastky, foram apreendidos 100 exemplares. Além de ser uma obra russa, tinha a capa vermelha. “A certa altura era um tal de polícia lá dentro. Fazia um lançamento, era mais polícia do que leitores”, lembra Alegria. No lançamento do livro do Márcio Moreira Alves, “a maior parte de quem estava lá era tudo polícia, disfarçada”.

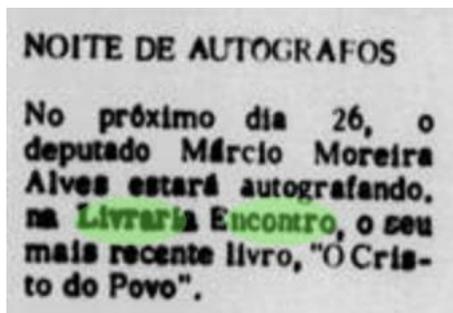
---

<sup>54</sup> Em setembro de 1968, Moreira Alves discursou no plenário da Câmara dos Deputados criticando a invasão da Universidade de Brasília pela polícia. Discurso que marcou a atuação política do deputado.

<sup>55</sup> Reportagem da *Folha de S. Paulo*. 9 jul. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/banco-dados/2019/07/1969-em-visita-ao-brasil-caetano-fala-em-expandir-comunidade-luso-brasileira.shtml>.

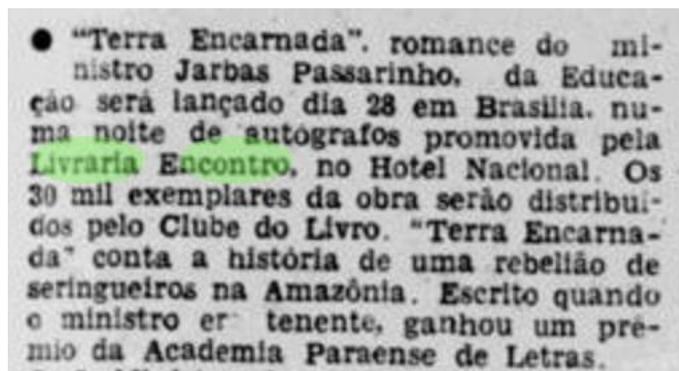
Seguem os registros de dois eventos de posições opostas. O do já citado Márcio Moreira Alves, e do então ministro da Educação Jarbas Passarinho.

FIGURA 7 – Nota sobre lançamento do livro de Márcio Moreira Alves na Encontro



Fonte: **Correio Braziliense**, n. 2606, p. 2, 15/06/1968. Coluna “Literatura” do Caderno 2.

FIGURA 8 – Nota sobre lançamento do livro de Jarbas Passarinho na Encontro

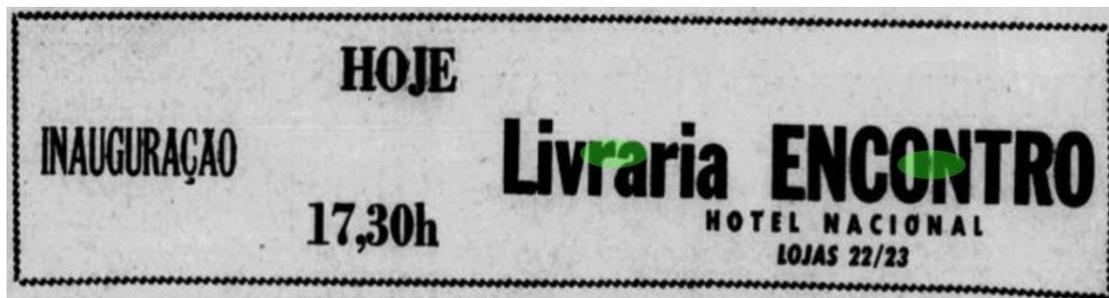


Fonte: **O Jornal**, Rio de Janeiro. Nota na coluna do José Edurado Scaff, 24/04/1970.

No último capítulo, ao tratar da livraria Jinkings, fica evidente como os repertórios do livreiro Raimundo influenciam o da livraria. Um dos filhos de Raimundo Jinkings conta, em uma entrevista, que o pai não vendia livros de determinadas editoras motivado por justificativas políticas, assim como de determinados autores como Jarbas Passarinho, figura que teve participações importantes dentro do governo militar, entre outros momentos, na instauração do AI-5.

## 2.2.1 Um local de encontro para a troca de ideias

FIGURA 9 – Anúncio sobre a inauguração da livraria Encontro



Fonte: *Correio Braziliense*, n. 2.106, 21/04/1967.

Em 1965, Victor Alegria, fundou a Encontro. Durante doze anos, a livraria funcionou na galeria do Hotel Nacional, um dos principais hotéis de uma capital federal recém-inaugurada. Na época, o espaço era privilegiado. O Hotel Nacional<sup>56</sup> funciona até os dias atuais, apesar de ter passado por momentos críticos durante esse período. O seu prédio sempre ficou no mesmo endereço, no centro da cidade, próximo aos órgãos do governo e às primeiras quadras residenciais. A Encontro tinha três pisos, cada um com aproximadamente 150 m<sup>2</sup>. O último andar era usado como escritório. Segundo o livreiro, tratava-se de um centro de atividades culturais, com lançamentos de livros, recitais, palestras, um auditório e uma galeria de arte.

Quando conheceu o hotel, Alegria morava no Rio de Janeiro e estava em Brasília a passeio. Ao se deparar com a loja ainda vazia, viu a possibilidade de montar uma livraria nos moldes que queria há anos. Em entrevista, lembrando-se do que conseguiu realizar, afirmou que conseguiu fazer aquilo que não tinha feito em Portugal, onde também abriu uma livraria: “uma livraria que representasse leitores e que tivesse uma atividade cultural que ultrapassasse, que fosse maior que a própria atividade comercial”.<sup>57</sup>

Segundo o livreiro, o catálogo era formado de obras “de todos os assuntos e de todas as civilizações mundiais” (RODRIGUES, 2013, p. 573). Os clientes eram intelectuais, artistas, políticos, acadêmicos e estudantes. Entre eles, Alegria cita Gustavo Capanema, ex-ministro da Educação do governo Vargas e membro do Arena, partido de apoio ao governo militar; Cyro

<sup>56</sup> O Hotel Nacional foi leiloadado em 2018 para pagar dívidas da empresa falida Petroforte. O lance inicial foi de R\$ 129 milhões, mas foi vendido a R\$ 93 milhões.

<sup>57</sup> Entrevista concedida à autora. Brasília, 05/12/2018.

dos Anjos, escritor, foi subchefe da Casa Civil no governo JK e esteve envolvido nas discussões da construção da Universidade de Brasília; Agostinho da Silva, filósofo e ensaísta português que ajuda na criação da UnB; Eudoro de Sousa, português que também fez parte da equipe criadora da universidade (RODRIGUES, 2013).

Entre tantos eventos realizados na Encontro, o livreiro Victor Alegria lembra de uma exposição da artista plástica carioca Anna Bella Geiger,<sup>58</sup> e de um festival de poesia organizado por Almeida Fischer, um dos fundadores da Associação Nacional dos Escritores. Na publicação *Distrito Federal*,<sup>59</sup> de 31 de julho de 1968, constam notas de divulgação de eventos culturais da cidade. Dois pequenos textos eram sobre as atividades da Encontro: um informando que na subloja da livraria ocorria uma exposição de pinturas a óleo, desenhos e gravuras, assinadas por Glenio Bianchetti, Rubens Valentim, Iberê Camargo, Manabu Mabe, Marcelo Grassmann, Darei Valença, Inimi de Paula, Fayga Ostrower, Tomie Ohtake, o imortal Guinard e Corneille; e o outro divulgava o novo espaço na sobreloja, “um agradável recanto denominado ‘Bate-Papo’”:

Com esta iniciativa, a direção da casa visa oferecer um ponto de reunião aos intelectuais, artistas, literatos ou qualquer pessoa interessada em debater e participar de encontros, cuja finalidade maior é proporcionar aos brasilienses um ambiente de comunicação artística (DISTRITO FEDERAL, 1968, p. 2).

Os eventos na Encontro eram constantes e diversos. Em pesquisa feita na Hemeroteca da Biblioteca Nacional, delimitando o período de 1970 a 1979, encontram-se 136 citações publicadas no impresso *Correio Braziliense*. Em sua maioria, fazendo referência a eventos que iam acontecer ou já tinham acontecido no local.

Os militares apareciam por lá não apenas como agentes da repressão, mas também como consumidores. Uma dessas vezes, Alegria afirmou que recebeu uma encomenda de uma edição especial de *Os Lusíadas*. Os clientes queriam para dar de presente ao presidente Artur da Costa e Silva. Ao livreiro, eles pediram “a melhor edição que exista”.<sup>60</sup> Victor Alegria foi até o Rio de Janeiro à procura especificamente de um encadernador alemão que era especializado no

---

<sup>58</sup> Entrevista concedida à autora. Brasília, 05/12/2018. Na época, as obras de Anna Bella Geiger refletiam a indignação contra a ditadura militar.

<sup>59</sup> Nele eram publicados atos administrativos do Poder Executivo do Distrito Federal, fundações, autarquia e empresas integrantes do Conjunto Administrativo do Distrito Federal. O impresso circulava de terça a sexta-feira.

<sup>60</sup> Entrevista concedida à autora. Brasília, 05/12/2018.

serviço: “Deu um trabalho danado porque era a primeira edição... uma encadernação daquelas de fazer babar. Uma obra de arte. E eu, como livreiro, achei aquilo maravilhoso”, conta.

Apesar das divergências políticas, a livraria era uma referência na cidade ao ponto de militares fazerem uma encomenda a Alegria para ser entregue ao chefe maior deles. Para isso, recorreram ao mesmo local que faziam de alvo da repressão da censura, com apreensão de livros e a intensa vigilância sobre seus frequentadores. Da mesma forma, Victor Alegria, também constantemente na mira da ditadura, cedeu ao pedido – segundo ele, interessado na particularidade da demanda.<sup>61</sup> Tem-se uma troca mercadológica, motivada, no seu cerne, pelo dinheiro, mas que, pelas características específicas do campo, geram interpretações complementares.

Alegria lembra de outras livrarias que funcionaram na mesma época em Brasília: a Eldorado, a Técnica, e uma filial da Civilização Brasileira. A Livraria Técnica era de Sebastião de Miranda, aberta em 1971, no comércio da quadra da 102 Sul. A Eldorado,<sup>62</sup> do também português Vitor Moreira, no comércio local da 304/305 Sul. A Civilização Brasileira ficava na 309 Sul, uma parceria de Ênio da Silveira com Fábio Bruno, um professor da UnB. Um texto curto intitulado “Ênio fundou livraria em Brasília”, de 1996, traz informações básicas sobre esse breve momento em que a livraria funcionou na nova capital: “a livraria era um reduto de resistência política numa época em que qualquer gesto poderia ser interpretado como um sinal de conspiração”.<sup>63</sup> A livraria foi aberta em 1965 e, como consequência de uma série de fatores de conjuntura nacional, levando-se em conta que “o interesse político (da livraria) superava o interesse comercial”, funcionou somente até começo da década de 70, quando mudou de proprietário e de nome.

De acordo com o documento do SNI, das “livrarias especializadas em literatura esquerdista”, aparecem dez estabelecimentos localizados no Distrito Federal na década de 1980. À época, a Encontro já tinha sido fechada. Eram elas: Sodiler, no Conjunto Nacional; Galileu Galilei e Tão Livraria e Casa do Livro, no Setor de Diversões Sul; Distribuidora Primavera e Literatura Loja Livros, no Venâncio 2000; Distribuidora Vozes, na 704 NORTE; Livraria Técnica, na 102 Sul; Nossa Livraria, na 104 Sul; e Livraria Eldorado, na 108 Sul.<sup>64</sup>

---

<sup>61</sup> Pela conversa com Alegria, não me pareceu que ele tenha aceitado a encomenda sob ameaça.

<sup>62</sup> A Eldorado foi a primeira livraria de Brasília (CERQUEIRA, 2009).

<sup>63</sup> “Ênio fundou livraria em Brasília”. Assinado Da Redação. Caderno 2. *Jornal de Brasília*, 18 de janeiro de 1996.

<sup>64</sup> A lista aparece apenas como referência para contextualizar o leitor do mercado livreiro da época. Como trata-se de um documento produzido pelos militares, a partir de seus interesses, não significa que todas as livrarias citadas eram vistas ou se colocavam como livrarias de literatura esquerdista, como apontou o documento.

Victor Alegria conta que a sua relação com outros livreiros da cidade era boa: “Não existia essa noção de concorrente. Eram pessoas do mesmo ramo, vendiam as mesmas coisas. Quem era melhor vivia melhor; quem era mais competente era mais competente”. Porém, em determinado momento da entrevista, afirma que “as livrarias daqui também não gostavam de mim porque achavam que eu era comunista”:

Se rotulavam por causa da camisa, imagina agora lançando livros que não agradavam a, digamos assim, ao poder. Logicamente que, é outra lição da vida: se você quer ser independente, lembre sempre, ninguém vai estar ao seu lado, porque tens a favor e contra, mas ninguém vai lutar por você.<sup>65</sup>

A Encontro passou por fases boas e ruins, quando nos referimos ao sucesso financeiro. Nos momentos mais difíceis, nos primeiros anos dos militares no poder, ele e os funcionários juntavam o dinheiro que tinham para comprar comida. Alegria conseguiu melhorar as vendas depois de comprar um carro. Ele dirigia até São Paulo e Rio de Janeiro para adquirir exemplares de lançamentos que ainda não tinham chegado a Brasília, e enchia o fusquinha de livros “até o teto”. Conseguia comprar com até 20% de desconto. E nessas viagens chegou a fazer 3000 quilômetros em até quatro dias.

A livraria fechou por volta de 1976 ou 77. Alegria não soube precisar o ano, mas disse que um dos motivos foi porque não aguentava mais a polícia apreendendo seus livros: “Não dava mais de tanta censura”. Nesse tempo, Alegria já tinha aberto a editora Thesaurus, que funciona até hoje. Ao falar dessa mudança, ele explica que, como editor, tem mais liberdade “para fazer o que eu quero” e afirma que a pressão da censura passou a ser menor.

### **2.2.2 Entre ditaduras e torturas**

A relação de Alegria com os livros é bem anterior a esse tempo, quando ele ainda morava em Portugal. Victor José Melo Alegria Lobo veio ao Brasil fugindo da ditadura salazarista. Nasceu em Arouca, Portugal, em 24 de dezembro de 1935. E foi na cidade do Porto que ele abriu, em sociedade, uma livraria chamada Divulgação. Funcionava em uma sala alugada no sétimo andar de um hotel. Alegria chegava na livraria às 6h30. O primeiro turno terminava às 9h45, quando ele precisava ir para o banco em que trabalhava. O expediente ia até às 18h. Era quando ele voltava à livraria. Alegria veio para o Brasil quando um de seus clientes do banco o convidou para trabalhar na fábrica de sua propriedade. Foi em 1963 e era uma

---

<sup>65</sup> Entrevista concedida à autora. Brasília, 05/12/2018.

fábrica de mata ratos, no Rio de Janeiro. Na cidade carioca, ele disse que ainda montou uma distribuidora de livros com o nome Encontro, que ficava na Avenida Nossa Senhora de Fátima, e que durou cerca de quatro anos. O foco era a importação de livros portugueses. Depois foi para Brasília montar a Encontro, em 1965: “Vim por causa de política, eu era ativista e estive preso por causa do Salazarismo e, por fim, não vi solução para meu caso. Vim para o Rio de Janeiro e fiquei entre aqui (Brasília) e lá simultaneamente” (RODRIGUES, 2013).

FIGURA 10 – Livreiro Victor Alegria



Fonte: **Correio Braziliense**, 29/09/2009. Diversão e Arte, p. 3. Foto de Gustavo Moreno.

Victor Alegria afirma que publicou até hoje, entre vinte e trinta livros de militares.<sup>67</sup> Um deles chama atenção e não foi por meio do Alegria que fiquei sabendo dessa publicação. Em 1987, foi lançado *Rompendo o silêncio*, pela editora Editerra e Thesaurus, livro de memórias escrito pelo comandante do Doi-Codi de São Paulo, entre 1970 e 1974, Carlos Alberto Brilhante Ustra.<sup>68</sup> A primeira tiragem foi de três mil exemplares e se esgotou em três dias. O militar foi quem bancou a edição. À época, Victor Alegria foi procurado pelo senador Jarbas Passarinho, que depois o indicou ao colega militar. Segue trecho do texto da revista *Veja* sobre o assunto:

<sup>67</sup> Um deles chamava-se *Caminhando com Estrelas*, organizado por Marilu Carvalho (2008). São 31 textos escritos por esposas de generais.

<sup>68</sup> Em 2006, Ustra lançou outro livro, *A verdade sufocada*.

Quis a ironia que Alegria, o editor de Ustra, fosse um antigo hóspede do DOI de Brasília, onde foi mantido incomunicável e espancado por ter editado, em 1972, o diário de Che Guevara. “Em três dias a edição esgotou-se”, conta Alegria. “Já tenho pedidos suficientes para esgotar mais uma edição e, se o coronel não a quiser bancar, eu a banco”, acrescenta (VEJA, 1987, p. 28).

Após essa constatação, não consegui questioná-lo sobre o fato, entretanto a própria omissão já tem um significado importante. Na época, a publicação ganhou uma cobertura significativa da imprensa, saindo pelo menos nas revistas *Senhor*, *Veja* e *Isto É*.<sup>69</sup> À imprensa, Victor Alegria disse que estava “prestando um serviço à democracia, já que editou ‘um documento histórico’” (SENHOR, 1987, p. 28). O pedido de Jarbas Passarinho chegou em janeiro e o lançamento foi em março, por isso a edição teve que ser feita às pressas. Além disso, foi feita em segredo pelo livreiro. Segundo Alegria, a esposa de Ustra, Joseíta, participou da revisão.

Ustra era um militar ainda na ativa no dia do lançamento e foi o primeiro a dar a versão dos carcereiros e torturadores. Hoje o livro está esgotado. Nas 345 páginas, Ustra

cala sobre várias acusações de militantes que padeceram nas mãos do então *Major Tibiriçá*... perde a preciosa oportunidade de esclarecer a denúncia de pelo menos cinco mortes ocorridas dentro do Doi-Codi paulista no período entre 29 de setembro e 23 de janeiro de 1974, em que reconhecidamente Ustra foi o responsável por tudo o que se passava nas celas e nas salas de interrogatórios da especializada instituição militar (SENHOR, 1987, p. 25).

Em 1978, o coronel encabeçou uma lista de 233 torturadores publicada pelo jornal *Em Tempo*. Em contrapartida, o militar divulgou 105 nomes de pessoas que foram mortas pela esquerda. Em 2008, foi o primeiro agente da ditadura a ser declarado torturador pela Justiça.<sup>70</sup>

Mais uma vez esse personagem, Victor Alegria, levanta contradições. Depois da edição de luxo de *Os Lusíadas* para Costa e Silva, edita um livro de memórias de um militar torturador. Dentro da postura que ele apresenta – tanto na entrevista comigo (Anexo 3) quanto em outras falas – aparece uma defesa de um regime do qual ele próprio foi vítima. Será possível? Ao falar do assunto comigo – sem referência à publicação de Ustra – Alegria afirmou: “Eu não falo mal dos militares. Era uma guerra, uma guerra em que eu estava de um lado, outro tipo da população estava do outro lado, enfim, é uma coisa muito confusa”. Para ele, de um lado estava uma linha

<sup>69</sup> Revistas disponíveis no site do Brasil Nunca Mais.

<sup>70</sup> Decisão do juiz Gustavo Santini Teodoro, da 23ª Vara Cível do Estado de São Paulo, ao pedido ajuizado pela família de Maria Amélia de Almeida Teles, militante de esquerda presa e torturada com o marido, Cesar, em 1972.

militar visível ao povo e com aspectos democráticos; de outro, um governo invisível, sob o qual se escondiam os órgãos de repressão e que, com o tempo, essa primeira vertente passou a ser dominada pela segunda, formada por “órgãos de repressão que vinham de um conservadorismo antigo odiando toda e qualquer ideia progressista”.

Na capital, Victor Alegria foi o único dono da Encontro, mas teve parcerias ao longo dos anos. Na unidade que funcionava em Formosa (GO), foi com o compatriota José Manoel dos Anjos Soares Guedes. Em 1966, abriu uma filial da Encontro em Niterói (RJ) e teve como sócio Aníbal Bragança.<sup>71</sup> Bragança (1944-2022) era um pesquisador da área de comunicação, docente da Universidade Federal Fluminense, foi livreiro e editor. Segundo ele, essa Encontro foi a “primeira livraria ‘moderna’ da cidade” fluminense. Desde o início, a ideia era que a livraria se tornasse um centro cultural “que contribuísse para a democratização do conhecimento e a promoção da cultura letrada na cidade” (KAHLMAYER-MERTENS, 2010, p. 172).

Quando os dois se conheceram, de acordo com o relato de Bragança, Victor Alegria era dono da Encontro, à época, com sedes no Rio de Janeiro e em Brasília. Alegria teria deixado a sociedade e, em 1967, a Encontro de Aníbal Bragança passou a se chamar Diálogo.<sup>72</sup> Sete anos depois, foi aberta a Parságada, livraria que ficou famosa na cidade. Bragança refere-se a Victor Alegria como “parceiro”, “uma figura relevante no início de minha trajetória de livreiro”; e se refere à Encontro e à Diálogo como livrarias marcantes para uma geração de Niterói que acreditava no fim da ditadura.

É possível perceber que Victor Alegria foi uma referência do cenário livreiro na capital federal e fora dela. Aníbal Bragança virou um estudioso dos livros e foi um dos criadores da Associação Nacional de Livrarias. Alegria ainda influenciou e formou outros livreiros em Brasília. Da Encontro, saíram dois profissionais que montaram seus próprios negócios. Hidelbrando Varella abriu uma livraria na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, com livros de Pedagogia e áreas afins, e Ivan da Silva foi o dono da Livraria Presença, em 1980. Hoje, ele mantém em funcionamento o sebo Quiosque Cultural, que funciona num centro comercial de Brasília. É assim que Presença se recorda da Encontro:

---

<sup>71</sup> Em entrevista, Victor Alegria não mencionou a existência da Encontro em Niterói nem a sua sociedade com Aníbal Bragança. As informações estão em *Conversações com intelectuais fluminenses* (2010).

<sup>72</sup> Em 1968, a Diálogo publicou a primeira tradução brasileira de *O Estado e a Revolução*, de Lênin. Foi o primeiro projeto editorial da casa. Dois meses depois, teve a publicação do AI 5, e não demorou para a livraria ser invadida pela polícia e, com o prejuízo financeiro, a livraria não voltou mais a abrir. Aníbal Bragança e um dos sócios, Rebato Berba, ficaram detidos na sede do DOPS. Foram 7 dias de tortura psicológica. Descobriram que um “olheiro” frequentava a livraria se passando por cliente (KAHLMAYER-MERTENS, 2010, p. 177).

foi uma livraria de resistência contra a ditadura, onde se reuniam a maioria das lideranças estudantis. Era no subsolo, tudo camuflado, ali e tal. E porque o Hotel Nacional era uma referência, era o único local, um ponto de encontro da cidade. Todos os lançamentos de livros, exposições, era tudo feito nessa livraria. Foi uma livraria muito forte de resistência contra ditadura.<sup>73</sup>

A sua influência como livreiro foi parar nas páginas de um romance. Talvez a gente possa ver, nesse caso, a literatura “reverenciando” o livreiro, como retribuição pelo seu trajeto profissional.

No último dia de férias, passei na Encontro para devolver os livros emprestados e conversar com o Jorge Alegre; quando ia deixá-los na mesa, vi a cabeça dele emergir lentamente por trás do balcão: o corpo parecia ter saído de um buraco na parede ou de um alçapão; Jorge me olhou como se eu tivesse desvendado o segredo, mas logo percebeu minha expressão ansiosa, as mãos agarrados aos livros. Quis saber se necessitava de alguma coisa. Com uma voz atrapalhada, eu disse: “Desde o dia em que fui detido, os atritos com meu pai só crescem”. Pedi para trabalhar na Encontro. “Qualquer salário”, insisti. Podia trabalhar das cinco da tarde até o fechamento da livraria (HATOUM, 2017, p. 66).

O escritor Milton Hatoum, que se formou em Arquitetura na Universidade de Brasília, era cliente frequente da Encontro. A livraria marcou tanto os seus anos universitários que, em 2017, ela e seu livreiro viraram personagens de uma história sua. *A noite da espera* trata de um jovem paulista, Martim, que vai morar com o pai em Brasília na década de 1960. Ele precisa lidar com a nova vida de estudante, o relacionamento com o pai, a distância da mãe ausente, tudo isso em meio à violência dos anos da ditadura militar. Victor Alegria está presente na personagem do também livreiro português Jorge Alegre.

“Por que estão com essa cara? Alguém viu o demônio?”  
 “Um demônio em carne e osso”, disse o gerente. “O general passou por aqui e comprou um livro.”  
 “General? Qual deles, Jairo?”  
 “O cérebro da caserna. Você sabe.”  
 “É melhor rasgar o dinheiro dele.”  
 Jairo hesitou: o patrão falava sério?  
 “Rasga logo essa porcaria e lava tuas mãos.”  
 Jairo jogou os pedaços das cédulas na lata de lixo.  
 (HATOUM, 2017, p. 91).

Não sei se Victor Alegria iria, assim como Jorge Alegre, pedir para jogarem o dinheiro no lixo. Entretanto, independentemente das interpretações que possam vir a ser feitas após a

---

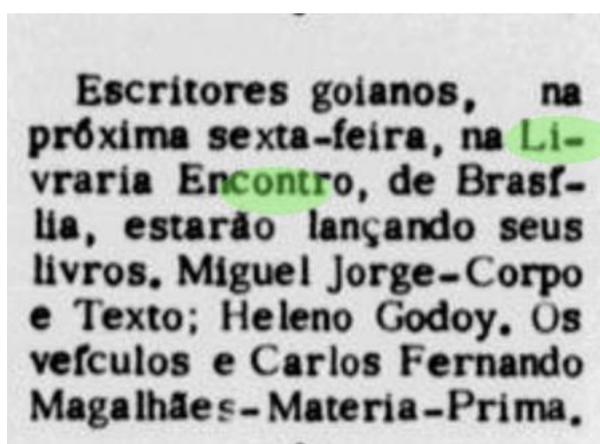
<sup>73</sup> Entrevista concedida à autora. Brasília, 20/10/2007.

leitura desse capítulo, é inegável a importância do papel de Victor Alegria na formação de um campo literário em Brasília. E mesmo após determinadas atitudes, a impressão sobre ele que marcou foi a de um livreiro que resistiu e que colocou os livros como bem maior. Em relação a isso, percebo um distanciamento entre livreiro e livraria, em que a imagem da Encontro não é afetada por tais tomadas de posição de Alegria. É quase como se a aura da livraria, como espaço mantenedor dos livros – mesmo que de forma provisória – tivesse a capacidade de criar bloqueios, haja vista a sua representatividade para o público.

Portanto, é esse o papel da Encontro nessa engrenagem: de demonstrar quão necessária é a presença da livraria, como ponto de venda propriamente dito, ao entregar um livro que era raridade aos clientes militares; como ponto cultural, com exposições e eventos; como ponto de defesa da democracia, com a venda de livros que depois foram apreendidos ou realização de eventos às escondidas da policial; como local de ideias divergentes, com lançamentos de obras de figuras com posicionamento de esquerda e de direita.

Um exemplo interessante para demonstrar como a Encontro movimentou o campo literário regional à época foi o registro de um lançamento de livros de autores goianos na capital federal. A nota do impresso *Correio Braziliense* anuncia a visita de Miguel Jorge, Heleno Godoy e Carlos Fernando Magalhães. Os dois primeiros, frequentadores assíduos do Bazar Oió – que é uma das livrarias a serem abordadas a seguir.

FIGURA 11– Nota sobre lançamento de autores goianos na livraria Encontro



Fonte: **Correio Braziliense**. Noticiário de Goiânia, Anápolis e cidades-satélites do DF, Caderno 3, p. 3, 05/06/1969.

No próximo capítulo, vamos trazer o caso da livraria Bazar Oió, que, assim como a Encontro, também foi criada em uma cidade recém-construída. Na época, Goiânia tinha apenas dezoito anos. É uma das primeiras livrarias da cidade e se destaca pelas atividades e pelo envolvimento com a população. No mesmo capítulo, vamos abordar ainda o caso da livraria pernambucana Livro 7. Essa e a Bazar Oió superaram os vinte anos de existência, cada uma enfrentando as suas dificuldades.

## CAPÍTULO 3

### MARCADAS POR SEUS LIVREIROS

#### 3.1 Livraria Bazar Oió: um ponto de referência para Goiânia

Assim como Brasília, Goiânia foi criada motivada por interesses políticos. Era década de 1930 e o país vivia sob a ditadura Vargasista do Estado Novo. Goiás estava sob comando do interventor Pedro Ludovico Teixeira. Apesar dos muitos embates, ele tinha apoio da maioria da Assembleia Legislativa e da bancada federal, e conseguiu com que fosse publicado, no dia de 23 de março de 1937, o Decreto nº. 1.816, que transferia para Goiânia a capital do estado de Goiás.

Anos mais tarde, em 1964, a cidade ainda era muito recente, o que facilitava a formação de um clima de perseguição e desconfiança e, conseqüentemente, dificultava a atuação do livreiro Olavo Tormin, assim como de qualquer outro agente cultural da época que buscava agir incentivando a diversidade de ideias e, acima de tudo, a democracia. De acordo com o ex-funcionário do Bazar Oió, o livreiro Ivan da Silva, naquele período, Goiânia “era uma cidade sem muita comunicação. Uma cidade que tinha a sua atividade, mas era uma cidade que era facilmente controlada. Muito facilmente controlada”. Em 1968, ele trabalhou por oito meses no Bazar Oió e teve que “sair fugido” no final daquele ano porque estava com medo de ser pego pela repressão. Ele era filiado ao PCdoB e dava apoio a guerrilheiros que estavam no Araguaia. Ivan foi para Brasília, onde passou a ser conhecido como Ivan Presença e continuou trabalhando entre livros. Sobre o trabalho no Bazar Oió, ele lembrou que “determinado livro era vendido embaixo do balcão”.<sup>74</sup>

Em mais de um relato, foi citada a existência de uma espécie de “bunker” dentro da livraria. Um deles foi por Modesto Gomes, jornalista, escritor e amigo de Olavo Tormin: “Nunca tive curiosidade de ir, mas sabia que tinha, onde ele escondia os amigos... É claro que ele não iria falar as coisas desnecessariamente”.<sup>75</sup> Luiz Scartezini, filho do dono de outra livraria da cidade, o Bazar Municipal, conta que o esconderijo ficava em um quarto no fundo do terreno da livraria “para escritores goianos perseguidos pela revolução, dentre eles Carmo Bernardes e Bernardo Élis... O Olavo inclusive levava comida escondida para eles por muitos

---

<sup>74</sup> Entrevista concedida à autora em 20/10/2007.

<sup>75</sup> Entrevista concedida à autora em 16/02/2008. Nessa época, ele era o presidente da Academia Goiana de Letras.

dias”.<sup>76</sup> Ambos escritores eram alvos do regime e são encontrados em documentos do Serviço Nacional de Informações.<sup>77</sup> Em um deles, de 1971, Bernardo Élis é citado como um dos “elementos antirrevolucionários esquerdistas” que influenciavam a mentalidade política e intelectual do povo brasileiro”.<sup>78</sup>

A livraria Bazar Oió era vista pelos militares como um “local de reunião dos intelectuais esquerdistas da capital goiana, e onde sempre estão à venda com destaque livros de propaganda comunista”.<sup>79</sup> Foi nesse cenário que Tormin foi preso, em 1969. Sônia, uma das filhas do livreiro, trabalhava no local quando os policiais chegaram perguntando pelo pai: “Estava eu e ele lá no escritório. Aí eles chamaram meu pai, falaram com ele. Aí, ele voltou, sentou e falou: “Estou indo... não sei pra onde eu estou indo. Eles estão me levando”.<sup>80</sup>

Foram 63 dias preso no 10º Batalhão de Cavalaria de Goiânia, onde ficou incomunicável, o que o prejudicou o acesso aos processos e até mesmo a constituição de uma defesa. Tormin era o tesoureiro-geral da Caixa Econômica de Goiás e a acusação era de desvio de dinheiro público. Olavo Tormin, anos mais tarde, explicou que havia uma diferença no caixa:

a contabilidade naquela época era atrasada 6 meses, era feita a mão e, sempre que havia uma diferença, tinha-se que verificar o que era, e a gente já apurava... Eu havia comunicado à presidência (toda diferença que havia, eu comunicava), eu comuniquei e esse rapaz comunicou a eles. Então eles invadiram a Caixa, pegaram documento. Houve um processo, confiscaram todos os meus bens, sem razão de ser (GOIÂNIA, 1985 p. 265).

O livreiro já estava sendo vigiado pelos militares. Consta em um documento do SNI, datado de fevereiro de 1968, que Olavo Tormin “exercia em função do seu próprio temperamento dinâmico grande influência no funcionamento da Caixa [Econômica Federal]”, onde trabalhava no cargo de tesoureiro e, justamente por assumir tal função como servidor público, questionam a atuação dele como dono de um comércio. No registro em cartório, a

---

<sup>76</sup> Entrevista à autora em 20/01/2008.

<sup>77</sup> Não consegui outro relato que corroborasse a fala de Scartezini de que Carmo Bernardes e Bernardo Élis precisaram usar a livraria como esconderijo.

<sup>78</sup> Eles se referem a pessoas que, naquela época, estava exercendo cargos em órgãos como o Instituto Goiano do Livro, o Departamento Estadual de Cultural, a Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Goiás, “cujos livros editados são a maioria de escritores contrários ao Governo e ao regime”. Ver o documento presente no Arquivo Nacional com código de referência: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_71037265\_d0001de0001. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/>.

<sup>79</sup> Ver o documento presente no Arquivo Nacional com código de referência: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_RRR\_82001747\_d0001de0001. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/>.

<sup>80</sup> Em entrevista à autora em 4/11/2007.

livraria estava no nome de Francisca Hermano, mas “o sr. OLAVO TORMIN BORGES<sup>81</sup> quem pessoalmente tudo orienta”.

FIGURA 12 – Documento do SNI sobre o livreiro Olavo Tormin

CONFIDENCIAL



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

(ACE.1747/82)

INFORMAÇÃO N.º ...../SNI/ABSB/19.....  
(NACO 12/68)

Data: - 07 de fevereiro de 1968

Assunto: - OLAVO TORMIN BORGES

Referência: -

Difusão: - ABS/SNI

---

1. O sr. OLAVO TORMIN BORGES é de longa data tesoureiro da Caixa Econômica Federal de Goiás, e exerce em decorrência do cargo e de seu próprio temperamento dinâmico grande influência no funcionamento da Caixa.
2. Dirige de fato a livraria "Bazar Oió", local de reunião dos intelectuais esquerdistas da capital goiana, e onde sempre se têm à venda com destaque livros de propaganda comunista ou anti-revolucionária.
3. A livraria gira sob a razão comercial de F. H. TORMIN, iniciais de sua esposa, dona FRANCISCA HERMANO TORMIN, entretanto, é o sr. OLAVO TORMIN BORGES quem pessoalmente tudo orienta. O contrato de distribuição exclusiva da coleção "A História do Povo Brasileiro", do ex-Presidente JÂNIO <sup>DA SILVA</sup> QUADROS foi concertado pelo sr. OLAVO TORMIN BORGES (documento anexo).
4. A situação configura burla do disposto no artigo 195, item VII, do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União, que proíbe ao servidor: "exercer comércio ou participar de sociedade - comercial, exceto como acionista, cotista ou comanditário".

Fonte: Arquivo Nacional

<sup>81</sup> Olavo não tinha o sobrenome Borges, mas a família afirma que tal erro era frequente por causa de outra família que era "Tormin Borges".

Poucos meses antes da prisão, havia sido criada uma subcomissão da Comissão Geral de Inquérito, comandada pelo major Eurides Curvo – o mesmo que foi demitido da Caixa Econômica pouco tempo antes “sob acusação de incompetência e de perseguir deliberadamente funcionários que entendiam serem contrários ao regime militar que mandava na época” (PRATEADO, 1999).

Ao assumir a SubCGI, Curvo mandou investigar, prender e tomar os bens de Olavo e mais os do presidente da Caixa em Goiás, Thirso Corrêa Rosa, e de um dos diretores, Calixto Antônio. A denúncia nunca foi provada. Testemunhas que depuseram, anos depois, no processo de indenização confirmaram que “toda a acusação e o inquérito contra Thirso e os outros dois foram ‘em decorrência de vingança ou de ‘birra’ de uma autoridade federal” (PRATEADO, 1999).

Sobre o caso, em 1970, Tormin afirmou, em carta a um amigo advogado: “Nota-se, claramente, que estão querendo vincular a diferença à aquisição dos meus bens; pois, apesar da farta documentação mostrar a maneira lícita da aquisição dos mesmos, firmam a acusação na diferença como meio para o confisco dos bens”.<sup>82</sup>

Em 1975, Olavo Tormin escreveu uma carta ao Ministro da Justiça, Armando Falcão, assumindo a inteira responsabilidade pelo desvio ao qual era acusado: “sujeitando-me que bens de minha propriedade sejam vendidos para reparação de todo o valor fixado, para sanar o dano causado Caixa Econômica Federal de Goiás e, satisfeitas estas exigências, sejam devolvidos o excedente dos bens que venham existir”. Anos mais tarde, uma de suas filhas declarou que Olavo “apenas assumiu uma dívida por imposição de um regime desumano e cruel” (MOTTA, 2002, p. 5).

A acusação contra Olavo Tormin como servidor da Caixa impactou decisivamente o andamento da livraria. Diminuiu o número de frequentadores. Segundo Clóves Carrilho, que foi gerente do Bazar Oió, as visitas de policiais eram constantes: “A cultura afastou porque eles não podiam ir lá. Se eles fossem lá, ficava mal-vistos. Ele tocou enquanto pode. Até não ter mais jeito”.<sup>83</sup> E esse dia chegou em 1974, 23 anos depois de sua abertura.

---

<sup>82</sup> Goiânia, 11 de julho de 1970 (carta datilografada).

<sup>83</sup> Entrevista concedida à autora em 04/11/2007.

### 3.1.1 Um espaço pensado para as letras e as pessoas

O nome, Oió, é a união das iniciais dos donos, Olavo e Othelo. Quando teve a ideia, junto com o irmão, de abrir a livraria, Olavo já era representante das editoras Saraiva e Cia Melhoramentos. Não passou muito tempo depois da inauguração para que Olavo passasse a ser o único dono, pois seu irmão foi morar em outro estado.

Em 1951, ano da inauguração, Goiânia tinha apenas dezoito anos.<sup>84</sup> Era uma cidade em formação e Olavo Tormin soube usar esse fator como uma vantagem, criando um espaço único que se destacava entre os outros poucos que já funcionavam na cidade. O Bazar Oió ficava aberto das 9h às 22h. O primeiro endereço foi na Avenida Anhanguera, nº 79. Um espaço relativamente pequeno. Como o negócio cresceu, em 1963, a livraria se mudou para a Avenida Goiás, nº 519, em um espaço com 1.500 m<sup>2</sup>, onde ficou até o fim. De acordo com a descrição de Clóves Carrilho, era a maior da cidade. Na frente, quatro portas de aço. O depósito que ficava no fundo era grande, segundo ele, e tinha uma ligação com a rua de trás. Os frequentadores encontravam ali, além dos livros, um sofá e duas poltronas para folheá-los, cafezinho e água, e um fundo musical da rádio local. Vendiam-se títulos de literatura e política, mas também livros didáticos e material de papelaria.

A localização era central. As avenidas Goiás e Anhanguera, importantes até hoje na cidade, cortam Goiânia de ponta a ponta. Na década de 60, além do Bazar Oió, havia a Vanguarda, a Bazar Municipal,<sup>85</sup> a Livraria e Editora Brasil-Central, de Antonio Resende (HALLEWELL, 2005, p. 626) e a Gráfica Oriente, dos irmãos José Modesto e Taylor Oriente,<sup>87</sup> que teve uma importância muito grande no campo editorial local.

Adiciona-se a esse cenário, a partir de 1975, a presença de mais uma livraria na cidade. Em documento de 1981, do SNI, com uma listagem de “livrarias especializadas em literatura esquerdista” apenas uma aparece referente ao estado de Goiás: a livraria do SPAR – Secretariado Pastoral Arquidiocesano. Segundo o documento, funcionava no centro da cidade desde abril de 1975. Após a listagem das obras consideradas impróprias constava que “além desses livros a livraria SPAR distribui ainda a *Revista da Arquidiocese* e vários jornalecos das

---

<sup>84</sup> A Cidade de Goiás era a capital do estado até que o interventor Pedro Ludovico comesse a movimentação em torno da transferência para um novo local na década de 1930. A pedra fundamental da cidade de Goiânia foi lançada em 24 de outubro de 1933; a transferência foi publicada em março de 1937; e a inauguração, chamado de o batismo cultural, foi em julho de 1942.

<sup>85</sup> O dono era Francisco Scartezini. De acordo com o filho dele, Luiz, que começou a trabalhar na livraria aos treze anos, a inauguração foi no dia 9 de fevereiro de 1957.

<sup>87</sup> A Gráfica Oriente funcionou entre 1967 a 1982; editou 500 mil exemplares de 300 obras; títulos de antropologia, arte, contos, crônicas, economia, literatura, poesia popular entre outros (HALLEWELL, 2005, p. 626).

comunidades de base das paróquias da Arquidiocese”. Até então eu não havia lido nem ouvido nada em relação a esse estabelecimento. Depois, encontrei mais uma referência. Lincoln Secco, em *A batalha dos livros* (2017), traz algumas informações. A livraria funcionava em um edifício anexo à Catedral Metropolitana e estava vinculada à Diocese de Goiânia: “o bispo titular dom Fernando<sup>88</sup> era um dos principais opositores do regime militar no país” (SECCO, 2017, p. 137).

Uma das poucas falas de Olavo Tormin com a qual tive contato, foi uma entrevista publicada no livro *Memória Cultural* (1985), pela prefeitura de Goiânia, em que 41 pessoas de “categorias profissionais diversas” contribuíram para dar seu depoimento sobre a mudança da capital de Goiás e a sua contribuição nesse processo e nos primeiros anos de Goiânia. Olavo Tormin está na seção que se refere ao movimento cultural. O fato de ele ter sido procurado para essa participação demonstra que, apesar do dano que o período da ditadura deixou nele como figura pública, ainda havia espaço para o reconhecimento, que se deu de forma pontual em algumas situações semelhantes.

Na sua fala, entre outros assuntos, Olavo falou que o acesso à cultura naquela época era um privilégio: “Quantos meninos há sem poder estudar!”. O Bazar Oió serviu de biblioteca, espaço de acesso à leitura para aqueles com poucas condições: “Proibir como? O sujeito não tinha condições de comprar o livro”, disse o livreiro (GOIÂNIA, 1985, p. 265). Alguns clientes chegavam a levar o livro “emprestado” para casa e devolviam depois. Olavo sabia que os exemplares retornariam às prateleiras – pelo menos, a maioria deles.

Também eram seus clientes escritores consagrados de Goiás, além de intelectuais e políticos. Para o advogado Pereira Zeka, professor emérito da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás, o Bazar Oió podia ser considerado um café literário, “um centro espontâneo de aglutinação de reunião dos intelectuais”.<sup>89</sup>

Entre os nomes de figuras regionais, estavam Bernardo Élis, Eli Brasiliense, Carmo Bernardes, Brasigóis Felício, Ada Curado, Luiz Fernando Valadares, Yêda Schmaltz, Miguel Jorge, José Décio Filho, Bariani Ortêncio e Maria Paula Fleury. Consequentemente, tal fato aproximava os clientes à produção literária local e atraía autores de fora do estado. Passaram pela livraria, em 1954, escritores como Jorge Amado e Pablo Neruda. Eles estavam na cidade para participar do I Congresso de Intelectuais, que estava sendo realizado em Goiânia.

---

<sup>88</sup> Referência a Dom Fernando Gomes dos Santos.

<sup>89</sup> Entrevista concedida à autora em 20/01/2008.

A presença desses escritores representava ainda um posicionamento da livraria como instituição. Um espaço que abriu as portas para a passagem de autores perseguidos em seus países, como Jorge Amado e Pablo Neruda, e políticos como o líder comunista Luís Carlos Prestes. No seu quadro de frequentadores assíduos, estavam Bernardo Élis e Carmo Bernardes, perseguidos no estado de Goiás, conforme já dito. Ou seja, o Bazar Oió era mais um espaço que figuras como eles tinham para divulgar sua literatura, discutir com seus pares escritores e intelectuais e, portanto, um local que contribuía para a circulação da produção literária deles.

FIGURA 13 – Noite de lançamento na livraria Bazar Oió



Bariano Ortêncio, Bernardo Élis (em pé) e Mário Palmério.

Fonte: Arquivo pessoal

FIGURA 14 – Livraria Bazar Oió lotada em noite de lançamento



Fonte: Arquivo pessoal

José Hermano Sobrinho, advogado e frequentador, lembra que o público também era formado de figuras políticas, da direita e da esquerda: “Era o centro que recepcionava as próprias autoridades que visitavam Goiânia. Ali se realizavam debates, recepções, inclusive, não só na parte da intelectualidade, mas também da política. Os próprios políticos da época também visitavam a livraria”.<sup>90</sup>

O comunista Luiz Carlos Prestes passou por lá e a sua visita foi um acontecimento. Ele esteve no Bazar Oió em junho de 1959 para uma homenagem do Partido Comunista, que seria feita na Assembleia Legislativa, mas onde ele acabou sendo impedido de entrar por causa de algum tipo de ordem política, movida pela base do governo. Sendo assim, Prestes, foi levado pelo poeta Aroldo Brito e pelo escritor José Godoy Garcia até o Bazar Oió: “o pessoal já estava preparado, sabiam com antecedência da visita e na hora mais ou menos marcada ele apareceu”, lembra o escritor Modesto Gomes. Muitos tiraram fotografias ao lado de Prestes para registrar o acontecimento. Anos mais tarde, com a ditadura militar instaurada, as imagens foram usadas contra essas pessoas: “Foi uma visita que atraiu um número muito grande de pessoas e muitas dessas pessoas, que não eram marxistas e nem comunistas, foram atingidas posteriormente porque posaram em fotografias tiradas ao lado de Luiz Carlos Prestes. Esse foi um dos momentos que eu presenciei”.

FIGURA 15 – Manchete do **Jornal de Notícias** anunciando a chegada de Prestes a Goiânia



Fonte: **Jornal de Notícias**, n. 502, p. 1, 31/05/1959.

<sup>90</sup> Entrevista à autora em 03/11/2007.

FIGURA 16 – Luiz Carlos Prestes na livraria Bazar Oió



Fonte: Goiânia (1985)

Difícil um antigo frequentador falar do Bazar Oió sem mencionar os lançamentos de livros. Tornou-se uma marca registrada. O evento movimentava a cidade. Não há um registro de todos os lançamentos, mas pode-se afirmar que foram muitos, entre nomes regionais e nacionais reconhecidos, e também de estreantes. Esse tipo de evento, assim como os debates e saraus promovidos pela livraria são o que Even-Zohar chama de *happenings*. Tais acontecimentos proporcionavam, a quem estava presente, mais uma forma de consumir a literatura. Lembrando também que esse “consumo” não está diretamente e necessariamente vinculado a uma troca monetária. É perceptível nos relatos de pessoas que participaram de alguns desses momentos a importância de estar ali presente, de ter tido contato com o autor, de ter ouvido uma declamação ou um discurso, de ter trocado ideias com outras pessoas que compartilhavam interesses comuns.

Esses acontecimentos fazem parte da memória afetiva de frequentadores como Modesto Gomes: “Eu me lembro de um grande lançamento que teve lá, que foi o lançamento do *Veranico de Janeiro*, de Bernardo Élis. Depois teve outro livro do Mário Palmério, o *Chapadão do Bugre*, foi muito concorrido também e diversos outros”. Teve ainda *Meu Pé de Laranja Lima*, do carioca José Mauro de Vasconcelos. Entre os nomes goianos estão os ainda os de Regina Lacerda, Geraldo Coelho Vaz, Carmo Bernardes, Eli Brasiliense, Domingo Félix, Miguel Jorge, Gabriel Nascente e Bariani Ortêncio.

Entretanto, havia ainda outros eventos que reuniam os leitores em torno de um assunto de interesse comum. Os debates. Nesse caso, fica evidente a intenção do livreiro de propiciar acesso a discussões que estavam na pauta política e cultural como a criação do estado de Tocantins, a cena do teatro em Goiás e arquitetura contemporânea.

Olavo Tormin criou a Editora Oió, mas esse trabalho foi muito breve. O único registro que encontrei com esse selo foi a 2ª edição de *Ermos e Gerais*, de Bernardo Élis (1959), impressa na gráfica da *Revista dos Tribunais*, R. Conde de Sardezas, 38, em São Paulo.

Outro produto gerado a partir do Bazar Oió foi um impresso cultural chamado *Jornal Oió*. Foi uma realização com 18 edições publicadas ao longo de um ano e seis meses, entre fevereiro de 1957 e de agosto de 1958. Apesar do curto tempo de existência, deixou uma marca forte na história da livraria, lembrado por muitos ao se referirem ao Bazar Oió, é ainda mais um exemplo de iniciativa de Olavo Tormin de divulgar o trabalho dos escritores e intelectuais de Goiás e, dessa forma, acabou ampliando o alcance do próprio trabalho desenvolvido como agente cultural.

No primeiro momento, tratava-se de um jornal mural, com recortes de notícias de impressos e revistas e ainda textos exclusivos de colaboradores. Até que Tormin viu que havia conteúdo, colaboração e recursos para desenvolver um projeto maior e decidiu lançar o jornal. As oito páginas eram impressas na gráfica de *O Popular*, em duas cores, preta e azul, no formato standard (52cm x 29,2cm) e era vendido a Cr\$ 5,00 (cinco Cruzeiros). Apenas para termos de comparação, o *Jornal do Brasil* (RJ) era vendido por Cr\$ 2,00 (dois cruzeiros).

Havia textos de opinião, além de crônicas e contos. E muitas poesias. Notícias sobre o mundo das artes, literatura, teatro e música. A ideia era que fosse “o mensário da cultura goiana” e que trabalhasse no sentido de “retratar o movimento literário em Goiás”.<sup>91</sup> Esse trabalho foi reconhecido, por exemplo, pelo jornalista Moacir Werneck de Castro, que visitou Goiânia em maio de 1957, e registrou sua opinião em uma nota no quinzenário carioca *Para Todos*,<sup>92</sup> que cobria assuntos da cultura nacional:

Verifiquei que o movimento intelectual em Goiás possui uma dinâmica muito superior ao que se imagina lá fora. Seriamente. E nem é preciso ir muito longe: a existência de uma publicação como o *Jornal Oió*, que é que vamos pensar disso? É indiscutivelmente um índice importante de progresso cultural (JORNAL OIÓ, 1957).

---

<sup>91</sup> Penna, Eliezer. *Rumos do Jornal Oió*. Jornal Oió. Goiânia, 02/1957. p. 3.

<sup>92</sup> Impresso fundado por Jorge Amado, Oscar Niemeyer e o próprio Moacir Werneck de Castro.

O Jornal Oió não se tratava de um produto comercial, que visava obter lucro. Ao contrário, era cobrado o básico para se manter e as colaborações não eram pagas.<sup>93</sup> O impresso deixou de circular por motivos financeiros.

### 3.1.2 Um bancário que nasceu para os livros

Olavo Tormin nasceu em Campinas, São Paulo, no dia 12 de abril de 1925. Foi para Goiânia jovem e lá fez o curso de técnico de contabilidade, formação que lhe garantiu futuramente o emprego na Caixa Econômica Federal. Mas, mais do que funcionário de uma instituição bancária, Tormin era um agente literário que atuava em diferentes frentes. O pesquisador inglês Laurence Hallewell, ao mencionar a cena literária da região Centro-Oeste do Brasil, cita Olavo Tormin ao lado de outros nomes que contribuíram para o crescimento da produção literária e cultural do estado de Goiás: “E, já em 1959, possuía um livreiro-editor digno de menção: Olavo Tormin, que publicava obras de história e literatura locais com o selo editorial Oió, nome de sua livraria localizada na praça do Bandeirante, em Goiânia” (HALLEWELL, 2005, p. 626).<sup>94</sup>

A livraria estava registrada em cartório em nome de Francisca Hermano,<sup>95</sup> esposa de Olavo, porque ele, como funcionário público, era impedido de ter um empreendimento comercial, mas a presença dela ultrapassava a formalidade burocrática. Como Goiás era um estado machista e patriarcal, Francisca só era vista nos eventos como lançamentos de livros. Entretanto, segundo depoimento de José Hermano Sobrinho, irmão de Francisca, ela estava por trás de todas as iniciativas: “Ela era o braço direito. Ela era como se fosse um poderio quase que invisível... Contribuiu com o seu diálogo, com a sua perseverança, pelo amor também às letras”.

---

<sup>93</sup> Em princípio, as informações que obtive mostram que os colaboradores não recebiam pelos textos publicados.

<sup>94</sup> Houve um pequeno equívoco do autor já que a livraria não se situava na Praça do Bandeirante. Em 1959, a livraria estava localizada na Avenida Anhanguera, num ponto cerca de 2,5 km distante da praça.

<sup>95</sup> Francisca e Olavo tiveram cinco filhos: Nádia, Sônia, Ivana, Olavo e Tânia.

FIGURA 17 – Registro de evento na livraria Bazar Oi6



Olavo Tormin (de terno claro) ao lado de Francisca Hermano

Fonte: Arquivo pessoal

Foram dezoito anos de intensa atividade como livreiro até que a ditadura militar chegasse de forma direta e incisiva. A partir do momento em que um regime autoritário retirou daquele espaço as pessoas, retirou também o livreiro que fazia parte de Olavo Tormin. Sem o emprego na Caixa e sem a sua livraria, os anos se passaram lentamente, acompanhado de problemas de saúde e financeiros. No dia 8 de janeiro de 1991, aos 66 anos, Tormin passou mal, chegou a ser atendido, mas faleceu no hospital.

Enquanto exerceu seu papel de livreiro, Tormin incentivou e exaltou os livros e a literatura produzida em Goiás. Nos anúncios publicitários de jornais, a livraria era anunciada como “A vitrine literária de Goiânia”. E junto das informações básicas sobre localização e contato, estava a frase “Livros: presente de amigos”. E se o livro é um presente a ser comparado com a amizade é porque não estamos falando de um presente qualquer. Nem de um produto qualquer. Portanto, não se trata ainda de um mercado qualquer – como já vem sendo defendido nesta tese.

É importante ainda lembrar que estamos nos referindo ao mercado livreiro goiano, que era muito recente. Portanto, todo o comércio estava em formação, da mesma forma se pensarmos o cenário cultural e todas as instituições que faziam parte dele.

FIGURA 18 – Anúncio da livraria Bazar Oió



Fonte: *Jornal de Notícias* (1956).

Quando Tormin abriu o Bazar Oió, era servidor da Caixa há aproximadamente cinco anos. Para o escritor Modesto Gomes, “A Caixa Econômica era o local dele faturar o dinheiro das despesas, e o Bazar era mais por amor, não era para ganhar dinheiro. Aquilo era uma gamação especial dele, aquilo para ele era tudo, era a vida”.<sup>96</sup>

O que dava lucro e ajudava a manter o negócio eram as vendas de livros didáticos e de acessórios de papelaria. O escritor Bariani Ortêncio também teve um comércio, o Bazar Paulistinha, que vendia discos. Sobre o assunto, ele é incisivo: “se o Bazar Oió fosse dividido em literatura e vendesse livro de escritor tinha falido... Até hoje, a literatura goiana só vende quando faz lançamento ou se o livro for adotado na escola”.<sup>97</sup>

A própria escolha pela palavra “bazar” no nome da livraria já nos faz remeter a comércio, lucro com a venda de produtos. A primeira definição do dicionário Michaelis para o termo é: “Estabelecimento comercial onde se vendem vários tipos de mercadorias geralmente a preços módicos”.<sup>98</sup> Ao dar o nome de Bazar Oió, talvez Olavo não tivesse ideia de como a livraria, que começou como um pequeno negócio, fosse trazer tantos outros significados.

A partir do momento em que a livraria passou a ter o reconhecimento do campo, em âmbito regional, foi capaz de atuar como “instância de legitimação” para novos escritores. Ao

<sup>96</sup> Entrevista à autora.

<sup>97</sup> Entrevista concedida à autora em 08/03/2008.

<sup>98</sup> Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br>. Acesso em: 3 maio 2022.

pensarmos em como o Bazar Oió desempenhava esse papel de “instituição”, segundo os preceitos de Even-Zohar, temos o seguinte quadro. Apesar do pouco tempo de existência, a livraria passou a exibir características de instituição rapidamente, haja vista que o cenário cultural local era novíssimo e ainda incipiente. Logo ela se tornou frequentada por intelectuais reconhecidos. Tendo isso em vista, abriu espaço para novos escritores, que ainda buscavam se inserir no campo e, às vezes, ainda lançar o primeiro livro.

Gabriel Nascente é hoje um poeta renomado em Goiás e membro da Academia Goiana de Letras. O lançamento do seu primeiro livro, *Os Gatos* (1966), foi no Bazar Oió: “ele (Olavo) abriu portas para a minha estreia literária... filho de marceneiro, ninguém me conhecia”.<sup>99</sup>

Cora Coralina hoje tem um espaço consolidado no campo literário brasileiro. Entretanto, isso de se deu de forma lenta e gradual, com muito esforço da poeta. Quando lançou seu primeiro livro *Poemas dos becos de Goiás e estórias mais* (1965), aos 76 anos, no Bazar Oió, Coralina era ignorada pelo campo literário da época. Por causa disso, acabou conhecendo o GEN (Grupo de Escritores Novos<sup>100</sup>), formado por escritores que tinham como proposta produzir uma literatura de vanguarda em Goiás, inspirados no Modernismo de 22. Miguel Jorge era um deles. Sobre o caso da Cora Coralina, ele se recorda que “Ninguém da velha guarda dava confiança pra Cora Coralina... Eu falei ‘Cora, a sua geração não te conhece’, ela falou ‘eles viram a cara pra mim’”.<sup>101</sup>

O escritor confirma a importância da figura de Olavo Torrin e do Bazar Oió para os “recém-chegados”. Ele lançou o seu primeiro livro lá, *Antes do Túnel*, em 1967: “o Bazar Oió teve uma atuação importantíssima na nossa vida cultural porque, primeiro, as portas eram abertas para a gente fazer lançamentos de livros, que era uma coisa que ainda estava começando, era incipiente. E o Bazar já era respeitável, tinha um nome, tinha uma tradição”.

Portanto, além ser ponto de atração para esses nomes – e mesmo, por ser esse ponto de referência – o Bazar Oió serviu de espaço também para, dentro das possibilidades de uma livraria, ditar normas e transferir valor aos novos nomes que se vinculavam de alguma forma ao local. Principalmente, nos lançamentos de livros.

A influência do Bazar Oió era reconhecida inclusive pelos livreiros concorrentes, como é o caso do Luiz Scartezini, quando ele afirma que na livraria do pai dele, o Bazar Municipal,

---

<sup>99</sup> Entrevista concedida à autora em 20/01/2008.

<sup>100</sup> O GEN fazia reuniões periódicas para fazer discussões e estudar. Durou cinco anos.

<sup>101</sup> Entrevista concedida à autora em 16/02/2008.

“lançamos muitos livros, mas o grande destaque da literatura goiana fica por conta de Olavo Tormin. A história do livro em Goiânia começou nas mãos de Olavo Tormin”.

Bernardo Élis (1983) escreveu, no artigo “Os esquecidos injustiçados”, no *Diário da Manhã*, sobre a relevância de três pessoas “que contribuíram decisivamente para o desenvolvimento da cultura da região (Goiás) e que, no entanto, permanecem à margem de qualquer pesquisa”. São eles: os críticos Domingos Félix de Sousa e Oscar Sabino Júnior e o livreiro Olavo Tormin. Sobre Tormin: “um nome de pessoa que hoje quase ninguém sabe quem seja e que há duas décadas era o eixo em torno do qual girava a totalidade da vida literária de Goiás, editor e subvencionador do ‘Jornal de O&O’... um periódico fundamentalmente voltado para as artes”.

O papel que o Bazar Oió preenche, portanto, na discussão desta tese é o de uma livraria que significou um ponto de efervescência cultural; que cresceu com a cidade de Goiânia, dos dezoito até seus 41 anos. Não se tratava de um ponto de encontro e de vendas de obras necessariamente de esquerda – apesar de ter vendido também essas obras. Sua natureza como livraria já implica um espaço de diálogo, troca de ideias, opiniões políticas e, conseqüentemente, liberdade de escolha e de defesa da democracia. A ditadura militar fez, talvez, com que essa característica tomasse força já que se tratava de uma situação limítrofe. O Bazar Oió foi mais uma livraria que cumpriu seu papel como tal, de forma necessária, no interior do país, longe dos centros.

Na década de 1970, quando o Bazar Oió fechou, Goiânia tinha cerca de 381.055 habitantes, segundo dados do IBGE. Duas décadas antes, quando foi aberto, eram 132.577. Ou seja, cresceu 287% nesse período.

A próxima livraria é a Livro 7, do Recife, Pernambuco. Vamos de um extremo ao outro já que se trata de uma cidade centenária. A população também acompanha esse salto. Em 1970, ano em que a Livro 7 foi inaugurada, a cidade tinha aproximadamente 1.792.688 habitantes. É nesse ambiente que Tarcísio Pereira construiu a livraria que se tornaria, por cinco anos seguidos, a maior do país.

### 3.2 Livraria Livro 7: uma livraria que marcou gerações

FIGURA 19 – Logomarca da Livro 7



Fonte: Machado (2008)

A Livro 7 foi inaugurada quando a ditadura militar estava em um de seus períodos mais sombrios, em termos de repressão e censura.<sup>103</sup> O Decreto-Lei nº. 1.077, estabelecendo a censura prévia de livros e revistas havia sido publicado poucos meses antes, no dia 26 de janeiro de 1970. O AI 5,<sup>104</sup> de dezembro de 1968, estava sendo aplicado na prática com toda a arbitrariedade que o texto permitia. O estado de Pernambuco “tomara posição de protagonista”, uma vez que o governador Miguel Arraes de Alencar (1916-2005) se manifestava a favor de João Goulart e contra qualquer tipo de golpe (FABER, 2019, p. 163). Chegou a fazer pronunciamento em rádio manifestando sua posição. Devido a essa postura, Arraes foi deposto do cargo, preso e depois se exilou na Argélia por anos.

O Recife da década de 1960, segundo o historiador Tadeu Rocha, era uma metrópole regional: “[...] o porto, o enorme comércio, as muitas indústrias, os colégios, os seminários e as universidades fazem da capital pernambucana uma verdadeira metrópole regional e um dos mais importantes centros urbanos de baixa latitude do centro da terra” (ROCHA apud FABER, 2019, p. 153). Em se tratando de cultura, apesar de ter perdido pensadores e artistas para o exílio durante a ditadura, “o Recife não deixou de se renovar intelectualmente nesse período, criando novos espaços no seu campo literário: livrarias, editoras, movimentos etc.” (ROCHA apud FABER, 2019, p. 166).

<sup>103</sup> É importante lembrar que há registros de casos de tortura desde o começo da ditadura militar, em 1964, e não somente depois do AI-5, em 1968, período chamado “anos de chumbo”.

<sup>104</sup> Pelo texto: “O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais”. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-05-68.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm).

Longe dali, no Rio de Janeiro, no ano de 1970, a conhecida e consagrada Civilização Brasileira enfrentava a opressão na forma de ameaças, atentados e censura. Um dos atos mais conhecidos deu-se em 1970, quando a editora sofreu um atentado à bomba. Portanto, abrir uma livraria não era a opção mais óbvia para quem quisesse ter o próprio negócio. A ameaça da censura, da opressão, da violência (física ou psicológica) era permanente sobre os setores culturais, acadêmicos e da imprensa.

No caso de Tarcísio Pereira, o livreiro chegou a ter sete filiais em outras quatro cidades, além do Recife. E em três delas houve ameaças de incêndio, caso a livraria não parasse de vender “livros comunistas”. “Sei muito bem o que foi viver aqueles anos de tormenta”, me escreveu ele em um dos poucos contatos que tivemos durante a escrita desta tese.<sup>105</sup> Na época, ele recebeu ligações assustadas dos gerentes das unidades de Campina Grande e de João Pessoa, avisando que tinham colocado bilhetes com ameaças embaixo da porta das livrarias.

Passou mais um tempo, me ligou o gerente de João Pessoa, disse: ‘Seu Tarcísio, tô aqui me tremendo.

– Que foi?

– Bilhete embaixo da porta dizendo que vão tocar fogo na livraria.

– Isso é apenas pra amedrontar, pra que a gente faça uma seleção ao gosto deles, naturalmente, dos livros que eles querem.<sup>106</sup>

Ao lembrar do acontecido, Pereira afirma que não mudou o catálogo da livraria: “vamos vender o que a gente vende porque se você abrir um pouquinho eles vão continuar pra você ir tirando tudo. E a nossa função não é fazer política. A nossa função é vender livros científicos para que todo mundo tenha acesso aos dois lados da moeda”.

Se o regime se sentia confrontado com personagens como Tarcísio Pereira que, não apenas vendiam literatura, mas fomentavam e por que não dizer, produziam também cultura, então, ele era, sim, motivo de incômodo para os militares. E faz sentido – dentro do que se espera de um regime autoritário – que tenha tomado as atitudes que tomou a fim de restringir a atuação do livreiro e o funcionamento da livraria.

As intimidações chegaram à unidade do Recife. Foram pelo menos duas ameaças escritas até o dia em que apareceu um bilhete especificando o dia e a hora do atentado. Ligaram na livraria para avisar. Disseram que seria à tarde.<sup>107</sup> No dia, o livreiro fechou o local por

---

<sup>105</sup> Tarcísio Pereira morreu em janeiro de 2021. Fiz contato com ele algumas vezes desde o começo desta pesquisa – por telefone, por mensagem e por e-mail. Infelizmente, não tivemos a oportunidade de conversar detidamente sobre a livraria e seu ofício de livreiro.

<sup>106</sup> Participação, na rede social Instagram, no dia 8 de outubro de 2020.

<sup>107</sup> Tarcísio Pereira diz que marcaram meio-dia e em outro momento, duas da tarde.

algumas horas. Todos os funcionários foram liberados para ficarem nos arredores, até que se soubesse o que fazer. Ficaram na livraria, Tarcísio com mais três pessoas, o motorista e dois seguranças. Eles revistaram todo o espaço a procura de alguma bomba: “olhando atrás de prateleira, balde de lixo, nos banheiros, todo canto”.<sup>108</sup> Policiais apareceram lá depois que Tarcísio ligou pedindo orientação do que fazer. Eles foram embora sem encontrar nada. O livreiro reabriu a livraria e chamou os funcionários de volta: “Só para amedrontar a gente”.

No documento do SNI, citado nos capítulos anteriores, que discrimina as “livrarias especializadas em literatura esquerdista”, o nome da Livro 7 aparece quando citam os estados de Pernambuco e da Paraíba, onde existia uma unidade em João Pessoa, e outra em Campina Grande; e o estado de Alagoas, onde havia uma unidade em Maceió. À frente do nome João Pessoa estava a seguinte observação: “É uma das livrarias com maior volume de vendas de livros esquerdistas”.

Em outro documento do SNI são listadas “as principais livrarias estabelecidas em Recife/PE que estão expondo abertamente em suas prateleiras, livros de ideologia marxista”. Nele, os títulos das obras são registrados. A data é de 8 de outubro de 1976. A Livraria Imperatriz é a primeira da lista. Foi nela que Tarcísio Pereira foi contratado no seu primeiro emprego e onde ele afirma que teve seus primeiros aprendizados sobre o mundo livreiro. No documento constam três títulos: *O pensamento de Karl Marx*, de Jean-Yves Calvez, edição da Tavares Martins; *O capital*, de Karl Marx com tradução de Ronaldo Alves Shmidt, edição da Zahar Editores; e *O capital*, de Karl Marx com tradução de Reginaldo Sant’Ana, edição da Civilização Brasileira.

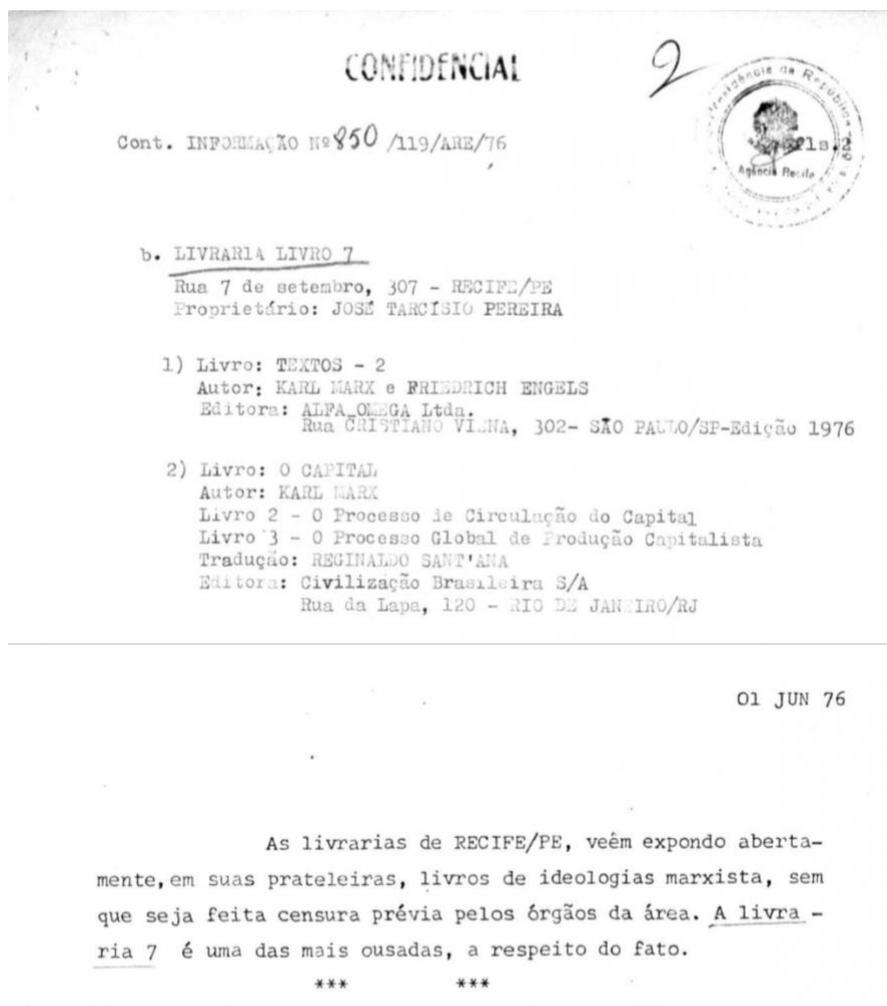
Ao citarem a Livro 7, aparece também a mesma edição de *O capital* pela Civilização Brasileira. E ainda *Textos – 2*, de Karl Marx e Friedrich Engels, edição da Alfa Omega. Há ainda menção às livrarias Sodiler, que ficava no Aeroporto Internacional de Guararapes, à Ramiro Costa & Cia e à Editora Nordeste.<sup>109</sup>

---

<sup>108</sup> Instagram. 8/10/2020.

<sup>109</sup> Documento presente no Arquivo Nacional com código de referência: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_76097555\_d0001de0001. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/>.

FIGURA 20 – Trechos do documento do Serviço Nacional de Informações (1976)



Fonte: Arquivo Nacional

Tarcísio Pereira importava coleções de história, filosofia e política. Quando era chamado para depor na Polícia Federal, ele explicava: “os livros importados são obras científicas, indicados pelos professores das Faculdades e trazidos sob encomenda” (apud ARAÚJO, 2008).

Outro fato que levou Tarcísio Pereira a ter que prestar depoimento à Polícia Federal envolveu cartões de Natal. Foi em dezembro de 1979. O caso foi noticiado no *Jornal do Brasil* com a seguinte manchete: “DPF apreendeu cartão com mensagem contra militares porque Natal é época de paz”. Os cartões foram apreendidos em livrarias do Recife e ao menos três livreiros tiveram que depor e explicar quem havia deixado os cartões para venda. Pereira disse à polícia que não tinha como identificar quem deixou os cartões porque foram entregues em consignação,

ou seja, a pessoa voltaria depois para pegar o dinheiro das vendas.<sup>110</sup> Segundo ele, não havia um controle na loja sobre essa atividade. Os outros dois livreiros responderam de forma semelhante. Foram eles, Adolfo Tiscoski, da Vozes, e Antônio de Pádua, da Dom Quixote.<sup>111</sup>

O superintendente da Polícia Federal no Recife, Fábio Calheiros, justificou a ação dizendo que “Natal é época de paz, esperança e confraternização”. De acordo com a reportagem, a mensagem compara os militares aos soldados romanos que crucificaram Cristo e os chama de “torturadores e assassinos”.

Diante disso, e de outros fatos ainda não citados, é possível afirmar que na Livro 7 existiu um espaço de resistência contra o regime militar. Cabe lembrar que Tarcísio Pereira não era filiado a nenhum partido político, mas reconhecia que a sua livraria era frequentada, em sua maior parte, por pessoas de esquerda. Tanto que afirmou que “se a direita comprasse livro como a esquerda, a Livro 7 era muito maior”.<sup>112</sup>

Para Marcos Alexandre Faber (2019), poeta, pesquisador e professor da Universidade Federal de Alagoas, houve uma fase, no Recife, em que Tarcísio Pereira foi notadamente o mais ativo como agente cultural e político, “uma espécie de anfitrião da esquerda pernambucana” (FABER, 2019, p. 167). Segundo o próprio Tarcísio Pereira, “grande parte dos livreiros daquela época tinha medo, tinha receio de trazer livros de esquerda e, de repente, a polícia chegar e levar tudo, por causa do prejuízo”. O sociólogo José Arlindo Soares, que ficou três anos preso, explica como foi importante a livraria vista por essa perspectiva: “A Livro 7 foi uma forma que eu encontrei de me socializar na cidade... eu digo que, na Livro 7, foi um dos lugares que eu aprendi que existia vida inteligente fora dos partidos clandestinos”.<sup>113</sup> Sobre esse mesmo período, outro frequentador, o jornalista Marcelo Pereira, tem opinião semelhante: “[...] guerrilheiro cultural, enfrentou os anos turvos da ditadura militar, transformando a Livro 7 numa trincheira da resistência intelectual e democrática na capital pernambucana” (FABER, 2019, p. 167).

---

<sup>110</sup> Mesmo sem uma confirmação direta, pelo contexto, me parece uma desculpa para não identificar a pessoa.

<sup>111</sup> Documento presente no Arquivo Nacional com código de referência: BR\_PRAPPR\_PB4\_0\_PT\_693\_d00001de00001. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/>.

<sup>112</sup> Participação na rede social Instagram em 8/10/2020.

<sup>113</sup> Em entrevista ao programa Espaço Pernambuco, da TV Globo, em 28 de setembro de 2013.

### 3.2.1 Da prateleira feita à mão à maior livraria do país

As portas da Livro 7 foram abertas no dia 27 de julho de 1970. Era bem localizada no centro da cidade do Recife. O primeiro endereço foi na Rua Sete de Setembro, transversal com a Avenida Conde da Boa Vista. A Rua Sete de Setembro era reconhecidamente boêmia e cultural, por onde circulavam muitos artistas e intelectuais. Além dela, a Rua da Saudade, a Rua da União e o Beco da Fome<sup>114</sup> formavam esse ambiente da boemia da época (FABER, 2019). A loja tinha pouco mais de 20 m<sup>2</sup>, dentro de uma galeria do Edifício Amaraji. O começo foi com pouco dinheiro: “Eu mesmo construí as prateleiras. Eu serrava, eu pregava, eu media”,<sup>115</sup> explica Tarcísio Pereira. Ficava próxima ao Cinema Veneza, ao Teatro do Parque, ao Parque 13 de Maio e à Faculdade de Direito do Recife.

Na época, a cidade já tinha boas opções de livrarias. Cenário diferente do que encontraram Salim Miguel, Victor Alegria e Olavo Tormin em suas respectivas localidades e épocas. A maioria delas se concentrava na Rua da Imperatriz ou na Transversal. Somente na primeira, havia as livrarias Imperatriz, a Acadêmica, a Nacional (que depois se tornou Companhia Editora do Nordeste), a Mozart e a Colombo.<sup>116</sup> Tarcísio precisava, então, encontrar um nicho para se diferenciar e atrair os leitores. A proximidade com a Faculdade de Direito fez com que o livreiro começasse focando nesse público específico: “Se a universidade está chegando na livraria, então eu tenho que atender toda a linha universitária. Eu procurei atender todos os cursos que a universidade oferecia” (TV GLOBO, 2013). O catálogo era formado basicamente de títulos das áreas de ciências sociais, literatura e artes: “como naquela época se vendia muito política, eu fui me especializando cada vez mais em política dos clássicos, porque os mais recentes eram proibidos... A censura era basicamente em cima de literatura na área de ciências sociais”.<sup>117</sup>

Depois de oito anos, a Livro 7 foi para um espaço maior, um casarão do outro lado da rua, entre a Rua do Riachuelo e a Avenida Conde da Boa Vista.<sup>118</sup> O espaço do galpão era de 1200 m<sup>2</sup> e foi onde a livraria ficou até o fim, em 1999. Era uma livraria e, ao mesmo tempo, loja de discos, loja de artesanato, cervejaria, com aproximadamente 150 mesas. O espaço era tão grande que, por cinco anos seguidos, foi considerada a maior livraria do Brasil pelo *Guinness*

---

<sup>114</sup> É uma área no centro da cidade com vários bares e lanchonetes que atendiam, principalmente estudantes, por causa do preço baixo da comida.

<sup>115</sup> Participação na rede social Instagram em 27/07/2020.

<sup>116</sup> Idem.

<sup>117</sup> Participação na rede social Instagram em 27/07/2020.

<sup>118</sup> O novo endereço fica em um quarteirão ainda na mesma Rua Sete de Setembro.

*Book*, o Livro dos Recordes. Além da sua extensão, também pelo número de sessenta mil títulos (GASPAR, 2013). Ao se referir ao fechamento da Livro 7, Tarcísio Pereira diz que se tratou do “fim de um ciclo” e que “infelizmente chegou um momento em que não adianta dar murro em ponta de faca, que chegou ao limite, né?” (TV GLOBO, 2013).

FIGURA 21 – Interior da Livro 7



Fonte: Faber (2019)

Quando abriu a Livro 7, Tarcísio Pereira tinha 23 anos. O livreiro nasceu em Natal (RN), em 1947, e aos 16 anos foi para Recife, onde passou a vida inteira. Em janeiro de 1964, começou a trabalhar na Livraria Imperatriz. Entrou como aprendiz de vendedor e, aproximadamente cinco anos depois, quando estava exercendo uma função de maior responsabilidade, deixou o emprego. Ele tinha a vontade de abrir a própria livraria. A saída foi pouco depois do falecimento do dono Jacob Berenstein, por quem Pereira demonstrava profunda admiração: “Ele era um dos melhores livreiros do Brasil... Além de me ensinar a vender, uma coisa que eu aprendi com ele e eu vou levar para o resto da vida é amar o livro”.<sup>119</sup>

A fala de Tarcísio Pereira continua e poderia ter sido dita por qualquer outro livreiro comprometido com a sua profissão: “...amar a mercadoria que você vende, que você faz o

<sup>119</sup> Participação na rede social Instagram em 27/07/2020.

possível para colocar o melhor na mão do cliente”. Um mercado construído sobre alicerces, não sei se únicos, mas com certeza, diferenciados.

Tamanha dedicação fez com que o livreiro e a livraria deixassem marcas no Recife. Segundo Marcos Alexandre Faber, a Livro 7 “tornou-se, nos anos 1970 e 1980, um polo de referência para os artistas e intelectuais pernambucanos” (FABER, 2019, p. 166).<sup>120</sup> Um espaço, desde o início, de incentivo à cultura com lançamentos, recitais, debates e exposições, além de espaços amplos para leitura.

Em torno da Livro 7, cresceu mais uma geração pernambucana, com os seus escritores, músicos, artistas plásticos e cineastas. As suas sessões de música, de cinema e de artes traziam interessados em obras que certamente não seriam encontradas em outros lugares. E tudo ficava à mostra, acessível, com uma praça no meio para leitura, sem ser necessário adquirir o exemplar. Muitos estudantes usaram a Livro 7 como uma biblioteca pública (FABER, 2019, p. 170).

Pelo tempo de duração da Livro 7 e atuação do livreiro, Tarcísio Pereira acompanhou três gerações de escritores pernambucanos e nacionais.<sup>121</sup> A livraria foi palco de lançamentos diversos, desde nomes renomados até aqueles à procura de reconhecimento. Portanto, autores que levaram prestígio, termo caro a Pierre Bourdieu, ao espaço e, em contrapartida, outros que receberam prestígio da livraria ao se associarem a ela: “A mesma casa literária, onde autografaram os mais consagrados escritores pernambucanos como Gilberto Freyre e João Cabral de Melo Neto, abria espaço para sessões de lançamentos coletivos com escritores inéditos” (FABER, 2019, p. 169).

No primeiro caso, nomes como Gilberto Freyre, João Cabral de Melo Neto, Ariano Suassuna, Dias Gomes, Osman Lins, Ferreira Gullar e Celso Furtado. No segundo, poetas da Geração 65 e autores que estavam estreando na literatura, como os que foram lançados pelo selo chamado Edições Pirata. Foi a partir de 1979, quando a Livro 7 fez uma parceria com a editora para realizar lançamentos coletivos de autores pernambucanos, com nomes experientes e os recém-chegados. Foram mais de 300 títulos divulgados na livraria com esse selo, entre 1970 e 1980.

---

<sup>120</sup> Marcos Alexandre Faber transformou em livro a sua tese de doutorado sobre o grupo de poetas pernambucanos da Geração 65.

<sup>121</sup> “Uma coisa que eu tenho orgulho é dizer que eu sou o livreiro de três gerações literárias. Eu servi, pode-se dizer assim, a Geração 45, onde se encontrava Mauro Mota, Aníbal Fernandes, Amaro Quintas, enfim, aquele pessoal todo da faculdade de direito que participava da Geração 45. Depois veio a Geração 65, com Jaci Bezerra, Alberto Cunha Melo, Almir Castro Barros, Domingos Alexandre... E depois, a Geração dos Independentes, que seria teoricamente a Geração 85”. Instagram, 8/10/2020.

As Edições Pirata foram a principal editora dos trabalhos da Geração 65,<sup>122</sup> um movimento literário recifense. Marcos Alexandre Faber pesquisou sobre esse grupo de autores, que se reunia com frequência na Livro 7. Para ele, a Livro 7 fez parte do campo literário pernambucano, especificamente recifense. Segundo Faber, era em torno dela, de bares como a Savoy e o Mustang, da Editora da Universidade Federal de Pernambuco (EDUFPE), das Edições Pirata e dos jornais locais, que os poetas da Geração 65 escreveram seus poemas (FABER, 2019, p. 21).

Filmes de Jommard Muniz de Brito, Fernando Spencer, e Fernando Monteiro eram exibidos em super-8. Artistas como Paulo Bruscky, Daniel Santiago, Katia Mesel, Ivan Maurício, Sérgio Lemos, Marcus Cordeiro e Cavanni Rosas fizeram exposições ou performances na livraria (ANDERSON, 2012). “Era interessante porque se exibia o filme com a presença do diretor e depois da exibição começava aquele bate papo”.<sup>123</sup> E tinha espaço para a música: “Havia um bom violão que ficava sempre à disposição dos frequentadores. Kátia de França, Robertinho do Recife, Luís Ricardo Leitão, Geraldo Azevedo e Alceu Valença, por exemplo, sempre davam uma canja” (ANDERSON, 2012).

FIGURA 22 – Tarcísio Pereira (de boina) entre os escritores da Geração 65 na Livro 7.



Fonte: Faber (2019)

<sup>122</sup> O movimento literário Geração 65 se formou na cidade de Jaboatão dos Guararapes (PE), pelos jovens poetas Jaci Bezerra, Alberto Cunha Melo, Domingos Alexandre e José Luiz de Almeida Melo. Com o tempo, sua atuação passou a ser no Recife.

<sup>123</sup> Participação na rede social Instagram em 27/07/2020.

Algo que se repete nas livrarias estudadas nesta tese, mas pode ser muito bem exemplificado pela Livro 7, é que o consumidor é também criador do produto, no sentido de que aquele que é autor de um livro ali lançado é também frequentador assíduo do espaço. No caso da livraria recifense, tratava-se de um estabelecimento com a frequência de pessoas de perfis variados, no âmbito de escolhas literárias ou políticas. Portanto, havia um ambiente mais democrático, mais plural.

Nesse sentido, é interessante trazer a fala da irmã de Tarcísio, Suely Pereira. Segundo ela, Ulysses Guimarães, político do MDB, de oposição à ditadura, ao visitar a livraria durante o regime militar, disse algo assim: “Descobri que no Brasil, só no estado de Pernambuco existem três partidos: Arena, MDB e Livro 7”.<sup>125</sup> Ou seja, a livraria era um espaço comum em que os apoiadores de lados opostos conseguiam conviver. De um lado, o sociólogo com tendência de direita, Gilberto Freyre, e de outro, escritores com tendência de esquerda, como Ariano Suassuna, João Cabral de Melo Neto e Paulo Freire.<sup>126</sup>

### 3.2.2 Um livreiro com tino para o negócio

Logo no começo da livraria, quando ela ainda estava formando sua clientela, Tarcísio teve a ideia de vender *O Pasquim* na Livro 7 e, assim, aproveitar a popularidade do tabloide semanal para movimentar o espaço e as vendas. A novidade foi antecipar a chegada do jornal em relação às bancas convencionais. Para isso, ia até a livraria Sodiler que ficava no aeroporto, que recebia o impresso com antecedência, comprava todos os duzentos exemplares, pagava o preço de capa e revendia pelo mesmo valor: “o que eu queria era trazer o público de *O Pasquim* para comprar *O Pasquim* na Livro 7. Chegando na Livro 7, ele ia conhecer a nossa linha de exposição, os livros que nós vendíamos e participar de nossos eventos”.<sup>127</sup> Às sextas-feiras à tarde, as pessoas podiam ir até a Livro 7 e sabiam que lá teria o mais recente: “esse foi um lance de marketing que funcionou e funcionou muito bem”. Todos os exemplares eram vendidos, no máximo, até a manhã seguinte.

---

<sup>125</sup> Conversa entre Suely Pereira e a autora, no dia 17/02/2022.

<sup>126</sup> A categorização “esquerda” e “direita” está sendo feita de forma generalista, sem considerar que cada “lado” também se divide em diversos outros posicionamentos. A ideia não é entrar nesse tipo de discussão, mas também é preciso deixar explicado que se tem consciência de que tais categorias não são estanques.

<sup>127</sup> Participação na rede social Instagram em 27/07/2020.

A partir da teoria dos polissistemas e a possibilidade que ela nos permite de pensar as categorias coexistindo de forma não hierárquica e interdependentes, é possível refletir sobre a atuação de Tarcísio Pereira como livreiro.

O último fato citado nos dá condições de perceber que, em primeiro lugar, a venda do produto na Livro 7 era feita com um fim que superava o valor comercial. Até por isso o livreiro se permite revender sem aumentar o preço, ou seja, o ganho dele está no que pode vir de consequência com a movimentação maior de clientes no seu espaço e ainda no valor simbólico daquela atitude. Percebe-se que Tarcísio Pereira sabe quem ele quer como cliente: “leitores de *O Pasquim*”. Foi justamente esse perfil de consumidor, dentro de um público mais amplo e generalista, que se fidelizou e se tornou participante dos eventos na livraria. Vendo o quadro maior do que a Livro 7 representa para a história cultural do estado de Pernambuco, é possível afirmar que esse ponto de encontro é o que muitos dos frequentadores guardam na memória. É mais um exemplo que nos possibilita enxergar as categorias da teoria dos polissistemas coexistindo de forma não hierárquica e interdependentes. Neste caso, a partir da atuação de Tarcísio Pereira como livreiro.

A escolha dele pelo produto também não era aleatória. Pereira sabia que existia público consumidor para *O Pasquim*, pois o jornal era reconhecido nacionalmente. O repertório do impresso dialogava com o do público e com o da própria livraria, que ainda estava em formação. A partir de iniciativas como essa, o livreiro apresentava para os seus clientes o que eles podiam esperar do estabelecimento.

Tarcísio Pereira tinha uma característica que o diferenciava de alguns dos livreiros analisados nesta tese. Ao mesmo tempo em que emitia um posicionamento político – mesmo que de forma não intencional – por meio dos eventos e ações como a venda de *O Pasquim*, ele tinha visão comercial e conseguia implementar ações focando o aumento do público e, consequentemente, das vendas. Qualidade também importante nesse meio que é movido prioritariamente pela paixão.

Cabe neste momento, uma reflexão sobre as dificuldades enfrentadas por livrarias distantes do eixo Rio-São Paulo, como é o caso da Livro 7. Ao se referir ao mercado do Nordeste, Hallewell (2005) cita o livreiro baiano Dmeval Chaves, que era distribuidor da Civilização Brasileira na década de 1980. Segundo Chaves, a distância entre a Bahia e as cidades do Sudeste era um dos maiores entraves, pois influenciava o custo do frete, que era muito alto tendo em vista os cerca de 1500 km que separam as regiões; e por conta disso, não era possível ter estoque em consignação, o que significava que “muitos livros acabavam

estragando-se nas estantes” (HALLEWELL, 2005, p. 631), pois estamos nos referindo à uma região de clima tropical. Ademais, ainda havia o fator “publicidade”: “as editoras raramente anunciavam fora da região Sul, os jornais da região davam pouco espaço às resenhas literárias” (HALLEWELL, 2005, p. 631).

Portanto, ao falarmos de estabelecimentos como a Livro 7 e a Jinkings, de Belém (PA), mas também do Bazar Oió, da Encontro e da Anita Garibaldi, temos que levar em conta que esses obstáculos faziam parte da rotina de seus donos. Segundo Hallewell, além de Rio e São Paulo, somente capitais como Porto Alegre e Belo Horizonte não tinham problemas do tipo. Fora desses locais, “a produção editorial comercial [...] quase sempre depende do entusiasmo pessoal de um livreiro. É feita em pequena escala, limita-se a seu âmbito por óbvias restrições financeiras e, por falta de uma demanda pública continuada, é mais errática ainda do que a produção editorial oficial”<sup>128</sup> (HALLEWELL, 2005, p. 629).

A habilidade de Tarcísio Pereira em atrair e manter os clientes foi fundamental para que seu negócio se sustentasse por longos 29 anos. Isso não significa que o livreiro não passou por momentos difíceis. O próprio afirmou que chegou a vender muitos bens pessoais para manter a livraria aberta: “naquela visão não de empresário, mas de livreiro apaixonado que achava que a crise passaria” (ANDERSON, 2012). Um desses momentos foi em 1992, no governo de Fernando Collor de Mello, quando foi lançado um pacote de medidas econômicas com o propósito de controlar a inflação. O Plano Brasil Novo, mais conhecido como Plano Collor, afetou todos os brasileiros, conseqüentemente todos os leitores e reduziu drasticamente as vendas de livros no país.<sup>129</sup> Segundo Tarcísio Pereira, o ano de 1993 foi todo para tirar o negócio do prejuízo.<sup>130</sup> Foram 28 anos de atividades da Livro 7, que chegou a ter sete unidades: três no Recife (PE), uma em João Pessoa (PB), uma em Campina Grande (PB), uma em Fortaleza (CE) e uma em Maceió (AL). Sobre o fim da Livro 7, vamos tratar mais à frente, mas adianto que o cenário econômico nacional foi determinante.

Mais um exemplo da habilidade de Tarcísio Pereira foi a criação de um cartão para pagamento a prazo, o CrediSete. Eram muitos os adeptos do cartão. No dia de vencimento, a fila chegava a dar volta na galeria em que a livraria ficava.

---

<sup>128</sup> Produção editorial oficial significa as demandas de órgãos governamentais.

<sup>129</sup> Esse foi apenas um dos muitos malefícios provocados pela administração de Fernando Collor de Mello. Sobre as conseqüências para o setor livreiro, ver *O livro no Brasil* (2005), de Laurence Hallewell.

<sup>130</sup> *Jornal do Commercio* apud Hallewell (2005, p. 739).

Para se manter atualizado com as novidades do mercado, o livreiro frequentava feiras literárias, inclusive fora do país, na Argentina, na Espanha e na Alemanha, por exemplo. Em uma delas, deu-se um encontro que seria responsável por outro “lance de marketing” de Tarcísio Pereira: o lançamento do estadunidense Sidney Sheldon na Livro 7. O brasileiro conseguiu convencer o autor, por meio do agente literário dele, da importância de visitar o Brasil já que aqui ele tinha muitos leitores. Esse encontro ocorreu durante uma participação na Feira do Livro de Frankfurt, no final da década de 1980, quando Pereira e o tal agente literário se encontraram. O livreiro fez o convite e pouco tempo depois recebeu uma resposta confirmando que Sheldon faria uma turnê pela América do Sul, incluindo Brasil e, dessa forma, Recife.

Quando chegou ao Brasil, o escritor quis desmarcar a visita à capital pernambucana porque tinha ouvido comentários de que a cidade era muito violenta. Ao saber disso, Tarcísio Pereira pediu que um amigo fosse ao evento de lançamento que ia ocorrer primeiramente em São Paulo e entregasse ao autor matérias de jornais divulgando a ida do autor à capital pernambucana: “vai ao lançamento, conversa com ele e mostra para ele o que saiu na imprensa e que ele tem um compromisso com o público dele em Recife, que ele não pode faltar”.<sup>131</sup>

Sheldon mudou de ideia. Decidiu ir, mas com a condição de fazer o trecho da volta em um jatinho particular, por motivos de segurança. Sem nem mesmo saber como ia custear essa viagem, Pereira aceitou o pedido. Somente depois foi atrás de reservar o jatinho e “intimar” a editora a dividir o valor. Em duas horas de evento, foram vendidos 940 livros (GASPAR, 2013). Esse fato é repetido pelo livreiro em diversas entrevistas: “O Sheldon, sem dúvida, foi o maior lançamento que organizei, das cinco noites de autógrafos que ele realizou no Brasil, a nossa foi disparada a melhor”, afirmou Tarcísio Pereira (ANDERSON, 2012).

Para Marcos Alexandre Faber, a Livro 7 foi tão importante para a Geração 65 quanto a Editora da UFPE, as Edições Pirata e a Academia Pernambucana de Letras, quando se trata dos espaços e instituições pelos quais alcançou reconhecimento: “A Livro 7 transcendeu a carismática figura de Tarcísio Pereira, a hegemonia de um bloco de esquerda<sup>132</sup>, e tornou-se orgulho de todo o pernambucano... passou a ser uma espécie de Academia Pernambucana de Letras” (FABER, 2019, p. 168). A fala refere-se a um conjunto completo de características que fizeram dessa livraria e desse livreiro uma marca cultural da cidade e do estado.

---

<sup>131</sup> As informações desse relato originam-se da entrevista de Tarcísio Pereira no Instagram, em 27/07/2020, mas ele as repetiu com frequência em diversos momentos.

<sup>132</sup> Tarcísio Pereira foi um dos fundadores, em 1976, da Troça Carnavalesca Independente Nós sofre mas nós goza. Com uma orquestra de frevo, o bloco se concentra na Rua Sete de Setembro e desfila por um quarteirão.

Com seu encerramento, perdeu-se não só o espaço de referência para os mais novos escritores pernambucanos, que podiam interagir com aqueles que já publicavam, como um próprio símbolo da Cidade do Recife – um ponto de identidade. Quantos intelectuais de fora do Estado ou mesmo estrangeiros tinham na Livro 7 um ponto de interesse! Quanto orgulho causava aquela livraria! (D’MORAIS<sup>133</sup> apud GASPAR, 2013).

Como foi possível perceber, a Livro 7 por vezes atuou como instituição lançando, divulgando e legitimando um autor ou grupo literário; e em outros momentos, recebeu essa “autorização” de nomes como Gilberto Freyre, João Cabral de Melo Neto e Ariano Suassuna. Nas paredes da livraria, acima das estantes, Tarcísio Pereira colocava retratos de escritores e “era uma forma de reconhecimento estar ali presente” (D’MORAIS Apud GASPAR, 2013). Lá estavam os já citados Gilberto Freyre, Ariano Suassuna e João Cabral de Melo Neto, mas também Paulo Freire e César Leal, entre outros (FABER, 2019, p. 168).

FIGURA 23 – João Cabral de Melo Neto recebe homenagem da Livro 7, em 1980



Na foto, o autor aparece entre Ariano Suassuna e o livreiro Tarcísio Pereira.

Fonte: Divulgação na internet

<sup>133</sup> Marcos D’Morais é o nome com que Marcos Alexandre Faber assina a sua poesia.

Alguns doavam as fotografias e outros chegaram, inclusive, a pedir para mudar a que estava exposta porque era uma que não lhe agradava. Foi o caso do sociólogo pernambucano Gilberto Freyre. Em um dia de lançamento de seu livro, ele reparou na fotografia dele que estava exposta. O pedido chegou a Tarcísio por meio da esposa de Freyre, Maria Magdalena: “Gilberto me pediu um grande favor que eu não sei se é possível. Gilberto pediu para trocar essa foto. Não é a foto que ele gosta”, explicou. No dia seguinte, um rapaz chegou à livraria levando a nova fotografia já enquadrada. E saiu de lá com a imagem antiga: “Tarcísio, a dona Magdalena pediu para levar essa foto para entregar para ela”.

O mesmo pedido foi feito por Paulo Freire que, segundo Tarcísio, “quando ele viu a imagem dele, disse: ‘Tarcísio, eu preciso trocar essa foto. Essa não é a foto que eu gosto’”. No dia seguinte, o livreiro pediu para um fotógrafo ir até o hotel onde Freire estava para tirar uma fotografia exclusiva para a parede da livraria.<sup>135</sup>

Em abril de 2021, três meses após a sua morte, Tarcísio Pereira se tornou *Patrono da Leitura Pernambucana*, a partir de uma lei aprovada na Assembleia Legislativa e sancionada pelo Governo do Estado de Pernambuco. Mas sua trajetória foi pontuada por prêmios e homenagens em vida. Instituições de outras áreas da cultura como o *Troféu Amigo do Teatro* no 3º Festival do Teatro do Recife que ele recebeu em 1983; assim como por sua contribuição de uma forma mais ampla como a *Medalha de Mérito Cultural*, em 1984, entregue pela Fundação Joaquim Nabuco. Pelo estado de Pernambuco, foram diversas homenagens, entre elas os títulos de *Cidadão de Pernambuco*, da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco (1994), e *Cidadão do Recife*, da Câmara Municipal do Recife (1995). Recebeu homenagens da União Brasileira de Escritores, das seções de Pernambuco e do Rio de Janeiro. Foi homenageado pela Academia Pernambucana de Letras, em 2014, pelos 50 anos de dedicação ao livro. Em 1990, a Academia Brasileira de Letras reconheceu seu trabalho de divulgação da literatura e lhe entregou um diploma de *Mérito Cultural*.

Gestos de reconhecimento, vindos de diferentes instituições, que são necessários para corroborar a contribuição de um livreiro e o que ele, a partir de um ponto profissional e de um local de fala específicos, conseguiu fazer que extrapolou as atribuições básicas da sua profissão. Como foi dito anteriormente, Pereira precisava se destacar em um campo com muitos concorrentes, e assim o fez. Tais homenagens, nos ajudam, inclusive, a mensurar a importância

---

<sup>135</sup> As duas histórias foram contadas pelo Tarcísio Pereira no depoimento feito no Instagram em 27/07/2020.

de uma figura como Tarcísio Pereira para o cenário literário e cultural do Recife, de Pernambuco e do Brasil.

O papel que a Livro 7 assume na discussão proposta nesta tese é justamente o de uma livraria que talvez tenha precisado ousar e inovar mais que as outras, discutidas até este momento, pois partiu de um ponto onde o campo literário já era consolidado. Apenas para comparação, a Academia Pernambucana de Letras foi fundada em 1901. O estado tem presenças fortes na Academia Brasileira de Letras, desde Manuel Bandeira e João Cabral de Melo Neto até nomes que ocupam cadeiras na formação atual. No Recife, na década de 1970, o cenário de livrarias já era numeroso e dinâmico. Talvez esses fatores tenham sido decisivos para a atuação tão focada no crescimento do negócio por parte de Tarcísio Pereira. Nesse sentido, não bastava ser grande, tinha que ser “a maior do país”. Para isso, o livreiro investiu em ações de marketing, muitas vezes, criadas por ele mesmo. Isso tudo sem perder o caráter democrático de sua livraria e o engajamento com os escritores, artistas e leitores pernambucanos.

No próximo e último capítulo, serão abordados os casos da livraria paraense Jinkings e da gaúcha Palmarinca – as duas que mais tempo ficaram em funcionamento, ambas por mais de quarenta anos; e as últimas a fecharem as portas, já nos anos 2000. No primeiro momento, vamos tratar da Jinkings, portanto, iremos de uma cidade histórica do Nordeste para uma cidade histórica do Norte. Em termos de mercado livreiro, as duas regiões sofriam com a distribuição, mas a Norte, ainda mais. Em termos populacionais, os números das duas capitais são bem distantes. Na década de 1960, em que a livraria Jinkings foi criada (1965), a população de Belém era de aproximadamente 400 mil habitantes, enquanto, no Recife, ultrapassava um milhão de habitantes no mesmo período. Mas esse é apenas um dado para ajudar a nos situarmos no espaço geográfico. Vamos perceber adiante quais são as diferenças e semelhanças entre as livrarias deste capítulo com as do seguinte.

Encerraremos, desta forma, a discussão das seis livrarias escolhidas, como proposto, e com uma reflexão final que pensará todas elas como partes integrantes de um sistema maior. Um sistema apoiado em centenas de livrarias – que não necessariamente se comunicavam entre si – mas que, de uma forma ou de outra, atuaram como pontos de resistência pelo país em um período em que o livro era mais um dos diversos alvos declarados de um regime autoritário.

## CAPÍTULO 4

### DEFINIDAS POR SEUS REPERTÓRIOS

#### 4.1. Livraria Jinkings: pensada por um comunista

Antes do dia 1º de abril de 1964, Raimundo Jinkings já tinha sido chamado várias vezes para depor no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) porque seu nome estava em uma lista de pessoas consideradas perigosas pelo comando militar (BRASIL, 1995). Ele era um bancário sindicalista muito atuante e integrante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), desde o seu começo em Belém, na década de 1950. Jinkings ingressou no Sindicato dos Bancários em 1960 e no ano seguinte, tornou-se presidente da Assembleia Permanente do Sindicato, ano em que também foi presidente do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), seção do Pará.

Com o golpe militar, em 1964, Jinkings teve que entrar para a clandestinidade. Foi perseguido por ser “considerado o cabeça da subversão no Pará”. A esposa, Isa Jinkings, afirma que “nas rádios, a locução escandalosa decretava: ‘Continua foragido o agitador comunista Raimundo Jinkings, ex-presidente do famigerado CGT’. Ele era caçado como fera” (PINTO JÚNIOR, 2011, p. 36).

Em um documento do Serviço Nacional de Informações, foi anexado um histórico da atuação de Raimundo Antônio da Costa Jinkings como comunista entre 1961 e 1973, em que consta: “Inúmeras observações de atividades suas a favor do comunismo, tomando parte em comícios, reuniões, passeatas, assembleias, assinaturas de manifestos, desde 1952 até 1964... Em 1964 fugiu por ocasião da Revolução, sendo preso e indiciado em vários IPMs.”<sup>137</sup>

Foi aproximadamente um mês se escondendo em casas de amigos, parentes e companheiros de partido até que foi obrigado, pelas circunstâncias, a se apresentar à polícia. Como Jinkings era servidor público do Banco da Amazônia (Basa), se não o fizesse, seria demitido por abandono de emprego. Ele se entregou a um oficial da Polícia Militar chamado José de Azevedo Baía Filho, conhecido como capitão Bahia, no dia 28 de abril de 1964, na agência central do Basa, na avenida Presidente Vargas, centro de Belém. Segundo Isa Jinkings,

---

<sup>137</sup> Ver o documento presente no Arquivo Nacional com código de referência: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_KKK\_82002418\_d0001de0001. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/>.

foi tudo combinado: “eles foram ao banco, o Jinkings assinou o ponto e o Capitão Bahia deu voz de prisão, tudo já combinadinho, tudo tranquilo”<sup>138</sup> (ASSUNÇÃO, 2015, p. 40).

Foram 79 dias<sup>139</sup> preso na 5ª Companhia de Guardas do Exército, no Forte do Castelo, hoje, Casa das Onze Janelas, no Forte do Presépio, bairro da Cidade Velha. Precisou ficar ainda onze dias em uma cela do quartel do 26º BC, até ser liberado por meio de um *habeas corpus* impetrado pelo advogado socialista José de Ribamar Darwich. Isa Jinkings explica como foi esse período em que o marido estava preso:

[...] Na prisão eu o abasteci constantemente de livros, e consegui com o comandante da 5ª Companhia que ele se alimentasse da comida de casa, que eu mesma levava, todos os dias. Jamais imaginei que, tímida como era, encontraria essa força, acho que nascida do amor e do respeito por ele, por seu idealismo tão autêntico (PINTO JÚNIOR, 2011, p. 85).

Dois anos depois, em setembro de 1966, Jinkings foi acusado de organizar “fatos de natureza subversiva”, quando o então ministro da Guerra, Artur da Costa e Silva, estava em visita a Belém. Foram sete meses preso (OLIVEIRA, 2010). O caso está registrado em um documento do SNI,<sup>140</sup> em que consta que ele e mais três foram indiciados e todos negaram participação quando depuseram à polícia.

---

<sup>138</sup> Raimundo Jinkings, Olavo Tormin e Salim Miguel eram figuras conhecidas em suas cidades quando foram presos e, por isso, as prisões se deram de forma “discreta”. Apesar do contexto, o reconhecimento conquistado por eles lhes dava uma certa “proteção”.

<sup>139</sup> Relato sobre esse momento também é descrito por Brasil (1995, p. 88).

<sup>140</sup> Ver o documento presente no Arquivo Nacional com código de referência: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_KKK\_82002418\_d0001de0001. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/>.

FIGURA 24 – Trechos de documento do SNI que cita o livreiro Raimundo Jinkings

	SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES		ACE N.º 2418/82
	AGÊNCIA DE BELEM		
NOME	RAIMUNDO ANTONIO DA COSTA JINKINGS		PRONTUARIO N.º 00098
Filiação	— Raimundo Jinkings		
	— Francisca Leite Jinkings		
NACIONALIDADE			
D L N	05 Set 1927 - MARANHÃO		

- RAIMUNDO ANTONIO DA COSTA JINKINGS foi prêso e indiciado / neste IPM, pelos seus antecedentes, pelas suas atividades recentes e, principalmente, em decorrência do Informe nº 15-E/2-66, de 16 Ago 66, no qual constam o seu nome e os de três outros comunistaas como envolvidos no transporte /

-Cont..

Cont. Pront. n.º 00098, ref. a RAIMUNDO ANTONIO DA COSTA JINKINGS de caixas suspeitas na Ilha do MOSQUEIRO.

Fonte: Arquivo Nacional

A partir daí, começa uma reviravolta na vida do sindicalista. Ele foi aposentado compulsoriamente do Basa. De acordo com Jocelyn Brasil, o banco “suspendeu seu pagamento até que a Presidência da República, invocando a CLT, fez ver que o funcionário quer fora admitido por concurso não podia ser demitido. Quando lhe pagaram, veio uma miséria – um treze avos de seu ordenado” (BRASIL, 1995, p. 93). A partir desse momento, ele investiu na venda de livros como profissão.

A grande particularidade de Raimundo Jinkings, nesta tese, é a sua forte atuação política, inegavelmente vinculada ao seu trabalho como livreiro. Neste caso, é nítido que o repertório da livraria é um reflexo do livreiro. Segundo relatos de frequentadores, o surgimento da livraria Jinkings foi de fundamental importância para o amadurecimento da intelectualidade paraense:

Como operário e representante do povo, (Jinkings) trazia a seus pares a instrução e, num período de resistência, foi o revolucionário pronto a lutar pela identidade roubada e, portanto, mantinha a esperança de liberdade e

ansiava pela constituição da verdade. Sua voz era o brado daquele que ia à batalha para a construção do conhecimento estabelecido junto ao amor à pátria e aos livros. [...] As atividades de Jinkings se imbricavam. A visão social do político era presente na atividade de mercador de livros que viabilizou o acesso à leitura. (PINTO JÚNIOR, 2001, p. 40).

Desde o início, a Polícia Federal apareceu na livraria Jinkings, apreendeu livros e Raimundo Jinkings sofreu diversas ameaças: “A nossa casa foi invadida várias vezes. A nossa livraria, reprimida. Nós respondemos vários processos porque nós vendíamos os livros que a ditadura proíbia”.<sup>141</sup> Entretanto, muitas obras escaparam dessas ações. Alguns livros que tratavam de temáticas de esquerda eram escondidos em um balcão com fundo falso. Somente os clientes de confiança sabiam da existência deles. Assim afirma Isa Jinkings:

[...] havia aquelas batidas e iam nos nossos livros, porque os outros eram didáticos, mas eles eram muito burros. Pegaram *O Vermelho e o Negro* do Stendhal, porque era vermelho, então levaram. *Reunião*, do Carlos Drummond de Andrade, que eram poemas, mas reunião era proibida. Eles eram sempre muito arrogantes, violentos. A gente criou um fundo falso num balcão na garagem. Quando tinha alguma ameaça, alguém se aproximava, a gente escondia os livros mais perigosos dentro do fundo falso. Livramos muitos livros assim (PINTO JÚNIOR, 2011, p. 43).

Segundo o pesquisador Antonio Carlos Pimentel Pinto Júnior, Jinkings tinha contato com partidos comunistas no exterior, em especial com o PCP (Partido Comunista Português). Dessa forma, conseguia colocar livros e materiais de conteúdo de esquerda em circulação no Pará: “o Jinkings cumpria a função que a net cumpre hoje de fazer chegar-nos às mãos os livros de outros lugares distantes, da Europa, por exemplo”,<sup>142</sup> afirmou Orlando Cassique, professor da Universidade Federal do Pará e companheiro de militância de Jinkings no PCB.

O jornalista Vladimir Cunha, filho de dois militantes da esquerda paraense, o ex-deputado estadual Humberto Cunha e a historiadora Isa Cunha, fundadora da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos e do Movimento de Mulheres da Cidade e do Campo, lembram-se do tempo em que ele ia até a livraria:

Em plena Ditadura, o velho Jinkings contrabandeava livros de esquerda em meio a caixas de insuspeitos quadrinhos europeus publicados em Portugal. O cara tinha as manhas. Enfiava traduções em espanhol e português de livros do Marx, Engels, Trostky e Mao no meio de álbuns de gente como Moebius,

<sup>141</sup> Raimundo Jinkings em entrevista feita para o documentário *Semeador de sonhos* (1994), produzido em razão de ter sido eleito o Livreiro do Ano pela Associação Nacional de Livrarias em 1993.

<sup>142</sup> Em entrevista a PINTO JÚNIOR (2011, p. 42).

Druillet, Phillipe Caza, Enki Bilal, Quino, Palomo, Plantu e outros grandes nomes das HQs do Velho Mundo (PINTO JÚNIOR, 2011, p. 43).<sup>143</sup>

Na década de 1980, com a legalização do PCB, uma pequena sala no andar superior do prédio da Livraria Jinkings era usada para reuniões do partido. Há relatos de que esse espaço também era usado, durante a ditadura, para encontros clandestinos (BRASIL, 1995, p. 120). Somente em 1979, com a Lei de Anistia, Jinkings voltou a militar pelo PCB, não mais na clandestinidade. Mesmo assim, ainda sofreu represálias políticas.

À época, o livreiro era vice-presidente da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos e sua livraria, recém-inaugurada em novo endereço, foi um dos alvos de ataques terroristas. Na madrugada do dia 18 de novembro, cerca de um mês depois de abrirem a livraria na Rua Tamoios nº 1.592, “saiu o CCC (Comando de Caça aos Comunistas) e metralhou a frente da livraria que era de vidro temperado. Fizeram muito terror” (PINTO JÚNIOR, 2011, p. 43). De acordo com uma reportagem do *Jornal do Brasil*, o vigia Pedro Duarte disse que “vários disparos foram feitos de um Volkswagen amarelo, que em seguida desapareceu em alta velocidade. Ele se jogou para baixo do balcão e por pouco não foi atingido pelos disparos”.<sup>144</sup>

Também foram alvos dessa ação, o presidente da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, Jaime Teixeira, que teve sua casa pichada e uma pedra atirada em uma das janelas de sua casa; além da própria sede da SPDDH e ainda algumas instituições vinculadas à igreja católica, todas com pichações relacionando Miguel Arraes ao comunismo e assinaturas do CCC (Comando de Caça aos Comunistas): igrejas de Aparecida, a casa do frei Luis Pinto Azevedo, o secretário-geral da CNBB Regional-Norte, a Escola Salesiana do Trabalho e a sede do Instituto Pastoral da Terra (PINTO JÚNIOR, 2011).

No dia seguinte, chegava a Belém, Miguel Arraes, ex-governador de Pernambuco que tinha voltado do exílio na Argélia. Foi uma visita esperada por políticos e manifestantes desde a chegada no aeroporto, onde se encontravam aproximadamente trezentas pessoas: “os manifestantes carregaram Miguel Arraes nos ombros até a saída do aeroporto gritando slogans e demonstrando contentamento sobre a sua presença em Belém”.<sup>146</sup>

<sup>143</sup> Fonte: <http://raimundojinkings.blogspot.com/2007/11/camuflagem.html>.

<sup>144</sup> *Jornal do Brasil*, 1979, p. 20. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015\\_09&pesq=%22Livraria%20Jinkings%22&past a=ano%20197&pagfis=208856](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pesq=%22Livraria%20Jinkings%22&past a=ano%20197&pagfis=208856). Acesso em: 11 ago. 2021.

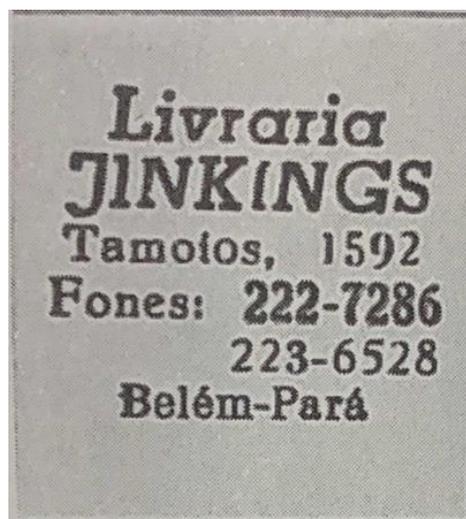
<sup>146</sup> *Diário da Noite*, São Paulo, 1979. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093351&Pesq=%22Livraria%20Jinkings%22&pagfis=80841>. Acesso em: 11 ago. 2021.

O caso foi registrado pela Polícia Federal do Pará. Não identificaram os autores do crime. De acordo com o documento, em um espaço destinado à conclusão, consta que o atentado foi uma farsa para atrair atenção à visita de Arraes a Belém: “Se atentarmos com frieza a todos os dados que dispomos, foi uma campanha barata e planejada para incrementar e mobilizar a atenção pública para a presença do Sr. MIGUEL ARRAES nesta Capital, que caso transcorresse na normalidade, talvez tivesse sido um fracasso de público”.<sup>147</sup>

As investidas do governo militar contra Jinkings foram tantas e durante tanto tempo, que mesmo no governo Figueiredo, durante o processo de abertura política, o comunista ainda sofria com isso. Assim como a livraria. Dessa vez em 1983, no dia 7 de fevereiro,<sup>148</sup> às 16h, quando agentes do DOPS realizaram “minuciosa busca e apreensão” na residência de Raimundo Jinkings e na livraria Jinkings. O resultado foi uma “vasta documentação de escritos e manuscritos vinculados à linha de ação do proscrito PCB”. Além de Raimundo Jinkings, o documento lista mais pessoas vinculadas a entidades de esquerda que estariam reunidas no momento da abordagem. Não consta o que foi levado da livraria.

#### 4.1.1 Aquela que abriu por força das circunstâncias

FIGURA 25 – Anúncio da livraria Jinkings



Fonte: Machado (2008)

<sup>147</sup> Ver o documento presente no Arquivo Nacional com código de referência: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_KKK\_80000697\_d0001de0001. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/>.

<sup>148</sup> Este caso também é citado por Alfredo Oliveira em *Cabanos e Camaradas* (2010).

Vimos que Raimundo Jinkings, muito antes de ser livreiro, era sindicalista ativo e, dessa forma, vivia a política no sangue.<sup>149</sup> Os livros passaram a fazer parte fundamental do seu trabalho após o desligamento forçado do emprego no Banco da Amazônia. Ele e a esposa, Isa Jinkings, chegaram a montar uma barraca de comida na feira Batista Campos, área central de Belém. Entretanto, o que realmente deu certo foi a venda de livros.

Ele tornou-se representante comercial e passou a receber material de editoras nacionais para revenda. Como antes já comprava livros para consumo particular por meio de reembolso postal, tinha alguns contatos com editoras do Rio de Janeiro e de São Paulo. O livreiro lembra desse início:

a única coisa que eu poderia fazer para não morrer de fome com a minha família era vender livro porque eu sempre tive contato com as maiores editoras do Sul do país através de pedidos que eu fazia diretamente e nesse contato eu tive facilidade em conseguir logo a representação de algumas editoras (SAMPAIO, 1994).

As primeiras editoras que Jinkings representou foram a Brasiliense, de Caio Prado Junior, e a Ática, que vendia livros didáticos. No caso desta última, Isa Jinkings lembra que o marido “começou a sair nas casas dos professores e nas escolas oferecendo os livros. Iam chegando os livros e ele ia mostrar” (PINTO JÚNIOR, 2011, p. 38).

É importante ter em mente que Belém fica na região Norte do país, a 2900 quilômetros de São Paulo e a 3100 quilômetros do Rio de Janeiro. Na década de 1970, o livro demorava para fazer esse caminho. Somente na estrada, o caminhão levava cerca dez dias, e ainda havia outras partes nesse processo, entre o despacho e a chegada do livro às livrarias. Segundo Hallewell (2005), isso demorava “pelo menos várias semanas”. Ou seja, era preciso ter os contatos certos, planejamento e conhecimento do mercado livreiro e do consumidor local para que, depois desse tempo todo, a venda no final da cadeia se concretizasse.

Os exemplares que chegavam ocupavam a sala da casa que, em pouco tempo, ficou tomada por livros. Era ali que ele e a família recebiam os clientes, no nº 1.567 da Rua dos Mundurucus, bairro de Batista Campos, em Belém. Raimundo Jinkings estava à frente do negócio, mas todos, esposa e filhos, participaram de formas diferentes. A livraria foi registrada em cartório, no dia 22 de outubro de 1965, como “R. A. Jinkings Comércio e Representações”.

---

<sup>149</sup> A expressão pode parecer exagerada, mas ao ler sobre a vida dele, é fácil perceber que tal referência é apropriada.

Como a demanda aumentou, foi preciso mais espaço. Isa, que sempre esteve ao lado de Raimundo na gestão do negócio, relembra que foi quando contrataram os primeiros funcionários e compraram duas casas que se ligavam, pelos fundos à casa da família: “Num porão abarrotado recebíamos estudantes, professores, artistas, intelectuais que adoravam a bagunça. Era como se caçassem tesouros, e o melhor de tudo é que os encontravam” (PINTO JÚNIOR, 2011, p. 120). Somente em 1979, a livraria ocupou a loja onde ficaria conhecida até o seu fechamento, na Rua Tamoios nº 1.592, entre Padre Eutíquio e Apinagés, no bairro de Batista Campos. Na parte superior, o espaço era usado para os eventos culturais, como lançamentos de livros e debates.

Por um determinado período, Raimundo Jinkings ainda teve uma segunda livraria chamada Monteiro Lobato. Foi um trabalho iniciado simultaneamente à criação da Livraria Jinkings. Foi um trabalho feito com o amigo do PC, Sandoval Barbosa, criado para vender coleções específicas de dicionários, enciclopédias e estudos literários. A duração foi de cerca de um ano, entre 1964 e 1965, até que as coleções fossem todas vendidas.<sup>151</sup> O nome de Monteiro Lobato também foi mencionado em alguns documentos do SNI, quando citavam Raimundo Jinkings.

FIGURA 26 – Fachada da livraria Jinkings na Rua Tamoios nº 1592



Fonte: Machado (2008)

---

<sup>151</sup> Informações fornecidas por Leila Jinkings, uma das filhas do livreiro. Ela fez a gentileza de me responder algumas questões por e-mail.

A Livraria Jinkings era visitada principalmente por jornalistas, professores, estudantes e companheiros do Partido Comunista Brasileiro. Para Francisco de Paula Mendes, da Universidade Federal do Pará, a livraria tornou-se um ponto de encontro de intelectuais e escritores paraenses, onde se encontravam livros estrangeiros e as últimas novidades lançadas no Brasil: “Bela e nobre função, sem dúvida, a exercida pela Livraria Jinkings, demonstrando assim sua boa vontade e seu esforço no mercado do livro em Belém” (BRASIL, 1995, p. 108).

A escritora e professora da UFPA, Amarílis Tupiassú, recorda que Jinkings “arriscava-se e, dando seu jeito, fazia chegar a Belém até obras de escritores soviéticos, em um tempo em que qualquer menção a isso podia desaguar em inquéritos, prisões, torturas” (TUPIASSÚ, 2018).

Vamos voltar aquele documento do SNI, de 1981, já citado nos capítulos anteriores, com a listagem de “livrarias especializadas em literatura esquerdista”. Nele, a Jinkings é a única que aparece quando se referem ao Pará e é também a única de todo o Norte, pois não há menção a nenhum outro estado dessa região do país. Obviamente que isso não significa que não houvesse outra livraria com essa tendência, simplesmente não é citada neste momento. Entretanto, essa menção única corrobora a relevância da Jinkings como um espaço de resistência contra a ditadura, mas ia além disso justamente pela atuação ativa de seu dono como dirigente comunista. A livraria era vista pelos militares como “verdadeira sede do partido” para a realização de reuniões com integrantes da cúpula local do PCB, quando o partido agia na clandestinidade.<sup>152</sup>

Não há muito dados sobre o mercado livreiro paraense, mas, pelos registros aos quais tive acesso, é possível perceber que começou a se estruturar no final do século XIX com as primeiras lojas, mas cresceu lentamente até a ditadura militar, na segunda metade do século XX: “[...] o Jinkings chegou a se tornar um livreiro conhecido nacionalmente por ter conseguido vislumbrar esse tipo de carência em Belém” (BRASIL, 1995, p. 107). Segundo Jocelyn Brasil, não tinha demanda para livros na cidade: “Um vendedor de chita colocava com facilidade a mercadoria... Livros? Não dava pé. Raríssima a papelaria que aceitava, em crédito, cinco livros de teor político” (BRASIL, 1995, p. 95). Há referência a duas livrarias existentes

---

<sup>152</sup> Ver o documento presente no Arquivo Nacional com código de referência: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_KKK\_85005430\_d0001de0003. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/>.

na época que atendiam a procura por livros de esquerda, a Livraria Martins e a Dom Quixote, do livreiro Haroldo Maranhão.<sup>154</sup>

A Dom Quixote foi inaugurada em 1960 e durou apenas dois anos. Fechou quando o dono se mudou para o Rio de Janeiro. O “auge” da livraria foi a tarde de autógrafos de Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir, quando o casal estava de passagem pela cidade (MACHADO, 2009).

A primeira livraria em Belém “digna deste nome” foi a Livraria Universal, de Tavares Cardoso, inaugurada em 1882 (MACHADO, 2008, p. 83). Além de vender livros, ela realizou exposições e funcionou como editora. Na mesma época que a Universal, funcionavam também as livrarias Clássica, a França Santos, a Alfacinha e a Bittencourt (MIRANDA, 1996).

Em 1981, segundo dados do Sindicato Nacional dos Editores de Livros, todo o estado do Pará tinha apenas nove pontos de venda de livros, incluindo livrarias e outros tipos de estabelecimentos, sendo que sete deles ficavam em Belém (HALLEWELL, 2005, p. 609).

Com o fim da ditadura, Jinkings iniciou um projeto com o colega Carlos Augusto da Silva Sampaio, dirigente da Ação Libertadora Nacional (ALN) no Pará. Eles abriram a editora Boitempo, com o intuito de publicar obras de teóricos marxistas. Por questões financeiras, a nova empreitada só durou o tempo de editar três livros. A escritora e professora da UFPA, Amarílis Tupiassú, foi quem escolheu o nome, inspirada em uma obra de Carlos Drummond de Andrade (TUPIASSÚ, 2018). Foi para dar continuidade ao sonho do pai que uma das filhas de Raimundo, a caçula Ivana, abriu anos mais tarde, em 1995, a editora Boitempo, que funciona em São Paulo, e hoje já está bem estabelecida no mercado nacional. As publicações são de áreas das ciências humanas, como economia, política, história e cultura.

Lançaram livros na Jinkings, escritores como Ziraldo, Milton Hatoum, Lígia Bojunga, Alfredo Oliveira, Rui Barata, Salomão Laredo e Max Martins (PERICÁS, 2021). Existia ainda uma preocupação em valorizar escritores locais. A livraria também vendia obras de autores paraenses, sendo citada na coluna “Literatura e livros”, do *Diário do Pará*: “Em Belém, livros dos autores paraenses encontram-se à venda principalmente na Livraria Jinkings e nas bancas de revista do aeroporto, e da Praça da República (em frente ao Basa e em frente ao Bamerindus)”.<sup>157</sup>

---

<sup>154</sup> Mais informações sobre a livraria Dom Quixote podem ser obtidas em *Pequeno Guia Histórico das Livrarias Brasileiras* (MACHADO, 2008).

<sup>157</sup> COSTA, Rafael. Literatura e livros. *Diário do Pará*, p. 6, 27 de janeiro de 1985.

A Jinkings chegou a ter, pelo menos, cinco filiais, além da loja principal na Rua Tamoios. Delas, duas em Belém; duas em Santarém e Castanhal, municípios paraenses; e uma em Macapá (AP), estado vizinho (ASSUNÇÃO, 2015).

Na década de 1980, foi criada a Livrariazinha, uma iniciativa para criar o hábito da leitura entre as crianças. Foi montada no segundo piso, onde antes eram realizadas as reuniões do partido, e onde ficavam os livros soviéticos e os de obras de arte: “Com os acontecimentos que resultaram no desmoronamento da URSS, os livros soviéticos foram guardados, restando aquele espaço imenso com algumas estampas e outras obras de arte” (BRASIL, 1995, p. 113). O espaço foi ocupado com livros infantis e atividades voltadas para as crianças, como contação de histórias, palestras voltadas para o público infantil e lançamentos de livros – de autores locais e nacionais. A livraria contratou uma professora para gerir essa parte: “Os livros expostos na Livrariazinha são filtrados, porque as crianças não gostam de qualquer coisa. Nós procuramos o que tem de melhor, buscando sempre os excelentes autores de livros infantis”, explica a Dona Ioneide (BRASIL, 1995, p. 115).

O projeto da Livrariazinha só terminou quando a Livraria Jinkings fechou as portas em dezembro de 2010, quinze anos após a morte do livreiro. Entre os motivos, a concorrência das grandes redes.

#### 4.1.2 Um caminho político

*A ditadura militar propalava existir um perigosíssimo, truculento e diabólico Jinkings, protótipo de comunista que se buscava pintar... Bastava conhecê-lo, porém, e a mítica logo se desfazia. Logo essa criatura bacana que é o Jinkings, um cara tão camarada e calmo?*

Tupiassú (2018)

FIGURA 27 – Raimundo Jinkings ao lado de uma imagem de Lênin em 1985



Fonte: Oliveira (2010)

Raimundo Antônio da Costa Jinkings nasceu em 5 de setembro de 1927, em Turimirim, pequeno distrito de Santa Helena, no Maranhão. Com aproximadamente 12 anos, ele e o irmão Hércules foram morar em Pinheiros (MA), com uma tia que era diretora de uma escola pública (BRASIL, 1995). Depois, os dois foram para a capital São Luís. Quando completou 18 anos, em 1945, alistou-se na Força Aérea Brasileira para o Serviço Militar, em Belém (PA). Em 1951, entrou para o Banco da Amazônia por meio de concurso público. Dois anos mais tarde, em maio de 1953, casou-se com a professora Maria Isa Valente Tavares, com quem teve 5 filhos: Nise, Leila, Antônio, Álvaro e Ivana.

Jinkings fez parte do Sindicato dos Bancários, tornou-se presidente da Assembleia Permanente do Sindicato e presidente do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Em 1950, integrou-se ao Partido Socialista Brasileiro, seção do Pará, fundada pelo advogado comunista Cléo Bernardo. Jinkings foi da Juventude Socialista e, em novembro de 1951, foi eleito Secretário Geral do Diretório do PSB.

O ingresso no Partido Comunista Brasileiro (PCB) do Pará deu-se em janeiro de 1962. Em 1967, assumiu a direção do partido no Pará e se manteve no cargo até seu falecimento, em 1995. Pelo PCB, tentou ser candidato a vereador de Belém, em 1962, mas teve seu nome impugnado pelos militares. Anos antes, em 1953, quando estava no PSB, Jinkings se candidatou a vereador, mas não conseguiu votos suficientes (OLIVEIRA, 2010).

Seus posicionamentos políticos também eram publicados na imprensa. Ele escreveu artigos para jornais locais. Começou, em 1952, no jornal *Folha do Norte*, tradicional veículo do Pará. Escreveu também para os impressos *Flash* e o *Estado do Pará, A Província do Pará, O Liberal e Diário do Pará*. Além de veículos de oposição à ditadura militar, como o jornal *Resistência* e o do PCB, de circulação clandestina, *Voz da Unidade*.

Esses escritos de Jinkings para a imprensa foram analisados como parte de um trabalho de pesquisa de Antonio Carlos Pimentel Pinto Júnior que, em *A biblioteca vermelha de Raimundo Jinkings* (2001), examinou o acervo da biblioteca particular do livreiro comunista.<sup>158</sup> O pesquisador analisou 2451 títulos. A maior parte das obras “demonstra como se estabelece um nexos entre as leituras e a militância política de Jinkings, por meio da relação que se impõe entre uma atividade e outra” (PINTO JÚNIOR, 2011, p. 17). Como exemplos disso, destaca os nomes de Graciliano Ramos, Monteiro Lobato, Aparício Torelly, o autodenominado Barão de Itararé, Jorge Amado e da paraense Eneida de Moraes, presentes na biblioteca, que eram resistentes à ditadura de Getúlio Vargas e que foram presos durante o Estado Novo (PINTO JÚNIOR, 2011, p. 23).

Para o pesquisador, as obras da biblioteca particular de Raimundo Jinkings “consolidam o perfil de um ativista já encaminhado ao comunismo”. O acervo tinha farta literatura marxista e revolucionária e Jinkings tinha interesse especial pela URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas). Entre as obras, títulos fundadores e clássicos das teorias marxistas, leninistas, do materialismo histórico e dialético, alguns escritos em espanhol e russo, ainda

---

<sup>158</sup> O acervo foi doado à Universidade Federal do Pará em 2010.

biografias de personagens históricas e de teóricos e lideranças comunistas internacionais, como Karl Marx, Lenin, Friederich Engels, Antonio Gramsci.

Em relação aos textos de Jinkings em jornais da época, “as referências teóricas do dirigente comunista saltaram das suas leituras para seus escritos na imprensa” (PINTO JÚNIOR, 2011, p. 88). O autor encontrou textos com “forte carga doutrinária” e constatou que “quanto maior o envolvimento político de Jinkings e sua militância comunista, mais ostensivas eram as manifestações ideológicas do articulista” (PINTO JÚNIOR, 2011, p. 93). Verificou ainda “o bom trânsito do livreiro comunista, nos anos da redemocratização, em ambientes controlados pelas forças conservadoras da sociedade paraense” (PINTO JÚNIOR, 2011, p. 94), ao se referir à participação dele como articulista do jornal *O Liberal*, para o qual também escrevia o militar conservador, ministro da ditadura, Jarbas Passarinho.

Em alguns casos, como o da Jinkings, é muito tênue a linha que separa a discussão em torno do livreiro e da livraria. Percebemos isso em relação aos repertórios adotados pelo comunista e pelo estabelecimento. Houve influência direta das convicções de Jinkings na montagem do acervo da loja e, conseqüentemente, nas decisões comerciais do negócio. A livraria começou a partir das preferências dele, mas até que ponto é possível manter tais escolhas particulares em detrimento de um espaço que visa ao lucro e busca atender pessoas de gostos diferentes? Ao mesmo tempo, cada livraria apresenta um perfil específico e, a partir dele, forma o seu público. Essas características que, por vezes podem ser excludentes, são também atraentes para determinadas pessoas, principalmente para os clientes da Jinkings – que, em sua maioria, conheciam o posicionamento político do livreiro.

O filho Álvaro, que trabalhou por anos na livraria, lembra que, num determinado momento, o pai se negava a vender *best-sellers*, livros da editora multinacional Record e de determinados autores: “Nós somos comunistas, mas não devemos vender um livro de Jarbas Passarinho, só por ser dele, quando é o livro que o público está comprando? Temos que vender. Podemos não facilitar a venda, mas devem ter alguns exemplares, embora escondidos” (BRASIL, 1995, p. 165).

Entretanto, Jinkings criava formas de atrair e ampliar a clientela. Tanto é que, em maio de 1990, inventou a venda de livro a quilo, “cujo preço varia de 500 a 1500 cruzeiros”. Nessa época, o acervo devia ser mais diversificado porque “A diversidade das categorias de livros à disposição da clientela agrada a gregos e troianos, pois nas suas prateleiras encontram-se livros de todos os gêneros: soviéticos, técnicos, didáticos, romances, música, arte, esotéricos e muito mais” (DIÁRIO DO PARÁ, 1990).

Outra preocupação da livraria – não só de Raimundo, mas também de Isa – era desenvolver iniciativas para fomentar a leitura em Belém: “a forma com que nos voltamos para a cultura, os incentivos que sempre demos para desenvolver o hábito da leitura, e proporcionar oportunidades para as pessoas lerem, terem acesso ao livro, acho que nisso aí dificilmente alguém nos supera”, lembra Isa (BRASIL, 1995, p. 140). Para isso, a livraria realizava promoções e ações em espaços públicos como o projeto “Livro na praça quase de graça”.

O projeto começou na década de 1970, na Praça da República, próxima ao centro histórico. Nesses dias eram vendidos livros a preços muito baixos. Começou com barracas simples de feira que depois viraram estandes com uma estrutura de melhor qualidade. A livraria tinha o apoio de empresas locais. Sem o empecilho monetário, pessoas que antes não entravam na livraria passaram a comprar. Segundo Isa Jinkings, “Os preços realmente eram muito baixos, a repercussão era fantástica e nos emocionávamos a cada dia”. Ela lembra do caso de um vendedor de pirulitos que comprou seu primeiro livro numa das edições do projeto: “Emocionados, o presenteamos com outro livro... Esse foi somente um dos muitos que sempre nos fazia chorar”.<sup>159</sup> Em uma das edições, o livreiro afirmou: “as vendas são tão intensas que estamos trocando diariamente os estoques de dois mil livros” (DIÁRIO DO PARÁ, 1990).

Trata-se, portanto, de mais um exemplo de como pode se dar essa relação de consumo, conforme os preceitos de Even-Zohar. O dinheiro, nesse caso, é secundário, visto que o valor era simbólico e convidativo e a intenção era distribuir os livros para mãos de pessoas que encontravam dificuldades para entrar na livraria e adquiri-los. O projeto ainda promovia a ocupação do espaço público e ajudava a quebrar uma barreira invisível que recobre a “instituição livraria” e a torna um lugar sagrado e inacessível. Segundo Isa Jinkings, “Era emocionante vender livros baratíssimos ao vendedor de pirulito, ao guardador de carros, ao gari, sabendo que iriam dar livros de presente aos seus filhos, suas esposas” (ASSUNÇÃO, 2015, p. 48).

Uma característica comum aos agentes citados nesta tese é a sobreposição da figura de livreiro à de comerciante, o segundo em detrimento do primeiro. São exemplos dessa convicção, a possibilidade de fiado, os empréstimos de livros e até mesmo o projeto citado “Livro na praça quase de graça”. Nesse sentido, Jinkings era um “ativista político, que se ajustava, surpreendentemente bem, entre o ideário comunista e a emergência das lides com o mercado capitalista” (PINTO JÚNIOR, 2001, p. 43).

---

<sup>159</sup> Informações fornecidas por Leila Jinkings, por e-mail, inclusive a fala da mãe, Isa Jinkings.

Talvez, e aqui se apresenta uma defesa minha em relação às livrarias, Jinkings não encontrasse a possibilidade de casar ideário comunista com mercado capitalista em outro ramo. Por mais que a causa comunista fosse prioridade, a livraria colaborava como meio para essa causa com a venda de livros de esquerda, espaço de reuniões do partido, mas também de outras pessoas que viam ali um local para a troca de ideias e debates; e uma fonte para redução da desigualdade por meio da democratização do acesso à leitura.

Jinkings tinha um caderno de fiado: “nas fichas de cartolina eram lançadas minhas retiradas de livros, fartas e frequentes, [...] e minhas amortizações da dívida, nem tão religiosas assim” (jornalista e sociólogo Lúcio Flávio Pinto na orelha do livro de Jocelyn Brasil, 1995). Amarílis Tupiassú, professora de Literatura, escritora, e amiga da família conta que:

Desde os tempos da sala apinhada de livros da casa na rua dos Mundurucus, Jinkings e Isa trabalhavam com cadernos de fiados. Com eles, fiado não era só amanhã, mas para todos os dias. Anotavam as retiradas, as dívidas, confiavam, sabiam das dificuldades. *In dubio pro reu*. Havia gente com débitos ciclópicos. Alguns pagavam aos pingos, outros, nem isso: pingavam uns cobres e sumiam. O tímido e sensível Jinkings não cobrava. Esperava, muitas vezes em vão. Era admirável. Se a livraria não tivesse crescido e estabelecido um serviço profissional para listar, contabilizar e cobrar as contas, provavelmente teria ido a pique (TUPIASSÚ, 2018).

Fato é que, foi desta forma, que ele e Isa fizeram a livraria crescer ao ponto de ter filiais e se manter aberta por 45 anos. A partir do negócio, Jinkings constituiu um patrimônio pessoal “expressivo”: um imóvel comercial da rua dos Tamoios, um apartamento na rua dos Mundurucus, ambos localizados em Batista Campos, bairro nobre de Belém, e um sítio em Benevides, município dos arredores da capital (PINTO JÚNIOR, 2011, p. 43).

Raimundo Jinkings morreu em 5 de outubro de 1995, depois de lutar por meses contra um câncer.<sup>160</sup> Ainda em vida, em 1994, foi eleito o Livreiro do Ano pela Associação Nacional de Livrarias e homenageado na Bienal do Livro, em São Paulo. Recebeu também o título honorífico de Cidadão do Pará *post mortem*, em 2011, pela Câmara Municipal de Belém. O reconhecimento também se deu pela sua atuação política. Em 2012, foi homenageado pelo PCB com a medalha Dinarco Reis por ter sido “um dos responsáveis pela resistência e reorganização do partido no Pará e Amapá”.<sup>161</sup>

---

<sup>160</sup> Informação confirmada por Leila Jinkings.

<sup>161</sup> Disponível em: <https://pcb.org.br/porta12/3111/pcb-homenageia-raimundo-jinkings-2>. Acesso em: 11 ago. 2021.

Enquanto a ditadura militar significou o fim para a Anita Garibaldi (SC), para a Jinkings, foi o necessário para o seu início. Mais do que qualquer outro caso analisado nesta tese, a livraria paraense mostrou-se quase que um espelho do seu livreiro e, mais do que resistir à ditadura, enfrentou-a de frente. A atuação de comunista de Raimundo Jinkings era sanguínea e não tinha como não ter deixado marcas significativas na sua atuação como livreiro e na forma como a própria livraria se apresentava aos seus frequentadores. É este o papel que a livraria Jinkings preenche nesta discussão. Pode-se dizer inclusive que, em determinados momentos, a força da figura do comunista é tão forte que chega a dificultar a observação do livreiro e a análise da livraria.

A proposta da divisão de capítulos, como já explicada, foi unir duas livrarias conforme o tempo de duração delas – a partir das que funcionaram por menos tempo até as mais duradouras. Neste caso, a Jinkings e a Palmarinca ficaram juntas neste quarto capítulo. As duas passaram dos quarenta anos de funcionamento. Entretanto, há algo mais que as une: a convicção política de seus livreiros. É o que vamos verificar a seguir.

Nesta nova parte, há ainda que se levar em conta a mudança no que tange à localização geográfica. Estar mais próxima da região Sudeste, fazia de Porto Alegre uma cidade com mais acesso à produção literária, prioritariamente produzida no eixo Rio-São Paulo. Estamos levando em conta o fator “distribuição”. Em termos de população, na década de 1970, quando a Palmarinca foi criada, a cidade contava com um milhão e meio de habitantes – número próximo do que apresentava Recife. Temos um cenário com desafios diferentes para Rui Gonçalves, o livreiro gaúcho.

#### **4.2 Livraria Palmarinca: exemplo de longevidade**

Para chegar lá era preciso saber o caminho. A livraria ficava no primeiro andar de um prédio comercial antigo, que aparentava estar sempre em obras, na Galeria Pio XII, Rua General Vitorino. Tinha ainda que subir uma escada estreita. O que poderia parecer uma desvantagem, neste caso, foi um fator que ajudou a manter os frequentadores da livraria Palmarinca. Para alguns, essa característica tornava o lugar mais seguro. Ao chegar à loja, estava sempre presente, disposto a ajudar, o livreiro Rui Gonçalves.

Muitos frequentadores relataram que subiam apreensivos aqueles lances de escada porque ali eram vendidos livros marxistas e esquerdistas, de forma geral: “[...] quem está subindo atrás? Quem vem na escada? Estamos sendo seguidas ou não estamos sendo seguidas?”

(BERAS, 2018, p. 201), lembra Carmem Machado, frequentadora e professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ir à Palmarinca era motivo de segredo: “Não se comentava em outros ambientes a não ser dentro da universidade com os colegas conhecidos” (BERAS, 2018).<sup>162</sup>

O livreiro Rui Gonçalves afirmou que a repressão “nunca me atordoou, nunca me perseguiu, nunca fez nada. Não atiraram bombas na livraria, não fizeram nada. Passei incólume” (BERAS, 2018, p. 362). Talvez, ao escolher a palavra “incólume”, ele estava fazendo referência a não ter sido vítima direta por meio de prisões, atos de tortura, atentados e apreensões. Entretanto, é inegável que as livrarias, principalmente as com perfil como à dele, sofreram com os atos de repressão, censura e violência por parte do regime autoritário vigente. Em contrapartida, também é possível pensarmos que se Gonçalves fez tal afirmação é porque, diante do conhecimento de outros casos, ele considerava que a Palmarinca não poderia ser considerada alvo da ditadura.

Em estabelecimentos menos “esquerdistas” que a livraria gaúcha, a vigilância militar era permanente. Difícil pensar que, com esse perfil, a Palmarinca fosse ser “ignorada”. Um documento do SNI, de 22 de julho de 1980, contém informações básicas da livraria, como endereço, nomes dos sócios, e a seguinte descrição: “se dedica exclusivamente à venda de livros de cunho marxista, grande parte desses livros são em língua espanhola e originários do México”.<sup>163</sup> O sócio Hermes Duarte Moreira é citado como uma pessoa que tinha ligações com membros do PCB, mas que não integrava o partido.

---

<sup>162</sup> Cesar Beras (2018) conta a história da livraria em *Palmarinca: livros, sentimentos, capitalismo e resistência*. Foi a partir desse livro e, conseqüentemente, do trabalho de pesquisa do prof. Beras, que foi possível adicionar a Palmarinca como objeto de estudo nesta tese.

<sup>163</sup> Ver o documento presente no Arquivo Nacional com código de referência: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_GGG\_80001552\_d0001de0001. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/>.

FIGURA 28 – Documento do SNI em que a livraria Palmarinca é citada

**CONFIDENCIAL**



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES  
AGÊNCIA DE PORTO ALEGRE

INFORME ..... Nº 059 / 320 / APA / 80

**D A T A : 22 JUL 80**

**ASSUNTO : LIVRARIA PALMARINCA**

**ORIGEM : APA/SNI**

**A V A L : A - 1**

**DIFUSÃO : AC/SNI**

Fonte: Arquivo Nacional

No mesmo ano, há mais registros de que os militares estavam acompanhando o que acontecia na Palmarinca e como agiam seus donos. Em outro documento que data de 15 de outubro de 1980, o assunto é: “Livraria Palmarinca – Hermes Duarte Moreira”. Segundo o texto, Moreira tinha outra livraria, chamada Itapetininga, antes de abrir sociedade com Rui Gonçalves. Aparece ainda uma menção à Livraria Tecno-Científica, que foi a primeira de Rui Gonçalves, antes da Palmarinca.<sup>164</sup>

Quando se tratava da ameaça comunista por meio dos livros, umas das formas de agir do governo militar era vigiar as remessas de mercadoria que chegavam importadas de outros países. Isso se dava também no caso da Palmarinca. No documento em questão, uma preocupação foi um carregamento “de livros sobre filosofia marxista-leninista e a luta de classes” que chegou em março daquele ano no porto de Santos destinado à Palmarinca. Eles concluem que “existe a anotação de que em Abr 80, aquela Livraria recebeu uma remessa de

<sup>164</sup> O próprio livreiro considera a livraria Tecno-Científica como parte da história da Palmarinca. Desta forma, vamos fazer o mesmo nesta tese. Portanto, inclusive o tempo de existência da Palmarinca está sendo contado como fez Rui Gonçalves, a partir da inauguração da Tecno-Científica.

livros comunistas em língua espanhola, o que nos leva a aceitar como provavelmente verdadeiro o armazenamento em Santos/SP dos referidos livros”.<sup>165</sup>

A livraria gaúcha é citada ainda naquele documento do SNI, de janeiro de 1981, discutido anteriormente, com a listagem de “livrarias especializadas em literatura esquerdista”. Entretanto, é Hermes Duarte Moreira que aparece como responsável pelo estabelecimento. De acordo com mais um registro, este de dezembro de 1980, com foco nas livrarias de Porto Alegre, 70% dos livros da Palmarinca são importados e de língua espanhola. Eles registram que há anúncios de livros russos em uma das estantes da loja e que “possui um organizado esquema de divulgação e vendagem das suas obras a um público previamente selecionado (professores, estudantes, profissionais liberais, políticos e outros elementos interessados em assuntos sócio-políticos)”.<sup>166</sup>

Assim como sabem quem são os frequentadores da Palmarinca, acompanham as obras do catálogo: “sobre questões operárias, sobre educação, sobre o negro, sobre o índio, sobre a questão agrária, sobre a questão da mulher, sobre CUBA, clássicos do marxismo”. Em outro documento, há uma relação pequena de livros: *Lutas e aristocracia*, de Luís Carlos Prestes;<sup>167</sup> *PCB, conflito e integração*, de Ronaldo Chilcote; *Classe operária e a abertura*, de Luiz Werneck Vianna; *O PCB em São Paulo* (documento de 1974-1981) e *Coyoacan*, revista marxista do México.<sup>168</sup>

Portanto, é perceptível que os passos da livraria eram vigiados, pois havia muitos fatores que eram motivo de incômodo para as autoridades militares. O que Gonçalves explicou a Beras é que “a regra informal vigente” à época era não vender livros sobre guerrilha. Cumprindo essa parte, estaria liberado para comercializar obras de esquerda. O livreiro conhecia um agente da Polícia Federal que ajudava a liberar as encomendas que, eventualmente, ficavam presas no porto: “só não me traga livros que incitem guerrilha urbana, aí, sim nós vamos partir mesmo para a apreensão dos livros” (BERAS, 2018, p. 100). Ou seja, trata-se de uma exceção dentro de um quadro nacional maior. Não sei se tal tolerância era válida para as outras livrarias da cidade de Porto Alegre.

---

<sup>165</sup> Ver o documento presente no Arquivo Nacional com código de referência: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_GGG\_80001793\_d0001de0001. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/>.

<sup>166</sup> Idem.

<sup>167</sup> Não encontrei referência de Luís Carlos Prestes ter escrito tal obra. Acredito que estavam fazendo menção à *Prestes: lutas e autocríticas*, de Dênis de Moraes e Francisco Viana (1982).

<sup>168</sup> Ver o documento presente no Arquivo Nacional com código de referência: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_GGG\_83007614\_d0001de0001. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/>.

Nesse sentido, a partir do local que ocupava, Rui Gonçalves conseguia se ver como livreiro com uma autonomia que não era vista pela maioria de seus colegas de categoria pelo país. Ao explicar que fornecia livros para universidades até de fora do estado do Rio Grande do Sul, Gonçalves afirma que a Universidade de Brasília lhe encomendou exemplares de *O Capital* porque tinha dificuldades de conseguir em livrarias na própria cidade:

as livrarias não tinham coragem de expor esses livros, assustadas, que o próprio livreiro tem a mania de ser ele o censor e eu sempre digo que quem faz a censura é o cliente da livraria e a livraria como era especializada em ciências humanas eu também me dava a liberdade de ter os livros. Tinha demanda, não ia comprar livros para ficar encalhados na prateleira (BERAS, 2018, p. 99).

Esse “pacto” deixava o livreiro tranquilo, talvez, mas não seus clientes – que, provavelmente, o desconheciam. Portanto, se pessoas tinham receio de serem vistas entrando na Palmarinca, a imagem que ela passava para seus frequentadores era de que, sim, havia algo ali que incomodaria o regime. Isso repercute até mesmo em termos financeiros, pois afastava clientes que não estivessem dispostos a passar pelo risco de serem vistos na loja, mas muitos encontraram ali um espaço que lhes atendia perfeitamente. Para Vera Cohen, professora aposentada da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), do departamento História, era também um espaço de confiança:

precisávamos, às vezes, de livros com temas complexos e estávamos em plena ditadura. Aquilo era uma confiança mútua porque ele me consegue um livro, mas eu posso ser um dedo duro, ao mesmo tempo que pedindo para ele, estou confiando, porque ele também pode ser. Hoje, confiança, é o sobrenome dele (BERAS, 2018, p. 294).

No governo Médici, com a repressão pós-AI-5, a livraria perdeu muitos clientes que tinham vinculações com a luta armada: “clientes e amigos nossos que partiram para a luta armada da qual eu sempre fui contra”, afirmou Gonçalves (BERAS, 2018, p. 104).

Gustavo Mello, advogado, que se assume como um jovem militante clandestino afirma que se aproximou por causa da identidade política de esquerda da Palmarinca, que se refletia no catálogo: “a gente ia lá, numa espécie de peregrinação, à procura de alguma coisa valiosa para o espírito, que não se encontrava nas demais livrarias”. Um lugar onde ele adquiriu, por exemplo, *Uruguai*: um campo de concentração, de A. Veiga Fialho (BERAS, 2018, p. 285).

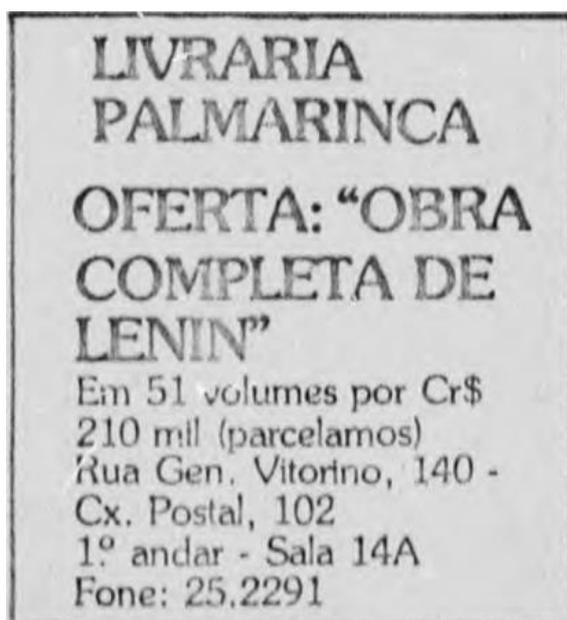
Entre os principais autores, estavam Karl Marx, Max Weber, Lênin, Antonio Gramsci, Caio Prado Jr., e mesmo alguns nomes de outras correntes, como o francês Robespierre. “Eu

acho, que numa boa livraria tu encontra obras básicas, clássicas da esquerda e da direita. Marx não ia fazer a crítica da economia política se não tivesse estudado economia política. Tu vai encontrar os clássicos de Robespierre, tu vai encontrar os pensadores atuais”, explicou o próprio livreiro (BERAS, 2018, p. 215).

No caso de Sergius Gonzaga, docente de Literatura na UFRGS, ele se surpreendeu ao encontrar na Palmarinca uma obra de Karl Marx em três volumes, da comunista Editorial Moscou, em espanhol, “eu não sei como conseguiam esses livros” (BERAS, 2018, p. 276). Ele conta que lá encontrava “edições que digamos seria impensável você encontrar no mercado”. Vendiam-se ainda jornais de esquerda brasileiros e estrangeiros,<sup>169</sup> como o *L'Humanité*, do Partido Comunista Francês.

#### 4.2.1 Uma homenagem às resistências negra e indígena

FIGURA 29 – Anúncio da livraria Palmarinca no jornal de esquerda **Denúncia**, de Porto Alegre



Fonte: Documento do SNI<sup>170</sup> (1983)

O nome é a combinação das palavras “Palmares” e “Inca”, o que nos antecipa um posicionamento do livreiro ao homenagear às resistências negra e indígena. A história da Palmarinca começa, em 1972, como Livraria Tecno-Científica. Uma livraria especializada na

<sup>169</sup> Depoimento de Gervásio Neves, militante do PCB, em nota de pesar quando Rui Gonçalves morreu.

<sup>170</sup> Ver o documento presente no Arquivo Nacional com código de referência: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_83035528\_d0001de0001. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/>.

importação de obras russas, nas áreas de matemática, engenharia e física. A Palmarinca surgiu para atender a um público diferente, interessado pela literatura latino-americana, de títulos em espanhol, vindos do México, Argentina e Espanha. Como começou a crescer, o livreiro optou em seguir com apenas um negócio, oficialmente, cinco anos mais tarde, em 1977. Nesse meio tempo, trabalhou com duas lojas simultaneamente. Pouco tempo depois, Gonçalves fez sociedade com Hermes Duarte Moreira, que ficou responsável principalmente pela parte financeira do negócio. Segundo Cesar Beras, a Palmarinca era uma das únicas em Porto Alegre que vendia obras para atender a demanda por autores de esquerda e de ciências humanas.

O centro histórico de Porto Alegre sempre foi a área da Palmarinca. O primeiro endereço foi na Galeria Malcon, Rua dos Andradas, 1560, quarto andar. Não passou muito tempo e a livraria foi para a Rua General Vitorino, onde ficou os primeiros 19 anos. Em 1991, a livraria foi para uma loja na esquina da Avenida Borges de Medeiros com a Rua Marechal Floriano. Espaço de 130 m<sup>2</sup> e 21 mil títulos. O endereço mais comercial em que a livraria funcionou pois ficava em um local movimentado.

FIGURA 30 – Palmarinca na esquina da Av. Borges de Medeiros com a Rua Marechal Floriano



Fonte: Beras (2018)

Entretanto, o aumento no valor do aluguel fez com que o Gonçalves mudasse mais uma vez de endereço. Em 1996, o livreiro comprou a sede da livraria, na Rua Jerônimo Coelho, onde ficou até fechar, em 2020. Era um prédio histórico de três andares. A livraria ficou, no primeiro momento, no térreo, e depois foi para o primeiro andar. Na sobreloja, foi montado um espaço para eventos. A inauguração foi no dia 20 de outubro de 1998, com leitura de contos por João Gilberto Noll. Antes disso, em 1993, Hermes Moreira deixou de ser sócio. No mesmo ano, quem assumiu a sociedade foi um dos filhos de Rui, Alexandre Gonçalves, que já trabalhava com o pai na loja.

A Palmarinca surgiu em um cenário já relativamente estabelecido em Porto Alegre. Em 1970, a população de Porto Alegre era de 1.531.168 habitantes (HALLEWELL, 2005, p. 522). Uma cidade que cresceu aproximadamente quatro vezes em vinte anos. Nos anos do Império, no século XIX, Porto Alegre tinha três livrarias, quando a população era de 25 mil pessoas. Em 1981, tinha vinte pontos de venda de livros, incluindo livrarias e outros estabelecimentos,<sup>173</sup> sendo que 75,1% dos municípios do Rio Grande do Sul tinham pelo menos um desses locais.

Entre as outras livrarias da cidade, tinha a Vozes (temas religiosos), a Livraria do Globo (de Laudelino Pinheiro Barcelos),<sup>174</sup> a Americana (de Carlos Pinto),<sup>175</sup> a Cosmos, a Martins Livreiro, a Cepal, a Sul Brasileira ou Sul Rio-Grandense (de Manoel Lima), uma filial da José Olympio (de Maurício Rosenblat), a Livraria Lima (de Mário Lima), a Livraria Sulina (temas voltados ao Rio Grande do Sul). Entre as que eram especializadas em sociologia, política e economia, estavam a Farroupilha, ligada ao Partido Comunista;<sup>176</sup> a Universitária, a Combate (de José Carlos Dias de Oliveira) e a Vitória.

De acordo com Arnaldo Campos, dono da Vitória, “A maioria das livrarias em Porto Alegre – Livraria do Globo, Sulina, Flamboyant – eram grandes, mas não se preocupavam tanto em abrir o leque de alternativas para o cliente” (CAMPOS, 2006, p. 38). Com o golpe de 64, ele disse que foi obrigado pelo regime militar a mudar o nome. Escolheu Coletânea. Campos

---

<sup>173</sup> As duas primeiras estimativas foram registradas por Hallewell (2005, p. 389 e p. 609, respectivamente); a terceira é da reportagem “Mapeamento de livrarias em Porto Alegre indica concentração no Centro Histórico, na Cidade Baixa e no Bom Fim”, de *GZH*. Disponível em: <https://bit.ly/3u1gmwd>. Acesso em: 30/11/2021.

<sup>174</sup> Funcionou entre 1883 e 1986.

<sup>175</sup> Fundada em Pelotas, em 1871.

<sup>176</sup> A livraria Farroupilha era pouco conhecida por quem não era do PCB. Segundo Campos, “era preciso ser iniciado, tinha que ter informações para chegar lá, pra saber que lá se vendiam livros marxistas” (CAMPOS, 2006, p. 48).

disse que foi uma imposição:<sup>177</sup> “Vocês não podem continuar com esse nome Vitória, porque os vitoriosos somos nós” (CAMPOS, 2006, p. 78).

Hoje, em 2022, são cerca de 104 livrarias.<sup>178</sup> A estimativa populacional atual é bem semelhante à da década de 1970. Dados do IBGE mostram que, em 2021, eram 1.492.530 pessoas morando na capital gaúcha. O que pode nos dar a impressão positiva de que o saldo de livrarias é bom visto que cresceu relativamente nas últimas cinco décadas. Entretanto, sabe-se que já houve número maior e que muitas foram fechadas recentemente. Portanto, nesse meio tempo, houve oscilações.

Na década de 1980, com as greves sindicais, Beras afirma que a livraria passou a atrair também simpatizantes do PCB, do PT e de outros setores da esquerda. Entre os políticos: Ibsen Pinheiro, Tarso Genro, Paulo Paim, Olívio Dutra e Adeli Sell. De acordo com Sell, que é integrante do PT e foi vereador de Porto Alegre:

Ela (Palmarinca) teve uma função sociopolítica muito grande. Eu quero dizer, assim, que se tem uma instituição – eu chamo a Palmarinca uma instituição – que ajudou a formação intelectual, política de toda uma geração, foi ela, a Palmarinca. Ela formou quadros políticos, porque, as pessoas começaram a ter acesso a uma literatura que não havia acesso de outra forma a não ser lá (BERAS, 2018, p. 265).

Moacyr Scliar criou o lema “Na Livraria Palmarinca, com as letras não se brinca”, em 1990. Segundo Gonçalves, Scliar “sempre foi um fiel frequentador da livraria” (BERAS, 2018, p. 127). Entre os escritores de renome nacional, tinha ainda João Gilberto Noll e Luiz Fernando Veríssimo. O cantor Belchior virou anúncio de jornal da livraria: “Belchior compra livros na Palmarinca” (BERAS, 2018, p. 144).

A Palmarinca foi um espaço onde circularam autores ligados à esquerda brasileira, como os citados Moacyr Scliar e João Gilberto Noll, políticos como Olívio Dutra, um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT), além de muitos professores universitários. Scliar e Noll escreveram romances e contos críticos a esse período da ditadura militar brasileira. Esse é um dos termômetros possíveis para entender cada livraria que faz parte desta pesquisa como pontos de resistência: o fluxo de frequentadores que também se colocaram contra um regime de

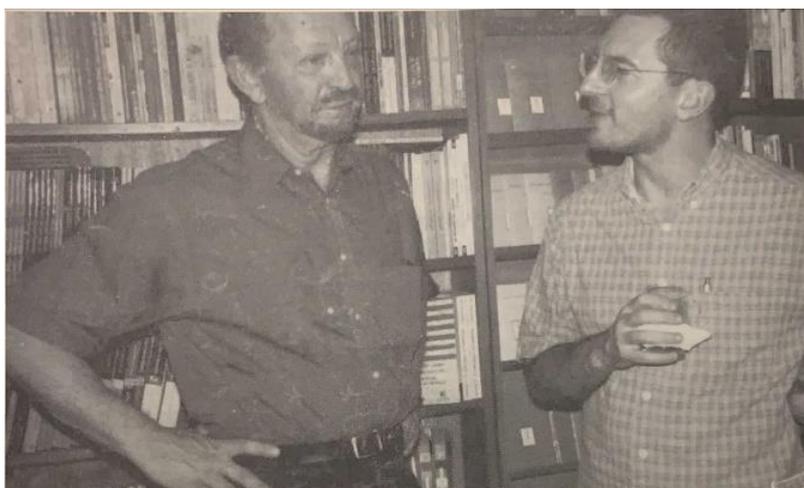
---

<sup>177</sup> O livreiro era filiado ao Partido Comunista e tinha um sócio, o Brutu. Com o golpe, Campos teve que se esconder por um mês. A livraria sofreu com a apreensão de todo o estoque de livros. Arnaldo Campos foi preso quatro meses depois. A Vitória ficou trinta dias fechada até ter permissão para ser reaberta. Campos ficou na livraria de 1961 a 1968 e seu sócio, até 1976 (CAMPOS, 2006).

<sup>178</sup> Segundo um estudo da *startup* Space Hunters.

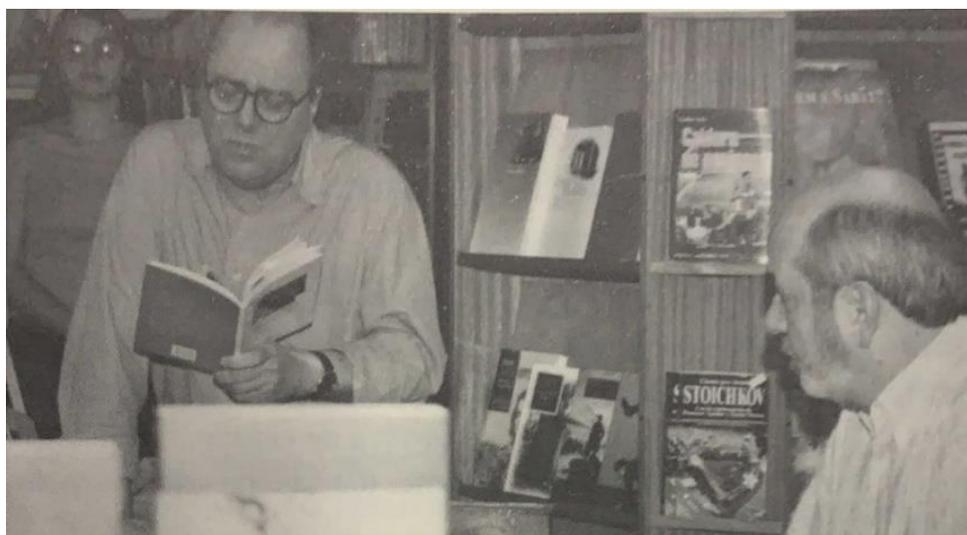
governo imposto como foi a ditadura militar (1964-1985). No caso da Palmarinca, o público era quase totalmente de esquerda, com exceção de alguns acadêmicos que pediam por obras de autores liberais, mas tinham uma convivência tranquila.

FIGURA 31 – O escritor Moacyr Scliar e o professor Mauro Gaglietti na Palmarinca



Fonte: Beras (2018)

FIGURA 32 – João Gilberto Noll em evento na Palmarinca



Fonte: Beras (2018)

E, caso o livro procurado não estivesse presente no local, o livreiro daria um jeito de conseguir. Essa era a “marca registrada: ‘tu pediu, levou’” (BERAS, 2018, p. 113). Carlos Araújo, advogado, ex-deputado e ex-guerrilheiro começou a frequentar a livraria em 1975, depois de sair da prisão: “eu não me recordo de nenhum pedido nesses anos todos que ele não

tem atendido; pode demorar um pouco, mas ele descobre onde está o livro é impressionante como investiga como ele tem conhecimento” (BERAS, 2018, p. 191). Atender demandas muito específicas, que chegavam até Rui depois de outros agentes não terem conseguido atendê-las, tornava a Palmarica um espaço diferenciado. O cliente ali conseguia suprir sua necessidade. Se tal obra está difícil de ser encontrada é porque não é do interesse do mercado livreiro mais amplo, seja por questões de distribuição ou das próprias editoras. Ou seja, sem profissionais como o livreiro da Palmarinca, o repertório de uma geração de leitores ficaria prejudicado. O cliente confia e depende daquele espaço para manter o seu repertório.

Essa figura marcante de Rui Gonçalves era vista por mais pessoas nas edições da Feira do Livro de Porto Alegre. A Palmarinca era referência no evento. Para o jornalista e escritor, José Francisco Botelho,<sup>179</sup> que conheceu a livraria em uma edição da feira, “o rosto do Rui na banca é a lembrança dominante da Feira de Porto Alegre. Aquele olhar azul. Ele era um cara que estava todo ano lá. É a imagem mais forte que eu tenho da feira”.

As participações da Palmarinca começaram ainda quando era a Tecno-Científica. Na década de 80, chegou a ter quatro bancas espalhadas pela feira. Uma das particularidades era que esses estandes eram montados de forma diferente dos demais. Sem balcão, pensando na circulação do leitor e o contato dele com o livreiro, que sempre estava presente. Botelho explica que a banca “parecia um pouco a sala dele (Rui)”.

A Feira do Livro de Porto Alegre é uma feira diferenciada. É aberta, sem cobrança de ingresso, montada em uma praça – na maioria das vezes, na Praça da Alfândega, no centro da cidade. Um espaço de passagem que se torna, por alguns dias, uma espécie de grande livraria no formato mais acessível possível.

Além das participações na Feira do Livro, a Palmarinca realizava lançamentos, debates, rodas de conversa e palestras. Os registros são referentes à década de 1990. Em 1991, o filósofo grego Cornélius Castoriadis, em visita ao Brasil e Porto Alegre, deu entrevista coletiva na Palmarinca e após autografou a obra *A criação histórica* (BERAS, 2018, p. 135). Nessa viagem, ele proferiu a palestra *A Criação Histórica e a Instituição da Sociedade* (que contou com as participações também da filósofa Marilena Chauí e de Sergio Paulo Rouanet). No mesmo ano, 1991, João Gilberto Noll lançou *O quieto animal da esquina* na livraria.

Quando estava no penúltimo endereço, loja de esquina, ficaram famosos os debates com caldinho de feijão dos sábados. No ano de 1999, o jornalista Ruy Carlos Ostermann coordenava

---

<sup>179</sup> Conversa por telefone no dia 20 de junho de 2022.

um bate-papo com os frequentadores. Outro exemplo era o Sábado lítero-gastronômico, momento de descontração para que os clientes beliscassem aperitivos e conversassem sobre temas afins.

Percebe-se que o produto que a Palmarinca oferecia aos seus clientes ia além do livro. Segundo a professora Carmem Machado: “É um lugar de cultura, de conhecimento, de diálogo sobre os assuntos que interessam e que se precisa”. [...] é uma função de socialização que é uma socialização do conhecimento não só do livro, mas o conhecimento que se trava, e que se constitui no diálogo que se produz entre as pessoas que vem aqui nesse contato, por esse meio” (BERAS, 2018, p. 199).

#### **4.2.2 Exclusivamente livreiro**

Rui Paulo Diniz Gonçalves nasceu em Bagé (RS), em 13 de setembro de 1951. Segundo ele próprio, abriu uma livraria por “herança familiar”. Os pais tinham muitos livros em casa: “e eu, através das leituras sociais cheguei à conclusão: por que trabalhar para os outros e não eu botar uma livraria?” (BERAS, 2018, p. 360). Em 1965, aos treze anos, Rui trabalhou em uma livraria do Partido Comunista Brasileiro. A livraria foi invadida por militares, que levaram livros “atirados pela janela” (BERAS, 2018, p. 96).

Gonçalves formou-se em jornalismo. Quando tinha 33 anos, chegou a ter um segundo emprego para ajudar com a renda, mas depois de três anos ficou exclusivamente como livreiro. Ele foi filiado ao Partido Democrático Trabalhista (PDT). Antes, tentou o Partido dos Trabalhadores, mas foi barrado “porque eu era patrão não podia me filiar” (BERAS, 2018, p. 108). O ingresso no PDT veio por meio de um conhecido e, de acordo com Gonçalves, pela bandeira a favor da educação que Leonel Brizola levantava.

A morte da Palmarinca deu-se com a morte de Rui Gonçalves, aos 68 anos, no dia 16 de fevereiro de 2020. Um domingo. Ele caiu do telhado da loja quando estava fazendo a limpeza do local. A ideia da família era continuar com o negócio, mas o mundo já passava pela pandemia da Covid-19 e, com os estabelecimentos comerciais fechados, o retorno da livraria foi suspenso.

Como livreiro, Rui Gonçalves sempre foi a coluna vertebral da livraria e o rosto de referência de seus frequentadores. Como o próprio afirma: “a livraria é sempre a cara do livreiro, a ideologia do livreiro. Então é literatura latino-americana, porque a livraria é como se fosse a extensão da minha casa, da minha sala” (BERAS, 2018, p. 364).

Flávio Loureiro Chaves, professor de Letras da UFRGS, ao citar três livreiros que atuaram em Porto Alegre no começo do século XX, cita Maurício Rosenblat, Maneco Lima e Mário Lima: “eram pessoas que não só vendiam livros como um produto qualquer mas conheciam o produto que estavam vendendo porque liam os livros que vendiam. É nesse contexto que surge o nosso Rui Gonçalves com a Palmarinca e eu acho que é a esse perfil que ele pertence” (BERAS, 2018, p. 255). Para Vera Cohen, “o último livreiro é o Rui, porque ele não é vendedor de livros. Ele é um livreiro. O que é livreiro em minha opinião? É aquele que entende de livros, vive o livro, sabe o livro se relaciona com seus temas e personagens” (BERAS, 2018, p. 293).

À época da sua morte, o PCB divulgou uma nota de pesar, assinada pelo militante do PCB-RS e professor da UFRGS, Gervásio Neves. Segundo ele, Gonçalves foi “Além de livreiro... foi, com exemplar modéstia e tranquilidade, capaz de aglutinar a esquerda do Rio Grande do Sul, o que passou muitas vezes despercebido. Essa a sua brilhante ação política”.

Foram apenas três anos em que Gonçalves conciliou a função de livreiro com outro emprego. Seu ofício à frente da Palmarinca foi capaz de garantir, em alguns momentos com mais tranquilidade do que em outros, o seu sustento e o da família. De fato, essa foi uma característica predominante entre os livreiros pesquisados. Dos seis, pelo menos quatro tinham a profissão como a fonte de renda exclusiva.<sup>180</sup> Entretanto, em 2017, com 44 anos de funcionamento, manter o negócio aberto era uma preocupação constante: “Cada ano que passa eu fico preocupado se eu vou conseguir manter a livraria seguindo. Então, hoje, cada ano que passa eu dou graças aos clientes, que a livraria continue existindo” (BERAS, 2018, p. 176).

A Palmarinca chegou a ter uma filial em Pelotas, entre os anos de 1980 e 1983. Segundo Rui Gonçalves, a inauguração na cidade “culminou com a reabertura da Feira do Livro local”. Apesar disso ou, em função desse sucesso, ela foi retirada da Feira do Livro de Pelotas depois que as livrarias locais decidiram que negócios de fora da cidade não podiam participar da feira: “Eu achei aquilo o fim da picada, bairrismo total, aí saí fora”, explica Gonçalves (BERAS, 2018, p. 111).

Pode-se dizer que o negócio se manteve pequeno, com a característica de ser uma livraria especializada, somente com a venda de livros. Nunca teve o setor de papelaria nem de livros didáticos. Para Gonçalves, a estrutura familiar era essencial para a viabilidade econômica

---

<sup>180</sup> A exceção foi Olavo Tormin, com o Bazar Oió. No caso de Salim Miguel, não tenho como afirmar se ele desenvolvia outra atividade nos seis anos em que esteve à frente da Anita Garibaldi.

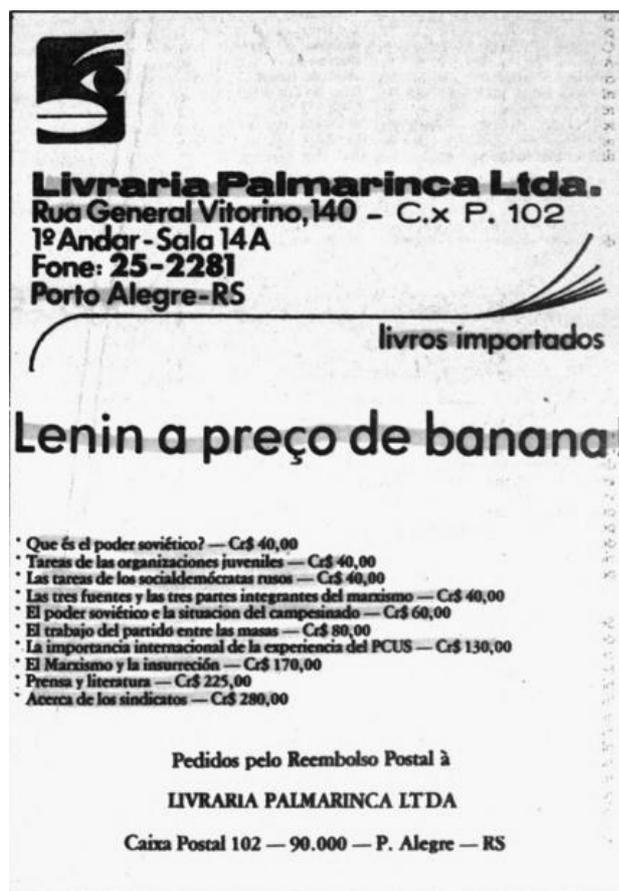
do negócio: “A coisa mais simples possível que é primordial que é manter a livraria mesmo com sacrifícios pessoais, restringindo uma série de coisas, tudo para manter a livraria e sempre pequenininha, carinhosa, aconchegante. É uma mania retrô de manter o passado vivo para mim” (BERAS, 2018, p. 163).

Sacrificar a vida pessoal, ou bens pessoais, foi característica também de outros livreiros. Afinal, uma livraria tem que existir de forma sustentável, não vive da paixão de seu dono pelos livros e pela literatura. Significa tempo de trabalho, investimento financeiro e, muitas vezes, como disse Gonçalves, sacrifícios pessoais.

Por um determinado tempo, a literatura marxista garantia as vendas das livrarias. O livreiro Arnaldo Campos, da Vitória, faz uma ponderação relevante no livro que trata do seu percurso profissional: “o pessoal andava à procura da literatura marxista” (CAMPOS, 2006, p. 49). Ele refere-se ao início do seu negócio, no começo da década de 1960. A demanda vinha prioritariamente das universidades e por autores clássicos marxistas como Karl Marx, Max Weber, Lênin, Antonio Gramsci, Caio Prado Jr. Pelas falas de outros livreiros desta tese, esse interesse continuou nos anos seguintes, com diminuição após o golpe (levando-se em conta as restrições impostas pela censura e a redução de frequentadores). Ou seja, há que se levar em conta que a escolha por tais obras, pelo menos em determinado momento, pode ser vista também como um fator atraente do ponto de vista comercial.

Rui Gonçalves explicou a Beras que soube unir a vontade de o negócio dar lucro com a de suprir uma lacuna cultural: “Era um nicho de oportunidade do livreiro também... Era uma época romântica, ganhar dinheiro, ter que ganhar dinheiro. Mas todo dinheiro que a gente ganhava era aplicado no acervo para aprimorar e suprir a demanda dos professores cada vez mais exigentes e as outras livrarias não queriam correr risco, porque as outras livrarias eram realmente mercantis e tal” (BERAS, 2018, p. 100).

Para atender consumidores de outros estados, a Palmarinca trabalhava com vendas por reembolso postal, principalmente para o Norte e o Nordeste. O livreiro investia ainda em publicidade em jornais impressos e de uma forma que chamasse atenção. Um exemplo de anúncio da Palmarinca de 1980 era: “Lênin a preço de banana”.

FIGURA 33– Anúncio da Palmarinca no jornal Hora do Povo<sup>181</sup>


**Livraria Palmarinca Ltda.**  
 Rua General Vitorino, 140 - C.x P. 102  
 1º Andar - Sala 14A  
 Fone: 25-2281  
 Porto Alegre - RS

livros importados

## Lenin a preço de banana!

- \* Que é el poder soviético? — Cr\$ 40,00
- \* Tareas de las organizaciones juveniles — Cr\$ 40,00
- \* Las tareas de los socialdemócratas rusos — Cr\$ 40,00
- \* Las tres fuentes y las tres partes integrantes del marxismo — Cr\$ 40,00
- \* El poder soviético e la situación del campesinado — Cr\$ 60,00
- \* El trabajo del partido entre las masas — Cr\$ 80,00
- \* La importancia internacional de la experiencia del PCUS — Cr\$ 130,00
- \* El Marxismo y la insurrección — Cr\$ 170,00
- \* Prensa y literatura — Cr\$ 225,00
- \* Acerca de los sindicatos — Cr\$ 280,00

Pedidos pelo Reembolso Postal à  
**LIVRARIA PALMARINCA LTDA**  
 Caixa Postal 102 — 90.000 — P. Alegre — RS

Fonte: Arquivo Nacional

A Palmarinca não chegou a ter um selo editorial propriamente dito, mas pelo que Beras explica, tornou-se um “apoio para a produção intelectual independente autofinanciada” (BERAS, 2018, p. 119). O que isso significa: a livraria emprestava o prestígio da casa por meio do nome Livraria Palmarinca, que ficava estampado na obra.

Rui Gonçalves era considerado “um livreiro de sucesso”, segundo reportagem do jornal Zero Hora de 1991 (BERAS, 2018, p. 138). Em 2003, Rui Gonçalves é homenageado pela Câmara do Livro de Porto Alegre por seus 35 anos como livreiro. Em 2017, recebeu novamente, mas por seus 50 anos “de trabalho em prol do livro”. Em 2005, recebeu o prêmio Cultura Econômica, realizado pelo Jornal do Comércio pelo acervo diversificado e grande, constância na feira do livro, “mais um reconhecimento da sociedade” (BERAS, 2018, p. 160).

O papel que a Palmarinca assume na discussão proposta nesta tese é o de uma livraria que conseguiu manter, do início ao fim, um perfil de esquerda. Segundo o próprio dono, “a

<sup>181</sup> Ver o documento presente no Arquivo Nacional com código de referência: BR\_RJANRIO\_TT\_0\_MCP\_AVU\_0405. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/>.

única que é de esquerda no país” (CAMPOS, 2006, p. 360). Relevando a radicalidade dessa fala, é bem verdade que ela foi um exemplo nesse sentido. Manteve o foco na venda de livros e, desses, prioritariamente as publicações nas áreas das ciências humanas e de esquerda. Havia autores liberais, mas o espaço para essas obras era restrito. O livreiro apostou na especificidade do seu catálogo. Em diferentes discursos aparece a mesma afirmação: de que na Palmarinca encontravam-se livros que não havia nas outras livrarias. Quando o título também não estava no estoque de Gonçalves, ele tratava de ir atrás e conseguia.

Rui Gonçalves optou pela proximidade com o cliente, pelo espaço pequeno e aconchegante. Chegou a ter uma loja na esquina da Avenida Borges de Medeiros com a Rua Marechal Floriano, bem localizada, com uma visibilidade grande por quem passava pelo local. Entretanto, escolheu voltar para o primeiro andar de um prédio que, apesar de bem localizado, não tinha acesso fácil ao público. Essa inclusive, era uma característica que marcou a Palmarinca. Quem ia até lá sabia o que queria e quem iria encontrar. Na maioria, frequentadores assíduos de vários anos que já tinham criado uma relação com o livreiro.

Foram 48 anos de existência. Das livrarias analisadas neste trabalho, a Palmarinca foi a que fechou mais recentemente, em 2020, e isso aconteceu somente por causa da morte inesperada de seu dono. Com a pandemia da Covid-19, a livraria precisou ficar fechada e, segundo Alexandre,<sup>185</sup> um dos filhos de Rui, não há intenção de reabri-la.

---

<sup>185</sup> Em conversa rápida, por mensagem, em 31/05/2022.

## CONCLUSÃO

### MAIS DO QUE “LOJAS DE LIVROS”

*Se me dissessem que não posso mais escrever, eu me preocuparia muito menos do que  
se me dissessem que não posso mais ler.  
Se não pudesse mais ler, me sentiria morto.*

Manguel<sup>186</sup>

Se as livrarias funcionassem como lojas de livros e se restringissem “apenas” à venda de obras ficcionais, não ficcionais e didáticos, seriam perseguidas, vigiadas, rastreadas, rotuladas por agentes de um regime autoritário? Mais ainda: se esse objeto vendido nas livrarias fosse somente utilitário, usado para saciar um desejo e depois ser jogado fora; se não causasse consequências na mente de quem o lê, levando a momentos de reflexão e questionamentos, assim como de êxtase e magia, seriam perseguidos, vigiados, rastreados, rotulados por agentes de um regime autoritário?

O livro, o livreiro e a livraria são componentes humanizadores e formadores de uma sociedade. Nesse sentido, o catalão Jorge Carrión escreveu um manifesto que virou um livro, criticando a atuação da Amazon, conglomerado estadunidense que domina as vendas de livros (e não só livros) no mundo. Em *Contra a Amazon: sete razões, um manifesto* (2020), Carrión apresenta sete motivos para os leitores não comprarem dessa empresa. Entre eles, a desumanização existente na venda de livros. Uma empresa onde “um patinho de borracha, um pacote de bolachas Oreo, um cachorrinho de pelúcia e um livro” são dispostos e tratados da mesma forma. “Para a Amazon não existe diferença substancial entre essas quatro coisas”, afirma Carrión (2020, p. 24). A figura do livreiro, então, é reduzida a uma máquina de separar e embalar. Quer uma indicação de livro? O algoritmo lhe dá com base no seu histórico de compras.

Para Carrión, o encontro entre o leitor e o livro é um momento a ser desejado, buscado, e não saciado em um clique: “porque a livraria nos oferece a recordação da compra... Porque, mesmo que sejamos dependentes das telas, não somos robôs. E necessitamos das livrarias de todo dia, para que sigam gerando as cartografias de todos esses confins que permitem que nos

---

<sup>186</sup> Carrión (2020).

localizemos no mundo” (CARRIÓN, 2020, p. 30). Segundo o autor, comprar em “livrarias físicas, independentes e de confiança”, como ele o faz, é um ato de resistência mínima e necessária.<sup>187</sup> Só assim para mantermos tais livrarias abertas e funcionando de forma saudável.

A proposta feita na introdução desta tese foi a de trazer o percurso de seis livrarias que fizeram contribuições para se discutir o espaço da livraria e a figura do livreiro especificamente em um campo literário que estava submetido a uma ditadura militar. E, a partir da teoria dos polissistemas, de Itamar Even-Zohar, pensar na forma como tais livrarias e livreiros atuaram como fatores de resistência e enfrentamento dentro desse contexto de abuso e censura. Diante disso, é possível afirmar que há gradações dentro do que se pode entender como uma livraria/um livreiro de resistência.

O simples ato de abrir ou manter aberta uma livraria em um país sob um regime militar já é fator a ser levado em consideração. Entretanto, há outros. Quando iniciei esta pesquisa, eu tinha uma lista de livrarias. Cada nome me chegou de uma forma diferente, mas todos se colocaram para mim como espaços que mereciam mais atenção. Em alguns casos, fui surpreendida positivamente, em outros, de forma negativa. Movimentos naturais de uma pesquisa que se estendeu por pouco mais de quatro anos.

O primeiro caso apresentado já levanta uma questão: como resistir quando se já está morto? A livraria Anita Garibaldi não teve tempo para resistir visto que a queima de seu estoque se deu três dias após o golpe. Talvez, somente por se tratar de uma livraria, posso afirmar que ela, sim, resistiu, pois ficou marcada na memória de muitos como se ainda estivesse funcionando. Em uma cidade histórica, mas que ainda estava em crescimento, a livraria ocupou um espaço importante; além de ter como um de seus donos, Salim Miguel, um intelectual que foi perseguido pela repressão.

A Encontro talvez tenha me trazido a maior surpresa. Victor Alegria foi preso por dois regimes autoritários, em Portugal e no Brasil. Tinha grande atuação como livreiro em um espaço que garantia muito mais do que livros. Havia, debates, exposições, lançamentos. Foi perseguido pelos militares e sofreu com a censura. Entretanto, na entrevista que fiz com ele, fez questão de explicar que não era da esquerda nem condenava os militares pela atuação nos 21 anos de ditadura. Tanto que editou um livro de memórias do general Carlos Alberto Brilhante Ustra. Para mim, o mais importante é traduzido na fala do livreiro Ivan Presença, que

---

<sup>187</sup> Carrión é também autor de *Livrarias* (2018), obra em que ele faz uma volta ao mundo através de livrarias de diversos países.

frequentou a Encontro: “Todos os lançamentos de livros, exposições, era tudo feito nessa livraria. Foi uma livraria muito forte de resistência contra ditadura”.<sup>188</sup> Essa fala não é única e demonstra como aquele espaço era percebido por uma parte da sociedade.

No caso do Bazar Oió, o nome já remete a comércio – bazar. Mas, apesar de também servir como fonte de renda para Olavo Tormin e sua família, era um espaço de incentivo à cultura, à leitura e à produção literária local. Olavo não era um livreiro motivado politicamente, mas a livraria em si se afirmou enquanto instituição e levou ele para esse espaço de resistência democrática que acabou sendo alvo do regime.

A livraria recifense Livro 7 sobressai-se quando o assunto é tamanho. Foi a maior do país e ainda cresceu em quantidade, foram sete unidades. Apresentava números altos se compararmos às outras livrarias, mas teve a capacidade de aglutinação e de desenvolvimento da sociedade de uma forma fortíssima. Tarcísio Pereira era conservador para assumir posicionamentos políticos, mas sua livraria era vista como de resistência, a ponto de um militante dizer que lá foi um dos lugares que lhe mostrou que havia “vida inteligente fora dos partidos clandestinos”.

Uma característica que é visível tanto na Oió quanto na Livro 7 foi a capacidade de reunir escritores consagrados da literatura local com novos nomes de autores que ainda buscavam espaço, funcionando assim como uma instância de consagração. Um empreendimento que foi, ao mesmo tempo, ponto comercial e ponte de construção de carreiras e de consagração de escritores.

O último capítulo reúne as duas que mais se colocavam como livrarias de resistência, inclusive se apresentando politicamente como de esquerda no contexto da ditadura militar. A Jinkings tinha seu livreiro como uma figura que se sobressaía tendo em vista um histórico de sindicalista atuante e integrante do Partido Comunista Brasileiro; e que levou suas convicções políticas para os negócios. Uma livraria que cresceu economicamente, teve filiais, ao mesmo tempo em que realizava atividades culturais e se mantinha como uma referência na cidade e no estado.

Apesar de toda dificuldade para reunir informações sobre a Palmarinca, fiz questão de adicioná-la ao *corpus* – com a pesquisa em andamento – por conta do seu perfil. Nitidamente de esquerda, focada na venda de obras de Ciências Humanas, seu livreiro Rui Gonçalves priorizava o contato com o leitor em um espaço que fosse pequeno e acolhedor. Para ele, esse

---

<sup>188</sup> Entrevista à autora em 20/10/2007.

era o caminho não só da Palmarinca, mas das pequenas livrarias não perderem seu espaço em um mercado que já foi monopolizado pelas grandes redes e que agora luta contra as multinacionais.

Acredito que esta pesquisa seja uma pequena contribuição para os estudos em literatura, principalmente para aqueles que focam o campo literário e/ou questões extratexto. Pensar a livraria como objeto de estudo e mais, como um espaço ativo de participação e influência, ainda é pouco explorado nos trabalhos acadêmicos em literatura. Espero que isso mude nos próximos anos e que esta tese possa contribuir para o avanço da pesquisa nessa área.

É importante considerar que o mercado livreiro como existia no período analisado mudou expressivamente. Passou a ser (quase) obrigatório estar presente também no mercado online. Em muitos casos, essa tem sido a única possibilidade de manter o negócio em funcionamento. A relação do leitor com o livreiro também passou por mudanças. Neste caso, a meu ver, perdeu em qualidade e, por vezes, deixou de existir. Acreditando que esta pesquisa ainda tem possibilidades de desdobramentos, pensei em como se daria uma nova reflexão diante de um cenário contemporâneo. Uma eventual atualização dessa discussão levaria em conta outras questões e, talvez, novas categorias. Por isso, ao longo da pesquisa, senti a necessidade de colocar em perspectiva o meu corpus de livraria olhando diretamente para o presente, para as livrarias ora em funcionamento. O que era para ser um movimento interno do processo de pesquisa ganhou corpo num conjunto de entrevistas com livreiros e livreiras em atividade. Assim, optei em abrir um espaço entre parênteses, nesta parte final das considerações, para trazer um pouco do que se tem discutido sobre o mercado livreiro atual no Brasil.

Nos últimos anos, especialmente durante a pandemia de Covid-19, o debate em torno da cadeia produtiva do livro foi grande. Fechamento de lojas, abertura de outras, discussão sobre a Lei Cortez,<sup>189</sup> também conhecida como Lei do Preço Fixo ou do Preço Único. Diante da discussão feita nesta tese, parte das considerações finais será para tratar da atual situação das livrarias brasileiras. Não será feita de forma aprofundada, mas para dar um panorama breve do setor livreiro e das dificuldades enfrentadas atualmente e nos próximos anos.

Com foco nessa discussão, entrei em contato com a Associação Nacional de Livrarias. De acordo com os dados que eles me enviaram, entre 2007 e 2009, o Brasil manteve uma média de 2600 livrarias. Depois disso, o levantamento salta para 2013, quando o número alcança 3029

---

<sup>189</sup> Em homenagem ao livreiro e editor José Xavier Cortez (1936-2021), que fundou a editora e livraria Cortez, no bairro de Perdizes, São Paulo (SP).

lojas. E o seguinte ainda não saiu, mas a ANL me adiantou que, em 2021, a estimativa é de 2350 livrarias em todo o país – dado aproximado e não oficial.

Como não há números oficiais de 2019, fica difícil avaliar com detalhes os efeitos da pandemia para o mercado livreiro. O que o presidente da ANL, Marcus Teles, pode confirmar foi o fechamento de lojas físicas, mas sem números concretos: “Num primeiro momento foram cerca de 120 dias. Quem não estava preparado para o atendimento online foi mais prejudicado. Mas já no segundo semestre de 2021 o mercado vem apresentando recuperação nos mesmos patamares de pré-pandemia”. Ele disse ainda que, “ao contrário de 2020, quando tivemos fechamentos, vimos novas livrarias surgirem”.

A expectativa da instituição é que o setor se recupere nos próximos dois ou três anos. Para a ANL, a tendência é que as livrarias sejam menores e especializadas; além de estarem presentes nas mídias sociais e fazerem vendas por meio da internet: “Hoje, o livreiro, cada vez mais, busca novos mecanismos não apenas para estimular suas vendas, mas para conhecer e se aproximar cada vez mais de seu cliente”.

A reportagem de capa do *Suplemento Pernambuco*, de junho de 2021, intitulada “Virar-se e revirar-se em meio às ruínas: uma história oral das livrarias de rua no primeiro ano da pandemia” traz falas importantes de diversos livreiros e livreiras sobre esse contexto vivido por eles desde março de 2020 com o começo “oficial” da pandemia. De uma forma resumida, percebe-se que campanhas de doação pela internet e de financiamento coletivo foram responsáveis por manter ou colaborar de forma incisiva na manutenção dos negócios. Ou seja, ações que lidam diretamente com os sentimentos dos leitores e com a relação deles com “suas” livrarias. Em um desses casos, um frequentador pagou um mês de aluguel da sua livraria preferida.

Sem o espaço físico, as lojas foram obrigadas a enfrentar o mundo virtual – pelo menos, a maioria delas. Isso é perceptível nos relatos dos livreiros e livreiras, que viram essa mudança como vantajosa. Alguns de uma forma mais precária, apenas por troca de mensagens com os clientes, mas com retorno suficiente para se manterem na ativa.

Alguns estabelecimentos fortaleceram-se, criando coletivos como o “Livrarias cariocas”, formado pelas livrarias de rua Argumento, Berinjela, Blooks, Folha Seca, Janela, Leonardo da Vinci, Lima Barreto e Malasartes. A editora Boitempo, por exemplo, iniciou a campanha “Ajude uma livraria”, uma parceria com 27 livrarias de todo o país, em que a editora repassa a elas o valor que receberiam pelas vendas caso as tivessem realizado. Um dos

obstáculos que as livrarias enfrentam é a concorrência das editoras que fizeram de seus endereços eletrônicos suas livrarias virtuais. Por isso é tão importante repensar a cadeia do livro no Brasil.

O mercado de livros no Brasil sofreu um baque com a crise enfrentada por duas grandes redes, a Saraiva e a Cultura. As duas entraram com pedido de recuperação judicial em 2018 e, ainda hoje, enfrentam dificuldades para manter as lojas que continuam abertas. O que se percebe atualmente – e foi confirmado pela ANL – é que as livrarias diminuíram, no espaço físico mesmo. A ideia é se aproximar do cliente, voltar a ter um contato pessoal. Em relação à localização, apesar de ainda haver interesse por pontos em centros empresariais como os shoppings, muitas escolheram abrir em bairros justamente para criarem vínculos com aquela comunidade e serem o ponto de referência daqueles moradores.

Nesse sentido, é interessante pensar que essa aura que paira sobre a livraria e parece torná-la mágica pode ser também um fator que a afaste de um determinado público. Mais do que um ambiente “intelectualizado”, a livraria precisa ser um local acolhedor e receptivo para todas as classes sociais. Para exemplificar o que digo é só citar o caso da Palmarinca na Feira do Livro de Porto Alegre, que, além de ser aberta em praça pública, a banca da livraria especificamente não tinha balcão para aproximar o livreiro do leitor.

Era nesses momentos que Rui Gonçalves percebia que o público da Palmarinca ficava mais diverso, pessoas que não frequentavam a livraria na cidade se sentiam à vontade ali na feira: “Eles só não frequentam mais as livrarias porque eles ficam assustados, acham que é um templo sagrado, ainda tem aquela mística... tem pessoas ali que só vão comprar livro, se abastecer na Feira do Livro por causa dessa liberdade” (BERAS, 2018, p. 172). Tal afirmação de Gonçalves encontra eco na de Lincoln Secco: “As livrarias sempre foram ambientes pouco acolhedores para pessoas simples são espaços de convívio das classes médias ou dominantes” (SECCO, 2017, p. 141).

A Jinkings também se importava com a democratização da leitura. Haja vista o projeto “Livro na praça quase de graça”. O Bazar Oió tentava fazer do próprio local um ambiente para todos. Foi assim que a empregada doméstica e benzedeira Sebastiana se sentia quando entrava na livraria: “Lia em pé, diante da prateleira, não gostava de conversar para não perder tempo, porque eu tinha que pegar meus filhos na escola. Nem sentia as dores nas pernas. Nem sentia fome. Lia cada dia um pedaço do livro” (MELO, 2002, p. 108).

Voltando para a discussão do perfil das novas livrarias, o fato de muitas delas estarem em bairros e serem temáticas diminui a distância com o leitor. Pensando nesse momento da tese, fiz contato com algumas livreiras e livreiros de diferentes regiões do país e lhes enviei algumas perguntas. Os que fizeram a gentileza de me enviar as respostas foram Ketty Valencio, livreira da Africanidades, em São Paulo (SP); Felipe Beirigo, livreiro da Simples, também em São Paulo; Moisés da Costa Ribeiro, livreiro da Xingu, em Altamira (PA); Daniel Louzada, livreiro da Leonardo da Vinci, no Rio de Janeiro (RJ) e Aparecida de Souza Caldas, livreira do Sebinho, em Brasília (DF).<sup>190</sup> Não será feita uma análise aprofundada dos dados. Trata-se de trazer um pouco da fala dessas novas personagens para pensarmos brevemente o que esperar do cenário das livrarias no Brasil para os próximos anos.

É interessante observar que cada uma dessas livrarias apresenta perfil diferente, mas todas se assemelham na intenção de estreitar os laços com o público leitor e a comunidade, de uma forma geral. A Africanidades é um exemplo de livraria pensada para atender um público específico, aquele que procura obras de pessoas negras, prioritariamente mulheres. Ela foi montada em uma casa na zona norte da cidade de São Paulo, no bairro de Perdizes, considerado periférico. Kelly Valencio explicou que “a escolha do endereço foi realizada estrategicamente, pois está relacionada com a minha origem, com o meu público-alvo e de potencializar a valorização desse território”. Além do mais, “escolhemos ser uma casa, pois assim dá uma sensação maior de acolhimento e pertencimento”. Trata-se de uma casa onde ocorrem outros eventos, alguns pagos e outros gratuitos, sempre com a proposta de “valorizar os saberes da população negra”. Para Valencio, a Africanidades, como livraria, é uma ferramenta de transformação social, que funciona como “um canal para a existência de memórias e narrativas de pessoas que não são reconhecidas pela sociedade e com certeza é um ambiente subversivo”.

Outra livraria que foge dos espaços comerciais mais óbvios é a Xingu. Ela está localizada em um camelódromo (shopping popular) no centro da cidade paraense de Altamira, local em que pode parecer improvável funcionar uma livraria. Moisés da Costa Ribeiro monta o catálogo com obras de cunho político, que tratam de temas como feminismo, questão racial, sociologia, filosofia, geopolítica, romances, crônicas e outros. Sobre a sua localização, o livreiro explica que

o fato de a livraria estar localizada num ambiente popular cria a possibilidade das pessoas simples – trabalhadores em geral, mas não só eles evidentemente

---

<sup>190</sup> Entrei em contato com outras livrarias de Brasília e de outras cidades das regiões Centro-Oeste, Sudeste, Nordeste e Sul, mas, por motivos variados, não recebi as respostas. Os questionários na íntegra estão disponíveis no Anexo 2. Todos eles foram respondidos por e-mail.

– terem um contato direto com os livros, mesmo que isso num primeiro momento não se transforme em venda; mas esse contato visual e essa “descoberta” são muito importantes.

Ao ser perguntado se o espaço de uma livraria pode ser um espaço de resistência, o livreiro respondeu: “Não só consigo pensar como tenho feito dele minha trincheira de luta e resistência na atual luta de classes”.

No caso da livraria Simples, a localização foi escolhida por causa da memória familiar de um dos seus livreiros, que morou no bairro Bixiga por muitos anos. Partindo dessa premissa, de se relacionar com a comunidade local, é que a livraria funciona: “Essa relação é tão estreita que uma boa parte do nosso acervo foi montada pelos próprios clientes”. A livraria carioca Leonardo Da Vinci é a mais tradicional das citadas aqui. Ela foi inaugurada em 1952, mas em 2016 mudou de gestão. Das mãos de Vana Piraccini, fundadora, para as do livreiro Daniel Louzada. A loja fica na Avenida Rio Branco, no centro do Rio de Janeiro.

Quando questionado sobre as perspectivas para o mercado livreiro no Brasil, as respostas variam. Louzada, da Da Vinci, tem uma visão pessimista. Afirma que são poucas as livrarias existentes e muitas ainda correm o risco de fechar:

A cadeia do livro no Brasil se desestruturou sobretudo pela atuação subsidiada e desregulada da Amazon, que destrói mercados para monopolizá-los. A esse cenário, se somou o ataque econômico, social, político e cultural à maioria da sociedade brasileira, ocasionando uma crise sem precedentes na história.

Visão parecida com a do livreiro da Xingu. Ribeiro acredita que o momento é ruim por causa da “onda conservadora que tomou conta do Brasil e do mundo”, principalmente “Para quem trabalha com literatura de cunho político, digamos assim, como é o meu caso, o panorama não é muito animador”.

Os outros livreiros são mais otimistas. Para Aparecida de Souza Caldas, livreira do Sebinho, “apesar da pandemia, o ramo de livrarias continua crescendo. Neste momento temos um retorno das pequenas livrarias, que antes haviam sido engolidas pelas megas livrarias de shopping”. O Beirigo, da Simples, acredita que estamos passando por um novo ciclo: “Essa mudança serviu para mostrar ao consumidor que é possível comprar livros fora de uma *megastore* de rua ou shopping”. Já a Kelly Valencio, que atende um nicho específico do

mercado, que está ganhando espaço,<sup>191</sup> percebe um avanço: “O crescimento é visível no mercado literário, logo quando iniciei eram poucos(as), principalmente especializado em literatura protagonizada por pessoas negras, mas agora felizmente o cenário tem se modificado”.

Para finalizar essa discussão, é importante não deixar de fora o debate em torno da Lei Cortez, que está tramitando no Senado Federal (PLS 49/2015) e que trata de uma política de regulação do preço do livro. Uma proposta a favor da bibliodiversidade, ou seja, de todos os agentes e instituições que participam da cadeia do livro. Em outubro de 2021, foi realizado o Simpósio Internacional “Por Uma Lei da Bibliodiversidade”,<sup>192</sup> organizado pelo Instituto de Estudos Avançados da USP, para apresentar esse projeto e diferentes perspectivas de como ele pode beneficiar o mercado livreiro no Brasil. Um dos pontos principais do Projeto de Lei é a precificação única de títulos nacionais durante os primeiros doze meses após o lançamento da obra. Nesse período, o valor final do livro não pode ser menor que 90% do preço de capa estabelecido pelo editor. Isso faz com que grandes lojas – que inclusive atuam em outros ramos, além do livreiro – não façam descontos inalcançáveis pelas pequenas livrarias, condenando-as, assim, a uma condição de sobrevivência. Projetos semelhantes foram aprovados na França e na Alemanha e foram fundamentais para dar nova vida ao setor.

E se houvesse a oportunidade de perguntar para os livreiros Salim Miguel, Victor Alegria, Olavo Tormin, Tarcísio Pereira, Raimundo Jinkings e Rui Gonçalves, como eles enxergam o futuro das livrarias no Brasil, o que será que eles responderiam? Bem, na ausência de respostas, escolhi a seguinte fala de Rui Gonçalves: “Resiste! Vai ter sempre espaço para a pequena livraria especializada. Sempre” (BERAS, 2018, p. 367). Para mim, a fala traz o otimismo necessário para mantermos a discussão em pauta e a potencializarmos. A vida dedicada aos livros, seja como livreiro(a) ou como outro(a) agente literário, é uma batalha diária. A ditadura militar, como existiu entre 1964 e 1985, não voltará, mas há outros obstáculos que o setor livreiro está tendo que enfrentar. É como se uma grande estante de livros fosse sendo desmontada aos poucos. Os primeiros livros retirados passam despercebidos, mas logo o vazio aumenta e chega-se a um ponto que não é mais possível remontar aquela bela estante. Que a gente não deixe chegar a esse ponto.

---

<sup>191</sup> A ANL confirma a tendência de abertura de livrarias temáticas.

<sup>192</sup> As discussões apresentadas no simpósio foram publicadas em livro: *Bibliodiversidade e preço do Livro* (2021).

## REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Ney. **Uma livraria que entrou para a história**. 2012. Disponível em: <http://angustiacriadora.blogspot.com/2012/10/uma-livraria-que-entrou-para-historia.html>. Acesso em: 9 fev. 2019.
- ARAÚJO, Ronilson. **Todas as estradas culturais do Recife levavam à Livro 7**. 2008. Disponível em: <http://abelhudos.wordpress.com/2008/07/06/todas-as-estradas-culturais-do-recife-levavam-a-livro-7/>. Acesso em: 18 out. 2019.
- ASSUNÇÃO, Suelene Santana. **O Livreiro Raimundo Jinkings: a venda de livros e a divulgação do Comunismo no período da Ditadura Militar em Belém -PA**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Pará. Belém, 2015.
- BERAS, Cesar. **Palmarinca: livros, sentimentos, capitalismo e resistência**. Porto Alegre: Evangraf, 2018.
- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório**. V. 1. Brasília, 2014a.
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório**. V. 2. Brasília, 2014b.
- BRASIL, Jocelyn. **Entre as letras e as baionetas**. Rio de Janeiro: Jotanesi, 1995.
- CAMPOS, Arnaldo. **Um livreiro de todas as letras: Arnaldo Campos em entrevista a Renato Mendonça**. Florianópolis: Escritório do Livro/ Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Livros proibidos, ideias malditas: o DEOPS e as minorias silenciadas**. São Paulo: Ateliê Editorial/ PROIN Fapesp, 2002.
- CARRIÓN, Jorge. **Contra a Amazon e outros ensaios sobre a humanidade dos livros**. São Paulo: Elefante, 2020.
- CERQUEIRA, Luiz Egypto. **Memórias do Distrito Federal: a luta pela autonomia política**. São Paulo: Museu da Pessoa/ Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2009.
- COBÉRIO, Caio Graco Valle. **A racionalização de carências: estado desenvolvimentista e o ensino secundário da rede estadual de Santa Catarina (1961-1965)**. Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.
- COSTA, Rafael. Literatura e livros. **Diário do Pará**, n. 685, 27 jan.1985, p. 6. Disponível em: <https://bit.ly/3R3PxSP>.
- DALCASTAGNÈ, Regina. Literatura e resistência no Brasil hoje. In: PIVETTA, Rejane; THOMAZ, Paulo (Orgs.). **Literatura e ditadura**. Porto Alegre: Zouk, 2020.

- DIÁRIO DA NOITE. **Visita de Arraes provoca violência da CCC em Belém.** 20 nov. 1979, n. 16.556, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093351&Pesq=%22Livraria%20Jinkings%22&pagfis=80841>. Acesso em: 11 ago. 2021.
- DIÁRIO DO PARÁ. **Livraria Jinkings adere à venda de livro a quilo.** 10 maio 1990, n. 2.463, p. A-9. Disponível em: <https://bit.ly/3NwHTO4>.
- DIÁRIO DO PARÁ. **Promoção da Jinkings tem boa receptividade.** 14 dez. 1990, n. 2654, p. A-10. Disponível em: <https://bit.ly/3ODl6S6>.
- DISTRITO FEDERAL. Brasília, 31 de julho de 1968, p. 2, ano I, n. 199. Órgão Oficial do Poder Executivo do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Diario/de252e24-e002-3580-a266-791a5e6ee5f3/f77dad5d.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2019.
- ÉLIS, Bernardo. Os esquecidos injustiçados. **Diário da Manhã**, 5 ago.1983.
- EVEN-ZOHAR, Itamar. Introduction [to *Polysystem Studies*] e Polysystem Theory. *Polysystem Studies. Poetics Today*, v.11, n.1, p. 9-26,1990.
- EVEN-ZOHAR. Teoria dos polissistema. **Revista Translatio**, n. 5, 2013a. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/translatio/article/view/42899/27134>. Acesso em: 27 jan. 2020.
- EVEN-ZOHAR, Itamar. O sistema literário. **Revista Translatio**, n.5, 2013b. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/translatio/article/view/42900>. Acesso em: 27 jan. 2020.
- EVEN-ZOHAR, Itamar. **O trabalho ideacional e a produção de energia social:** intelectuais, elaboradores de ideias e empreendedores culturais. Florianópolis: Rafael Copetti, 2021.
- FABER, Marcos Alexandre. **A poesia da Geração 65.** Recife: Cepe, 2019.
- FIGUEIREDO, Eurídice. **A literatura como arquivo da ditadura brasileira.** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017.
- GASPAR, Lúcia. **Livro 7, uma livraria do Recife.** 2013. Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php>. Acesso em: 17 out. 2019
- GOIÂNIA. Prefeitura Municipal. **Memória cultural:** ensaios da história de um povo. Goiânia, 1985.
- GREENBLATT, Stephen. **A virada:** o nascimento do mundo moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- GREENHALGH, Raphael Diego. Os livros e a censura em Brasília durante a ditadura militar (1964-1985). **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 30, n. 3, p. 1-15, jul./set. 2020.
- GUERRA, Rogério F.; BLASS, Arno. Grupo Sul e a Revolução Modernista em Santa Catarina. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 43, n. 1, p. 9-95, abr. 2009.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2005.

HATOUM, Milton. **A noite da espera**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

JORNAL DE BRASÍLIA. **Ênio fundou livraria em Brasília**. Caderno 2, 18 jan.1996.

JORNAL DO BRASIL. **Arraes ignora atentados do CCC e mantém programa na visita que faz em Belém**. 20 nov. 1979, p. 20. Disponível em: <https://bit.ly/3ywqrES>.

JORNAL OIÓ. Goiânia, n. 4, maio, 1957.

KAHLMAYER-MERTENS, R. S., (Org.). **Conversações com intelectuais fluminenses**. Niterói: Nitpress, 2010.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil**. São Paulo: EdUnesp, 2019.

LAJOLO, Marisa. A leitura da formação da literatura brasileira de Antonio Candido. In: SERNA, Jorge Ruedas de la (Org.). **História e literatura: homenagem a Antonio Candido**. Campinas, SP: EdUnicamp/ Fundação Memorial da América Latina: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003.

MACHADO, Ubiratan. **Pequeno guia histórico das livrarias brasileiras**. São Paulo: Ateliê, 2008.

MAROZO, Luís Fernando da Rosa. A contribuição de Even-Zohar para a abordagem da literatura. **Ipotesi**, Juiz de Fora, v. 22, n.2, p.9-19, jul./dez. 2018.

MATA, Anderson Luís Nunes. **As fraturas no projeto de uma literatura nacional: representação na narrativa brasileira contemporânea**. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília. Brasília, 2010.

MATOS, Felipe. **Sob os auspícios da Livraria Rosa: redutos literários e circulação de cultura letrada em Florianópolis**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

MATOS, Felipe; CUNHA, Maria Teresa Santos. Entre chamas e labaredas: histórias de fogueiras de impressos em Florianópolis no século XX. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 25, n. 48, p. 299-326, dez. 2018.

MAUÉS, F. Livros, editoras e oposição à ditadura. **Estudos Avançados**, v.28, n. 80, p. 91-104, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/79685>.

MELO, Orlinda Maria de Fatima Carrijo. **A invenção da cidade: leitura e leitores**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2002.

MIGUEL, Salim. **Primeiro de abril: narrativas da cadeia**. Palhoça: EdUnisul, 2015.

MIGUEL, Salim; MALHEIROS, Eglê. **Memória de editor**. Florianópolis: Escritório do Livro, 2002.

MIRANDA, Victorino C. Chermont. Cartão-Postal: memória de Belém. In: GOVERNO DO PARÁ. Secretaria de Estado da Cultura. **Belém da Saudade**: a memória da Belém do início do século em cartões-postais. Belém: Secult, 1996.

MOLLO, Lúcia Tormin. **Bazar Oió**: uma livraria, um livreiro e um campo literário. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília. Brasília, 2016.

MOTTA, Myrelle. Confisco de bens vira drama. **Diário da Manhã**, Goiânia, 26 dez. 2002.

OLIVEIRA, Alfredo. **Cabanos e camaradas**. Belém: 2010.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. **PCB homenageia Raimundo Jinkings**. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal2/3111/pcb-homenageia-raimundo-jinkings-2/>. Acesso em: 11 ago. 2021.

PELLEGRINI, Tânia. Relíquias da casa velha: literatura e ditadura militar 50 anos depois. **Estudos de literatura brasileira contemporânea**, n. 43, p. 151-178, jan./jun. 2014.

PERICÁS, Luiz Bernardo. Jinkings, Raimundo. **Diccionario biográfico de las izquierdas latinoamericanas**. Disponível em: <http://diccionario.cedinci.org>. Acesso em: 11 ago. 2021.

PINTO JÚNIOR, Antonio Carlos Pimentel. **A biblioteca vermelha de Raimundo Jinkings**: uma história de livros. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará. Belém, 2011.

PRATEADO, Hélimton. Justiça corrige imoralidade. **Diário da manhã**. Goiânia, 16 set. 1999.

REIMÃO, Sandra. Proíbo a publicação e circulação... censura a livros na ditadura militar. **Estudos Avançados**, v. 28, n. 80, p. 75-90, 2014.

REIMÃO, Sandra. **Repressão e resistência**: censura a livros na ditadura militar. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

RODRIGUES, M. A. Souza. **A Brasília dos pioneiros**. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília. Brasília, 2013.

SAMPAIO, Val. **Semeador de sonhos**. Documentário sobre Raimundo Jinkings. 1994. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=4nRjmlvcw\\_w&t=1s](https://www.youtube.com/watch?v=4nRjmlvcw_w&t=1s). Acesso em: 11 ago. 2021.

SAPIRO, Gisèle. **Sociologia da literatura**. Belo Horizonte: Moinhos/Contafios, 2019.

SECCO, Lincoln. **A batalha dos livros**: formação da esquerda no Brasil. Cotia: Ateliê, 2017.

SENHOR. **A revanche da tortura**. 17 mar. 1987, n. 313, p. 25-28. Disponível em: <https://bit.ly/3OAUroG>. Acesso em: 9 dez. 2019.

SILVA, Aguinaldo. **Turno da noite**. Disponível em: <https://bit.ly/2Lhb2iO>. Acesso em: 3 dez. 2019.

SILVA, Aguinaldo. **Lábios que beije**. São Paulo: Siciliano, 1992.

SUSSEKIND, Flora. **Literatura e vida literária**: polêmicas, diários e retratos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

TUPIASSÚ, Amarílis. **Raimundo Jinkings**: coragem e persistência de um livreiro. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2018/09/21/raimundo-jinkings-coragem-e-persistencia-de-um-livreiro>. Acesso em: 11 maio 2022.

TV GLOBO. **Programa Espaço Pernambuco**. 28 set. 2013. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2854497>. Acesso em: 9 fev. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Relatório Final da Comissão Memória e Verdade da Universidade Federal de Santa Catarina**. V. 1, Santa Catarina, 2018.

VEJA. **O grito do porão**. 18 mar. 1987, p. 28. Disponível em: <https://bit.ly/3OAUroG>.

VIEIRA, Luiz Renato. **Consagrados e malditos**: os intelectuais e a editora Civilização Brasileira. Brasília: Thesaurus, 1998.

VILLARINO PARDO, M. C. **Aproximação à obra de Nélide Piñon**: a república dos sonhos. Tese de Doutorado. Universidade de Santiago de Compostela. Santiago de Compostela, 2000.

**ANEXOS**

**ANEXO 1**  
**QUADRO DE LIVRARIAS COM PERFIL DE ESQUERDA QUE FUNCIONARAM**  
**DURANTE A DITADURA MILITAR (1964-1985)<sup>193</sup>**

Região	Livraria	Localização	Livreiro	Período
<b>Norte<sup>194</sup></b>				
<b>Nordeste</b>	Literarte	Salvador (BA)	Nildão e Getúlio Santana	1978-1985
	Práxis	Salvador (BA)	Almerico, Lauro Gurgel e Jones	anos 1980
<b>Centro-Oeste<sup>195</sup></b>	Livraria do Spar <sup>196</sup>	Goiânia (GO)	Dom Fernando	anos 1970
<b>Sudeste</b>	Argumento <sup>197</sup>	Rio de Janeiro (RJ)	Dalva Gasparian	1979-
	Civilização Brasileira	Rio de Janeiro (RJ)	Ênio Silveira	1933-1971
	Diálogo	Niterói (RJ)	Aníbal Bragança	1966-1968
	Duas Cidades	São Paulo (SP)	Frei Benevenuto	1954-2006
	Livraria de Ciências Sociais do Raul	São Paulo (SP)	Raul Castell	1972-1994
	Muro	Rio de Janeiro (RJ)	Rui Campos	1975-1983
<b>Sul</b>	Livraria do Chain <sup>198</sup>	Curitiba (PR)	Aramis Chain	1968-
	Ghignone	Curitiba (PR)	Giovanni Ghignone	1921-2011
	Vitória	Porto Alegre (RS)	Arnaldo Campos e Brutu	1961-1976

<sup>193</sup> Não estou seguindo uma determinada definição do que seria uma livraria de esquerda. Aqui constam livrarias que eram vistas como tal, seja pelo público ou pelo governo militar. Muitas podem ser identificadas apenas como estabelecimentos que vendiam obras de esquerda.

<sup>194</sup> Não encontrei nenhuma referência de livraria com o perfil em questão localizada na região Norte.

<sup>195</sup> Livrarias de Brasília, como Nossa Livraria, Casa do Livro e Galileu, surgiram ao longo da pesquisa, mas não entraram na tabela por falta de informações complementares.

<sup>196</sup> Vinculada à Diocese de Goiânia.

<sup>197</sup> A Livraria Argumento continua em funcionamento.

<sup>198</sup> A Livraria do Chain continua em funcionamento.

## ANEXO 2

### QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS PELA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE LIVRARIAS E POR CINCO LIVREIROS(AS)<sup>199</sup>

#### 2.1 ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE LIVRARIAS <sup>200</sup>

– Qual a opinião da ANL sobre o número de livrarias em funcionamento hoje. São poucas? Tem diminuído, aumentado ou mantém certo equilíbrio?

ANL – Desde 2013 não temos os números atualizados por pesquisas oficiais. Esperamos ainda nesse ano de 2022 disponibilizar dados oficiais. Atualmente temos uma estimativa de cerca de 2350 livrarias. A recomendação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) é de uma livraria para 10 mil habitantes. Estamos muito aquém dessa recomendação.

Ano de 2007 = 2600 livrarias

Ano de 2008 = 2680 livrarias

Ano de 2009 = 2700 livrarias

Ano de 2013 = 3029 livrarias (último levantamento)

Ano de 2021 = 2350 livrarias (dados aproximados, não oficial).

– O que a ANL pode falar em relação aos efeitos da pandemia sobre o setor?

ANL – Não apenas para o setor livreiro, mas para todo o varejo, o grande problema foi o fechamento das lojas físicas. Num primeiro momento foram cerca de 120 dias. Quem não estava preparado para o atendimento online foi mais prejudicado. Mas já no segundo semestre de 2021, o mercado vem apresentando recuperação nos mesmos patamares de pré-pandemia. E, ao contrário de 2020, quando tivemos fechamentos, vimos novas livrarias surgirem.

---

<sup>199</sup> Os contatos com a ANL e com os(as) cinco livreiro (as) foi por e-mail.

<sup>200</sup> Respostas recebidas em 27/01/2022.

– É possível listar algumas características que formam o novo perfil da livraria atual e do(a) livreiro(a) atual?

ANL – Vemos uma tendência de espaços menores nos shoppings, por exemplo. Mas as megas, mesmo que em menor número, continuaram a fazer parte do varejo do livro. Uma forte tendência para livrarias temáticas. Uma maior participação e utilização das mídias sociais e de vendas on-line e/ou outros mecanismos como WhatsApp. Hoje, o livreiro, cada vez mais, busca novos mecanismos não apenas para estimular suas vendas, mas para conhecer e se aproximar cada vez mais de seu cliente. Retomar os lançamentos, as contações de histórias e outros eventos são importantes para aproximar o cliente.

– O que mais tem chamado atenção da ANL em relação às mudanças recentes do setor?

ANL – Num primeiro momento sua adaptação e, algumas vezes, até mesmo sua reinvenção para adequar-se ao novo momento, principalmente, no que se refere às novas tecnologias, aos novos perfis do varejo e dos novos consumidores. O mercado já vem passando por ajustamentos desde 2016 e, em 2018, com a crise sem precedentes, das duas maiores redes de livraria do país, naquele momento, Saraiva e Cultura.

– Mais livrarias no interior dos estados? Mais livrarias temáticas ou voltadas para públicos específicos? Mais livrarias que se consideram independentes?

ANL – Como falamos anteriormente não temos números oficiais, esperamos fazer em 2022 o novo anuário de livrarias quando teremos mais dados.

**Estimativa de Livrarias por segmento 2021 - Associação Nacional de Livrarias-ANL**

Católicas	400
Evangélicas	400
Espíritas e outras religiões	100
Sebos / livros usados	300
Promoção e saldos	95
Livros de idiomas	43
Infantil e juvenil + Quadrinhos / Comics	70
Universitárias / Jurídicas / Ciências Médicas	120
Interesse geral / didáticos	825
	<b>2353</b>

– Muitas livrarias oferecem outros tipos de produtos aos clientes: cafés, cursos, atividades culturais. A ANL faz algum tipo de monitoramento nesse sentido? Sabe-se afirmar a proporção das livrarias que atuam desta forma? Isso não é novidade, mas talvez seja um fato em crescimento. Procede?

ANL – Sim já faz alguns anos que a diversidade de produtos e serviços veem ganhando espaço dentro do espaço físico das livrarias. Produtos de papelaria, cafés, presentes jogos, brinquedos e eventos culturais e infantis.

– Qual a visão da ANL para os próximos anos?

ANL – Acreditamos que nos próximos 2 ou 3 anos ocorra uma continuidade de recuperação para o setor, com aberturas de novas lojas, com a tendência para lojas menores, adequadas a cada ponto; adequações tecnológicas; tendência de lojas temáticas, especializadas. Temos, ainda, muita loja fechada nas Universidades e na região central das capitais, por exemplo. Temos que aguardar essas adequações, devido ao *home office* e o ensino on-line. Somos um organismo vivo e vamos nos adequando.

– Qual o papel da ANL na discussão da Lei do Preço Comum?

ANL – De total apoio. Hoje, com o novo nome Lei Cortez, ela é muito importante para a bibliodiversidade do setor e a sobrevivência de um varejo saudável. Existem, ainda, muitas dúvidas sobre ela. Por exemplo: ela só atingirá os lançamentos dos últimos 12 meses, o que representa cerca e 7% dos livros em catálogo, no Brasil. Poucos sabem disso.

Há mais de 20 anos a ANL defende a importância de se organizar o mercado livro no Brasil. Indo muito além da indicação de estabelecer a Lei Cortez e encabeçando várias associações do setor, ela elaborou proposta para uma Lei de Fomento ao Livro e à Leitura, apresentada em 2009. Entendemos que a atuação do livreiro como agente literário pode contribuir muito para que possamos melhorar nossos precários índices de leitura. Para isso, é preciso que todos, que participam da cadeia produtiva e criativa do livro, valorizem a livraria do seu bairro, da sua cidade e, enxerguem nela a possibilidade de formar novos leitores.

A Lei Cortez que está em tramitação no Senado Federal, tem o senador Jean Paul Prates, como relator atual.

## 2.1 Livraria Africanidades – livreira Ketty Valencio<sup>201</sup>

1. Proprietária: Ketty Valencio
2. Ano de criação: 2013
3. Localização: como foi feita a escolha do endereço; se é em uma casa, qual a vantagem? Tem desvantagem?

O empreendimento fica localizado em um bairro em São Paulo, considerado periférico e geograficamente afastado na zona central da cidade. A estrutura dessa localidade é de uma casa sobrado. A escolha do endereço foi realizada estrategicamente, pois está relacionado com a minha origem, com o meu público-alvo e também com potencializar a valorização desse território.

Escolhemos ser uma casa, pois assim dá uma sensação maior de acolhimento e pertencimento. A dinâmica dessa morada é que ela seja colaborativa com outros(as)(es) coletivos(as)(es) e pessoas que possuem o princípio de fomentar o seu trabalho, a partir da valorização de saberes da população negra. Por ser uma casa, algumas vezes, temos limitações em acomodar as atividades.

4. Funcionários: quantos são?

Nenhum, apenas tínhamos, antes da pandemia, três parceiras que tinham atividades cotidianas na programação da casa.

5. Como vocês pensam a relação dos funcionários com os clientes? Capacitação e entendimento da área.

O espaço tem funcionamento de um equipamento cultural, portanto as relações são construídas não apenas no campo comercial, mas sim no aspecto afetivo. Como não temos funcionários(as)(es) e sim parceiras, as pessoas atendidas por elas são nossas clientes e acabam participando de outras ações do espaço. A Livraria se propõe em propagar uma agenda interdisciplinar, gerimos diversas linguagens artísticas, além da literatura.

---

<sup>201</sup> Respostas recebidas em 19/07/2021.

6. Função: é editora? Café? Se sim, por quê? O rendimento é semelhante ao dos livros?

Somos um mini polo cultural, temos a livraria, às vezes vendemos lanches e bebidas. Antes da pandemia, tínhamos atendimento psicológico, diversas oficinas, cursos e *workshops*. Algumas atividades são pagas e outras são gratuitas. Os livros possuem o maior rendimento.

7. No cartório, como a livraria está registrada? Como livraria, editora, ...?

Nós somos MEI, portanto estamos como pessoa jurídica e o nome fantasia é Livraria Africanidades.

8. Você se considera um(a) livreiro(a)?

Sim, sou uma livreira convicta.

9. Como é a sua relação com outros(as) livreiros(as) da cidade e do país?

Antes de termos o espaço físico, tínhamos uma relação bem próxima, pois durante muito tempo frequentamos feiras culturais de economia solidária e diversos eventos por aí. Assim encontrávamos muitos(as)(es) colegas livreiros(as)(es) e aproveitávamos a oportunidade de trocar experiências, indicar lugares e eventos para atuar.

10. Como você pensa o atual momento livreiro no Brasil e no mundo? Considerando a pandemia, mas também pensando pouco tempo antes de ela ser uma realidade.

Acho que é uma profissão que está em ascensão, mesmo com a pandemia. O crescimento é visível no mercado literário, logo quando iniciei eram poucos(as), principalmente especializado em literatura protagonizada por pessoas negras, mas agora felizmente o cenário tem se modificado.

11. Estamos passando por um novo ciclo com o fim das livrarias de rede e a manutenção – mesmo que com muita dificuldade – das livrarias de bairro?

Sim, muitas livrarias pequenas e independentes têm sobrevivido às crises, porém acho que esta resistência parte inicialmente do consumidor(a)(e) que cada vez mais quer se ver dentro das obras literárias e dessa maneira fortalece monetariamente estas instituições que disseminam geralmente um material diferenciado do *mainstream*.

12. A sua livraria é uma livraria independente? O que você entende por livraria independente?

Sim, somos uma livraria independente. E entendemos que a maioria do nosso acervo abarca este codinome, porque trazemos uma autoria considerada marginalizada pela sua etnia/raça, origem, território e tantas outras demarcações sociais, com isso muitas vezes não possui uma editora ou quando possui é uma entidade pequena. Além de ofertarmos um ambiente que tem como função em ser uma ferramenta política.

13. Você tem a intenção de abrir outra unidade?

Por enquanto não.

14. Como se dá a escolha do catálogo da livraria?

Processo de política de seleção é minuciosa. A curadoria é realizada através de alguns itens, os principais são: através do assunto, da autoria e de como é realizada textualmente a representação da pessoa/população negra.

15. O que te motivou a abrir uma livraria?

Algo muito parecido com a célebre frase da Maya Angelou: “Não há maior agonia do que guardar uma história não contada dentro de você”, ou seja, foi através da minha trajetória pessoal, que gerou diversas inquietações, e assim percebi que as minhas questões individuais eram também uma demanda coletiva.

16. Como se dá o relacionamento com o cliente no mundo das redes sociais?

É algo cartesiano, porém é o que podemos oferecer nesse momento pandêmico. Utilizamos bastante as ferramentas on-line e estas relações com os clientes têm sido bem proveitosas e positivas. Desse jeito conseguimos nos relacionar com o mundo.

17. Qual a importância de o cliente ir até a livraria física? E do contato dele com o(a) livreiro(a)?

São experiências essenciais para ter um vínculo efetivo, acredito na importância das relações sociais para além de comerciais, dado que não podemos nos mercantilizar. Quando a pessoa compra o livro, ela não leva com ela apenas o objeto, e sim todo o universo de memórias do(a)(e) narrador(a)(e). Desse modo o(a)(e) livreiro(a)(e) como mediador(a)(e) tem o papel fundamental de valorizar e apresentar outras histórias, outros mundos e essa interferência é extremamente potente presencialmente.

18. Qual a sua ideia sobre a Amazon e a venda em grande escala de livros pela internet?

A Amazon tem a sua proposta, assim como outras organizações que agem da mesma forma. Mesmo que eu não esteja de acordo com tudo isso, não podemos esquecer que vivemos em um mundo capitalista, que vende uma falsa liberdade. No entanto, as pessoas possuem um grande poder, que é do livre arbítrio de escolher o que consumir, como obter o seu produto, mas é importante que elas saibam que quando elas adquiriram um objeto de uma instituição, automaticamente ela está de acordo com a política daquela empresa. Por isso é importante estimular o consumo consciente e analisar a ética institucional de cada entidade.

19. Qual é a sua relação com o tema “ditadura militar brasileira”? Quantos anos você tinha na época e o que lhe vem à mente quando você ouve essas palavras?

Eu nasci na década de 80, bem no final do período da ditadura, portanto não tenho memórias vivenciais nesse período. A minha relação com esta temática foi baseada em relatos de pessoas próximas, de pesquisa bibliográfica, visitas em exposições de artes, peças teatrais e filmes. Entretanto sempre me questioneei sobre a presença não branca, não cisgênero(a)(e), não judaico-cristã e não estudantil/acadêmica nesse período. Quando ouço essa palavra, dá um embrulho no estômago, sinto cheiro de morte, acompanhado com a sensação de medo e

indignação. Mesmo que eu não tenha vivido nesse momento tão sombrio da história brasileira, consigo entender a catástrofe e seu impacto na sociedade nacional.

20. Você consegue pensar o espaço da livraria como um espaço de resistência?

Sim, totalmente. É uma grande ferramenta de transformação social. O espaço é um canal para a existência de memórias e narrativas de pessoas que não são reconhecidas pela sociedade e com certeza é um ambiente subversivo.

21. Algum(a) livreiro(a) ou livraria te inspirou a fazer essa escolha profissional?

Nós temos a plena consciência de que somos a continuidade de algo que vem bem antes de nós e, em vista disso, honramos a nossa ancestralidade, pois sem ela não existiríamos. As nossas referências sempre foram o Francisco de Paula Brito (RJ), Coletivo Quilombhoje (SP), Livraria Kitabu (RJ) e Ademar Papaléguas (RJ).

22. Qual a sua memória mais distante quando se pensa em livro? E em livraria?

Eu penso na minha infância, em minha mãe contando algumas histórias para mim e minha irmã sobre o panteão dos orixás, mas principalmente os itans das Iabas (orixás femininos). Na minha vida escolar, na infância e na adolescência, sempre circulei por bibliotecas, livrarias, museus e espaços culturais em geral. Fazia estes passeios sozinha e sentia uma necessidade inexplicável em frequentar estes espaços. No entanto não ia às livrarias para comprar os livros, mas, para consulta local, apenas para conhecer as obras, já que não tinha dinheiro, pois a renda era destinada somente à passagem nos transportes públicos.

## 2.1 Livraria Leonardo da Vinci; livreiro Daniel Louzada<sup>202</sup>

1. Proprietário: Daniel Louzada.

2. Ano de criação: 1952.

3. Localização: como foi feita a escolha do endereço; se é em uma casa, qual a vantagem? Tem desvantagem?

Avenida Rio Branco, 185 – subsolo – centro do Rio de Janeiro. A livraria abriu inicialmente em uma sala, na Av. Presidente Vargas, também no centro. Em 1956, mudou-se para o atual endereço, ao mesmo tempo em que o edifício Marquês do Herval, prédio modernista dos Irmãos Roberto, inaugurou.

4. Funcionários: quantos são?

São 3 funcionários.

5. Como vocês pensam a relação dos funcionários com os clientes? Capacitação e entendimento da área.

Fundamental. Nossa livraria é baseada na figura do livreiro e na profundidade do acervo em suas áreas de especialidade.

6. Função: é editora? Café? Se sim, por quê? O rendimento é semelhante ao dos livros?

Temos um bistrô na loja, mas é de um parceiro, não faz parte da nossa receita. No final de 2021 teremos um pequeno selo editorial.

7. No cartório, como a livraria está registrada? Como livraria, editora, ...?

Livraria.

---

<sup>202</sup> Respostas recebidas em 09/09/2021.

8. Você se considera um(a) livreiro(a)?

Sim.

9. Como é a sua relação com outros livreiros da cidade e do país?

Há mais proximidade com alguns, temos eventualmente alguns grupos, mas descontinuados. Livraria é um pequeno ramo do comércio sem estrutura financeira, que é baseado na figura do seu comerciante, o livreiro, e por isso exige dedicação total ao negócio.

10. Como você pensa o atual momento livreiro no Brasil e no mundo? Considerando a pandemia, mas também pensando pouco tempo antes dela ser uma realidade.

Péssimo. A cadeia do livro no Brasil desestruturou-se, sobretudo, pela atuação subsidiada e desregulada da Amazon, que destrói mercados para monopolizá-los. A esse cenário, se somou o ataque econômico, social, político e cultural à maioria da sociedade brasileira, ocasionando uma crise sem precedentes na história.

11. Estamos passando por um novo ciclo com o fim das livrarias de rede e a manutenção – mesmo que com muita dificuldade – das livrarias de bairro?

Não acredito que se possa falar ainda em novo ciclo. Estamos em uma transição já ocorrida e sendo aprofundada em outros segmentos que diz respeito à concentração de capital. Temos poucas livrarias e as que abrem, como regra, são em bairros de classe média alta, direcionadas ao mesmo público que já consome livros. Muitas livrarias, das poucas que restam, ainda podem fechar.

12. A sua livraria é uma livraria independente? O que você entende por livraria independente?

Sim. Somos independentes economicamente (a livraria não pertence a nenhum grupo de empresas, nem tem interesses cruzados, financeirizados), assim como somos independentes na nossa substância (não somos replicadores das tendências principais, correias de transmissão de lançamentos das grandes editoras e tampouco vendemos espaço na loja – tudo o que entra na nossa livraria é escolha dos livreiros).

13. Você tem a intenção de abrir outra unidade?

Não.

14. Como se dá a escolha do catálogo da livraria?

Avaliando os catálogos e lançamentos das editoras a partir do nosso perfil, do perfil dos nossos clientes, do que queremos oferecer e das nossas áreas focais.

15. O que te motivou a abrir uma livraria?

Já trabalhar com livros desde muito tempo, por ler, por querer organizar um espaço de discussão e debate.

16. Como se dá o relacionamento com o cliente no mundo das redes sociais?

O contato nas redes sociais é muito diferente do presencial. Diferente quer dizer mais superficial. As redes servem para vincular a livraria e o cliente através da mesma identidade, mas o contato direto é uma fração do possível presencialmente. Não é nosso foco. Nosso foco é comunicar nossa identidade para nosso público potencial.

17. Qual a importância de o cliente ir até a livraria física? E do contato dele com o(a) livreiro(a)?

É fundamental. A experiência da livraria é insuperável. É por isso, que apesar do esforço do marketing, não existe de fato “livraria virtual”.

18. Qual a sua ideia sobre a Amazon e a venda em grande escala de livros pela internet?

A Amazon, assim como toda corporação monopolista destrói mercados, acaba com a concorrência com *dumping*, comprime a remuneração dos entes das cadeias, superexplora seus funcionários, paga menos impostos, envia seus lucros para a matriz a quem serve no seu país, os EUA, polui.

19. Qual é a sua relação com o tema “ditadura militar brasileira”? Quantos anos você tinha na época e o que lhe vem à mente quando você ouve essas palavras?

Li, fiz história. Um período terrível, de atraso econômico e social e repressão. Quando criança, tenho lembranças vagas de marchar na escola, cantar os hinos antes de entrar na sala.

20. Você consegue pensar o espaço da livraria como um espaço de resistência?

Não gosto do termo resistência porque já pressupõe um discurso de derrota ou nostálgico ou passadista. A livraria simboliza a civilização, o conhecimento e sua construção permanente. Podemos ter um mundo com isso ou sem isso, a história já deu e nos dá provas.

21. Algum(a) livreiro(a) ou livraria te inspirou a fazer essa escolha profissional?

Não exatamente. Mas admiro a trajetória editorial do Ênio Silveira, cujo quadro coloquei na parede da livraria.

22. Qual a sua memória mais distante quando se pensa em livro? E em livraria?

Não tive livros na infância e na adolescência, nem biblioteca. Comprei o primeiro livro aos 18 anos. Minha relação com o livro foi toda depois desse período. Toda a minha memória de leitura na adolescência está relacionada a leitura de jornais.

## 2.2 Livraria Simples; livreiro Felipe Beirigo<sup>203</sup>

1. Proprietários: Adalberto Ribeiro e Felipe Faya.
2. Ano de criação: 2016.
3. Localização: como foi feita a escolha do endereço; se é em uma casa, qual a vantagem? Tem desvantagem?

A casa fica no Bixiga e a escolha foi feita porque um dos sócios da Simples, o Felipe Faya, já morou aqui antes de virar um ponto comercial. Várias gerações da família dele moraram aqui. As vantagens são o charme, aconchego e o jardim da casa. As possíveis desvantagens é não ter tanto espaço (mas isso não é algo ruim).

4. Funcionários: quantos são?

São 5 funcionários.

5. Como vocês pensam a relação dos funcionários com os clientes? Capacitação e entendimento da área.

Depois do acervo o atendimento é uma das marcas da Simples e a relação entre funcionários e clientes é perfeita. Essa relação é tão estreita que uma boa parte do nosso acervo foi montada pelos próprios clientes. Beto, Aline e Beirigo trabalham com livros há mais de dez anos. Paulo já trabalhou em outra livraria antes de trabalhar aqui e a Larissa está em sua primeira experiência com livros.

6. Atua também como editora? Café? Se sim, por quê? O rendimento é semelhante ao dos livros?

Não trabalhamos como editora. O café é mais um atrativo, mais uma forma de conexão entre os próprios clientes e a nossa marca. Os rendimentos são diferentes por conta da quantidade de livros que tenho x os pacotes de café que vendemos. Não há uma comparação.

7. No cartório, como a livraria está registrada? Como livraria, editora, ...?  
Simples Livraria e Distribuidora.

---

<sup>203</sup> Respostas recebidas em 14/06/2021.

8. Você se considera um(a) livreiro(a)?

Sim.

9. Como é a sua relação com outros livreiros da cidade do país?

De forma bem respeitosa, amistosa e ajudamos uns aos outros sempre que possível.

10. Como você pensa o atual momento livreiro no Brasil e no mundo? Considerando a pandemia, mas também pensando pouco tempo antes dela ser uma realidade.

O mercado livreiro foi obrigado a se reinventar porque as duas maiores livrarias do país saíram de cena. Essa mudança obrigatória não pode ser definida como algo bom ou ruim apenas. Mesmo pequeno, o mercado é complexo porque ainda está com a mentalidade do passado, quando apenas duas livrarias ditavam as regras do jogo. A pandemia de fato aproximou as pessoas do livro nessa pandemia e colocou à prova a capacidade das livrarias de se reinventarem para atender toda essa demanda on-line. Sobre o mercado livreiro no mundo eu não sei discorrer ou dar alguma opinião objetiva, mas sei que a Amazon também fez um estrago pelo mundo.

11. Estamos passando por um novo ciclo com o fim das livrarias de rede e a manutenção – mesmo que com muita dificuldade – das livrarias de bairro?

Sim, estamos. Essa mudança serviu para mostrar ao consumidor que é possível comprar livros fora de uma *megastore* de rua ou shopping. Mas precisa ensinar para as editoras que o tratamento com pequenas livrarias é diferente. A demanda é completamente oposta.

12. A sua livraria é uma livraria independente? O que você entende por livraria independente?

A Simples é uma livraria independente. Entendemos que nós mesmos nos sustentamos, ditamos o direcionamento do acervo, as estratégias comerciais e o posicionamento da marca. Em outras palavras, não dependemos do dinheiro de um investidor.

13. Você tem a intenção de abrir outra unidade?

É algo a se pensar.

14. Como se dá a escolha do catálogo da livraria?

Nosso “norte” são as literaturas e as humanidades. Tanto pela formação acadêmica das pessoas que trabalham aqui como também pela demanda das pessoas que atendemos. Vale lembrar que nosso posicionamento político também influencia nessa decisão. Muitos clientes sugerem títulos que gostariam de ver aqui, tem nosso esforço pessoal de encontrar obras inusitadas.

15. O que te motivou a abrir uma livraria?

A Livraria foi fundada pelo e o Felipe e posso afirmar que foi um mix de sonho + necessidades financeiras. Boa parte dos pequenos negócios no Brasil surgem da necessidade.

16. Como se dá o relacionamento com o cliente no mundo das redes sociais?

A relação é ótima e quase não temos reclamações ou apontamentos para nossa postura nas redes. Procuro sempre destacar o livro como algo que não deve estar em um pedestal, um objeto de extremo valor que parece algo fetichizado. Gosto sempre de mostrar que por trás dos livros existem 5 pessoas que não detêm todo o conhecimento do mundo (aliás, ninguém tem) apenas pelo fato de trabalharmos com livros. Fazer as pessoas darem risada e também ficarem com vontade de comprar os livros que vendemos.

17. Qual a importância de o cliente ir até a livraria física? E do contato dele com o(a) livreiro(a)?

O cliente vir até a loja é dar sentido à existência da livraria. Temos pessoas dispostas a atender bem e vender e esperamos pessoas dispostas a trocar informações e comprar livros.

18. Qual a sua ideia sobre a Amazon e a venda em grande escala de livros pela internet?

Entendo a Amazon com uma parte do problema no varejo. Não existe a possibilidade de competição e isso torna a coisa completamente injusta. Mas também entendo que Jeff Bezos e sua fortuna não sejam os únicos culpados pelo problema do livro no Brasil. Entendo que: o mercado de livros não quis entender que concentrar tudo num só lugar, assim como foi feito com Saraiva e Cultura, não é saudável.

19. Qual é a sua relação com o tema “ditadura militar brasileira”? Quantos anos você tinha na época e o que lhe vem à mente quando você ouve essas palavras?

Eu nasci em 1987 e cresci numa democracia. Não posso relatar uma experiência particular com esse período da História. Quando ouço essas palavras sinto uma profunda tristeza pelo que houve e como de vez em quando (ainda mais hoje) essa ferida insiste em sangrar muito.

20. Você consegue pensar o espaço da livraria como um espaço de resistência?

Depende da livraria. Se for independente, eu consigo imaginar sim.

21. Algum(a) livreiro(a) ou livraria te inspirou a fazer essa escolha profissional?

Não. O próprio livro me inspirou.

22. Qual a sua memória mais distante quando se pensa em livro? E em livraria?

Me lembro do livro “Many Years From Now”, biografia completíssima do Paul McCartney, escrita por Barry Miles. Esse foi um dos primeiros livros que comprei com meu dinheiro. Não me lembro o ano. O livro foi comprado na Martins Fontes da Avenida Paulista. Tenho até hoje.

### 2.3 Livraria Sebinho; livreira Cida Caldas<sup>204</sup>

1. Proprietário: Aparecida de Souza Caldas e Euro Cesar de Oliveira.
2. Ano de criação: 1985.
3. Localização: como foi feita a escolha do endereço; se é em uma casa, qual a vantagem? Tem desvantagem?

O Sebinho existe no mesmo endereço desde sua criação.

4. Funcionários: quantos são?

28 funcionários.

5. Como vocês pensam a relação dos funcionários com os clientes? Capacitação e entendimento da área.

Temos um processo seletivo, onde priorizamos candidatos que estejam na graduação e gostem do universo literário.

6. Atua também como editora? Café? Se sim, por quê? O rendimento é semelhante ao dos livros?

Temos um café/bistrô. O rendimento é inferior ao da livraria.

7. No cartório, como a livraria está registrada? Como livraria, editora, ...?

Sebinho LTDA EPP.

8. Você se considera um(a) livreiro(a)?

Com certeza. Atuo na área há mais de 40 anos, além de ser leitora compulsiva.

9. Como é a sua relação com outros livreiros da cidade do país?

Mantemos uma relação saudável.

---

<sup>204</sup> Respostas recebidas em 15/01/2022.

10. Como você pensa o atual momento livreiro no Brasil e no mundo? Considerando a pandemia, mas também pensando pouco tempo antes dela ser uma realidade.

Acho que apesar da pandemia, o ramo de livrarias continua crescendo. Neste momento temos um retorno das pequenas livrarias, que antes haviam sido engolidas pelas megas livrarias de shopping.

11. Estamos passando por um novo ciclo com o fim das livrarias de rede e a manutenção – mesmo que com muita dificuldade – das livrarias de bairro?

Acredito que estes dois ramos caminham juntos. Há quem goste de comprar pela internet, e outras pessoas preferem a livraria física.

12. A sua livraria é uma livraria independente? O que você entende por livraria independente?

A nossa livraria é uma empresa de cunho familiar, totalmente independente de outros setores.

13. Você tem a intenção de abrir outra unidade?

Por enquanto, não.

14. Como se dá a escolha do catálogo da livraria?

Presencialmente, consultando o sistema, ou site da livraria.

15. O que te motivou a abrir uma livraria?

Minha maior motivação foi o amor aos livros aliado à necessidade de renda.

16. Como se dá o relacionamento com o cliente no mundo das redes sociais?

O Sebinho possui site e instagram.

17. Qual a importância de o cliente ir até a livraria física? E do contato dele com o(a) livreiro(a)?

Super importante esta troca, pois gera aprendizado para ambos.

18. Qual a sua ideia sobre a Amazon e a venda em grande escala de livros pela internet?

A Amazon é uma mega plataforma de venda pelo mundo, inclusive temos uma parcela do acervo com eles.

19. Qual é a sua relação com o tema “ditadura militar brasileira”? Quantos anos você tinha na época e o que lhe vem à mente quando você ouve essas palavras?

Na época da ditadura era muito criança. O que me proporcionou saber dos horrores da época foi a leitura.

20. Você consegue pensar o espaço da livraria como um espaço de resistência?

Totalmente espaço de resistência, tendo em conta permanecermos abertos mediante tantas crises econômicas.

21. Algum(a) livreiro(a) ou livraria te inspirou a fazer essa escolha profissional?

Meu primeiro emprego foi numa livraria com um livreiro português chamado Manuel Emydio, um intelectual que me ensinou muito.

22. Qual a sua memória mais distante quando se pensa em livro? E em livraria?

Minha memória mais distante quando penso em livro me remete à minha infância que foi povoada de histórias orais. Quando penso em livraria, penso na emoção que senti quando visitei a livraria *Shakespeare and Company* em Paris.

## 2.4 Livraria Xingu; livreiro Moisés da Costa Ribeiro<sup>205</sup>

1. Proprietário: Moisés da Costa Ribeiro.

2. Ano de criação: 2019.

3. Localização: como foi feita a escolha do endereço; se é em uma casa, qual a vantagem? Tem desvantagem?

A livraria fica localizada num camelódromo – área comercial no centro da cidade (shopping popular). Na verdade, não teve escolha, antes de ocupar esse espaço os livros ficavam em casa, mas nesse período ainda não existia a livraria. O espaço me foi oferecido em 2019.

4. Funcionários: quantos são?

Não há funcionários.

5. Como você pensa a relação dos funcionários com os clientes? Capacitação e entendimento da área.

Quem faz a relação com os clientes sou eu mesmo. Considero que já entendo algo dessa área.

6. Função: é editora? Café? Se sim, por quê? O rendimento é semelhante ao dos livros?

Somente livraria.

7. No cartório, como a livraria está registrada? Como livraria, editora, ...?

Não tem registro em cartório, mas o nome fantasia é Livraria Xingu.

8. Você se considera um(a) livreiro(a)?

Sim.

9. Como é a sua relação com outros livreiros da cidade do país?

Me relaciono com poucos livreiros, mas tenho relações com outros livreiros aqui do Estado, mais precisamente de Belém.

---

<sup>205</sup> Respostas recebidas em 29/01/2022. A última pergunta foi adicionada depois da escrita das considerações finais e a resposta chegou em 27/06/2022.

10. Como você pensa o atual momento livreiro no Brasil e no mundo? Considerando a pandemia, mas também pensando pouco tempo antes dela ser uma realidade.

Considero o momento atual muito ruim, principalmente no Brasil. Mesmo sem a pandemia considero que teríamos um panorama muito negativo no Brasil, levando em conta essa onda conservadora que tomou conta do Brasil e do mundo. As pessoas não leem por diversos motivos: cultural, econômico, social e outros. Para quem trabalha com literatura de cunho político, digamos assim, como é o meu caso, o panorama não é muito animador. Não tenho informações sobre o mercado literário mundial.

11. Estamos passando por um novo ciclo com o fim das livrarias de rede e a manutenção – mesmo que com muita dificuldade – das livrarias de bairro?

Sim, considero que as livrarias de bairro mesmo com dificuldades vão se manter.

12. A sua livraria é uma livraria independente? O que você entende por livraria independente?

Sim, considero minha livraria independente. Entendo que uma livraria independente tem liberdade de comercializar títulos específicos sem interferência das editoras.

13. Você tem a intenção de abrir outra unidade?

No momento, não.

14. Como se dá a escolha do catálogo da livraria?

As editoras com quem trabalho editam títulos específicos (feminismo, gênero, questão racial, sociologia, filosofia, política, geopolítica, romances, crônicas, contos, música, biografia, marxismo, leninismo, literatura internacional – russa e ocidental e outros) então a partir disso faço a escolha dos mesmos, mas nunca autoajuda por exemplo.

15. O que te motivou a abrir uma livraria?

Necessidade financeira e amor pelos livros.

16. Como se dá o relacionamento com o cliente no mundo das redes sociais?  
De forma legal, eu avalio. Sempre com diálogo, respeito e transparência.

17. Qual a importância de o cliente ir até a livraria física? E do contato dele com o(a) livreiro(a)?

Considero fundamental esse contato, pois ele permite que o cliente conheça a livraria e todas as suas opções e para o livreiro é uma forma de estreitar laços e construir novas relações sociais.

18. Qual a sua ideia sobre a Amazon e a venda em grande escala de livros pela internet?

Acho que se nada for feito para parar a Amazon ela vai destruir muita coisa; considero ela extremamente ruim, pois tudo que ela ganha é em função da extrema exploração da classe trabalhadora. Acho importante a venda de livros pela internet porque isso acaba atendendo muitos leitores em lugares onde nunca existiu e nem vai existir uma livraria física.

19. Qual é a sua relação com o tema “ditadura militar brasileira”? Quantos anos você tinha na época e o que lhe vem à mente quando você ouve essas palavras?

Nasci em 1972 e durante toda a infância e adolescência não tinha muita consciência sobre o tema, mas pra mim a ditadura civil-militar foi um dos piores episódios da história brasileira. Infelizmente não julgamos e acho que nem vamos julgar os crimes cometidos pelos militares, o que vai fazer com que tão cedo a gente não supere essa tragédia da história brasileira.

20. Você consegue pensar o espaço da livraria como um espaço de resistência?

Não só consigo pensar como tenho feito dele minha trincheira de luta e resistência na atual luta de classes.

21. Algum(a) livreiro(a) ou livraria te inspirou a fazer essa escolha profissional?

Minha relação começou através da editora Expressão Popular que foi fundada pelo MST, acho que eles me inspiraram.

22. Qual a sua memória mais distante quando se pensa em livro? E em livraria?

Diria que não tenho memória distante sobre livros e livrarias, pois vivo de segunda a sábado envolto aos livros na livraria e também tenho minha biblioteca pessoal, então minha memória é sempre recente.

23. Sobre a localização e os clientes da livraria, você acredita que esse ponto (no camelódromo) cria uma oportunidade para as pessoas que talvez não tivessem se dependessem de ir a outro local? E qual é a impressão delas em encontrar obras de cunho político na livraria em vez de títulos mais “acessíveis”?

Sim, com certeza o fato da livraria estar localizada num ambiente popular cria a possibilidade das pessoas simples – trabalhadores em geral, mas não só eles evidentemente – terem um contato direto com os livros, mesmo que isso num primeiro momento não se transforme em venda; mas esse contato visual e essa “descoberta” são muito importantes. Essa é outra questão muito interessante porque a Livraria Xingu tem um perfil bem definido e, por isso, certas obras não entram no meu catálogo, mas não sei se podemos definir dessa forma (títulos mais acessíveis), até porque trabalho com títulos que não são caros. Mas sim, as pessoas se surpreendem com a maioria dos títulos que encontram na livraria e muitas percebem essa questão do perfil. Muitas estão procurando autoajuda – nas suas mais diversas áreas – e descobrem que não vão encontrar essas obras na livraria.

### ANEXO 3

#### ENTREVISTA COM VICTOR ALEGRIA

Data: 5 de dezembro de 2018

Duração: 1h55'22"

*Logo depois que eu entro na sala onde será a entrevista, entrego a Victor Alegria um exemplar do livro *A ditadura contra a livraria* (2009), que foi resultado do meu trabalho de conclusão do curso de graduação em jornalismo. E assim começa a gravação. Não me recordo qual foi o assunto que resultou na frase a seguir.*

Victor Alegria: ... e era assim que fuzilavam as pessoas. O Bazar Oió foi bem interessante. Vou dar uma lida.

Lúcia T. Mollo: Eu escrevi o livro *A Ditadura Contra a Livraria* em 2009.

Victor Alegria: A diagramação está esquisita, mas tudo bem. Isso já é outra coisa. Eu vi aqui essas folhas brancas. A diagramação está estranha. Estou olhando do ponto de vista técnico.

Lúcia T. Mollo: O meu trabalho mais recente com a livraria foi a minha dissertação de mestrado. Só que ela está na internet. Eu não tenho a versão impressa para trazer.

Victor Alegria: Muito interessante o nome *A Ditadura Contra a Livraria*. Hoje não se pode falar tanto isso. A minha posição fica complicada. Eu passei quase dois anos da minha vida entre cadeias. Portugal e aqui. Eu fui preso, eu fui raptado. Era para eu ser um desaparecido. Tive sorte que não sumi. Eu tenho um descolamento de retina e já fiz duas operações. Vamos ver o que vai dar. Isso foi o agravamento das circunstâncias dramáticas que eu.... Outra coisa, eu nunca pertenci a nenhum partido. Isso que é engraçado. Ou seja, a cultura é perigosa para regimes.

Lúcia T. Mollo: O meu avô também não pertenceu a nenhum partido político.

Victor Alegria: Veja que isso é uma coisa terrível. Eu continuo a lutar pelo incentivo à leitura. Eu não coloco coisas políticas, porque eu acho que a cultura é algo superior a tudo isso. O problema, também, é que eu tenho uma posição muito definida.

Não existe boa educação sem cultura. Quando você só fala em educação, você fala numa função tecnocrática de conhecimento. Vai para escolinha, entra às 8h ou às 9h, tem um programa. Veja como é difícil a gente julgar. A posição que a pessoa que trabalha com cultura tem que ser independente. Eu considero que essa popularização e esse elitismo do ensino feito nos governos aparentemente socialistas, que é o caso do governo Lula e da Dilma, do ponto de vista cultural, foi o maior desastre que o Brasil já conheceu em muitos anos de história, mesmo no tempo da ditadura. Eu vou explicar o porquê. Primeiro, o elitismo do ensino. Nós deixamos de ter, como tem a maior parte dos países, as escolas comerciais, as escolas industriais, com acesso a qualquer cargo, a qualquer ensino superior. Por exemplo, vamos falar de Portugal e Espanha. O fulano entra na escola comercial, vai para o instituto comercial e no instituto comercial ele pode pegar a faculdade de economia. Ele pegou toda uma prática de manejo da sua profissão. Normalmente, esse sujeito é muito mais competente. Quer ver? Dona Ana, qual é o documento fundamental na econômica, no comércio brasileiro? Sem o qual a gente não faz nada no Brasil. É bom esclarecer logo isso. No processamento econômico, no dia a dia, qual é o documento sem qual o comércio não existe?

Ana: Não sei explicar.

Victor Alegria: É a nota fiscal. O problema de ela não saber não é um problema de ela não ter um conhecimento. O problema é o ensino estar totalmente errado. Até para o cafezinho você tem uma nota fiscal na máquina. Veja que ela é formada. É isso que as pessoas têm que acreditar. O problema cultural é uma visão holística. Não é uma visão central. O que nos aconteceu nesses últimos 15 anos? Nós tivemos uma visão de ensino tecnocrática e desumanizante. E vou dizer o porquê, já que eu estou apto a dizer isso. Na minha vida, dos 16 anos aos 17 anos eu estava preso lutando contra a ditadura do Salazar. Ao meu lado estava o Agostinho Neto, presidente da República da Angola. Fomos julgados durante, praticamente, um ano em que fomos [ininteligível] até uma hora da noite, quase todos os dias. Eram mil testemunhas. E foi a primeira vez que os ingressos, filhos do salazarismo, que era o meu caso, não conheciam a liberdade em um país de censura rigorosíssima e da prisão cheia de presos políticos. Eu lutei contra isso e, logicamente, eu paguei o preço. Fui preso. Mas eu pertencia a uma geração da juventude universitária católica – que também era outro problema, porque Portugal tinha um convênio com a Santa Sé. Você casava e não podia mais desquitar nem divorciar. Porque a Santa Sé proibia; quem era católico não podia fazer isso. Era um país totalmente

católico. Imagina o que acontecia com as pessoas. Eu fui julgado. Eu fui inocentado, mas meu nome ficou na ficha. Jamais eu poderia entrar, por exemplo, para um concurso público, porque a ficha impedia que eu entrasse. Nunca pude entrar. Fui condenado a ter que trabalhar na vida privada. Essas são as características das ditaduras fascistas faziam, como era a ditadura salazarista.

Lúcia T. Mollo: Tem mais alguma coisa que o senhor era impedido por causa da ficha?

Victor Alegria: Tudo. Qualquer benesse oficial. Se eu ganhasse um prêmio no estrangeiro, não me davam. Não deixavam você ir. A pessoa tem que imigrar às escondidas, como eu fiz para vim ao Brasil. Eu tinha casado.

Lúcia T. Mollo: O senhor se casou com uma portuguesa?

Victor Alegria: Com uma portuguesa. No meu casamento nem os pais dela nem os meus foram. Eu me casei no civil. São coisas dramáticas que as pessoas nem sabem. Eu festejei o meu casamento indo comer um sanduiche de presunto num bar que ficava próximo. Estava um amigo meu, que era poeta, que me deu um quadro do Picasso, Guernica, e o meu advogado que chegou a ser governador civil do Porto. Mario Cal Brandão. Não foi mais ninguém.

Lúcia T. Mollo: O senhor precisou casar-se escondido?

Victor Alegria: Não. Casar no civil não tinha isso. Só para você ver o preconceito que existia. O conservadorismo de tudo, dos meus pais, dos pais da menina. Ela era filha de um grande importador [ininteligível] e todo mundo achava que eu tinha dado o golpe do baú, porque ela era rica e eu não era. Eu era filho de um funcionário público dos Correios. Eu gostava dos Correios e ia entrar no concurso. Eu fui demitido na hora. Eu estava fazendo estágio nos Correios por causa de um curso. E esse estágio acabou. Ou seja, a perseguição no regime fascista é silenciosa. Ela é feita às escondidas para não dar muito nas vistas. Vim para o Brasil. Vim dirigir uma fábrica de matar ratos. Tornei-me um especialista em matar ratos. Isso é uma coisa que eu entendo bem: como matar ratos.

Lúcia T. Mollo: Como o senhor conseguiu esse emprego?

Victor Alegria: Em Portugal, eu entrei para um banco. E nesse banco eu subi na carreira, por iniciativa própria, por causa de algumas coisas que eu tinha feito. Um cliente meu falou: “será que você não quer ir para o Brasil? Eu tenho uma fábrica que está parada. Eu estou gastando dinheiro”. Vagar Vieira Pinto [ininteligível] Indústrias Químicas Espagiria. Não sei que quer dizer, acho que é indígena.

Lúcia T. Mollo: Ainda existe?

Victor Alegria: Era do Rio de Janeiro. Deve ter acabado. O Helinho, que era o meu sócio, que nunca legalizou a sociedade, morreu com 92 anos.

Lúcia T. Mollo: O senhor veio para o Brasil com a sua esposa?

Victor Alegria: Não. Divorciei-me. Eu divorciei, porque ela queria liberdade, naquela juventude. Para ela casar era uma libertação também. Era muito bonitinho, tinha aqueles problemas pessoais, mas tudo bem: “tchau e bênção. Faça a sua vida. Eu vou fazer a minha”. E eu fui para a minha.

Lúcia T. Mollo: Na época não tinha divórcio?

Victor Alegria: Tinha, sim. Eu não casei na igreja.

Ana: Mas casou judicialmente. No caso, o senhor fez algum tipo de separação. Essa separação foi feita como? Judicialmente? No cartório?

Victor Alegria: Não. Eu entrei com um processo contra ela. Separei-me judicialmente. Era complicado. Demorou quase um ano.

Lúcia T. Mollo: Quando o senhor veio para o Brasil, essa papelada estava resolvida?

Victor Alegria: Nada estava resolvido. Teve um julgamento no exterior. Quando tudo acabou, eu já estava aqui há muito tempo. Como habitualmente, as coisas demoram muito tempo em Portugal. É uma burocracia eterna.

Lúcia T. Mollo: A convite do seu cliente, o senhor foi trabalhar nessa fábrica de química, no Rio de Janeiro, em 1963. Como o senhor entrou no negócio dos livros?

Victor Alegria: Acontece que o problema dos livros não vem daí. Vem anteriormente. Eu sempre fui muito ligado ao mundo do livro. Mesmo quando estava no banco, eu resolvi fazer uma das livrarias mais célebres de Portugal, chamada Livraria Divulgação. Com o passar dos tempos, mudaram o nome, quando eu vendi a minha cota, para Livraria Leitura. Foi comprada há cinco anos pela Pinguin Books. Durou muito tempo.

Ana: Tem alguma coisa a ver com a Livraria Leitura de hoje?

Victor Alegria: Não. A outra chamava Divulgação. Depois eu quis sair, porque ela fugiu à teoria que eu tinha de livraria. Era uma livraria que representa várias camadas de leitores [ininteligível] liam bem. Eu inventei aquilo no sétimo andar do Hotel Infante de Sagres, no Porto. Na parte de cima tinha uns lugares para alugar e eu aluguei. O Hotel Infante de Sagres era um hotel de luxo. E eu aluguei na parte de cima para fazer uma livraria pequena, devagar, ganhando livros. Eu trabalhava em um banco. E, de repente, eu não fazia mais nada, eu só vendia livros. Quando eu percebi, eu não era mais um funcionário bancário. Eu juntei dinheiro e chamei um livreiro que trabalhava lá perto, que eu conhecia e comprava livros que eu vendia com desconto. E eu vendia no banco ganhado o meu desconto. Fui juntando o meu dinheiro. Eu ia trabalhar e levantava às seis da manhã. Trabalhava das 6h30 até quinze para 10h. Depois ia correndo, atravessava uma praça e ia para o banco. Às seis horas, saía do banco e ia correndo para lá. E comecei a criar um grupo de amigos e intelectuais. Começaram a gostar, porque eu atendia. Depois eu tive que contratar esse rapaz. Ele morreu mês passado.

Lúcia T. Mollo: Ele continuava morando no Porto? E o senhor manteve contato com ele quando o senhor veio para o Brasil?

Victor Alegria: No Porto. E mantive contato, sim. Mas eu não gostei do que ele fez. Eu tinha um ideal. Ele era um belíssimo livreiro. Talvez o melhor que existia, um jovem negro português. Mas distorceu o objetivo que eu queria. O objetivo da livraria era representar os leitores e que tivesse uma atividade cultural maior que a própria atividade comercial. Eu tive isso aqui em Brasília, com a Encontro Brasília S.A, que funcionava no Hotel Nacional até ser fechada, porque não aguentava mais a polícia prendendo livros. Mas não é à toa que durou doze anos essa livraria de Brasília. Era uma livraria para ler. No recorte que eu quero mostrar para você, saiu em outubro, uma página inteira sobre a livraria Encontro, chamando-a de Lendária Livraria Encontro. Quando Brasília foi criada não tinha nada. A Livraria Encontro passou a ser o centro da atividade cultural. Ou seja, ali ao lado morava o juiz do Supremo, no Hotel Nacional, os deputados. De modo que iam à livraria para ler, tinha teatro, faziam-se palestras. As primeiras lutas feministas seriam na Livraria Encontro.

Lúcia T. Mollo: Quando que a livraria começou?

Victor Alegria: 1968. Em 1969 eu fui preso outra vez. A livraria tinha uma atividade cultural e substituía aqui a função cultural. A secretaria de cultura não existia. Outra coisa: a palavra Encontro. Eu já tinha visto que iria haver uma mudança política muito grande. Um amigo meu que se chamava Angolano, do Rio de Janeiro dizia: “isso aqui não é como Portugal. Isso não vai acontecer nunca”. Claro que aconteceu. O golpe de Estado. Estava na cara. Era só olhar os jornais. Marcha pela liberdade, aquelas coisas todas. Eu vi logo que iria acontecer isso. Não era tolo. Só que era de fora que eu via as coisas, como espectador. Falavam que eu estava exagerando, mas aconteceu. Foi um golpe meio fantasioso, mas enfim, tudo bem. Foram circunstâncias positivas para os golpistas, porque, se não, o golpe nem existia. Se o marechal Ustra, de São Paulo, tivesse dito assim “não”, não iam resistir e não teria golpe nenhum. Mas, tiveram negociações e deu-se o golpe de Estado. Você está tendo uma oportunidade única, porque amanhã eu vou morrer também. Então, você está tendo verdades. Coisas que eu vi, mas confirme. Não acredite no que lhes dizem nunca. Confirme. Você é jornalista, você deve confirmar. Então, nessa luta grande que existiu, verificaram-se, na realidade, outras coisas engraçadas. O Brasil é um país de contradições. Um país pobre de rico. A história do

regime militar lembra muito bem o Murilo Melo Filho. Ele lançou um livro que era todo, com a sua empáfia, o Brasil, o maior país do mundo... Era só os militares [ininteligível]. Até hoje eu penso no foquismo. Eu fui preso para a Ilha das Flores, na primeira vez. Era muito engraçado porque eu parecia um paraquedista. Eu poderia ser até espião. No recreio da Ilha das Flores tinha os foquistas, VAR-Palmares, católicos, comunistas, sem ser comunistas. Umas dez facções. Todo mundo preso. Cada um tinha o seu grupinho. Eu, ligado aos livros e à cultura, achei aquilo estranhíssimo. Eu não prestava muita atenção, porque não tinha tanto tempo no Brasil, o que estava acontecendo. Por exemplo, a guerrilha, quando começou na serra de Petrópolis. Isso eram coisas estranhas para mim. Eu não ouvia falar, porque havia censura. Como é que eu ia saber? Eu não tinha tantos amigos da esquerda que pudessem em contar essas coisas todas. E, se eram da esquerda, também não diziam nada para não serem presos, obviamente. Então, eu conhecia a pessoa que precisava de livros. É claro que, se eu fosse do DOPS, eu poderia dizer que tal pessoa tem tendência a ser esquerdista ou não do que eu estava lendo. Nesse aspecto, no tempo do Castelo Branco, a censura livre praticamente não existiu, porque é uma série de mentiras. Para mim, a democracia tem que ser agradável, em todos os seus defeitos. Quando é que uma revista da Civilização Brasileira podia vender 20 mil exemplares? A revista atacava o Castelo Branco, atacava todo mundo. Era uma revista de esquerdíssima. Como é possível que a editora Civilização Brasileira, do Ênio – eu fui a única pessoa no Brasil que publicou um livro sobre ele – lançasse todos os marxistas? Você lia Marx na Civilização Brasileira. Trótski. Chegou a lançar um livro por dia. Era uma coisa impressionante. Tudo, praticamente, apareceu com os livros da esquerda com a Civilização Brasileira. Isto é verdade. Quem quiser que diga o contrário. Em uma palestra, o Jarbas Passarinho, da direita, disse assim: “eu estava que a posição era do Castelo Branco, porque eu sou testemunha que a censura aos livros não existia. Eu estava no Rio de Janeiro. Que havia liberdade de expressão”. Ao mesmo tempo, às escondidas, prendia gente, torturava, fazia o diabo a quatro. Não no começo, mas depois. Quando chegou o Costa e Silva, houve uma degradação do sistema político, que passou a ser mais violento. E as camadas mais ocultas dos militares começaram a tomar mais força e passaram a ter atitudes mais brutas, mais estúpidas, mais violentas. Até chegar, três camadas depois, o enforcamento do Herzog, essas coisas todas. Então, há gradações. Não era “é isso ou é aquilo”. Não era bem assim. Houve gradações e houve evoluções ou involuções. A Livraria Encontro foi um grito de liberdade no centro da capital. Ao mesmo tempo em que faziam isso, vinham os secretários de Costa e Silve e falavam: “você pode me arranjar

um livro do Camões? *Os Lusíadas*, encadernado. A melhor edição que existe”. Um grupo de oficiais, porque o Costa e Silva fazia aniversário, dirigiam-se a mim como profissional para eu arranjar um livro encadernado, o melhor que existia para Costa e Silva. E eu viajei de avião para o Rio de Janeiro, procurando de um encadernador alemão que vivia em Jacarepaguá. Arranjei. Profissionalmente. Ou seja, até os governantes tinham coisinhas culturais. Vinha de vez em quando, vinha João Goulart.

Lúcia T. Mollo: Só para eu explicar bem esse episódio. Os oficiais foram até a Encontro, no Hotel Nacional, e pediram um exemplar de *Os Lusíadas*.

Victor Alegria: Pediram para eu arranjar um exemplar encadernado para eles oferecerem como presente de aniversário ao Costa e Silva.

Lúcia T. Mollo: E o senhor foi até o Rio de Janeiro para conseguir esse exemplar?

Victor Alegria: Deu um trabalho danado, porque era a primeira edição. Foi a primeira edição que eu consegui arranjar. E consegui arranjar o encadernador alemão altamente especializado que fez uma encadernação daquelas de fazer a gente babar. Tudo dourado. Uma encadernação em couro, muito lindo. Uma obra de arte. E eu, como livreiro, achei aquilo maravilhoso. O livro que é livro máster. Eu ia usar errado a palavra máster. Você vê quando a nossa língua está sendo atacada. Um livro da nossa língua. Foi ele que solidificou o português. Até Camões é um, depois de Camões é outro. Ele solidificou a nossa língua. Aliás, estruturou a língua como nós a conhecemos hoje. Eu já não sei onde estamos. Eu já fui para um lado. Agora estou no outro lado. Se eu me perder muito você me chama. Eu começo a voar na minha imaginação. Nem é imaginação. São lembranças desconexas. O que é certo é que as coisas começaram a piorar e foram piorando até o Geisel. Em 1975, eu fui preso outra vez. No tempo em que, para mim, o mais sinistro era do General Médici. Todo mundo acha que deve ter uma tendência de falar mal dos militares. Eu não falo mal dos militares. Era uma guerra. Era uma guerra em que eu estava de um lado, outro tipo da população estava do outro lado. É uma coisa muito confusa, mas tudo bem. Sabe por que eu fui preso? Porque lancei um livro chamado *A Democracia na América Latina*, de um coronel do Estado-Maior das Forças Armadas.

Lúcia T. Mollo: O senhor lembra o nome do coronel?

Victor Alegria: Vou me lembrar do nome. O homem morreu na sala ao lado.

Ana: Houve tortura, senhor Alegria?

Victor Alegria: Não. Morreu de morte natural. Morreu amando. Eu vou lembrar o nome. Passaram ele para a reserva, porque não concordava nem com a violência. E teve coragem, ameaçado de morte, de me visitar na prisão. Ele foi ameaçado de morte por colegas dele, que eram dessa linha dura que dominava o exército. Havia duas linhas: uma aparecia para o povo, para todo mundo; e existia o outro governo invisível, que era os órgãos de repressão. Havia os órgãos de repressão escondidos e que começaram a dominar a governança visível e dominaram tudo nas sombras. E, na realidade, o que existia nesse tempo do regime militar, no Brasil, foram duas coisas: uma, aparentemente visível e com aspectos democráticos; e depois uma ditadura fascista também dos órgãos de repressão que vinham de um conservadorismo antigo odiando toda e qualquer ideia progressista. Ou seja, usava uma camisa vermelha, pronto, você era comunista. Ou seja, eles foram os maiores propagandistas do próprio comunismo, porque o cara vestia vermelho era comunista. É falta de educação.

Lúcia: Você está falando do governo Médici agora, mais especificamente?

Victor Alegria: Não. Estou falando de todos os governos militares. Existiam muitos militares honestos e bacanas. Gente que era nacionalista. Eu não tenho nada contra. Se eu disser o que está acontecendo hoje no Brasil, vocês vão ficar horrorizadas. E, no entanto, ninguém sabe o que está acontecendo.

Victor Alegria: ... o mesmo avô. Eu sou português. Tenho um avô que veio para o Brasil e fez outra família. E os dois são sobrinhos do mesmo avô, que era judeu. Isaac. Casou aqui outra vez. Eu sou filho do filho dele. Eu sou o neto. Muito engraçado. Duas origens diferentes, o mesmo progenitor. Cada um de nós é adepto do mesmo avô. Eu estou aqui e ele se aposentou e está vivendo agora em Portugal. Enfim, nessa altura eu tinha fundado a Livraria Divulgação, no Porto. Essa livraria se tornou célebre porque tinha a mesma atividade que tinha aqui. Em 1979, eu fui preso dentro da livraria aqui no

Hotel Nacional. Cercaram o hotel, todos armados. E, essa estrutura que existiu aqui, perdurou quase durante o tempo da livraria. Eu pensei em ir ganhar dinheiro, eu fui ganhar dinheiro e ganhei dinheiro. Não com a Divulgação. Meu tio tinha uma editora, eu passei para o setor gráfico, passei editar livros eu mesmo. Agora, aqui está o prédio. Feitos com trinta anos de trabalho, dia e noite. Eu dormia nessa sala. Eu dormia aqui no chão. Entrava água na parte de trás. O prédio só tinha dois quartos. Daqui até ali na esquina, perto da escada. Era um problema quando estávamos trabalhando lá embaixo e chovia muito, porque pingava água por todo lado. Foi um momento complicado.

Lúcia T. Mollo: Acho que eu me confundi. A livraria Divulgação estava no Porto. Depois, o senhor veio para o Brasil, para uma indústria química.

Victor Alegria: Depois, fundamos a livraria. No Rio de Janeiro, eu fundei uma distribuidora chamada Encontro, na Avenida Nossa Senhora de Fátima, perto dos Arcos da Lapa. Era a distribuidora Encontro que distribuía livros portugueses. Eu passei a ser o maior importador de livros portugueses do Brasil.

Lúcia T. Mollo: Quanto tempo durou?

Victor Alegria: Acho que durou uns três ou quatro anos. Eu ganhei uma passagem do meu tio português, que era contador da Moinho Santista, e vim para Brasília. Cheguei ao Hotel Nacional, em 1964, 1965. Tudo aquilo era vazio. Pensei: “isso aqui é ótimo para uma livraria. Está no centro de Brasília”. Não tinha nem sequer aqueles prédios da frente, nem o Conjunto Nacional. Da livraria, eu olhava para fora e via a Esplanada. Agora tem uns prédios na frente. Tinha a casa de chá. Estou me lembrando de vários episódios engraçados. Então, por exemplo, a livraria tinha galeria de arte. Eu consegui fazer aquilo que não tinha feito em Portugal. Porque ela tinha auditório, que também ao mesmo tempo era um sebo, tinha teatro, tinham reuniões dançantes, tinham lanches, tinha festividade. Lá se fundou o Instituto Brasileiro de Filosofia – não sei se o nome é esse mesmo – com o Miguel Reale. Lá expuseram pessoas com [ininteligível] e Anna Bella Geiger, uma das maiores pintoras brasileiras. Lá fizeram festivais de poesia, poesia cartaz, que era com o Almeida Fischer, fundador da ANE, que existe hoje – Associação Nacional dos Escritores. As atividades foram tão grandes. E eu era combatido pelos dois lados: pela esquerda, porque a livraria chamava Encontro e era um lugar de diálogo e, de repente, era

feito um lançamento de um livro que o autor era americano e a UNE falava: “não pode fazer isso. Por que você faz isso?” Eu falava: “espera. Isso é cultura. Eu não tenho que censurar a cultura”. E, ao mesmo tempo, foi feita uma das primeiras exposições, no Brasil, de artesanato da Bulgária, partido comunista. Tivemos a dança da Bulgária, bebemos vinho de rosas. Foi aquele deputado que encerrou o Congresso Nacional. Ele fez um discurso que motivou os militares a fechar o Congresso. Agora não me lembro do nome. Primeira exposição de livro russo e técnico. O deputado não é Márcio Moreira Alves? O cara fez o discurso e motivou o golpe.

Lúcia T. Mollo: Mas o senhor lançou um livro dele na livraria?

Victor Alegria: Claro. A livraria não se chamava Encontro? Naquela altura não estava todo mundo se despedaçando? Eu sempre achei que o diálogo era uma coisa fundamental. Se a gente não dialogar, eu posso matar o meu vizinho. Não é verdade? Eu não sou árabe. Aliás, tem uma corrente árabe que diz: “quem não é por mim é contra mim, é o meu inimigo”.

Lúcia T. Mollo: Sobre o autor americano. Poderia falar um exemplo de algum livro que a esquerda questionava.

Victor Alegria: Era o livro do adido cultural da embaixada americana, que apareceu vestido todo de branco com uma caveira na mão. A livraria era muito pop. Vendia duas vitrines enormes. Quando se deu a revolução portuguesa, eu escrevi: “Imprensa Livre Portuguesa”. Aqui foi a maior censura. Eu colocava na vitrine o que eu queria. Os alunos e professores vinham à livraria, independentemente da organização. Depois, o pessoal compreendeu que a livraria era uma livraria progressista e não uma livraria fascista nem retrógrada. As livrarias daqui, também, não gostavam de mim, porque achavam que eu era comunista. Por quê? Pelo simples fato de eu receber o Márcio Moreira Alves e gente de esquerda que eu lançava os seus livros; obviamente, eu era rotulado. Rotulava-se por causa da camisa vermelha. Imagina lançando livros que não agradavam ao poder. Essa é outra lição da vida: se você quer ser independente, lembre sempre, ninguém vai estar ao seu lado. Porque tens a favor e contra, mas ninguém vai lutar por você. Quem esteve ao meu lado? Um militar. Um coronel da Aeronáutica. Eu lancei um livro dele, *Democracia na América Latina*, em que ele já preconizava o que

está acontecendo no Mercosul – eu tenho desse livro aí. Se eu puder, eu te arranjo um. Veja que coisa maravilhosa. Na própria repressão, tem o fulano que é ameaçado de morte, mas vai me visitar.

Lúcia T. Mollo: Qual é o nome desse coronel?

Victor Alegria: Eu tenho o nome dele. Depois eu vou olhar. Vou ver se eu consigo encontrar. Esse coronel está vivo, está ótimo, de motocicleta andando por aí. É uma pessoa sensacional. Valia a pena você entrevistar ele, porque ele fez um livro democrático e era do Estado-Maior das Forças Armadas. Eu vi, quando tive um interrogatório em Goiânia. Primeiro, eu fui raptado em Formosa, Goiás. Eu fui para outro estado. A invasão da editora, no meu armazém, pelas Forças Armadas. Não, pelas forças repressivas, que se chamavam PIC (Pelotão de Investigação Criminal). Eu fiquei preso. Cercaram a cidade. É cada episódio que parece que foi escrito num romance. Eu devia ser um cara perigosíssimo. Isso aconteceu porque eu falava na TV Brasília, eu tinha um programa chamado De Livro na Mão e falava também num programa chamado Feminíssima, da Sheila Costa, do mesmo programa De Livro na Mão e que me abriu as portas. Todo dia. Eu era conhecidíssimo. Eu ia para um barzinho e todo mundo conhecida, porque eu falava duas vezes por semana: no programa feminino e no telejornal.

Lúcia T. Mollo: Com quantos anos o senhor tinha quando estava na Livraria Encontro?

Victor Alegre: Eu nunca fiz essas contas. Deixe-me ver. Eu devia ter uns 30 e poucos anos [ininteligível] devia estar morto hoje. Então, a livraria era um foco de cultura. Todos sabiam que ali estavam protegidos, que ali dentro ninguém era dedurado. Até chegaram a por lá um coronel que ficava quase o dia inteiro. Eu achava bacana conversar com ele. Eu comentava com ele sobre o livro [ininteligível] eu estava convertendo ele. Convertendo à cultura. Uma das coisas que eu tive cuidado era de agir dentro da Constituição. Eu não podia ter posições políticas, e eu não tinha.

Ana: Esse projeto feminino que você estava trabalhando falava sobre a liberdade da mulher brasileira?

Victor Alegria: Claro. Eu fiz o primeiro encontro de debate sobre liberdade da mulher e direitos da mulher na livraria Encontro. Deu divórcios. Até hoje eu não sei se fiz bem. Eu fiz mesmo e tinham razão de divorciar. Nos debates das mulheres feministas, a livraria fervia. Era uma coisa incrível. Eu ficava muito feliz com cada episódio dessa livraria.

Lúcia T. Mollo: O senhor conseguiria viver do lucro da livraria?

Victor Alegria: Claro. Eu dormia dentro da livraria. Eu tinha comprado uma casa em Sobradinho, mas não tinha um carro para ir para Sobradinho. Como é que eu ia? Por isso, na parte de cima eu tinha um quatinho, no escritório, com um banco – ainda tem esse banco, eu não joguei fora. Eu colocava uma espuma de borracha por cima e dormia lá. Às vezes vinha um amigo que também dormia lá. Não tinha problema nenhum.

Lúcia T. Mollo: O senhor conseguia pagar as coisas? Financeiramente, o senhor não teve problemas?

Victor Alegria: Tive, sim. Tive muitos problemas. Tinha um bar de esquina, e me perguntavam se eu ia comer alguma coisa. Eu dizia que queria um copo de leite, porque eu estava mal do estômago. O problema é que eu não tinha dinheiro para comer. Eu e os funcionários juntávamos nossos dinheiros para comprar comida para ir à casa da Janine, que era a minha secretária. Uma mulher fantástica. Ela era negra, uma secretária fantástica, de Muriaé. Eu nunca mais esqueço. Eu ia para a casa dela. Ela morava nas 200 e pouco. E todo mundo juntava um dinheiro e comprávamos uma lembrancinha, espaguete, uma massa, uma cebola, um tomate. Houve épocas em que a gente só comia essa comida que ela fazia para a gente. No tempo do Costa e Silva, a cidade estava deserta, [ininteligível] saíssem daqui e voltassem para onde vieram. Acho que foi na época do Castelo Branco e depois na época de Costa e Silva que solidificaram Brasília. Honra seja feita. Não pode imputar nada a eles. Era essa solidariedade que mantinha livraria. Depois que eu comprei um carro, resolvi enfrentar a concorrência. Das quais, um que era fascista, da livraria Eldorado, chamado também Victor e português. Ele sempre me combateu. Foi impressionante. Eu pegava o fusca, saía de Brasília e ia para o Rio e

São Paulo, percorrendo uns 3 mil km. Eu carregava de livros até o teto. Quando chegava uma novidade, eu ia para lá, apanhava os livros, chegava aqui e era primeiro vender. O homem quase que tinha ataques histéricos, porque era quase um monopólio. Ele estava aqui há muito tempo, pelo menos três ou quatro antes de mim. Entrava em concursos. Ele queria ganhar dinheiro. O homem me odiava. Não era brincadeira. E ele tinha umas quatro livrarias. Eu sempre vencia, porque todas as novidades literárias eu já tinha. Você sabe o que é fazer 3 mil km em três ou quatro dias? Eu chegava na Avenida Rio Branco, em São Paulo, dos Correios. Tinha o Frank, que era um distribuidor da livraria. Eu comprava com 20% de desconto. Eu tinha tudo que era novidade. Eu chegava em São Paulo, enchia o carro e eu voltava para Brasília. Ou seja, tornou-se a mais conhecida. A livraria era mais atualizada. O pessoal lia nos jornais, chegava numa livraria e não tinha, mas na Encontro tinha. E, depois, tinham as atividades. Os lançamentos. Vinham os generais, os escritores, gente de todas as espécies. Havia uma interação entre a livraria, o leitor e o autor. Tinha vitrine e a gente enchia a vitrine. Eu nunca mais me esqueço dessa apresentação do artesanato da Bulgária. Que coisa linda. Eu consegui arranjar a esposa do Santiago, que morreu há quatro dias, [ininteligível]. Ela era do Senado. Eu a via de camponesa búlgara. Ela representava a Bulgária através do seu artesanato, onde colocamos no subsolo. Tivemos que esvaziar o subsolo que estava cheio de objetos de artesanato. É claro que a polícia foi no subsolo para ver, mas era só objeto de artesanato. E ela conseguiu uma entrevista na TV Brasília, que tinha mais liderança. Todas as editoras precisavam da Globo, a Globo também ia. Todas as emissoras davam cobertura aos lançamentos de livros. Iam e filmavam. Por que não vendia bem? Por outras coisas. A imprensa, a televisão têm muita culpa do que aconteceu e tem ainda hoje.

Lúcia T. Mollo: Como acontecia essa interação entre os militares que frequentavam a livraria, pessoas com quem você criou um vínculo pessoal, e ao mesmo tempo a sua lembrança de uma prisão, situações que talvez ainda até estavam por vir?

Victor Alegria: A livraria por si própria já dizia tudo, a palavra encontro.

Lúcia T. Mollo: Pessoalmente, o senhor conseguia diferenciar, distinguir a pessoa da autoridade, do vínculo.

Victor Alegria: Claro. É evidente, uma pessoa com a cabeça boa, eu sabia o que ela pensava. Não sou tão tolo assim e sou um grande leitor. Eu li milhares de livros. Aqui no apartamento ao lado, se você passar uma porta ali tem uma biblioteca. Tem três bibliotecas aqui no prédio. Eu sempre fui um grande leitor. Quando a gente lê, você transforma um pouco do que você tem dentro de si. Não é que eu tenha vaidade. Não é nada disso. Você lê e ficar armazenado. Onde é que isso vai sair? Eu não sei. Mas um dia, vem uma coisinha lá dentro e você tem uma resposta na sua frente, porque já estava lá armazenada nas ligações que você tinha e que foi a leitura que te deu isso. É claro que as experiências vividas também são fundamentais, mas elas colocam em ação tudo aquilo que é a sua riqueza interior. Se isso existe, então leva você a com aprender um pouquinho mundo à sua volta. Tem gente que quer me converter em várias coisas. Elas falam que são alternativas. Eu falo que não acredito em nada daquilo. Ela tem uma missão missionária para ela, mas não é uma missão missionara para mim. É o clímax que existe. Outro dia, a maior especialista em Camões, a Luiza Nobrega, uma brasileira – ela e [ininteligível] que são as mulheres que mais entendem de Camões – ela disse: “minha amiga, eu não acredito em Deus.” E foi embora. Como vai discutir essas coisas alternativas? Não era o caso na livraria. Nós tínhamos conferências e palestras no auditório que cabiam umas 50, 60 pessoas no subsolo. Até o Presidente da República ia. Um dia chegou o almirante Rademaker. Era domingo. Não tinha ninguém. Eu ficava sozinho. Não havia ninguém para chegar aos domingos. O Rademaker chegou e desceu no subsolo. E atrás um monte de gente desceu procurando por ele. Eram seus seguranças. Ele falou: “vocês não me deixam em paz?”. Outro episódio com outro presidente que eu achei fantástico foi com o Itamar. Eu fiz as maiores feiras que essa cidade já conheceu. Quem quiser ver, eu tenho as provas de tudo isso: fotografias, filmes. Até o Jorge Amado era o meu propagandista. Eu disse: “Jorge Amado, será que eu posso conseguir que você promova a minha feira do livro?”. Ele era o presidente da Câmara do Livro. Eu mandei uma equipe, afirmou ele e eu disse: “vão visitar a feira do livro”. Um dia desses eu vou conseguir recuperar isso com um filme chamado [ininteligível], publicizado de Brasília. No filme, tinha eu falando, ao vivo, dizendo para as pessoas visitarem a feira do livro no parque. Eu usei 50 mil metros. O Exército, a Marinha e a Aeronáutica, o Senado Federal, não tinha preconceito nenhum. As minhas feiras do livro eram rodeadas pela vida. O livro

mostrando a vida. Eu lembro que o governador Cristovam foi à feira e quase teve uma síncope, porque tinha a maçonaria, tinha o exército, tinha o partido comunista, tinha a Tradição, Família e Propriedade. Para ele isso foi um choque. Eu disse: “governador, você não pega a democracia? Esta feira é uma feira democrática. Todos aqui têm direito a expor o que pensam, tem toda inteira liberdade”.

Lúcia T. Mollo: Ele se espantou com a presença de quem?

Victor Alegria: Tradicional, Família e Propriedade. É uma organização direitista, que faziam aqueles movimentos por Deus e pela liberdade. Eles são um grupo católico de extrema direita. Eles não têm aparecido muito agora. Eles compraram um stand. O governador ficou espantado vendo eles expondo. Eles têm uma maneira de pensar. Se você quer combater, combata com ideias, mas não com armas, nem prisões e nem torturas. O combate das ideias é aclamar vitória e não subterfúgio. Por exemplo, eu sei que você não vai gostar da história que eu vou dizer, porque você é lulista. Eu não sou, mas já fui. Quando eu verifiquei que o PT estava recebendo dinheiro dos caminhoneiros americanos, que é a coisa mais sinistra que há no mundo – foram eles que elegeram o Trump – e, ao mesmo tempo, eles recebiam dinheiro dos metalúrgicos alemães, que é uma organização séria. E quem caiu na minha mão? O adito cultural da Alemanha, era um português, do Partido Verde, que veio para o Brasil e quiseram que ele entrasse no serviço diplomático. O sindicato dos metalúrgicos colocou muitos milhões de euros no PT. Isso é segredo. É uma coisa muito poderosa, mas você pode citar. Terminou o tempo do consulado e ele voltou para a Alemanha. Ele era da diretoria do sindicato dos metalúrgicos. O sindicato dos metalúrgicos o mandou para o Brasil com a mulher dele, uma alemã e tiveram filhos alemães, para resgatar o PT. Um dia ele veio aqui para cantar fado. Eu tenho um disco que nós gravamos dele. Eu disse: “vamos embora. Eu já declarei que os objetivos do PT não são os nossos. Nós somos democráticos e eles não são”. E foi-se embora. Eu comecei a ver, mas não no início. No início, o PT atraiu tudo quanto foi intelectual. Primeiro, eu comecei a ver uma coisa: “a herança maldita...” logo a seguir quando se deu a posse. A pessoa foi sistemática: “a herança maldita... A herança maldita...”. Eu pensei: “eu já ouvi isso”. Quem é que fazia isso? Goebbels: “diz uma mentira tantas vezes até que ela se torne verdade”. Depois eu comecei a ver outras coisas engraças. Mudanças de nomes. Aliás, no livro do Cristovam, ele reconhece muito bem que o programa da Bolsa Escola não foi mudado nem trocaram o nome. No programa, você tinha que estudar e você perdia

a bolsa se você não fosse para a escola. Foi fundada pela dona Zélia, esposa do FHC, e a irmã do cardeal, Zilda Arns. Isso foi mudado e se transformou em um esquema eleitoral. Uma prova é que na última limpeza já tinham 650 mil pessoas. Essa era o tal problema. Epidemia da corrupção. E bombeiros e policiais recebendo 200, 300 reais. E tanta gente precisando de comida. E, depois, tantas outras coisas. Já repararam que não temos mais um único jornal como suplemento literário? Ou uma coluna literária? Isso nunca aconteceu na história do Brasil, mas aconteceu nesses últimos 12 anos. Onde estão os colonistas literários ou que falem sobre livro? Onde estão as bibliotecas? Quantas livrarias morreram? Mais de 1800 livrarias e continuam a morrer. O nosso MEC está lavando a cabeça das nossas crianças. Por quê? Quem fornece os livros cheios de mentiras sobre o Brasil é o MEC. Que editora é do MEC, que é editora estrangeira? Todos os ministros da educação pertencem à Fundação Santillana, que está vendendo mais livros ao MEC, sob o título de Editora Moderna. Quem eram os donos dos livros que você estudou? Americanos, franceses e ingleses. A turma dos cinco estava lá. Tem mais. Isso eu denunciei. Os educadores populares. Não sei o que vocês pensam da Venezuela e cada qual tem a liberdade de pensar. O que aconteceu? Criaram um programa chamado Educadores Populares. Nenhum jornalista tem coragem de falar sobre isso, nem fazer o jornalismo investigativo. O que eram os educadores populares? Está aí. E como eu sei disso? Porque eu namorei com uma das educadoras populares. Então, eu sei tudo. Mas eu não posso saber. Criaram, durante três anos, milhares de professores em todo o Brasil que recebiam, mensalmente, 700 e tantos reais. Eu fui buscar essa menina em Goiânia, porque em todo final de mês existia um seminário só para esses educadores em todo o Brasil. Esse programa foi todo pago pelo MEC. No ano passado, em outubro, receberam um diploma de Educadores Populares. Qual era a educação? Era preparar uma coisa que estava ultrapassada. Você é muito nova, eu não sei se conheceu isso. Na União Soviética existia um chamado comissário político. Toda a imprensa tinha um comissário político que vigiava tudo que se passava. Aqui é a mesma coisa. Eles criaram um sistema para que em cada escola tivesse um professor bolivariano ou [ininteligível]. Educava-se um comissário político de uma revolução, que poderia ter havido bolivariana, como aconteceu aqui na Venezuela e que liberaram tudo. A Venezuela foi conquistada pelas fraquezas da democracia usadas por Chaves que colocou medidas inteligentes para conseguir isso. O que aconteceu não é culpa do capitalismo, como se é mencionado. Por que compraram uma esquadrilha do [ininteligível] não sei quantos milhões? Por que compraram 1 milhão e 800 mil fuzis H47? Para fazer guerra no Brasil, em Cuba?

Ninguém vai fazer guerra com a Venezuela hoje em dia. Mas não nos pagaram, nós brasileiros, o que o senhor Chaves e o seu Lula iam fazer com o petróleo da Venezuela, que é um petróleo pesado. Ia fazer no Norte. Está na refinaria perto de Salvador. Eles não colocaram nenhum centavo. Já tem, até agora, 64 milhões gastos nessa refinaria e continuam gastando. Para os amigos do Brasil é ótimo. Confiscaram a Petrobrás. Bolívia. Confiscaram as empreiteiras que estavam no Equador, com certa razão. Nem falo mais da Venezuela, porque se aguentou muito em ganhar dinheiro. Fizemos o Porto de Mariel, para os americanos usarem em Cuba. Quem está usando? Não são os brasileiros. São os americanos que começaram a exportar para Cuba. Pegaram o dinheiro dos funcionários dos Correios. Onde está esse dinheiro, que agora tem que trabalhar mais sete anos para recuperar isso? Moçambique, que deu um cano no Brasil. [ininteligível]. Esse dinheiro foi para a Bolívia. Quem paga por isso tudo? O trabalhador brasileiro. Não é o capitalista brasileiro que tem 10% da economia. Não são eles que estão pagando, somos nós que estamos pagando. Com as nossas dificuldades. Como a editora como a minha que tinha 20 e tantos funcionários e hoje têm três, comigo quatro. No entanto, não existe uma editora no Brasil que tinha 4500 títulos de autores brasileiros. Para quem quiser, é só ir lá embaixo. E ainda estou encontrando mais na minha biblioteca. Eu estou fazendo um levantamento e tem livro que eu nem lembrava que eu tinha editado.

Lúcia T. Mollo: O senhor já teve mais de 20 funcionários e hoje são apenas quatro contanto com o senhor?

Victor Alegria: Eu já tive 23 funcionários e hoje são quatro. Estou tentando lutar. Essa senhorita está colocando alguns esquemas para ver se ordena as coisas aqui, porque tem uma funcionária com 27 anos e é um problema. Ela não entende que a editora se mantém por ideal. Eu vendi o que eu tinha para pagar dívidas. Alguém vai me pagar isso? Alguém vai me pagar o que eu sofri? Lógico que eu trabalho naquilo que eu gosto. Isso é uma maravilha. Mas a minha vida é uma vida de luta. Estou com outras ideias. Eu vou lançar, por exemplo, Fernão Magalhães, oito países vão comemorar Fernão Magalhães em 2019. Eu já tenho encomendado um livro para sair na primeira quinzena ou em janeiro. Max [ininteligível] escreveu uma biografia fantástica de Fernão Magalhães. Eu ia lançar agora, mas acho que vou deixar para janeiro também, Caramuru, que os brasileiros não conhecem. Esses livrinhos de histórias estão contando tudo que o brasileiro de maravilhoso. Ninguém conhece nada da história colonial. Quem expulsou

os holandeses de Pernambuco? Você sabe? Foi um pequeníssimo exército português com os índios. Quem expulsou os franceses do Rio de Janeiro? Um pequeníssimo exército português – não era um exército, porque vinham muito poucos portugueses aqui – liderados pelos índios Arariboia. Em todo o Brasil, em todo o mundo, a raiva desse tipo de colonização foi por ser colonização de massacre, de genocídio. Por exemplo, os italianos, quando chegaram a São Paulo mandavam para os índios as camisas com sarampo e matando 200 e tantos mil índios. Essas coisas são escondidas. Quem eram os antropófagos? Quase ninguém falava nisso, mas quase todas as tribos indígenas eram antropófagas. O Caramuru era para ser comido. Era uma daquelas pessoas que não engorda de jeito nenhum. O cacique resolveu dar a filha dele e engordá-lo. Mas o homem não engordava. O cacique falou: “você vai trabalhar para a gente. Qual é a profissão?”. Soube que ele era guerreiro. Foi deixado por um galeão [ininteligível], ficou na praia e dormiu. Quando ele chegou com a arcabuz, carregou e deu um tiro para o alto (deram tudo para ele) [ininteligível]. Caramuru, senhor do trovão. Anos depois, começou a virar guerreiro e começou a conversar com ele. Ele já falava tupi-guarani. E o homem liderou a tribo do cacique e ganhou tudo. Primeiro, ele morreu com 80 anos. Normalmente, as pessoas morriam com 30 anos e olhe lá. Ele se casou em Paris. O rei Dom Luís mandou um galeão apanhar ele para casar com a sua princesa. Daquele tempo, existiam várias princesas, por causa do costume do homem ter várias mulheres. Ele teve 200 filhos. Ou seja, aquela parte da Bahia deve ter parido 2 milhões de descendentes dele. Foram os primeiros. O Brasil pertencia a eles. Enriqueceu vendendo madeira aos portugueses e aos franceses e morreu alegre e contente aos 80 e poucos anos com aquela filharada enorme. Tem, por exemplo, a marcha de um capitão e de um índio que fizeram um cerco ao exército holandês. Foi uma caminhada de mil e tantos quilômetros para atacar os holandeses pelas costas. E tiveram várias revoluções no Brasil. A revolução do Quebra-Quilos, por exemplo. O Brasil não foi um país de gente conformada. Esse país sempre teve lideranças políticas e gente que amavam a sua terra. Um país que, na luta, construíram uma estrada de ferro. Em vez de o exército demorar um mês para chegar ao Paraguai, ele atravessou a serra de Curitiba. Tem uma estrada de ferro que é o exemplo de grande obra de engenharia. Ninguém fala sobre isso. O Dom João, que depois foi o Dom João VI, abriu os portos do Brasil e fez uma política de integração. Tem um homem, para mim, que foi o maior político de todos os tempos, o maior diplomata e era brasileiro. O Barão do Rio Branco. Ele se casou com aquela bailarina do French Cancan. Ele amava tanto o Brasil que no Palácio do Itamarati tinha uma cortina e ele dormia ao lado da

cortina, atrás da sua escrivaninha. E quem foi o homem que tornou o Brasil possível? Por isso que os espanhóis não gostam dos brasileiros. O irmão de Bartolomeu de Gusmão. Ele conhecia e tinha aprendido com os portugueses a olhar as estrelas. Quando se fez o Tratado de Madri, o Brasil inteirinho estava dentro do tratado. Tiveram, também, alguns macetes. Qual foi a guerra que o Brasil fez para conquistar territórios? Nesse aspecto, eu sou nacionalista e sou patriota brasileiro. E falo no municipalismo. Tem um livro lindíssimo do municipalismo. Quando uma Assembleia Legislativa tinha 100% de conservadores e liberais, depois passou para a República, passado um mês, tinha 100% de republicanos. Porque o sistema que nós temos aqui de país federativo é um absurdo. O Brasil é um país unitário. A França é um país unitário. 99% dos países do mundo são unitários. A China, o maior país em população do mundo, é um país unitário. Deputados estaduais, mais os cartórios, mais outras coisas, é uma beleza. Está aí todo o dinheiro que está sendo gasto e que não produz nada. São pequenas observações de quem não conhece a história do Brasil. Eu não posso dizer que eu sou especialista. Não conheço, mas são aquelas coisas que eu estou vendo, olhando. Tenho também um livro sobre municipalismo. Interessantíssimo. O homem que participou do congresso dos municípios, promovida pelos governadores, em Curitiba. O livro dele encheu prateleiras inteiras. Fizeram um complô para que o livro não fosse falado, porque desagradava a governança da altura. Ele participou da Constituição de 1988 e era o prefeito de Vitória da Conquista. Eu aprecio o senhor Antônio Magalhães, porque ele governou o município dele sem nenhum centavo federal devido ao corte das vergas. Ele disse: “eu vou ter que pagar as coisas. Eu pago.” Ele fez um estádio pequeno para 20 mil pessoas e proibiu que colocasse anúncios com o nome dele em todas as obras. Esse homem está vivo. Ninguém fala dele. Você como jornalista, lembre-se uma coisa, seja qual for a sua ideologia, religião: procure a verdade e investigue. Pelo trabalho que eu vi, você tem muito jeito para isso. Nós não temos quase nada de investigadores. Muitos deles têm morrido.

Lúcia T. Mollo: Em que ano a Encontro fechou?

Victor Alegria: 1976 ou 1977.

Lúcia T. Mollo: Voltando para a história do Cristovam, ele foi à livraria?

Victor Alegria: Essa conversa com o Cristovam foi na feira do livro. Eu era o presidente da Câmara do Livro de Brasília e fui durante nove anos. Tenho orgulho. Nunca gastei nenhum centavo do erário público.

Lúcia T. Mollo: Nessa época, o senhor estava apenas com a editora?

Victor Alegria: Eu já estava com a editora neste prédio. Os homens que estavam construindo aqui e foram para o Centro de Convenções, limpavam aquele auditório para 2 mil e 500 pessoas. Quando eu sentei [ininteligível] no banco de cimento.

Lúcia T. Mollo: A livraria Encontro terminou 1976, 1977. O senhor já emendou com a editora Thesaurus?

Victor Alegria: Eu já tinha a editora. Eu estava começando com a editora. Nessa época, ela se chamava Coordenada. Era o título de uma revista que eu tinha fundado em Portugal e que foi fechada pela censura, por causa de uma entrevista com um dos governadores de Marcello Caetano, que tinha sucedido o Salazar.

Lúcia T. Mollo: Por que a Encontrou fechou?

Victor Alegria: Não dava mais de tanta censura. A Madame Blavatsky é a grande mentora do espiritualismo. Um livro chamado *Doutrina Secreta*, de capa vermelha e de nome russo. E não tinha nada a ver com política. Blavatsky é uma das pessoas mais célebres do mundo. É a grande obra do espiritualismo. Era um livro espiritualista. Deve ter mais de 100 exemplares que aprenderam na livraria. Nesse momento, era muita polícia dentro da livraria. Em dia de lançamento, era mais polícia do que leitores. Isso foi um exemplo. A polícia chegava e confiscava os livros. Eu me lembro do lançamento do livro do Márcio Moreira Alves, aquele que fechou Congresso, no qual a maior parte do público que estava lá era polícia disfarçada.

Lúcia T. Mollo: O senhor chegou, nessa época, a vender algum livro escondido? Trocou a capa?

Victor Alegria: Nunca precisei. Era uma coisa engraçada. Apesar do regime militar, havia uma coisa que chamava Estado-maior das Forças Armadas. Estava cheio de militares inteligentes, gente que era nacionalista, gente que amava o Brasil. Eu não falo mal dos militares. Há um grupo de militares da direita terrível, onde estão os torturadores, estão aqueles indivíduos que criaram um governo paralelo que dominou o outro pelo terror. O militar tinha medo deles. Inventava uma desculpa mentira. E depois? Ser militar não era sinônimo de ser da direita. Por exemplo, aqui tem vários autores que eu já publiquei, entre os quais tem uns 20 ou 30 militares. Eu tenho um livro chamado *Caminhando com as Estrelas*. Olha que coisa bonita. A autora era uma esposa de um general. Ela fez uma antologia de esposas de generais. Coisa fantástica. Primeira vez no mundo que foi feita uma coisa dessas. Mulher inteligente, pintora, bacana e, logicamente, ela tinha suas dificuldades. Por exemplo, tem um que fez um estudo sobre as companhias de [ininteligível], porque, de vez em quando, vinham atrás de Madame Blavatsky. Na editora também tinha censura. Até o *Cântico dos Cânticos* foi censurado.

Lúcia T. Mollo: Era uma opção do senhor não vender escondido? O senhor sentia toda essa pressão.

Victor Alegria: Eu tinha um sebo. Uma coisa dessas não seria boa nem para os caras da direita nem para os caras da repressão, porque a livraria estava num lugar internacional. A livraria estava no Hotel Nacional. Para mim, a coisa mais anedótica foi quando veio um presidente da República Portuguesa e me apreenderam uma espingarda que eu tinha na parede. Era uma espingarda de chumbinhos. Eu disse: “você vai levar essa espingarda? Então embrulhe, porque você vai sair como ridículo se levar uma espingarda de chumbinhos para alguém fazer um atentado contra o presidente da República.” Arma de chumbinho, de ar, que não mata nem um pássaro. Já pensou? Depois me devolveram a espingarda. Quando foram embora, depois de sete dias, devolveram a espingarda. Você não acha que essas coisas são as anedóticas dos extremismos? Todo extremismo tem as suas anedotas, da esquerda e da direita.

Lúcia T. Mollo: O senhor optou em ficar só com a editora e investir na editora?

Victor Alegria: Exatamente. Na editora eu fui construindo a minha liberdade. Aqui eu tenho o auditório, meu cineclube. Eu faço o que eu quero. Até durmo aqui. Eu posso atender você de chinelo. Posso fazer isso em outro lugar? Não. Eu tenho e-mail. Quem quiser vem, quem não quiser não vem. Eu não fiz a barba. Fiquei chateado por não fazer a barba. Mas essa é a minha maneira de ser. Eu quero viver com uma liberdade que eu sempre tive.

Lúcia T. Mollo: Quando o senhor optou pela editora, essa pressão diminuiu ou a pressão continuou?

Victor Alegria: É muito mais difícil censurar uma editora. Ninguém sabe que você está fazendo e ninguém sabe quais são as suas preferências. Com a minha editora, eu continuo com a mesma filosofia de diálogo. Eu sou um editor generalista. Por exemplo, você sabe por que eu fui preso na primeira vez em 1969? Porque eu editei a primeira edição do mundo anotada do *Diário de Che Guevara*, que saiu no dia em que saiu o AI-5.

Lúcia T. Mollo: Eu li uma referência em uma tese. Foi o prefácio do Aguinaldo Silva?

Victor Alegria: Isso. Aguinaldo Silva foi revelado por mim. Ele não tinha nem onde cair morto. E eu estava no Rio de Janeiro, tinha lá um prédio onde eu vendia os livros importados. Eu disse: “tem um quarto, onde você pode dormir”. A minha secretária se apaixonou por Aguinaldo Silva, que é o capitão gay do Brasil. Se eu não me engano, ele foi o fundador do Lampião, que era um livro porta voz do grupo GLS. Eu não tenho nada com isso. Qual é o problema? Era meu amigo. A minha secretária, Maria José Limeira, escritora, poeta, paraibana, engraçou com ele. Ela tinha um filho. Infelizmente, ela já morreu alguns anos atrás. Era uma pessoa que eu gostava muito. Chamava-me daquele jeito paraibano, que era muito engraçado. Ele morou na frente. Ela saía com ele para aqueles lugares do bafão, no Rio de Janeiro, que eu jamais iria para lá. Mas, naquela altura, não se matava gente. Então, o que aconteceu? Ela acompanhou o Aguinaldo. Claro que ela não o converteu. Depois, eu soube em um livro que ele passava nos telhados e saía com outro a madame Satã. Era um cara tão forte que batia na polícia. Era preciso de uns 6, 7, 8 policiais para dominar o cara. Ele era muito amigo da madame Satã. Nos dias

de hoje, ele já esteve aqui e tem muito respeito por mim. No livro que eu encontrei dele, tinha a descrição do português que tinha lhe emprestado o quarto. Ele citou o meu nome. Hoje é uma das pessoas mais bem pagas da Globo.

Lúcia T. Mollo: Ele foi preso também?

Victor Alegria: Ele também foi para a Ilha das Flores, por causa do prefácio que ele tinha feito no livro. Não prenderam o Marcos Santa Rita, que era também outro jornalista e pesquisador, do trabalho lindíssimo sobre Sobral Pinto, que morreu aos 100 anos e que era católico. Sobral Pinto era das mentes mais brilhantes do Brasil. Ele disse: “eu vou defender esse rapaz, porque esse livro está mostrando tudo que eu precisava saber.”

Lúcia T. Mollo: Foi por causa da defesa dele que o senhor saiu da Ilha das Flores?

Victor Alegria: Não [ininteligível]. Eu publiquei o livro e contratei [ininteligível]. Não era um suspeito da esquerda e um dia fizeram um interrogatório. Um dia disseram “você pode ir embora”, mas eu não tinha nem dinheiro. Ouvi aquele pessoal todo a cantar um hino gospel. Fizeram uma vaquinha para me dar em dinheiro para vir embora da Ilha das Flores. Não tinha dinheiro. Como é que eu tinha dinheiro? Eu que sei que fizeram uma vaquinha e todos juntaram para me dar esse dinheiro. Eu descobri há dois anos que um cantor foi preso comigo na mesma cela. Geraldo Azevedo, um dos grandes cantores brasileiros, que vive no Rio de Janeiro hoje. Ele esteve preso comigo na mesma cela. Passamos meses na mesma cela.

Lúcia T. Mollo: O Aguinaldo Silva estava preso na mesma época que o senhor?

Victor Alegria: Na mesma época e numa cela separada, porque ficaram com medo de ele se apaixonar pelos fuzileiros navais. Um problema complicado para a Marinha.

Lúcia T. Mollo: O senhor estava isolado do grupo, mas tinha contato com o Aguinaldo Silva nesse momento?

Victor Alegria: Não. Ele estava em outra cela. Quando a gente se encontrava era no apanhar sol.

Lúcia T. Mollo: Na época da Encontro, fora o Vitor da Eldorado, quais eram as outras livrarias aqui em Brasília?

Victor Alegria: Tinha a Livraria Folha de São Paulo. Cláudio Colete, jornalista. E tinha a Livraria Técnica. O dono era o Sebastião, goiano. E, depois da Livraria Encontro, saíram os meus funcionários. O Hildebrando, que hoje tem uma livraria na UnB e o Ivan, que eu trouxe do Rio, foi o meu segundo funcionário.

Lúcia T. Mollo: Depois a gente volta para o Ivan. Eu conversei com ele. Sobre o Hildebrando, ele está hoje na UnB? E qual é o nome todo dele?

Victor Alegria: Ele tem uma livraria em psicologia na UnB. O nome dela era Hildebrando Varela, filho do carpinteiro da UnB.

Lúcia T. Mollo: Eu falei com o Ivan. Ele trabalhou alguns meses no Bazar Oió e depois ele veio para Brasília.

Victor Alegria: Não. Ele veio do Rio de Janeiro para trabalhar na Encontro. Vou contar a história do Ivan. Ele me chamava e eu ia, de vez em quando, apanhar o Ivan em frente ao Hotel Nacional. O Ivan adorava cachaça e começar a fazer discurso [ininteligível]. O Ivan foi um dos maiores exemplos de um *self made man*. Ele criou uma livraria altamente participativa. Ele lutou. Mas, criou um barzinho no Conic. Ele era PT roxo com um problema complicado: ele fornecia para muita gente e não cobrava. Ele adorava uma coisa terrível: caía na rua bêbado. Só se curou – o que é o Ivan de hoje – com a lavagem cerebral que os Alcoólatras Anônimos fazem. Isso mudou a personalidade dele. Eu cedi, ao lado desse prédio, uma loja para ele se recuperar, porque já tinha falido. Ele perdeu a casa. São histórias complicadas. Foi um homem destruído pelo alcoolismo. Ele montou uma banca no Conic, onde ele viveu mais de 10 anos. Agora parece que está fechada. As pessoas chegavam e davam livros e ele vendia os livros. A personalidade

dele mudou muito. E eu publiquei o jornal. Está aqui e eu vou lhe dar um. Antes da revista, eu procurei fazer um tabloide. Eu tinha razão de queixas como: “ele poderia ser um pouco grato”. Ele ainda é parente da minha ex-esposa. Literalmente, ele é da família. Eu o trouxe do Rio de Janeiro para que ele viesse trabalhar na livraria. Eu acho que ele foi lá para Goiânia só depois que ele foi para a Livraria Técnica. Ele era garoto. Eu tenho umas fotografias dele quando ele era um garotinho ainda. Ou seja, tudo que ele aprendeu foi na Livraria Encontro.

Lúcia T. Mollo: Nessa época o senhor falou da Eldorado. Como era a relação entre os livreiros?

Victor Alegria: As nossas relações eram de concorrentes. Concorrentes livreiros. Vamos parar por aí. Hoje há um problema gravíssimo.

Lúcia T. Mollo: O senhor diz isso com a Eldorado ou com todos os livreiros?

Victor Alegria: Não, só com a Eldorado.

Lúcia T. Mollo: E como é que era com os outros livreiros?

Victor Alegria: Normais. Eu emprestava livros. Eles me emprestavam também. Sempre boas relações. Não existia essa noção de concorrente. Eram pessoas do mesmo ramo, vendiam as mesmas coisas. Quem era melhor vendia melhor; quem era mais competente era mais competente. Quase todos os livreiros daqui nasceram na Encontro. Hildebrando, um japonês que tem uma cooperativa na UnB e sumiu há muito tempo. O Ivan, que trabalhou aqui e montou a livraria. Eu briguei muito com a Eldorado. Nem quero falar disso. Por quê? Porque eu ajudava o Ivan, meu ex-funcionário. Eu lhe dava livros e o outro, tendo, não levava para ele vender, porque o outro era depositário da Saraiva, se eu não me engano. Ele ganhou muito dinheiro com a Saraiva. Depois, ele comprou um prédio no Setor Gráfico, ao lado do Jornal de Brasília, onde eu acho que hoje ainda é dele.

Lúcia T. Mollo: O senhor tinha uma relação boa com os outros livreiros. Mas tinha algum que o senhor tinha uma relação mais próxima?

Victor Alegria: Sim, com o dono da livraria Civilização Brasileira. Mas não era o Ênio. Aqui em Brasília era outro. Quando eu estava no Rio de Janeiro, com o Ênio, mas não era uma relação íntima. Em Brasília era uma filial da Livraria Civilização Brasileira, que era uma espécie de grife e dirigida por um professor e líder de esquerda. Um homem que teve sempre muitos problemas com a polícia política. Evidente que eu me dava bem com ele. Aliás, a polícia queria traçar ligações entre a gente para ver se o apanhava. O próprio Ivan, eu me dava bem com o Ivan. Quando a livraria passou a ser editora, ele passou a vender livros meus também.

Lúcia T. Mollo: As maiores livrarias daquela época seriam a Encontro, a Eldorado, a Folha de S. Paulo, a Técnica e a filial da Civilização Brasileira.

Victor Alegria: Filial da Civilização Brasileira tinha em Brasília e ficava na 9. Mas se você perguntar quem era o diretor, todo mundo sabe.

Lúcia T. Mollo: O senhor conheceu o Bazar Oió? Conheceu o meu avô, o Olavo?

Victor Alegria: Conheci o Bazar, mas não conheci o Olavo. Eu conheci o pessoal da editora: os irmãos Oriente. Eu me dava muito bem com o pessoal da Oriente. Eu vendia para o Bazar Oió também. Parece que desapareceu, porque ela uma livraria tradicional de Goiânia. O que aconteceu com o Bazar Oió?

Lúcia T. Mollo: Era aquela questão que o senhor falou no começo da entrevista de como funcionava a ditadura em Goiás, que se pautava em relacionamentos pessoais. O meu avô era tesoureiro da Caixa Econômica. Na época da ditadura, depois eu vou lembrar o nome dele, foi um general para a regional. Ele está vivo hoje. Até outro dia ele estava dando aula em alguma universidade. Ele assumiu na Caixa e tinha, de tempos anteriores, uma implicância com o meu avô. Ele invadiu a livraria e disse que o meu avô, como tesoureiro da Caixa, tinha feito um desfalque e mandou prender o meu avô. Na época, ele era o presidente da Caixa. Ficou mais ou menos um mês preso. Ele não chegou a ser torturado. Depois veio a censura. Ficou uma confusão de fechar a livraria, levar os

livros. Ele perdeu todos os bens que ele tinha. A casa dele chegou a ser confiscada por um tempo. Depois teve que vender para pagar dívidas. Ele tinha prédios em alguns locais, uma casa que eu não sei onde. E perdeu todo o dinheiro.

Victor Alegria: Tinha outro livreiro muito badalado em Goiânia. Ele criava abelha e vendia mel. Ele era conhecidíssimo em Goiás. Esse fulano, praticamente, substituiu o Bazar Oió, mas ele não tinha cultura suficiente que chegasse aos pés do seu avô.

Lúcia T. Mollo: Esse é o Bariani Ortêncio?

Victor Alegria: Não. O Bariani Ortêncio é meu amigo e eu sou o editor dele.

Lúcia T. Mollo: Eu o entrevistei. Ele tinha o Bazar Paulistinha.

Victor Alegria: Isso mesmo. Era no Núcleo Bandeirante.

Lúcia T. Mollo: Eu conversei com ele para o livro e usei uma parte na dissertação também. Então, o senhor tinha uma relação com os irmãos Oriente.

Victor Alegria: Eu os via muito, porque eles vinham muito à livraria Encontro. Todo mundo achava que eu era um cara diferente. Eu não podia ser mais do que aquilo que eu poderia aparentar, porque eu sou português. Como português, na Constituição, eu não tenho dupla nacionalidade, eu sou só português. Os meus filhos são brasileiros, a minha família é brasileira. Isso me evitou muitas coisas. A certa altura, como eu falava na televisão, perguntavam: “por que você não entra na política?”. Não quero entrar pra política. Eu tenho a minha política que é a política cultural. É uma coisa diferente e que me obriga a ser independente, mesmo que eu não queira. Se eu começar a optar por isso ou por aquilo, deixo de ser independente. Uma coisa é eu ser quem eu sou, porque as pessoas confiam em mim. Eu me tornei, de certa maneira, um símbolo de independência aqui em Brasília. Você sabia que eu editei, possivelmente, a primeira revista de meio ambiente do mundo? Não existia, no mundo, nenhum ministério do meio ambiente e eu já estava lançando uma revista chamada *Meio Ambiente*. E, por incrível que pareça, o primeiro livro escrito sobre ecologia foi escrito por uma goiana. Eu era ambientalista desde aquele tempo. Sempre fui e sempre lutei. Eu tinha todas as revistas. Era uma coleção.

Lúcia T. Mollo: Mas por que o senhor disse que foi bom não ter se naturalizado brasileiro e que isso evitou algumas situações?

Victor Alegria: Todo mundo queria que eu me candidatasse. E eu odeio. Não posso dizer que odeio, mas acho terrível ser político no Brasil. A pessoa vai se viciar. Assim, eu sou livre. Uma vez o Paulo Octávio mandou um caminhão aqui para me filmar. Eu disse: “eu vou votar naquele que (eu não podia votar, mas eles não sabiam disso) conseguir resolver o meu problema do prédio, porque eu pago duas taxas de lixo e duas taxas de IPTU e é apenas um prédio”. Não resolveu.

Lúcia T. Mollo: O senhor, até hoje, pagar dois IPTUs?

Victor Alegria: Verdade e duas taxas de lixo. Tudo isto aqui está irregular e ninguém resolveu, porque interessa não resolver. Aqui nada tem Habite-se.

Lúcia T. Mollo: O senhor fala do Setor Gráfico?

Victor Alegria: Sim. As ilegalidades são inacreditáveis.

Lúcia T. Mollo: Fora Goiás, o senhor manteve relações com outros livreiros, como o Ênio, de outros estados para importar livros?

Victor Alegria: A minha editora tem distribuição nacional.

Lúcia T. Mollo: E a relação profissional?

Victor Alegria: Eu tenho relações com muitos livreiros. Naquela época, eu tinha também. Eu viajava para a Bahia. Na Bahia tinha a filial da Livraria Civilização Brasileira, onde trabalhava um cara célebre, muito ativo. Agora eu esqueci o nome dele.

Lúcia T. Mollo: Em Recife também tinha uma atividade muito forte.

Victor Alegria: Sim, a Livro Sete. Já ouviu falar da Livro Sete?

Lúcia T. Mollo: Sim. Eu estou com o material para incluir a Livro Sete na minha tese, mas ainda não consegui o material.

Victor Alegria: Eu vou te dar um artigo, muito bom, de uma pesquisa que eu fiz. Mas eu tive que cortar várias partes para não dar opiniões das coisas que eu sabia.

Lúcia T. Mollo: A Ana ajuda a mandar o material depois, se o senhor tiver disponibilidade. Por fim, eu posso dizer que o senhor teve a Encontro, a Divulgação e a revista Coordenada.

Victor Alegria: Essa revista foi em Portugal. Aqui, no Brasil, foi uma editora, também chamada Coordenada, que virou a Thesaurus. Sumiram algumas contabilidades. Isso aconteceu naquela época dura. Eu achei melhor fechar, porque ela já não tinha como existir mais.

Lúcia T. Mollo: O senhor estava em Brasília quando a UnB foi criada e começou a movimentação por lá?

Victor Alegria: Sim. Eu assisti a tudo da UnB, até as prisões. Eu até conheço o denunciante dos estudantes da UnB, que é um deputado e que era professor de lá. Não posso dizer mais, porque já sabe quem é. Quem quiser que pesquise. Era um professor que depois virou deputado.

Lúcia T. Mollo: O senhor pode falar do espaço físico da livraria? Ela tinha quantos metros quadras?

Victor Alegria: Três pisos de, mais ou menos, 150 m<sup>2</sup> ou 180 m<sup>2</sup>.

Lúcia T. Mollo: Os três pisos eram de exposição de livros? Tinha um piso de escritório?

Victor Alegria: A parte de cima era escritório e era armazém de livros também. Naquela época já não tinha mais lugar para colocar os livros.

Lúcia T. Mollo: O senhor tinha um armazém em Formosa?

Victor Alegria: Sim. Eu aluguei um armazém na Rua Visconde de Porto Seguro.

Lúcia T. Mollo: Por que aqui não tinha um local para o senhor guardar?

Victor Alegria: Isso. Depois esses livros sumiram. Mais de 60 000 livros. Sumiu a minha biblioteca, sumiram os meus originais. Isso tudo até hoje é um mistério. Disseram que eu tinha morrido, despejaram-me e sumiram com os livros, em Formosa. Quando eu voltei para lá, não tinha mais nada. Isso foi depois da prisão.

Lúcia T. Mollo: Enquanto o senhor estava preso...

Victor Alegria: Alguma coisa aconteceu que eles deram sumiço, simplesmente. [ininteligível] Encontro em Formosa, uma livraria e galeria de arte. Era outro polo cultural que eu queria estabelecer naquela cidade. Mas lá tinha o mesmo problema do seu avô: o coronelismo e o tenentismo estavam lá.

Lúcia T. Mollo: O senhor ficou por quanto tempo nessa prisão, pela segunda vez, em Formosa?

Victor Alegria: Foi em maio de 1975. Foi depois da revolução portuguesa. Tudo conspirava contra mim.

Lúcia T. Mollo: O senhor ficou preso por quanto tempo?

Victor Alegria: Eu acho que foram uns cinco meses.

Lúcia T. Mollo: O senhor passou de um lugar para o outro?

Victor Alegria: Não. Fui preso. Depois, eu fui solto pela diretoria da Aeronáutica e depois, eu fui raptado, se não me engano, foi pelo PIC. Sei lá o que era o PIC (Pelotão de Investigações Criminais). Aquilo era ridículo. Fizeram uma acareação. O Geisel já tinha tomado posse, que eles detestavam. O Geisel também lutava para se manter contra

o general Frota. Eu já sabia disso. O Geisel, o inimigo dele era o general (Sylvio) Frota, que era da ultradireita. Quando o Geisel tomou o poder melhorou, porque parou tudo. Eles odiavam o Geisel, porque o Geisel começou a desmontar o esquema policial. O general Frota veio aqui para Brasília e conseguiu, muito inteligente, desviar todos os generais para o Palácio do Planalto ou para o Ministério do Exército. De repente, o general estava fora do comando. As coisas foram muito duras. A gente via essas coisas pelas reações dos funcionários. Fizeram comigo uma acareação. Quatro pessoas que me denunciaram. Era uma coisa mais ridícula. Eu nunca tinha feito acareação. E, quando foram ver, um dizia que eu morava em Anápolis, o outro dizia que eu morava não sei onde, o outro dizia que eu tinha não sei o que. Ou seja, na base da tortura, o cara dizia o que eles mandavam dizer. Eles queriam me incriminar. Juntaram-se ao processo e na minha frente fizeram ameaças a um deles, que me disse: “eu fui obrigado a dizer”. Disseram para ele: “você não foi obrigado a dizer nada [ininteligível]”. Assim, na minha frente. Aqui na Polícia Federal.

Lúcia T. Mollo: O senhor ficou em frente desses quatro denunciantes? Para confirmar as informações, mas nada bateu?

Victor Alegria: Fiquei. E nada bateu. Era ridículo, porque eram coisas das mais absurdas: eu morava em Goiânia, eu morava em Anápolis. Como é que eu podia ter uma livraria em Brasília e morar em Anápolis?

Lúcia T. Mollo: E você conhecia essas quatro pessoas?

Victor Alegria: Não, fiquei a conhecer. Um deles eu conhecia, porque eu arranjei um emprego para ele numa gráfica aqui, era de um ex-deputado. Esse, coitado, morreu também. Foi torturado. Outro também morreu. Um era um pobre operário, falou de mim, veio aos meus pés chorando, ajoelhou-se. Isso foi uma das coisas mais tristes que eu tenho na minha vida. Ele veio chorando e dizendo que eu lhe perdoasse, porque ele tinha sido obrigado a falar de mim. Um pobre operário de gráfica. Eu nem devia me lembrar disso. Foi uma coisa muito trágica. Quando eu cheguei lá ele estava muito fraco. Ele tinha que ser levado em braços pelos policiais [ininteligível], ficaram muito preocupados, porque começou um movimento internacional muito forte. Isso eu li quando eu fui pegar algumas coisas no Supremo Tribunal, que me disseram que tinha havido um movimento

internacional muito grande a meu favor. Houve manifestações em Lisboa, na Embaixada do Brasil, com Almira Tavares. Acho que foi isso que evitou que eu fosse desaparecido. Como é que eu resisti ao que eu já passei? Até hoje eu não entendo. Foi afogamento, choque elétrico. Ao mesmo tempo, eu fiquei admirado, porque eu tinha levado muitos militares como meus amigos, bacanas. Tiveram dois que eu vi lá, mas não havia um segredo sobre a minha pessoa. Eu era muito conhecido na cidade.

Lúcia T. Mollo: E o senhor acha que isso ajudou ou atrapalhou?

Victor Alegria: Acho que isso me ajudou. Para a minha convicção, eu ia ser desaparecido. Iam me colocar no meio do mato e acabou.

Lúcia T. Mollo: O senhor fala na Ilha das Flores ou aqui?

Victor Alegria: Aqui, em Brasília, no meio desse mato. A tortura era por aqui. E fui uma vez torturado no ministério. E eu, por acaso, consegui levantar a capuz e olhei e vi uma série de balcões. Só pode ser um ministério.

Lúcia T. Mollo: No fim, eu acho que falamos de todos os pontos que eu marquei.